



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
 united nations educational, scientific and cultural organization
 organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

*Albairia
 Helena*

MISSÃO NO BRASIL
 CAIXA POSTAL 3872 - ZC - 00
 TEL.: 226-3123

BMS/BRA/6513

Centro Regional de
 Estudos Pedagógicos
 01013 " 1 JUN 1970

15 de junho de 1970

*Aguardar o pronunciamento do CRPE-MG. e, entretanto, agradecer ao Dr. Jean Labbens, a comunicação. 15.6.70
 Paulo P.*

Senhor Diretor,

Tenho a satisfação de levar ao seu conhecimento que, atendendo a uma solicitação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Belo Horizonte, o Instituto Internacional de Planificação da Educação decidiu admitir em seu sexto estágio de formação, a Srta. Onira de Carvalho Barros, daquele Centro.

O orçamento daquele Instituto, porém, não comporta bolsas de estudo e a Unesco não prevê fundos para esse efeito. A única possibilidade de financiar o estágio da Srta de Carvalho Barros seria obter uma bolsa de dez meses, no quadro da Assistência Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Seria, então, necessário que o Sr. Diretor do CRPE de Belo Horizonte dirigisse uma solicitação neste sentido ao Dr. Mário Santos, Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores e ao Coronel Mauro da Costa Rodrigues, Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura.

Acabo de telegrafar ao Sr. Diretor do CRPE dando-lhe ciência das providências a serem tomadas e apresso-me a informar a V.S.ª.

Sirvo-me da ocasião para revovar-lhe os protestos de minha alta consideração.

Jean Labbens

Jean Labbens
 Chefe da Missão da Unesco
 no Brasil

Il.^{mo} Sr.
 Dr. Walter de Toledo Piza
 DD. Diretor do Instituto
 Nacional de Estudos Pedagógicos
 Ministério da Educação e Cultura
 Rio de Janeiro - Cb

*Arquiv. se.
 10.8.70
 P. J.*

02-1236

14 de setembro de 1970

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)

Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de
Belo Horizonte - Minas Gerais

Senhor Diretor,

Temos a satisfação de comunicar a V. Sa. que recebemos expediente (cópia anexa) do Sr. Jean Labbens, Chefe da Missão da UNESCO no Brasil, sobre a indicação da professora ONIRA DE CARVALHO BARROS, para participar do "Sexto Estágio de Formação do Instituto Internacional de Planificação da Educação".

Como até o momento, não recebemos qualquer comunicação de V. Sa., sobre o assunto, peço um pronunciamento a respeito, para que possamos encerrar o assunto.

Atenciosamente,

Walter de Toledo Piza
Diretor

Of. nº 787

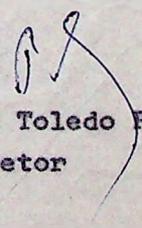
17 de junho de 1970

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil
: agradecimento (faz)

Senhor Chefe,

Relativamente ao ofício BMS/BRA/6513, dessa Chefia, cumpre-me agradecer a Vossa Senhoria a comunicação sôbre a escolha de funcionária do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "João Pinheiro", Belo Horizonte, para participar do sexto estágio de formação do Instituto Internacional de Planificação da Educação.

Aguardando, igualmente, comunicação do CRPE-MG acêrca das providências tomadas, ~~conforme~~ indicação de Vossa Senhoria, para a admissão da Sta. Onira de Carvalho Barros, como bolsista, apresento-lhe, na oportunidade, protestos de estima e consideração.


Walter de Toledo Piza
Diretor

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - (UNESCO).

Assinado em Londres em 16 de novembro de 1945.

Os Governos dos Estados parte na presente Convenção em nome de seus povos declaram:

que, nascendo as guerras no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

que a incompreensão mútua dos povos foi sempre, no curso da história, a origem da suspeita e da desconfiança entre as nações, razão pela qual seus desacordos degeneraram frequentemente em guerra;

que a grande e terrível guerra, que vem de terminar, se tornou possível pela renúncia do ideal democrático de dignidade, de igualdade e de respeito à pessoa humana e pela vontade de substituí-lo, explorando a ignorância e o preconceito, pelo dogma da desigualdade das raças e dos homens;

que a difusão da cultura, a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de auxílio mútuo;

que a paz baseada exclusivamente em acordos políticos e econômicos entre governos não seria uma paz que asseguraria um apoio unânime, duradouro e sincero dos povos e que, portanto, para ser eficaz deve ser baseada na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Por estas razões,

os Estados parte nesta Convenção, acreditando em oportunidades de educação completa e igual para todos, na livre procura da verdade objetiva, no livre intercâmbio de ideias e de conhecimentos, decidem desenvolver e aumentar as relações entre os povos e empregar esses meios para uma mútua compreensão e um conhecimento mais preciso e mais verdadeiro dos seus costumes.

Portanto,

os Estados signatários desta Convenção criam a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, a fim de atingir gradativamente, pela cooperação dos povos nos domínios da educação, ciência e cultura, a paz internacional e a prosperidade comum da humanidade, para cujo fim a Organização das Nações Unidas foi constituída, como a sua Carta o proclama.

ARTIGO I.

Finalidade e Atribuições

1. É propósito da Organização contribuir para a paz e segurança, promovendo a colaboração entre as nações pela educação, ciência e cultura, a fim de assegurar o respeito universal pelo predomínio do direito e da justiça, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais do homem, garantidas a todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, pela Carta das Nações Unidas.

2. A fim de realizar esse propósito, a Organização:

a) colaborará no incremento do conhecimento mútuo dos povos por todos os órgãos de informação das massas e, para este fim, recomendará tantos acordos internacionais quantos forem necessários para promover a livre circulação de idéias pela palavra e pela imagem;

b) imprimirá vigoroso impulso à educação popular e à expansão da cultura, colaborando com os membros, a seu convite, no desenvolvimento das atividades educativas; instituindo a colaboração entre nações, a fim de elevar o ideal de igualdade de oportunidades educativas, sem distinção de raça, sexo ou outras diferenças econômicas ou sociais; sugerindo métodos educativos mais aconselháveis ao preparo das crianças para as responsabilidades do homem livre;

c) manterá, aumentará e difundirá o saber, velando pela conservação do patrimônio universal dos livros, das obras e de outros monumentos de interesse histórico ou científico e recomendando aos povos interessados convenções internacionais para esse fim;

d) encorajando a cooperação entre nações em todos os ramos da atividade intelectual, o intercâmbio internacional de representantes da educação, ciência e cultura, assim como o de publicações de obras de arte, de material de laboratório e de toda documentação útil;

e) facilitando, por métodos de cooperação internacional apropriados, o acesso de todos os povos ao que cada um deles publicar.

3. Desejando preservar a independência, a integridade e a fecunda diversidade de suas culturas e de seus sistemas de educação aos Estados Membros da presente Organização, a Organização não intervirá em qualquer matéria essencialmente relativa a jurisdição interna de cada Estado.

ARTIGO II

Membros

1. Os Estados Membros da Organização das Nações Unidas terão o direito de fazer parte da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas.

2. Conforme as disposições do acordo entre esta Organização e a Organização das Nações Unidas, aprovadas no art. X da presente Convenção, os Estados não-membros da Organização das Nações Unidas poderão ser admitidos como membros da Organização, de acordo com recomendação do Conselho Executivo, por maioria de dois-terços de votos da Conferência-Geral.

3. A Conferência-Geral, por maioria de dois-terços dos membros presentes e votantes, poderá admitir como membros associados, os territórios ou grupos de territórios que não assumirem por si próprios a responsabilidade de condução de suas relações exteriores, desde que a admissão for solicitada, por conta de cada um dos territórios ou grupos de territórios, pelo Estado Membro ou autoridade, seja qual for, a que couber a condução das relações exteriores. A natureza e a extensão dos direitos e das obrigações dos membros associados serão determinadas pela Conferência-Geral.

4. Os Estados Membros da Organização, suspensos no exercício de seus direitos e privilégios de membros da Organização das Nações Unidas, terão, por solicitação desta última, suspensos os direitos e privilégios inerentes à qualidade de membro.

5. Os Estados Membros da Organização perdem ipso facto esta qualidade quando excluídos da Organização das Nações Unidas.

6. Qualquer Estado Membro ou membro associado poderá retirar-se da Organização após aviso enviado ao Diretor-Geral. A retirada concretizar-se-á no dia 31 de dezembro do ano que se seguir a-quele em que o aviso foi dado. Ela em nada modificará as obrigações financeiras do Estado interessado para com a Organização, na data em que se efetivar. No caso de retirada de um membro associado, o aviso será dado, em seu nome, pelo Estado-Membro ou autoridade, seja ela qual for, que assumir a responsabilidade das respectivas relações internacionais.

ARTIGO III

Órgãos

A Organização compor-se-á de uma Conferência-Geral, um Conselho Executivo e um Secretariado.

ARTIGO IV

Conferência-Geral

A. Composição

1. A Conferência-Geral será constituída de representantes dos Estados Membros da Organização. O Governo de cada Estado Membro nomeará, no máximo cinco representantes escolhidos após consulta feita ao Comitê Nacional, se o houver, ou às instituições e corpos educativos, científicos e culturais.

B. Atribuições

2. A Conferência-Geral estabelecerá a orientação e a linha de conduta geral da Organização. Ela se pronunciará sobre os programas submetidos pelo Conselho Executivo.

3. A Conferência-Geral convocará, se necessário, na forma do regulamento por ela aprovado, conferências internacionais de Estados sobre educação, ciências, humanidades e difusão do saber; conferências não governamentais sobre os mesmos assuntos poderão ser convocadas pela Conferência-Geral ou pelo Conselho Executivo, na forma do regulamento aprovado pela Conferência.

4. A Conferência-Geral, quando se pronunciar pela adoção de projetos a serem submetidos aos Estados Membros, deverá distinguir as recomendações aos Estados Membros das convenções internacionais a serem ratificadas pelos Estados Membros. No primeiro caso, a simples maioria será suficiente; no segundo, será necessária uma maioria de dois-terços. Cada um dos Estados Membros submeterá as recomendações ou convenções às autoridades nacionais competentes, no prazo de um ano a partir do fim da sessão da Conferência-Geral na qual tenham sido adotadas.

5. Observadas as disposições do artigo V, 5º, a Conferência-Geral dará parecer a Organização das Nações Unidas sobre os aspectos educativos, científicos e culturais das questões que interessam às Nações Unidas, nas condições e de acordo com os trâmites adotados pelas autoridades competentes das duas organizações.

6. A Conferência-Geral receberá e examinará relatórios que lhe forem submetidos periodicamente pelos Estados Membros, de acordo com o Artigo VIII.

7. A Conferência-Geral elegerá os membros do Conselho Executivo; nomeará o Diretor-Geral de acordo com a recomendação do Conselho Executivo.

C. Voto

8. a. Cada Estado Membro terá um voto na Conferência-Geral.

Geral. As decisões serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos em que as disposições da presente Convenção ou do Regimento Interno da Conferência-Geral exigir maioria de dois-terços. Entender-se-á por maioria a maioria dos membros presentes e votantes.

b. Um Estado-Membro não poderá tomar parte na votação se o montante das somas por ele devidas, a título de contribuições, for superior ao montante da participação financeira que lhe couber no ano em curso e no que preceder.

c. A Conferência-Geral poderá, porém, autorizar este Estado-Membro a participar da votação, si verificar que o atraso é devido a circunstâncias independentes da vontade do mesmo Estado-Membro.

D. Processo

9. a. A Conferência-Geral reunir-se-á bienalmente em sessão ordinária. Ela poderá reunir-se em sessão extraordinária, seja no caso de decisão própria; seja mediante convocação do Conselho Executivo ou por solicitação de pelo menos um terço dos Estados-Membros.

b. No transcurso de cada sessão a Conferência fixará o lugar para a realização da sessão ordinária seguinte. O lugar para a realização de qualquer sessão extraordinária será fixado pela Conferência-Geral, no caso de caber a ela a iniciativa de convocação, e pelo Conselho Executivo nos outros casos.

10. Em cada sessão, a Conferência-Geral elegerá seu Presidente e a sua mesa e adotará seu regimento interno.

11. A Conferência-Geral criará comitês especiais e técnicos e outros organismos subsidiários que possam ser necessários às suas finalidades.

12. A Conferência-Geral tomará as medidas necessárias para facilitar o acesso do público às reuniões, de acordo com as disposições do regulamento interno.

E. Observadores

13. A Conferência-Geral, sob recomendação do Conselho Executivo e por uma maioria de dois-terços e de acordo com o regulamento interno, poderá convidar, como observadores a determinadas sessões da Conferência ou de suas Comissões, representantes de organizações internacionais tais como os mencionados no Artigo XI, parágrafo 4º.

14. Quando tais organizações internacionais não governamentais tiverem sido admitidas pelo Conselho Executivo a beneficiar-se de arranjos visando consultas, na forma indicada no artigo XI, parágrafo 4º, tais organizações serão convidadas a enviar observadores às sessões da Conferência-Geral e de suas comissões.

ARTIGO V Conselho Executivo

A. Composição

1. O Conselho Executivo será constituído de trinta membros eleitos pela Conferência-Geral dentre os delegados nomeados pelos Estados-Membros; cada um deles representará o governo do Estado de que proceder. O Presidente da Conferência-Geral participa ex-officio do Conselho e terá voz consultiva.

2. Ao eleger os membros do Conselho Executivo, a Conferência-Geral deverá esforçar-se por incluir pessoas competentes nas artes, humanidades, ciências, educação e difusão de ideias e qualificadas pela sua experiência e capacidade para exercer os deveres administrativos e executivos do Conselho. Levará, também, em consideração a diversidade de cultura e uma distribuição geográfica equitativa. Com exceção do Presidente da Conferência, só poderá servir no Conselho um

nacional de cada Estado Membro de cada vez.

3. Os membros do Conselho Executivo exercerão suas funções a partir do encerramento da sessão da Conferência-Geral que os elger até a conclusão da segunda sessão ordinária subsequente da Conferência-Geral. Serão re-elegíveis para um segundo mandato, mas não poderão permanecer por mais de dois termos consecutivos. O Conselho será renovado pela metade, bienalmente.

4. Em caso de morte ou resignação de um dos membros, procederá o Conselho Executivo a sua substituição durante o período que restar do mandato, mediante a apresentação de candidatura pelo Governo do Estado que o antigo membro representava. O governo que apresentar a candidatura e o Conselho Executivo levarão em conta as considerações enunciadas no parágrafo 2 acima.

B. Atribuições

5. a. O Conselho Executivo preparará a agenda das reuniões da Conferência-Geral. Ele estudará o programa de trabalho da Organização assim como as correspondentes previsões orçamentárias submetidas pelo Diretor-Geral, na forma do parágrafo 3 do artigo VI, e apresentá-las a Conferência-Geral com as recomendações que julgar oportunas.

b. O Conselho Executivo, autorizado pela Conferência-Geral, será responsável perante a mesma pela execução do programa adotado pela Conferência. De acordo com as decisões da Conferência-Geral, e levadas na devida conta as circunstâncias que ocorrerem entre duas sessões ordinárias da mesma, o Conselho Executivo adotará todas as medidas úteis visando assegurar a execução eficaz e racional do programa pelo Diretor-Geral.

c. Entre duas sessões ordinárias da Conferência-Geral o Conselho poderá exercer, junto às Nações Unidas, as funções consultivas previstas no artigo IV, parágrafo 5, desde que a questão objeto da consulta tenha sido tratada, no que tange ao princípio, pela Conferência, ou que a solução a lhe ser dada proceda de decisões da Conferência.

6. O Conselho Executivo recomendará à Conferência-Geral a admissão de novos membros na Organização.

7. O Conselho Executivo adotará o seu regulamento interno, de acordo com as decisões da Conferência-Geral, e elegerá a mesa dentre os seus membros.

8. O Conselho Executivo reunir-se-á em sessão ordinária pelo menos duas vezes por ano e poderá fazê-lo em sessão extraordinária por convocação do seu Presidente ou a pedido de seis membros do Conselho.

9. O Presidente do Conselho Executivo, em nome do Conselho, apresentará a Conferência-Geral, com ou sem comentários, o relatório anual do Diretor-Geral sobre as atividades da Organização, a que se refere o art. VI, 3.b.

10. O Conselho Executivo tomará todas as providências para consultar os representantes das organizações internacionais ou pessoas qualificadas relativamente a casos que recaiam na sua competência.

53

11. No intervalo das sessões da Conferência-Geral o Conselho Executivo poderá solicitar a Corte Internacional de Justiça pareceres sobre questões jurídicas que surjam no âmbito das atividades da Organização.

12. Embora os membros do Conselho Executivo sejam os representantes dos respectivos governos, exercerão eles os poderes que lhes são delegados pela Conferência-Geral em nome desta, considerados todo.

C. Disposições Transitórias

ARTIGO VI

Secretariado

1. O Secretariado será constituído de um Diretor-Geral e do pessoal necessário.

2. O Diretor-Geral será proposto pelo Conselho Executivo e nomeado pela Conferência-Geral por um período de seis anos, nas condições aprovadas pela Conferência, e será reeligível. O Diretor-Geral será o funcionário de mais alta categoria na Organização.

3. a. O Diretor-Geral ou um substituto por ele designado participará, sem direito de voto, de todas as reuniões da Conferência-Geral, do Conselho Executivo e das comissões da Organização. Ele formulará propostas relativas às medidas a serem tomadas pela Conferência e pelo Conselho e preparará, a fim de ser submetido ao Conselho, um projeto de programa de trabalho para a Organização, acompanhado das correspondentes previsões orçamentárias.

3. b. O Diretor-Geral elaborará, para comunicação aos Estados Membros e ao Conselho Executivo, relatórios periódicos sobre as atividades da Organização. A Conferência-Geral determinará os períodos a serem compreendidos por tais relatórios.

4. O Diretor-Geral nomeará o pessoal do Secretariado, de acordo com o regulamento do pessoal a ser aprovado pela Conferência-Geral. A nomeação do pessoal deverá ser feita tendo em vista uma base geográfica tão larga quanto possível, entre indivíduos que reünam a mais alta integridade, eficiência e competência técnica.

5. As responsabilidades do Diretor-Geral e do pessoal terão exclusivamente um caráter internacional. No cumprimento dos seus deveres, não procurarão receber instruções de qualquer governo ou de qualquer autoridade estranha à Organização. Abster-se-ão, também, de qualquer ação que possa comprometer-lhes a situação de funcionários internacionais. Todos os Estados Membros comprometem-se a respeitar o caráter internacional das atribuições do Diretor-Geral e do pessoal e a não procurar influenciá-los no cumprimento dos seus deveres.

6. Nenhuma das disposições deste artigo impedirá a Organização de entrar em acordo com a Organização das Nações Unidas para estabelecer serviços comuns, recrutamento de pessoal comum e troca de pessoal.

ARTIGO VII

Comitês Nacionais de Cooperação

1. Cada Estado Membro tomará as disposições apropriadas à sua situação particular a fim de associar aos trabalhos da Organização os principais grupos nacionais que se interessam pelos problemas da educação, de pesquisa científica e de cultura, constituindo de preferência uma Comissão nacional onde estarão representados o Governo e a aqueles diferentes grupos.

2. As Comissões Nacionais ou os Organismos Nacionais de Cooperação atuarão, onde existirem, com capacidade consultiva para as respectivas delegações à Conferência-Geral e junto aos seus Governos em

assuntos relativos a Organização e funcionarão como agentes de ligação em todos os assuntos que se referirem a Organização. Elas desempenharão o papel de órgãos de ligação no que concerne a todas as questões de interesse da Organização.

3. A Organização poderá, a pedido de um Estado Membro, delegar, temporária ou permanentemente, um membro do seu Secretariado para servir na Comissão Nacional daquele Estado, a fim de auxiliar o desenvolvimento do seu trabalho.

ARTIGO VIII

Apresentação de relatórios pelos Estados Membros

Cada Estado Membro fará periodicamente um relatório à Organização, na forma a ser determinada pela Conferência-Geral, sobre as leis, regulamentos e estatísticas relativas às instituições e a sua atividade no campo educativo, científico e cultural, assim como a execução dada às recomendações e convenções previstas no artigo IV, parágrafo 4º.

ARTIGO IX

Orçamento

1. O orçamento será administrado pela Organização.

2. A Conferência-Geral aprovará definitivamente o orçamento e fixará a participação financeira de cada um dos Estados Membros, de acordo com as disposições a serem previstas nesta matéria pela Convenção concluída com a Organização das Nações Unidas, conforme o artigo X da presente Convenção.

3. O Diretor-Geral, com aprovação do Conselho Executivo, poderá receber diretamente quaisquer doações, legados e subvenções oriundos de governos, instituições públicas ou privadas, associações ou particulares.

ARTIGO X

Relações com a Organização das Nações Unidas

A Organização ficará ligada, assim que for possível, à Organização das Nações Unidas, como uma das instituições mencionadas no artigo 57 da Carta das Nações Unidas. Estas relações serão objeto de um acordo com a Organização das Nações Unidas, conforme as disposições do artigo 63 da Carta. Este acordo será submetido, para aprovação, à Conferência-Geral desta Organização. O acordo proporcionará os meios de estabelecer uma cooperação eficiente entre as duas Organizações, visando a realização dos fins comuns, e, ao mesmo tempo, reconhecerá a autonomia desta Organização dentro de sua competência, de acordo com o que ficou estabelecido na presente Convenção. Este acordo poderá contar, entre outras, disposições relativas à aprovação do orçamento e ao financiamento da Organização pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

ARTIGO XI

Relações com outras Organizações e Instituições Internacionais Especializadas

1. A Organização poderá cooperar com outras organizações e instituições intergovernamentais especializadas cujos encargos e atividades estejam em harmonia com os seus. Com esse fim, poderá o Diretor-Geral, sob a alta autoridade do Conselho Executivo, estabelecer relações eficientes com essas organizações e instituições e constituir comissões mistas, julgadas necessárias para assegurar uma cooperação e

ficaz. Qualquer acordo com essas organizações ou instituições especializadas será submetido à aprovação do Conselho Executivo.

2. Sempre que a Conferência-Geral e as autoridades competentes de toda outra organização ou instituição intergovernamental especializada, com atividades e objetivos análogos, julgarem oportuna a transferência para a Organização dos recursos e atribuições da referida organização ou instituição, o Diretor-Geral poderá concluir, com a aprovação da Conferência, para esse fim, acordos mutuamente aceitáveis.

3. A Organização poderá tomar, de comum acordo com outras organizações intergovernamentais, medidas apropriadas com o fim de assegurar uma recíproca representação nas suas reuniões.

4. A Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas poderá tomar todas as disposições que julgar úteis para facilitar as consultas e assegurar a cooperação com as organizações internacionais privadas que se ocupam de questões que estejam no seu âmbito. Poderá convidá-las a empreender determinadas tarefas que recaiam na sua competência. Esta cooperação poderá compreender igualmente uma participação apropriada de representantes daquelas organizações em Comités consultivos estabelecidos pela Conferência-Geral.

ARTIGO XII

Estatuto Jurídico da Organização

As disposições dos artigos 104 e 105 da Carta das Nações Unidas, relativas ao estatuto jurídico daquela Organização, seus privilégios e imunidades, aplicar-se-ão, da mesma maneira, a esta Organização.

ARTIGO XIII

Emendas

As propostas de emendas a esta Convenção entrarão em vigor após a sua aprovação pela Conferência-Geral, por maioria de dois terços; todavia, as emendas que envolverem alterações fundamentais nos objetivos da Organização ou novas obrigações para os Estados Membros deverão ser aceitas por dois-terços dos Estados Membros antes de entrar em vigor. O texto dos projetos de emendas será comunicado pelo Diretor-Geral aos Estados Membros pelo menos seis meses antes de serem submetidos à Conferência-Geral.

2. A Conferência-Geral terá poder para adotar, com maioria de dois-terços, um regulamento para a aplicação das disposições deste artigo.

ARTIGO XIV

Interpretação

1. Os textos em inglês e em francês desta Convenção fazem igualmente fé.

2. Qualquer questão ou disputa relativa à interpretação desta Convenção deverá ser submetida à Corte Internacional de Justiça ou a um Tribunal arbitral, de acordo com a determinação da Conferência-Geral e de conformidade com seu regimento interno.

ARTIGO XV

Entrada em vigor

1. A presente Convenção será submetida à aceitação, cujos instrumentos serão depositados junto ao Governo do Reino Unido.

2. Esta Convenção permanecerá aberta para assinatura nos

arquivos do Governo do Reino Unido. A assinatura poderá ser aposta antes ou depois do depósito do instrumento de aceitação. Nenhuma aceitação será válida se não for precedida ou seguida de assinatura.

3. Esta Convenção entrará em vigor após ter sido aceita por vinte de seus signatários. As aceitações posteriores entrarão imediatamente em vigor.

4. O Governo do Reino Unido dará conhecimento a todos os membros das Nações Unidas do recebimento de todos os instrumentos de aceitação e da data na qual esta Convenção entrará em vigor de acordo com o parágrafo anterior.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram esta Convenção nas línguas inglesa e francesa, cujos textos são igualmente autênticos.

Feita em Londres aos dezesseis dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e cinco, em um só exemplar, nas línguas inglesa e francesa, cujas cópias autenticadas serão remetidas pelo Governo do Reino Unido aos governos de todos os Membros das Nações Unidas.

* * * * *

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (IBECC)

Pelo Decreto-lei nº 9.535, de 13 de junho de 1946, foi criado o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), como Comissão Nacional da Unesco, prevista no Artigo 7º da Constituição desta. Pelo Decreto nº 21.355, de 25 de junho do mesmo ano, foram aprovados os Estatutos do IBECC, mais tarde alterados pelos Decretos nº 38.283, de 9 de dezembro de 1955 e nº 51.986, de 2 de maio de 1963.

O IBECC, cujas finalidades e atribuições estão enumeradas nos seus Estatutos, é administrado por uma Diretoria e um Conselho Deliberativo, eleitos trienalmente por uma Assembléia Geral de que fazem parte todos os membros do Instituto, a saber: vinte delegados do Governo, nomeados pelo Presidente da República; um funcionário do Ministério da Educação e Cultura e um do Ministério das Relações Exteriores; e um representante escolhido de cada um dos grupos nacionais interessados nos problemas de educação, de pesquisa científica e de cultura e designados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores (tais grupos são atualmente cerca de uma centena).

Compõe-se a Diretoria de um Presidente e sete Vice-Presidentes e o Conselho Deliberativo de quarenta membros, sendo vinte eleitos pela Assembléia Geral dentre os representantes dos grupos culturais e os vinte delegados governamentais.

Junto à Diretoria do Instituto funciona a Secretaria, chefiada por um Secretário Executivo, que deve promover as medidas necessárias ao cumprimento das resoluções dos órgãos de direção do Instituto.

Para aperfeiçoar o seu trabalho técnico, de órgão assessor do governo brasileiro e elemento de colaboração com a UNESCO, instituiu o IBECC, em 1965, quatro comissões técnicas - que deverão auxiliar a Diretoria no exame do projeto bi-anual de programa e de orçamento da UNESCO e na execução das resoluções da Conferência Geral, bem assim no estudo de quaisquer medidas relacionadas com a ação da UNESCO e na apresentação ao governo brasileiro de indicações que facilitem a ação dos seus delegados as reuniões daquele organismo e o trabalho da representação permanente do Brasil junto ao mesmo.

Outros órgãos ligados ao IBECC são a Comissão de Bônus da UNESCO, encarregada de supervisionar a distribuição e a venda de bonus no país, atividade que tem tido marcado desenvolvimento a partir de 1965, e a Comissão Nacional de Folclore, a qual cabe incentivar, no Brasil, os estudos da cultura popular, e que já conta também com notável acervo de realizações.

Finalmente, tornando-se necessária, para o alargamento da ação do IBECC em todas as unidades da federação brasileira, a participação das autoridades estaduais, universidades e grupos culturais, o Instituto tem incentivado a criação, em cada Estado, de uma Comissão Estadual. Em vários Estados já foram instaladas comissões e em outros as medidas conducentes a tal fim estão sendo tomadas. Cumpre salientar, a este respeito, que a Comissão Estadual de São Paulo vem realizando, há vários anos, trabalho dos mais fecundos, no aperfeiçoamento do ensino experimental das ciências físico-naturais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DISTRIBUIÇÃO

Diutor 5/12/69.

Arquivado 16/12/69

JNER 3333/69

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
uc 457 Serviço de Assistência Técnica 9/12/69



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Em 4 de dezembro de 1969.

DCT/DCInt/ 3476/650.01(04)

PNUD.AT. Economia Educacio-
nal. UNESCO. INEP.

03333

5 DEZ 1969

Senhor Diretor,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que, dada a limitação de recursos destinados ao Brasil, em 1970, para o financiamento de missões de técnicos, através do setor Assistência Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não será possível renovar, no próximo ano, o posto de Economia Educacional, previsto no referido setor, até o final de 1970, e ocupado pelo Senhor R. C. J. von Gersdorff.

2. Entretanto, caso esse Instituto venha, no próximo ano, a necessitar da cooperação técnica fornecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em projetos prioritários no campo da educação, a Divisão de Cooperação Técnica estudará a possibilidade de atender ao pedido de Vossa Senhoria.

Ao Senhor Guido Ivan de Carvalho,

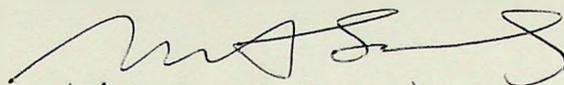
FCA/JRS

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MRE/DCT/DCInt/ 3476/650.01(04)/1969/2.

Senhoria.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha perfeita estima e consideração.



(Mário Augusto Santos)
Chefe da Divisão de Cooperação
Técnica

Of 1412

45 de dezembro de 1969

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Senhor Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das
Relações Exteriores.
: Perito da UNESCO.

Senhor Chefe:

Com referência ao seu Ofício DCT/DC/Int/3476/660.01 (04), e após entendimentos com o atual Secretário Geral, cabe-me dizer a Vossa Senhoria, inicialmente, que, em função dos trabalhos anteriormente desenvolvidos pela Mlle. Isabelle Deblé, em sua missão no Brasil, considerou-se prioritária a assistência técnica da UNESCO no campo da Estatística Educacional.

2. Nestas condições, e levando em conta a limitação de recursos destinados ao Brasil, em 1970, para o financiamento de missões de técnicos, seria de toda conveniência assegurar a continuidade dos trabalhos na mencionada área, mediante novo convite à Srta. Isabelle Deblé.

3. Como de outras vezes, a missão não seria muito longa, podendo dividir-se em dois períodos nos quais se desenvolveria a ação do técnico, simultaneamente, junto aos órgãos federais, regionais e estaduais. Esta, além de ser a melhor forma para estabelecer uma nova sistemática para as Estatísticas Educacionais, corresponde às necessidades já manifestadas por vários daqueles órgãos.

4. Portanto, respondendo à consulta de Vossa Senhoria, ca-
be-me declarar o interesse do aproveitamento no campo da Estatística
Educacional, a partir de 15 de março de 1970, do saldo dos recursos de
assistência técnica previstos para o próximo ano.

Atenciosamente,

Guido Ivan de Carvalho
Diretor

NOTE SOMMAIRE À L'ATTENTION DE DR. GUIDO IVAN DE CARVALHO
DIRECTEUR DU " INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS "

L'analyse rapide du problème des statistiques de l'éducation au Brésil conduit aux observations générales suivantes:

- 1º Actuellement, les données statistiques divulguées ne correspondent pas aux besoins de la planification.
- 2º Les données divulguées le sont - en général - avec un retard considérable. Par exemple les informations concernant l'enseignement du 1^{er} degré pour 1967 et 1968 ne sont pas encore connues.
- 3º La validité de ces données est le plus souvent contestable.
- 4º De nombreuses données sont relevées et jamais exploitées.

Causes: Les causes de cet ensemble de déficiences sont nombreuses. On peut les résumer ainsi:

- 1º) La finalité du S.E.E.C. n'est pas définie de façon précise et il n'apparaît nullement dans ses attributions prioritaires qu'il doit répondre aux besoins de la planification. Aussi, en 1969, par exemple, l'a-t-on vu s'occuper d'une enquête sur les diplômés de l'enseignement supérieur, absurdement irréaliste, et passer six mois à établir à l'intention de la COLFED un "cadastre" des établissements du 1^{er} et du 2nd degré et d'enseignement supérieur. Il est évident que ces demandes émanent de l'autorité à laquelle il est administrativement lié, la "Secretaria Geral" du M.E.C.
- 2º) La définition des données à relever et le plan des recensements à réaliser par priorité ne sont pas établis.
- 3º) Les relations entre le S.E.E.C., qui élabore les questionnaires et l'I.B.G.E. qui les diffuse et collecte les informations, sont mauvaises par manque de précision et par défaillances de l'une et l'autre partie: le S.E.E.C. n'envoie pas d'instructions suffisamment détaillées et les envoient souvent avec retard, l'I.B.G.E. renvoie les questionnaires remplis avec également bien de retard.
- 4º) Le contrôle du contenu des questionnaires n'est pas assuré ni prévu. Si celui qui remplit le questionnaire fournit volontairement des ren-

enseignements faux, nul ne s'en apercevra l'agent I.B.G.E. ne vérifiant que la cohérence générale des données. Un professeur peut écrire qu'il a telle qualification qu'il ne possède pas et que le nombre des redoublants de sa classe est deux fois moins élevé qu'en réalité.

- 5°) Le contrôle de cohérence des informations fournies, qui incombe à l'I.B.G.E. n'est pas toujours fait. Le S.E.E.C. reçoit des fiches où le nombre des filles est plus élevé que le total des effectifs... Par ailleurs, de nombreuses réponses ne sont pas fournies; c'est le cas des "items" concernant les redoublements et les âges par exemple.
- 6°) Les "manques" de celui qui doit fournir les informations sont immenses. Il m'a été donné de constater, à tous les niveaux, de l'Université à l'école primaire, l'incompétence de ceux qui "informent". Il se produit donc des erreurs involontaires - par incompétence, par désenvolture et méconnaissance totale de l'intérêt des statistiques, par incompréhension des questionnaires et des instructions, etc... - et des erreurs et omissions volontaires par crainte de l'utilisation des données fournies à des fins de sanction.
- 7°) Le S.E.E.C. manque de moyens

- en structure cohérente. Sa finalité étant exprimée en termes vagues, il s'ensuit une grande confusion dans la définition des tâches à accomplir. Il est inadmissible que les services administratifs exigent du S.E.E.C. les informations qu'eux mêmes devraient lui fournir. Il est inadmissible que le S.E.E.C. ne sache pas établir un plan d'exploitation répondant aux besoins de la planification.
- en personnel, tant en nombre qu'en qualification. Une cinquantaine de personnes dont le niveau est faible, qui travaillent souvent à temps partiel et dont les salaires sont bas, assurent la marche d'un service qui doit
 - élaborer les questionnaires pour l'ensemble des établissements du Brésil
 - les recevoir, les mettre en ordre
 - prévoir les plans d'exploitation des données
 - assurer la perforation mécanographique
 - établir les "programmes" pour les machines utilisées (tabulatrices -reproductrices et calculatrices couplées avec matériel mécanographique)
 - reproduire les résultats par ronéo et assurer la diffusion
 - et assurer la liaison avec les "imprimeurs" pour certaines publications, etc... etc...

Trop peu de personnes sont qualifiées pour savoir quelles données exploiter et comment.

- en équipement. L'équipement loué en 1969 avec les crédits de la COLMED, bien que représentant un énorme progrès sur les années précédentes, ne paraît insuffisant pour le Service des Statistique de l'Education de tout le Brésil.
- en moyens financiers de fonctionnement réguliers.

La régularité et la continuité sont indispensables à la production de bonnes statistiques. Il n'apparaît pas en examinant l'histoire du S.E.E.C. que ces conditions aient été assurées.

- 8°) Les statistiques sont un sous-produit de l'administration. L'administration de l'enseignement au Brésil a des carences graves qui mettent en jeu l'existence même d'un service statistique et évidemment altèrent son fonctionnement.

SUGGESTIONS

La fragilité du système statistique du Brésil est telle que si l'on ne veut pas courir le risque de voir de se prolonger l'absence de données, il convient d'intervenir avec précautions. Il m'apparaît que l'on peut envisager des mesures immédiates et à court terme, d'autres à plus long terme.

A court terme

- Il est urgent qu'un "organisme", une "commission", un "comité", quels qu'ils soient, composés de personnes compétentes c'est-à-dire connaissant le fonctionnement actuel du système d'enseignement et les besoins de la planification, et partie de la "Secretaria Geral", définisse

- les données à relever
- le plan des recensements à effectuer

et contrôle l'exécution

des travaux en ayant le pouvoir de faire assurer cette exécution. Il est vain de relever des données que l'on ne peut exploiter; or il est certain que le S.E.E.C. n'est pas en mesure d'exploiter les enquêtes lancées cette année avec mon orientation.

- Pour l'exploitation des enquêtes 1969, il m'apparaît indispensable de rechercher une aide extérieure au S.E.E.C.: "convénies" avec différents organismes? La SUDENE pourrait se charger de l'enquête "Pa'dias" pour le Nordeste; la CELEPAR après accord avec la SUDESUL, pour le Sud, etc...

L'exploitation des données âges et redoublements pour le 1^{er} degré 1967 devrait être confiée à un autre organisme avec des crédits spéciaux, etc.

- Si à plus long terme il convient d'envisager une réforme du S.E.E.C., pour l'instant il faut le doter de moyens supplémentaires, surtout en personnel compétent et en ressources financières pour payer ce personnel et exploiter les données existantes.
- Dans l'état actuel du fonctionnement de la statistique au Brésil, et devant le pluralisme des autorités responsables de l'enseignement, il est indispensable de continuer à utiliser le réseau d'agents I.B.G.E. Mais il serait souhaitable de commencer à chercher des formules pour que le contrôle des données fournies soit assuré par les services d'inspection de l'enseignement.

A long terme une réforme complète du système statistique est à envisager avec des étapes dans la réalisation, les différents états n'étant pas en mesure d'adopter au même moment les mêmes dispositions.

A mon avis,

un service central au sein du M.E.C. s'impose, mais doté de moyens électroniques,

- rattaché à la planification du M.E.C.
- chargé de l'élaboration des questionnaires après définition des données à relever et des plans de recensements à effectuer,
- chargé des plans d'exploitation, cette dernière étant exécutée au niveau estadual
- chargé de l'exploitation globale
- de l'impression et de la divulgation à l'échelon national.

Des publications propres au ministère devraient exister, l'I.B.G.E. les intégrant dans ses propres annuaires.

les services estaduais devraient peu à peu se situer dans les "Secretarias de Educação", celles-ci étant responsables des statistiques de l'éducation tant au niveau municipal que privé.

Ils devraient assurer la collecte des données - peu à peu l'utilisation des agents I.B.G.E. devrait s'avérer inutile -, leur critique, leur exploitation, la publication des données estaduales ronéotées voire imprimées si leurs moyens le leur permettent.

En priorité, ils devraient relever les données demandées à l'échelon national, mais pourraient évidemment réaliser des recensements plus complets adaptés à leurs besoins propres.

Cette réforme statistique va de pair avec la réforme administrative de l'Education.

Parallèlement, une immense tâche reste à accomplir pour améliorer la qualité et la validité des données recueillies.

- 1°) La définition des données et leur normalisation doit être entreprise d'urgence à l'échelon national comme à l'échelon estadual. Educateurs et administrateurs et planificateurs doivent mettre au point un langage commun.
- 2°) Ces définitions doivent être largement divulguées auprès des enseignants.
- 3°) Un minimum de formation statistique et d'information sur les statistiques de l'enseignement doit être systématiquement introduit dans tous les programmes des établissements de formation des enseignants et des administrateurs de l'enseignement, ainsi que dans les programmes de perfectionnement du personnel.
- 4°) Un travail particulier doit être réalisé à l'intérieur des universités.

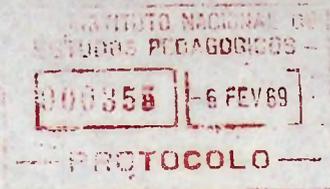
CONCLUSIONS:

Dans l'état actuel de la situation brésilienne, ce serait se leurrer qu'espérer une amélioration rapide de la production des statistiques de l'éducation, tant du point de la rapidité de production, que de la qualité des informations.

Mon rapport final donnera davantage de détails et de suggestion.

10/86

cc. : Chief of Mission, Brazil
Instituto de estudos nacionais
pedagógicos, Rio de Janeiro
Ruelle Deblé, Villejuif
ZOC
COM/AMK



DT/343/5

28 January 1969

COPIE

Dear Mr. Albertal,

This is to confirm the arrival of Miss I. Deblé on a six months mission in educational statistics on 15 February 1969.

I should be most grateful if you would make the necessary hotel reservations for Miss Deblé and also arrange for her to be met on her arrival in Rio de Janeiro. The flight number and estimated time of arrival will be cabled to you as soon as they are known to us.

You are authorized to pay the usual daily subsistence allowance for the period of the mission, six months, debiting Unesco by IOV quoting reference COM 8724 (C) A and I should be grateful if you would deliver to the consultant a statement indicating the amount received by her in local currency.

May I thank you in advance for your assistance and co-operation.

Yours sincerely,

Robert Gourribon
Administrative Unit,
Communication Sector

Ciste
[Signature]

Mr. Eduardo Albertal,
Resident Representative of the UNDP
Caixa Postal 743-ZD-02
Rio de Janeiro
(Brazil)

Approved
The Comptroller



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1969

1969

- 1) UNESCO - 672/63/64 - Educational Planning
2 peritos x 12 meses - \$ 46,200
 $\$ 46,200 \times \text{NCIt } 3,20 = 147.840,00$
 $147.840,00 \times 12,5\% = 18.480,00$

- 2) UNESCO - 714-63/64 - Educ. Adv. Prim. Educ.
1 perito x 12 meses - \$ 23,100
- NCIt 9.240,00

Total em 1969 = NCIt 27.720,00

1970

- 1) UNESCO 672/63/64 - Educ. Planning
2 peritos x 12 meses - \$ 46,200
Total - NCIt 18.480,00

- 2) UNESCO 672/63/64 - Educ. Statistics
1 perito x 6 meses - \$ 11,550
 $\$ 11,550 \times \text{NCIt } 3,20 = \text{NCIt } 36.960,00$
 $\text{NCIt } 36.960,00 \times 12,5\% = 4.620,00$

Total = NCIt 23.100,00

1971 e 1972

- 1) UNESCO 672/23/64 - Educ. Planning
2 peritos x 12 meses = NCIt 18.480,00

Total Geral: NCIt 87.780,00

UNESCO
Argumento
Custe



Dr. Péricles

Com os Cumprimentos

De acôrdo com combinação telefônica seguem anexo:

1. O Curriculum Vitae do candidato proposto pela UNESCO para o posto do Sr. Torfs (especialista em economia da educação). É o único candidato proposto pela Unesco, pois encontra dificuldade em encontrar candidatos à altura dêste posto
2. Cópia da descrição de tarefas

MISSÃO DA UNESCO NO BRASIL

do posto do Sr. Torfs, preparada
pelo Prof. Mascaro

Esclarecemos que o Prof. Mascaro
solicitou ao Sr. Plana Sala de
lhe encaminhar esta documentação,
para que uma decisão sôbre o
candidato proposto possa ser toma-
da agora na quinta ou sexta-feira,
antes de sua partida a Paris.

Com nossos agradecimentos

Antônio

Tel. 26-3123

1969

1970

1971

1972

TÍTULO DO PROJETO	H/M		CUSTO									
	Ex.	Fe.		Ex.	Fe.		Ex.	Fe.		Ex.	Fe.	
<u>UNESCO-672/63/64:</u> Educational Planning (Debrun, Torfs)	2/12		\$ 46,200	2/12		\$46,200	2/12		\$ 46,200	2/12		\$ 46,200
<u>UNESCO 672-63/64:</u> Educational Statistics.				1/6		\$ 11,550						
<u>UNESCO-755-63/64:</u> Educational Adviser on Primary Education. (Teacher Training). (Plana Sala)	12		\$ 23,100									

INEP

REQUEST FOR A COUNTRY PROJECT

COUNTRY:	TITLE: NUMBER:	AGENCY:
----------	-------------------	---------

A. Main objectives

A full description should be given of the objectives of the project. Where a request is for assistance in one specific aspect of a more general undertaking of the government, sufficient information should be given about the larger project to determine the specific objectives of the project within the larger context. The description of the objectives of the project should include its relation to the economic development plans or targets of the government.

B. Assistance requested

Describe the manner in which the assistance will meet the objective of the project. A brief job description for expert post and programme of study for fellows. Do not repeat in words the schedule of assistance described statistically on the project budget sheet. Describe briefly the nature of any equipment requested and the manner in which it will serve demonstration or training purposes. If the project is related to similar or complementary assistance provided under other sectors of the UNDP or under other multilateral or bilateral programmes this relation should be described in detail.

C. Counterpart support of the government

Describe the arrangements which the government has made or will make for the support of the project including the provision of counterpart staff, candidates for fellowships, building and equipment, secretarial and transportation facilities for individual experts, and budgetary provisions.

D. Future of the project

Describe the plan of the government for continuation of the project after international assistance has been completed.

..... E. Project Budget attached.

PROJECT B/DONE

COUNTRY:	TITLE: Population Census NUMBER: 68/5						ORGANIZATION: United Nations	
DESCRIPTION	1969		1970		1971		1972	
	n/m	Cost US \$	n/m	Cost US \$	n/m	Cost US \$	n/m	Cost US \$
<u>EXPERTS</u>								
Statistician	6	11,550	12	23,100	12	23,100		
Demographer	12	23,100	12	23,100				
<u>FELLOWS</u>								
Computer Programming	6	3,400	6	3,400				
Statistician	12	5,800						
<u>EQUIPMENT</u>								
Vehicles		2,000		5,000				
		5,000						
TOTAL :		50,850		52,600		23,100		

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
Z C-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

enderço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 26-3123
telégrafo : UNESCO RIO DE JANEIRO

BMS/BRA/ 4436

Assim

14 de fevereiro de 1969.

Ilustríssimo Senhor
Professor Carlos Corrêa Mascaro
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro - GB

Acabo de receber comunicação da Senhorita Isabelle Deblé de que acometida de um mal súbito, terá de ser operada, não podendo, portanto voltar ao Brasil no dia 15 do corrente, como previsto.

Espera, entretanto, a Senhorita Deblé restabelecer-se breve para continuar o seu trabalho aqui e solicita que sejam avisados deste contratempo, Vossa Senhoria, em particular, bem como todos que contavam com sua volta imediata.

Junto-me à Senhorita Deblé, na expectativa de um breve retorno, apresentando na oportunidade protestos de elevada estima e consideração.

A caror e ap. c. de car.
CTC

Jean Labbens
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil

28 fevereiro de 1969

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

: Acusando recebimento de comunicação

Senhor Chefe da Missão:

Esta Diretoria tomou ciência da comunicação que faz V. Sa. sobre o estado de saúde da Senhorita Isabelle Deblé, em decorrência do qual está ela impedida, no momento, de retornar ao nosso país, para aqui reiniciar suas eficientes atividades.

Lamentando profundamente o desagradável motivo pelo qual somos constrangidos a ser-nos privados da cooperação da Senhorita Deblé, desejamos expressar-lhe, através da Missão da UNESCO no Brasil, nossos votos de pronto restabelecimento e muito breve retorno.

Nesta oportunidade, apresento protestos da mais elevada consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Ilmo. Sr.
Dr. Jean Labyens
DD. Chefe da Missão da UNESCO no Brasil
Cx. Postal, 3872

NESTA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - INDA

Of. INDA-P nº 1098/2268/69

Rio de Janeiro, GB

Em, 27. 11. 65

Senhor Diretor,

Tenho o prazer de acusar o recebimento do Ofício SAT nº 64/69, de 20 do corrente e responder-lhe que será motivo de real satisfação receber neste Instituto a visita do representante da UNESCO, Senhor Ralph Von Gersdorff.

Com protestos de estima e apreço,

Jerônimo Dix-huit Rosado Maia
Jerônimo Dix-huit Rosado Maia
Presidente

Agente

Ilmo. Sr.
GUIDO IVAN DE CARVALHO
DD. Diretor do INEP e
Coordenador Geral do SAT
Ministério da Educação e Cultura-MEC
N e s t a

MLM/jr:-

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



endereço : Rua Wenceslau Draz, 71
telefone : 26-3123
telégrafo : UNESCO RIO DE JANEIRO

BMS/BRA/ 4410

organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

ESTUDOS PEDAGÓGICOS

000357

6 FEV 69

PROCOLO

Arquivar

31 de janeiro de 1969.

Prezado Professor Mascaro,

Referindo-me à carta de Vossa Senhoria de 17 de outubro passado dirigida a esta Missão, sobre a possibilidade de obtenção de uma Bôlsa de Estudos para a Professora ZENAIDE VIEGAS afim de aperfeiçoar-se em Educação Pré-Primária na Europa, venho pela presente confirmar o que já tivemos a oportunidade de falar pessoalmente, se bem que de forma generalizada.

O orçamento da Unesco sendo muito reduzido, dificilmente obtém-se bôlsas a não ser para os cursos específicos organizados periodicamente sob os auspícios da Organização. Ora, não tem figurado entre os mesmos a Educação Pré-Primária.

Quer nos parecer que este seria um caso a ser eventualmente atendido pela assistência bilateral, que oferece um número apreciável de bôlsas no campo da educação.

Aqui ao inteiro dispor, aproveito o ensejo para reiterar protestos de estima e consideração.

Jean Labbens
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil

Ilustríssimo Senhor
Professor Carlos Corrêa Mascaro
M. D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro - GB

Prontidão consulte ao Sr. Elvira Chagas - respeito de atividades no âmbito da Missão
Carla
6-2-69

24 de fevereiro de 1969

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Chefe da Delegação do Brasil junto à UNESCO

Bolsa de Estudo

Senhor Embaixador:

Tenho a honra de vir à presença de V. Excia. para, data venia, solicitar os seus valiosos bons ofícios no sentido de ser obtida uma bolsa de estudos para a Prof^a. ZENAIDE VIEGAS que, como foi por esta Diretoria apresentada candidata a aperfeiçoamento em educação pré-primária, sendo seus papéis encaminhados ao Escritório da Missão da UNESCO, nesta Capital, por solicitação do seu então Chefe Prof. John Howe.

Acabo de receber, entretanto, do Sr. Labbens a informação de que "O orçamento da UNESCO sendo muito reduzido, dificilmente obtem-se bolsas a não ser para os cursos específicos organizados periodicamente sob os auspícios da Organização. Ora, não tem figurado entre os mesmos a Educação Pré-Primária. Quer-nos parecer que este seria um caso a ser eventualmente atendido pela assistência bilateral, que oferece um número apreciável de bolsas no campo da educação".

Trata-se, na realidade de uma candidata por cujo atendimento esta Diretoria muito se empenha, empenho que se justifica não só em consideração ao seu "curriculum vitae" - (cópia a-

Exmo. Sr.

Embaixador Carlos Chagas

Chefe da Delegação do Brasil junto à UNESCO

Place Fontenoy

Paris, 7^a.

nexa) - como pelo fato de ser ela candidata que o Eng. Silvio Fernandes Lopes, Prefeito Municipal de Santos deseja nomear, após o aperfeiçoamento, para o cargo de Diretora do Ensino Pré-Primário daquela importante cidade, que se distingue pelo fato de possuir um dos mais extensos e bem organizados sistemas de ensino elementar no Estado de São Paulo.

De acôrdo com informações que obtive de assessores desta Diretoria que entrevistaram a candidata, posso garantir a Vossa Excelência que se trata de uma professora capaz e dedicada, há longos anos militando no magistério primário, recomendada pelas autoridades locais como elemento da escol embora sem curso de nível superior em condições de retirar excepcional proveito de um estágio de especialização e aperfeiçoamento no estrangeiro para continuar servindo à causa da educação naquele importante centro urbano de população operária.

A Prof^a. Viegas vem frequentando regularmente curso de francês para submeter-se ao teste de proficiência sempre exigido.

Aguardando a resposta de Vossa Excelência prevaleço-me do ensejo para reafirmar-lhe, Senhor Embaixador, o testemunho de minha subida consideração.

Carlos Correa Mascaro

A TRIBUNA

R. GEN. CAMARA, 90-94
SANTOS

Santos, 24 de agosto de 1968.

DEPARTAMENTO CULTURAL

Caríssimo Mascaro:

Aqui vai o "curriculum vitae" da Zenaide Viegas. Verá V. pelos officios do prefeito e do Secretário da Educação que não exagerei na apreciação dos méritos da minha candidata.

Os cursos que realizou, os congressos a que compareceu evidenciam uma professora sempre atenta à renovação cultural e profissional, fato tanto mais de louvar quanto se sabe do pouco estímulo e da raridade de oportunidades que são oferecidas ao professorado das cidades não capitais. Extra-oficialmente é oportuno informá-lo ^{de} que a Zenaide vai ser nomeada, dentro de poucas semanas, chefe do Departamento de Ensino Pré-Primário e de Recreação Infantil da Prefeitura Municipal de Santos e nesse posto assumirá a responsabilidade da educação de cerca de três mil crianças e a orientação de 80 professoras, entre efetivas e substitutas.

Mas a renovação do ensino pré-primário ~~xxx~~ implicará na renovação do próprio ensino ~~xxxx~~ primário municipal, 11 grupos escolares e várias escolas isoladas, cujo efetivo é superior a 12 mil crianças, atendidas por um corpo docente de cerca de 450 professores.

Entre os títulos que apresenta a Zenaide quero destacar a bolsa de que gozou no C. R. P. E. de São Paulo, conquistada através de concurso entre o professorado municipal santista. Nem é ocioso chamar a sua atenção para o fato de que foram confiados à Zenaide pelas autoridades municipais de Santos e Guarujá os cursos de audiovisuais ministrados ao seu professorado.

Inteligente e dotada de espírito de liderança,

A TRIBUNA

R. GEN. CAMARA, 90-94
SANTOS

-2-

DEPARTAMENTO CULTURAL

de iniciativa, de seguro domínio de relações humanas, estou certo de que no elevado cargo que lhe vai ser confiado irá exercer influência saudável e duradoura no ensino santista.

Bastante jovem para dispor de largo tempo a consagrar ao ensino, possui suficiente maturidade e experiência para que a bolsa de estudos, com ^{que} será justamente premiada, seja eficazmente aproveitada.

Creio, pois, meu caro Mascaro, que a Zenaide dispõe das qualificações que a sua orientação no I. N. E. P. exige, muito judiciosamente, para as suas bolsistas.

Estou seguro de que o não decepcionarei nem me decepcionarei.

Com um abraço muito cordial do

Correia

af 1210

17 de outubro de 1968

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

: Solicita Bôlsa de Estudo

Senhor Chefe da Missão:

Em ofício a mim dirigido, o Eng^o Sílvio Fernandes Lopes, Prefeito Municipal de Santos, solicitou os bons ofícios do INEP no sentido de obter para a Prof^a ZENAIDE VIEGAS uma Bôlsa de Estudo a fim de aperfeiçoar-se em Educação Pré-Primária em um centro especializado na Europa.

Pelo "curriculum vitae" da candidata, que juntou ao referido ofício, e do qual encaminho uma cópia a Vossa Senhoria, verifica-se tratar-se de professôra com alta dose de responsabilidade profissional e significativa fôlha de serviços em vários anos de atividade no campo da educação infantil. Sua atuação a fez naturalmente indicada para ocupar o cargo de Chefe do Departamento de Ensino Pré-Primário e de Recreação Infantil da Prefeitura Municipal de Santos, a cujo quadro pertence e onde vem continuamente se especializando em programas de treinamento e serviço, no setor do ensino no pré-primário.

Além dos muitos cursos que frequentou sôbre metodologia, psicologia, recreação e arte infantil, vem promovendo, através da Secretaria de Educação de seu município, o terceiro em população no Estado de São Paulo, várias "Mostras e Cursos de Especialização em Recursos Audiovisuais", destinados a professores primários da região. Sua experiência, porém, é mais ampla, tendo já participado de Encontros nacionais e interamericanos.

Por ser recomendada, ao mesmo tempo, pelo Sr. Diretor do

Ilmo. Sr.

Dr. J.M. Plana Sala

DD. Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

N e s t a

Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Guarujá-Prof. Luiz de Oliveira, e pelo Sr. Prefeito Municipal de Santos, mas, sobretudo, tendo em vista a extensão e nível do currículo a apresentado, sinto-me à vontade para encaminhar o assunto à consideração de Vossa Senhoria, na certeza de que em breve possa ela vir a ser indicada para a Bôlsa que pretende, na França, na Suíça, na Bélgica, ou em outro país, indicado por Vossa Senhoria ou pelo órgão competente dessa instituição.

Estou certo do efeito multiplicador do aperfeiçoamento da Prof^a Zenaide Viegas, em virtude da liderança que exerce desde já no seio do professorado municipal santista.

Agradecendo de antemão a atenção que Vossa Senhoria houver por bem dar ao assunto, aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Chefe da Missão, protestos de minha distinguida consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor



GP. 286

PREFEITURA MUNICIPAL
SANTOS

Santos, 9 de agosto de 1968.

Senhor Diretor

Por diversas feitas declarei ao iniciar o meu govêrno que a tônica da minha administração seria a educação.

Dando cumprimento a tal propósito construí, com a ajuda parcial do FECE, até o presente, seis grupos escolares de grande capacidade, um colégio estadual com 15 salas de aulas, além de quatro laboratórios, biblioteca, sala de desenho e outras salas especiais, estando em construção o prédio do Colégio Comercial Acácio de Paula Leite, que atenderá a cerca de dois mil estudantes, dois parques infantis para receber mil e duzentas crianças e mais quatro outros grupos escolares, que serão concluídos até o fim do ano em curso.

Mas a preocupação da administração municipal não se limitou ao aspecto quantitativo do problema educacional, já que inauguramos o processo de ingresso ao magistério através de criterioso concurso de provas e de títulos e promovemos dezenas de cursos de atualização e de aperfeiçoamento para o magistério, aos quais também tiveram acesso professores estranhos aos quadros municipais.

Tive a satisfação de ver inauguradas durante a minha gestão as primeiras classes municipais de ensino pré-primário, além de promover a expansão do ensino para excepcionais, eficazmente assistidos pela Clínica de Orientação Infantil, subordinada à Secretaria da Saúde da Prefeitura.

Pode assim acreditar V. Excia. na satisfação com que recebi através do meu amigo e assessor educacional, prof. Luis F. Carranca, a notícia de que V. Excia. havia decidido sugerir o nome da profa. Zenaide Viegas para uma bolsa de estudos na Europa.

Pela eficiente colaboração que a Sta. Zenaide Viegas tem prestado à administração do ensino municipal, na realização de cursos de aperfeiçoamento para o magistério e na organização de mostras de material audiovisual, a indicação a ser feita por V. Excia. representa uma contribuição de vulto para a elevação do padrão dos ensinos primário, pré-primário e de recreação infantil mantidos por esta Prefeitura, cujo efetivo é superior a quinze mil crianças.

Cumpre-me, pois, senhor Diretor, agradecer a prova com que V. Excia. distingue o esforço educacional da Prefeitura de Santos, ao mesmo tempo em que lhe reafirmo todo o meu apreço e admiração.



PREFEITURA MUNICIPAL
SANTOS

GP. 286

Atenciosamente



ENGº SILVIO FERNANDES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Ao

Excelentíssimo Senhor

Prof. Dr. Carlos Correa Mascaro.

Digníssimo Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

RIO DE JANEIRO - GB.



Prefeitura Municipal de Santos

Ofício N.º

Santos, 15 de agosto de 1968

Senhor Diretor :

Acaba de me comunicar o meu prezadíssimo amigo, prof. Luis F. Carranca, que obteve de V. Excia. a indicação do nome da profa. Zenaide Viegas para uma bolsa de estudos na Europa.

E sinto do meu dever expressar-lhe que não sei o que preferivelmente deva destacar, se a valiosa contribuição que trará ao ensino municipal santista tão importante ajuda, se a escolha acertada do nome da bolsista. Trata-se, efetivamente, de um elemento de elite do magistério santista a quem tenho entregue, desde o início de minha gestão, a missão de organizar, dirigir e ministrar cursos de aperfeiçoamento no emprego dos processos audiovisuais para o professorado municipal primário, pré-primário e de recreação infantil, de cujos encargos sempre se desincumbiu com o maior brilho.

Mantendo a Prefeitura de Santos um quadro docente superior a 450 professores, entre efetivos e substitutos, e estando esta Secretaria empenhada no desenvolvimento dos ensinos pré-primário e de recreação e no propósito de criar Escolas Maternais, além de prosseguir na tarefa de aprimorar o curso primário, a estada nos grandes centros da Europa de um elemento do valor profissional da profa. Zenaide Viegas, afigura-se-me uma ajuda da mais alta valia dentro do programa que estamos executando.

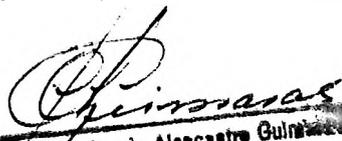
Com os meus melhores agradecimentos quero renovar a V. Excia., senhor Diretor, as expressões da minha admiração e subido apreço.

Ao Exmo. Snr.

Prof. Dr. Carlos Correa Mascaro

DD. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

RIO DE JANEIRO.


João Carlos de Alencastre Guimarães
Secretário de Educação e Cultura

Proc 18EP/248
23.1.65

22 1

159
PR. 18EP/248
Administração Regional



Señor Director,

Tengo el honor de tener referencial de oficio de su oficio, de 1 de mayo de 1965, por el cual solicita la asignación, por 12 meses, de un auxiliar técnico para 1965 del programa de Asesorías Técnicas para el Desarrollo (ATD) de la Oficina de Asesoría Técnica y Estudios de Asesoría de la Administración Escolar.

En el ínter, juntamente con los otros auxiliares del Instituto Nacional de Estudios, Investigaciones y Estadísticas Educativos (INIEE), el Centro Nacional de Estudios Educativos (CNEE), el Consejo de Asesoría Técnica (CAT) y el Centro de Asesoría Técnica (CAT), para el programa de Asesorías Técnicas para el Desarrollo (ATD).

Entretanto, estando bajo averiguación junto a UNICEF y el PAHO, e las otras organizaciones de asesoramiento técnico de la Administración Escolar, se está en proceso de asignación de un auxiliar técnico en Administración Escolar, al momento de la

que indique que o técnico a ser eventualmente selecionado possa começar seus trabalhos no Brasil antes do primeiro semestre do ano em curso.

4. Nessas circunstâncias, a Comissão Nacional de Assistência Técnica, em vista da alocação total dos recursos colocados à disposição do Brasil pelo PNUD em 1969, decidiu transferir 9 (nove) meses da previsão do posto de métodos e técnicas em Administração Escolar junto a esse Instituto para um projeto prioritário brasileiro, de amplas repercussões nacionais.

5. Entretanto, caso a UNESCO venha a encontrar uma candidatura adequada antes da data prevista e os três meses/período à disposição do INEP se mostram insuficientes para o financiamento do técnico, esta Comissão se compromete a providenciar os fundos necessários ao pronto preenchimento do posto em aprêço, pelo período que for necessário em 1969 e eventual prorrogação em 1970.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa senhoria os protestos da minha perfeita estima e consideração.


(Mário Augusto Santos)
Diretor-Executivo, Intérim, da
Comissão Nacional de Assistência Técnica.

SUGESTÕES PARA O FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS
NO BRASIL (1)

por Ralph von Gersdorff, UNESCO
Rio de Janeiro, fevereiro 1969

	Página
A. Necessidade e urgência de se promover a educação no Brasil	1
B. Financiamento interno	1
I. Economias possíveis	1
a. Pesquisas sobre os custos da educação	1
b. Pesquisas sobre o rendimento da educação	1
c. Estandarização da contabilidade educacional	2
II. Financiamento pelo Estado	2
a. Salário educação	2
b. Financiamento pelas Forças Armadas	2
c. Emissão de obrigações ou debêntures reajustáveis .	2
d. Bolsas a estudantes e subsídios aos bancos de desenvolvimento	3
III. Financiamento pelo sistema bancário	3
IV. Financiamento nas firmas, associações profissionais e igrejas	5
V. Financiamento por cooperativas escolares	5
VI. Financiamento por indivíduos particulares	6
C. Financiamento externo	6
ANEXO I : Roteiro para a preparação de projetos educacionais	
ANEXO II: Convênio Banco Mundial/UNESCO	
ANEXO III: Programa da UNESCO no campo do financiamento da educação	

- (1) As opiniões expostas neste trabalho são opiniões pessoais do autor e não são, necessariamente, aquelas da UNESCO ou do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura).

SUGESTÕES PARA O FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS
EDUCACIONAIS NO BRASIL

Por RALPH VON GERSDORFF, UNESCO
Rio de Janeiro, fevereiro de 1969

A. Necessidade e urgência de se promover a educação no Brasil

1. A importância da educação num país pode ser avaliada, quando se considera um Estado cujo capital físico foi quase completamente destruído e desmontado, mas que possui uma população que dispõe de conhecimentos técnicos suficientes. A reconstrução, então, pode ser efetuada num período relativamente curto (como se deu na Alemanha depois da 2ª Guerra Mundial). Se, ao contrário, a população não dispuser de conhecimentos suficientes para poder explorar seus recursos naturais e matérias primas importadas, não será possível um desenvolvimento rápido.

2. Um progresso econômico e social mais acelerado depende em grande parte do aperfeiçoamento do sistema educacional. É preciso que o Brasil, que já dispõe de quadros técnicos, mobilize todos estes recursos para uma auto-ajuda no campo da educação.

3. Todos os brasileiros devem ser incentivados a estudar e todos os que o desejem devem poder fazê-lo. Por outro lado, todos aqueles que podem ensinar deveriam fazê-lo, contribuindo com uma cota de sacrifício em esforço e tempo.

4. Ao mesmo tempo, todo o espaço não utilizado durante certas horas nas escolas, universidades, institutos, igrejas e salas de reunião, poderia ser aproveitado.

5. Os meios de comunicação e os métodos modernos deveriam ser postos a serviço do ensino, tais como a imprensa, o rádio, a televisão, os satélites, o cinema, os museus e as bibliotecas.

B. Financiamento interno

I. Economias possíveis

a. Pesquisas sobre os custos da educação

6. Em primeiro lugar, o Brasil tem que aproveitar melhor o que já existe, fazendo pesquisas sobre os custos da educação. Há já alguns meses que o INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) vem realizando um estudo neste sentido, cujos resultados devem ser publicados em meados deste ano.

b. Pesquisas sobre o rendimento da educação

7. A análise daqueles dados permitiria o cálculo do rendimento das escolas, faculdades e institutos isolados, de vários tipos de educação, assim como avaliar a contribuição da educação ao produto nacional. Possibilitaria também identificar as várias possibilidades de se fazer economias e de aumentar o rendimento e a eficiência do sistema educacional.

c. Estandarização da contabilidade educacional

8. Estes dados e sua análise também poderiam tornar possível a elaboração de um sistema de processamento de dados e de contabilidade que permitisse a rápida obtenção de índices de rendimento e outros.

II. Financiamento pelo Estado

a. Salário-educação

9. Cabe ao Estado financiar o sistema educacional, em primeiro lugar, com o produto dos impostos e é certamente desejável que haja um imposto especial para a educação. Mas é preciso que os contribuintes compreendam a utilidade deste imposto que recai sobre suas empresas. É o caso, no Brasil, do salário-educação.

b. Financiamento pelas Forças Armadas

10. As Forças Armadas, que já ajudam na construção de estradas de rodagem, pontes e outras obras de infra-estrutura, poderiam contribuir para a expansão da educação primária e de adultos (alfabetização e educação cívica (1)), por exemplo. No Irã foi organizado com êxito um "Exército do Saber" (2). Este exército é recrutado entre os graduados das escolas secundárias, treinados em regime militar, durante um período de 16 meses, em pedagogia, para a alfabetização, o ensino agrícola, de higiene e saúde, no escotismo e nos desportos. Recrutam-se, também, o "Exército da Saúde" e o "Exército de Desenvolvimento Agrícola" que são, porém, menos numerosos. Muitos soldados do "Exército do Saber" continuam a servir como professores primários depois de terminados o serviço militar e o serviço na escola primária (14 meses) e os melhores podem estudar pedagogia na universidade. Os resultados das pesquisas aplicadas que realizam são impressos e distribuídos a todos os soldados do "Exército do Saber". A contribuição financeira dos habitantes das aldeias já é maior que os gastos públicos para os três primeiros grupos do "Exército do Saber". Só para a construção de escolas esta contribuição tinha o valor de 4 milhões de dólares americanos. O custo por aluno é apenas a quarta parte do que seria numa escola ordinária do Ministério da Educação. A Missão da UNESCO no Irã está preparada para fornecer todos os dados suplementares.

c. Emissão de obrigações ou debêntures reajustáveis para financiar escolas

11. Em municípios onde há falta de escolas de um certo tipo, poder-se-ia pensar em emitir obrigações para a educação ("school-bonds" nos Estados Unidos) em pequenos valores (por exemplo obrigações no valor mínimo de 10 Cruzeiros Novos) para o financiamento de escolas municipais. Estes municípios poderiam vender as obrigações a bancos de desenvolvimento. As escolas profissionais poderiam contribuir com sua produção para o pagamento dessas dívidas. Por enquanto o mercado de papéis ainda não está sobrecarregado. O Conselho Monetário Nacional (CMN) informou recentemente que as poupanças deixam de ser dirigidas para a produção (3).

(1) Faltam ainda livros de educação cívica para os vários níveis de educação no Brasil, que ensinem não só a organização política como também a organização econômica e social.

(2) Ver AMIR BIRJANDI: "El Proyecto del Ejército del Saber en Iran, un plan de trabajo para el desarrollo rural", Ministerio de Educación, Organización del Ejército del Saber, Teheran, setembro 1966.

(3) Ver O Globo, 15 de fevereiro de 1969, p. 10.

12. Pais que desejam um determinado tipo de educação para um ou vários filhos poderiam pagar "poupanças educação" num Fundo que funcione como Caixa Econômica, que forneça empréstimos a estudantes, reembolsáveis quando estes estiverem empregados, com a assistência dos serviços dos conselheiros para as diversas carreiras e das agências de emprego já existentes ou futuras.

d. Bolsas a estudantes e subsídios aos bancos de desenvolvimento

13. É claro que deveria continuar o sistema de bolsas de estudos aos estudantes que as merecem e precisam, mas é também necessário que os pais com filhos em escola pública, que possam pagar, o façam.

14. Por outro lado, o Governo deveria estudar as possibilidades de subvencionar os bancos de desenvolvimento que prestam serviços não pertinentes a suas funções de crédito propriamente ditas, tais como programas de treinamento, conselhos financeiros, comerciais e técnicos aos seus devedores, estudos de mercado e de factibilidade em busca de oportunidades de investimento, promoção da industrialização, etc.

III. Financiamento pelo sistema bancário

15. Os bancos de desenvolvimento deveriam ajudar no financiamento dos projetos que estão enumerados no plano de desenvolvimento, incluindo projetos educacionais, canalizando poupanças particulares voluntárias aos investimentos planejados. Para este fim, eles podem competir com os bancos comerciais, oferecendo melhores condições de juros, liquidez e transferências aos depositantes e poupadores a prestações. Podem, ainda, oferecer obrigações e debêntures vantajosas, pagáveis à vista com taxas de juro atraentes, "selos de poupança" para pequenas economias que devem ser colocadas em cadernetas. Deste modo, os pequenos poupadores se tornariam co-proprietários de um fundo de investimento. Se eles pouparam regularmente, podem acumular fundos para a educação de seus filhos, para despesas de saúde imprevisíveis, para a compra de moradia, para a velhice, etc. Pagar-se-iam prêmios aos poupadores regulares. Seguro de pecúlio deveria ser organizado para os objetivos da poupança. Este sistema seria ligado ao pagamento de prêmios para uma apólice de seguro de vida de uma companhia particular de seguros ou do seguro social.

16. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico iniciou estudos visando ao lançamento de seus próprios títulos no mercado, com o objetivo de captar poupanças populares para reaplicações (1). O ingresso do BNDE no mercado de capitais é um imperativo pela necessidade das empresas nacionais terem de obter recursos a baixo custo, sem agravar, como agora ocorre, a sua linha de produção. É indiscutível, segundo o órgão, a importância do mercado de títulos para incentivar e incrementar a poupança popular voluntária, bem como elevar o percentual da população na propriedade dos meios de produção. Representará o ingresso do BNDE no mercado de capitais a elevação do mercado financeiro, quer em termos de qualidade pois vai dispor de recursos para aplicar exclusivamente na produção, ou de quantidade. Para tal, está sendo criado o FUNGIRO, mais um Fundo vinculado ao BNDE e que se destina a incrementar o capital fixo e amparar o capital de movimento. O ingresso do banco no mercado se fará através do sistema de "underwriting", de títulos patrimoniais (debêntures e cédula industrial pignoratícia) e através de títulos do próprio BNDE. Cogita ainda o banco de organizar "pools" com os bancos de inves-

(1) Ver O Globo, 15-2-1969, p.10, e R. von GERSDORFF: "Saving, Credit and Insurance: in Brazil", Government Printing Office, Barbados, Indias Ocidentais, 1962.

timentos, a fim de possibilitar agentes para amparo das empresas que procuram a capitalização através da poupança popular. A direção do Banco deverá apreciar, nos próximos dias, o regulamento interno, que orientará as futuras operações com debêntures. Ainda não foi estipulado o montante inicial para operações com o novo papel, pois isso dependerá da solicitação do mercado. É de se esperar que o BNDE venha também a financiar mais projetos educacionais, em cooperação com o IPEA do MINIPLAN, do MEC e do INEP.

17. Se bem que a mobilização de capitais para as empresas seja uma condição para o crescimento econômico geral, ela não é a única solução. O crescimento depende também da disponibilidade e da mobilização de duas outras condições: conhecimentos técnicos que possam ser utilizados e mercados que possam ser servidos. O capital sozinho é estéril, como também o são os dois outros fatores isolados. Conhecimentos não utilizados ou não transmitidos não podem contribuir para o desenvolvimento econômico, assim como não pode ser satisfeita a demanda de mercado. Por esta razão o desenvolvimento de um mercado de capitais é necessariamente ligado ao desenvolvimento de um mercado para a mobilização dos conhecimentos e de um mercado para a mobilização da demanda. Para o primeiro devem ser organizados programas de treinamento nos conhecimentos necessários à produção e à aquisição de experiências; para o segundo, deve existir poder de compra para tornar efetiva a demanda e contato com a demanda, através da propaganda, levantamentos e relações públicas. Se qualquer um desses mercados se desenvolver lentamente, também será muito lento o desenvolvimento do mercado de capitais. Por outro lado, o desenvolvimento de cada um vai contribuir para o desenvolvimento dos outros. O maior incentivo para o crescimento econômico deve vir do interior de uma economia e, neste sentido, todos os três mercados tem igual importância.

18. Os bancos de desenvolvimento deveriam ser autorizados a fornecer bolsas reembolsáveis e a dirigir um instituto de treinamento na administração de empresas, em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas, e as universidades brasileiras e estrangeiras para formar técnicos para as empresas industriais e outras que desejem aumentar sua rentabilidade.

19. Como os próprios bancos de desenvolvimento ainda se ressentem da falta de pessoal técnico qualificado e experiente, a má qualidade da avaliação de projetos é muitas vezes a maior debilidade destes bancos. Como a avaliação é de suma importância, o Banco Mundial, a Companhia Internacional de Financiamento (International Finance Corporation, I.F.C.) e outros bancos estrangeiros de desenvolvimento, dão assistência aos Bancos de desenvolvimento brasileiros neste campo, em seus departamentos e no Instituto de Desenvolvimento Econômico (Economic Development Institute) em Washington, D.C. Parece possível também uma ajuda mútua entre os bancos de desenvolvimento brasileiros: os bancos de maior experiência num determinado campo dariam assistência a outros de menor experiência.

20. Na avaliação dos projetos educacionais, os bancos de desenvolvimento poderiam obter a assistência técnica do IPEA, do MEC e do INEP. É necessário fornecer diretrizes para a elaboração de tais projetos, como já foi feito pelo Banco Mundial (Anexo I) e estabelecer um convenio entre o BNDE e os outros bancos de desenvolvimento de um lado e o MEC de outro, nos moldes do contrato entre o Banco Mundial e a UNESCO (Anexo II).

IV. Financiamento nas firmas, associações profissionais e igrejas

21. Nos países já bem desenvolvidos, quase não existe empresa de grande porte sem um programa de treinamento no trabalho ("on the job training") dentro do expediente de trabalho. A tendência é garantir, na hora da admissão, a reciclagem para aprender novas técnicas. É muitas vezes mais barato treinar a mão-de-obra especializada dentro do país do que empregar peritos vindos do estrangeiro. Também no Brasil todas as empresas (inclusive os bancos) deveriam fazer um esforço maior do que atualmente fazem, por exemplo de financiar o SENAI e o SENAC. A reciclagem permanente tem que ser organizada o mais cedo possível. Grandes firmas têm pessoal suficientemente capacitado para organizar cursos de reciclagem, mas empresas médias e pequenas têm que reunir esforços para organizar os respectivos cursos.

22. Para este tipo de treinamento, poderiam ser utilizadas as facilidades das associações profissionais já existentes, suas salas de reunião, centros de produtividade e o grande número de membros que poderiam dar aulas, dirigir seminários, etc. O Centro de Produtividade da Indústria no Recife, por exemplo, já organizou muitos cursos sobre variados assuntos no campo da administração de empresas (1).

23. Numa reunião em Valinhos, Estado de São Paulo, 27-30 de janeiro de 1969, representantes da igreja católica de vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, resolveram empreender a planificação sistemática da educação católica e entrosá-la com o planejamento educacional do Estado. É evidente que o clero também poderia contribuir mais para a educação do que o faz atualmente, e colocar à disposição do ensino muito espaço nas igrejas, conventos e outros prédios.

24. A educação é uma das indústrias mais importantes e das mais intensivas em trabalho ("labor-intensive industry"), utilizando, além disso, materiais de muitas outras indústrias (construção, mobílias, papel, impressão, material de laboratório, aparelhos de televisão - quando a televisão educativa fôr introduzida em larga escala no Brasil -, filmes e slides educativos, etc.). Por isso, convém que uma colaboração estreita entre o MEC e as diversas indústrias que fornecem material educativo se estabeleça o mais cedo possível, sob a forma de convênios. Deste modo, indústrias e bancos de desenvolvimento poderiam ser informados sobre as atividades no campo da educação, ainda na fase de identificação de projetos educacionais, fazendo parte das missões de estudo destes projetos. Como modelo poderia servir o Programa de Cooperação com a Indústria da F.A.O., Roma. No Brasil, já funcionam a Fundação Nacional de material escolar (FENAME) e a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), ambos do MEC, que poderiam trabalhar neste sentido.

V. Financiamento por cooperativas escolares

25. Também neste setor muito já foi feito no Brasil como já disse Fábio Luz Filho em livro editado pelo Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, em 1960. De fato, em lugares onde ainda não existe escola, o método mais prático de organizar o ensino rapidamente é a auto-ajuda pela

(1) Ver Ralph von Gersdorff: "Suggestions for the establishment of a service for the identification and selection of agricultural, mining and industrial production opportunities in developing regions, with special reference to the SUDENE, the Development Authority for Northeast Brazil", SUDENE, Divisão de Documentação, Setor Gráfico e de Reproduções, Recife 1966, CDU-338.924, p. 62, parágrafo 239.

fundação de uma cooperativa escolar (o que pode constituir tarefa de uma cooperativa já existente), ou um clube ou associação escolar. Em lugares onde ainda não existe escola, os pais poderiam unir seus esforços desta maneira, com a ajuda da nova Associação dos Bancos de Desenvolvimento. Estas cooperativas, clubes ou associações também podem encarregar-se da alfabetização de adultos e da organização de cursos de treinamento para adolescentes (também à noite, aos sábados e domingos). Para contribuir para o auto-financiamento, é necessário que haja cidadãos que façam sacrifício de tempo e dinheiro para a organização, administração e o ensino e que haja iniciativas no sentido de se estabelecerem hortas, plantação de árvores e caixas econômicas escolares e cooperativas. Uma parte do consumo tem que ser sacrificada ao financiamento da educação.

VI. Financiamento por indivíduos particulares

26. É preciso que o Governo lance uma campanha permanente para conseguir que todos os brasileiros estudem e que todos os que puderem ensinar o façam, também no campo da alfabetização. É necessário que se funda o sistema de estudo em que os estudantes se ajudem entre si (monitores e instrutores). Os bancos de desenvolvimento poderiam identificar pessoas que já tomaram o desejo de tomar iniciativas no campo da educação e do treinamento para a assistência creditícia e técnica para a organização de cursos (nomeadamente de artesanato e tecnologia), visando especialmente aqueles que estão fora do sistema educacional por desistência ou reprovação ("excedentes").

27. "... Esse treinamento de recursos humanos, constituindo economias externas para as empresas, em boa parte poderá neutralizar os incentivos à maior utilização relativa do fator capital, que os programas de intensificação de investimentos geralmente acarretam, e assim favorecer a maior absorção de mão-de-obra."(1)

C. Financiamento externo

28. Já recebe o Brasil avantajados recursos financeiros da cooperação internacional para os programas de educação; as cifras de 1960 a 1963 foram: (2)

	US \$
USAID	43 038 610
Fundação "Ford"	10 405 400
BID	4 000 000
UNICEF	970 400
UNESCO	606 010
PAAT	193 600
OIT	14 800
	<hr/>
	59 233 820

29. Apesar de concedidos esses créditos, até 1966 só foram utilizados US\$ 32 285 506 por causa da ausência de tradição na captação de recursos externos através de financiamento, pela inexistência de bons projetos já amadurecidos e bem elaborados, além da baixa produtividade do ensino no Brasil. Tudo isso tem impedido o pleno aproveitamento dessas fontes de recursos (2).

- (1) Ver: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral: "Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968/1967. Fortalecimento da Infra-Estrutura Social; Educação, Síntese", Rio de Janeiro, junho 1968, página XIII-3.
- (2) Ver Helio A. Scarabótolo: "A UNESCO e a cooperação internacional em educação, ciência e cultura (no Brasil)", em Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, julho-setembro 1967, pag. 267.

30. Os bancos de desenvolvimento que já têm como uma das suas funções principais a avaliação de projetos, incluindo as necessidades de treinamento da mão-de-obra diretiva e técnica, poderiam prestar assistência técnica valiosa na identificação e elaboração de projetos educacionais visando o financiamento interno e externo (1).

31. O Brasil ainda não aproveitou dos créditos do Banco Mundial e da assistência do Programa das Nações Unidas para a Alimentação (WFP ou PAM) na campo da educação.

32. O Banco Mundial tem um Departamento para projetos educacionais que está interessado em estudar, junto com a UNESCO (2) projetos que o Governo brasileiro quiser submeter no futuro. O Banco se interessa especialmente por projetos de planejamento educacional, que se refiram ao ensino médio e superior, pelo treinamento de professores de todos os níveis, especialmente de Ciências Naturais, de Tecnologia e de Administração de Empresas e pela aplicação de novos instrumentos no ensino, tais como a televisão educativa, inclusive televisão educativa através dum satélite de comunicação. Segundo o novo Presidente do Banco, Sr. A. S. McNamara, o Banco Mundial pensa em aumentar os créditos educacionais de, pelo menos, três vezes, em relação ao volume anterior deste tipo de crédito (3).

33. O WFP ou PAM pode ser utilizado para projetos de alimentação escolar e a alimentação em internatos e semi-internatos.

34. A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) tinha, a 30 de dezembro de 1968, dez projetos no Brasil, dos quais 9 para a educação e o treinamento (4). A UNICEF financia projetos educacionais no nível primário, para o treinamento de pessoal de serviços sociais e de planejamento social.

35. "... O Brasil é Estado membro fundador da UNESCO e a Comissão Nacional da UNESCO, o IBCEC, é a mais antiga Comissão Nacional. Nessa actuação sempre foi marcante a presença brasileira que muito contribuiu para o fortalecimento e o progresso da organização. A contribuição brasileira ao orçamento geral da UNESCO é 0,89%, isto é, NCr\$603.8440,00 no ano fiscal 1967/68. Em 1966 o Governo Brasileiro e o Director-Geral da UNESCO elaboraram um memorandum, pelo qual se disciplinaram as relações entre o Brasil e a UNESCO. Nas directrizes gerais dessas relações se estabelece que as actividades e projectos da UNESCO enquadrados nos diferentes programas em execução no plano nacional, deverão orientar-se prioritariamente e desenvolver-se, durante os próximos 4 anos e ressalvadas as revisões e ajustes necessários, nas seguintes direcções principais:

EDUCAÇÃO

- a) Planejamento e administração da educação;
- b) Formação e aperfeiçoamento do pessoal de ensino;
- c) Tecnologia;

(1) Cada financiamento externo implica também um financiamento interno.

(2) Ver Anexos 1 e 2.

(3) Ver R.S. McNamara: "Address to the Board of Governors", IBRD, Washington, D.C., 30 de setembro de 1968, p. 9

(4) Ver UNICEF: "Digest of Projects Currently Aided by UNICEF in the Americas", documento E/ICEF/581, Nova York, 30 de dezembro de 1968, página 9 e seg.

- Ensino tecnológico e formação de especialistas;
- Pesquisa Tecnológica.

CIÊNCIA

- d) Recursos naturais;
 - Estudos de recursos naturais e formação de especialistas;
 - Hidrologia;
 - Oceanografia.
- e) Ciências e Ensino Agrícola:
 - Formação de professores e especialistas em ciências agrícolas;
 - Microbiologia de Solos.

CULTURA

- f) Estudos Culturais e Inter-Culturais;
- g) Protecção dos bens culturais.

36. Quanto às actividades ou projectos regionais, sediados no Brasil, que beneficiam o conjunto dos países da América Latina, o Brasil e a UNESCO deram a seguinte prioridade:

- a) Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento (Centro para a aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CECTAL)— sediado na Cidade Universitária de São Paulo).
- b) Desenvolvimento da pesquisa e formação de pesquisadores no campo das ciências físicas; (Centro Latino Americano de Física — sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- c) Desenvolvimento da pesquisa e formação de pesquisadores no campo das ciências sociais e humanas. (Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, sediado no Rio de Janeiro).

ORÇAMENTO:

	Gov. Bras.	NCR\$ 50.000,00
CECTAL	UNESCO	US\$ 110.000
	Gov. Bras.	NCR\$ 40.000,00
CLAF	UNESCO	US\$ 23.000
	Gov. Bras.	NCR\$120.000,00
CENTRO	UNESCO	US\$ 40.000

37. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (1967/1968): Oito grandes projectos estão em andamento dentro do esquema do Programa Ampliado da Assistência Técnica das Nações Unidas/UNESCO:

Campo de actividade	Órgão recipiente	Custo do projecto
1- Planejamento Educacional.....	INEP	US\$ 110.000
2- Treinamento de Professôres.....	INEP	US\$ 44.000
3- Estatística Escolar	SUDENE	US\$ 11.000
4- Aperfeiçoamento do treinamento de professores técnicos.....	SUDENE	US\$ 11.000
5- Educação de Adultos	SUDENE	US\$ 22.000
6- Pesquisas Hidrológicas básica e sistemática	SUDENE	US\$ 22.000
7- Pesquisa Tecnológica	IPT	US\$ 42.000
8- Missão de Planejamento de Alfabetização	(São Paulo) SUDENE	US\$ 5.500
TOTAL DE CUSTO DOS PROJECTOS.....		US\$ 267.600

Contribuição brasileira aos projetos da UNESCO por ano: 600.000 NCR\$.

38. Foram aprovados e estão em andamento vários projectos do Fundo Especial da ONU, entre os quais, os mais importantes são os seguintes:

- 1- Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília.
—Contribuição do F.E. compreendendo o custeio de bolsas, peritos, professores, equipamento e instalações: US\$ 1.419,293
—Contrapartida brasileira—edifícios gerais.
- 2- Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto Paraguai.
—Contribuição do F.E.—US\$ 1.534.500.
—Contrapartida brasileira US\$879.191.

Foram ainda submetidos os seguintes projectos ao Fundo Especial:

- Criação de um Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Agrícola de 2º grau, na Universidade Rural —KLM.47.
- Criação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas na Universidade de Porto Alegre.
- Criação de uma Faculdade de Ciências Básicas na Universidade Federal da Bahia.
- Aperfeiçoamento do Ensino de Ciências básicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ilha de Fundão).

39. Além desses projectos, a UNESCO está colaborando nos estudos para a implantação da T.V. Educativa, propiciando colóquios regionais de professores do ensino primário, estudando conjuntamente com as autoridades brasileiras projectos para a conservação dos monumentos históricos do Barroco Mineiro, na organização da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e em projectos relativos ao turismo cultural.

40. As bolsas de estudo da UNESCO são distribuídas de modo a atender às necessidades do Brasil e cada uma delas tem uma finalidade própria e se encontra vinculada a um projecto ou programa específico. O Brasil, que em 1959 obtinha pouco mais de 10 bolsas, foi conquistando, neste sector, um lugar de destaque. Entre os anos de 1964 a 1967, este país recebeu da UNESCO substancial contribuição em bolsas do programa ordinário, do programa de participação de auxílio aos Estados membros, de assistência técnica e de Fundo Especial. Assim, mais de sessenta brasileiros, naquele período, estagiaram em diferentes centros educacionais, científicos e culturais, no continente americano e na Europa"(1).

41. Quanto aos programas de assistência bilateral à educação, é preferível que os países doadores unam-se em associações que estudem em conjunto as possibilidades de assistência e consultem também os bancos de desenvolvimentos. Estes últimos deveriam ser bem informados sobre todos os projetos da região respectiva, inclusive os projetos educacionais e de treinamento.

42. Logo que o novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação entrar em funcionamento, centralizando os fundos da União para a educação, será bem mais fácil a colaboração com os bancos de desenvolvimento brasileiros e a assistência estrangeira.

(1) Ver H.A. Scarabótolo, op.cit., pp. 262-264.

ANEXO I

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO (BANCO MUNDIAL)
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

BREVE ROTEIRO PARA A PREPARAÇÃO DE PROJETOS
EDUCACIONAIS A SUBMETER AO BANCO MUNDIAL/IDA

Prefácio

A política do Banco/IDA a respeito de projetos educacionais consiste em considerar o financiamento daqueles que alta prioridade, com a finalidade de ajudar no desenvolvimento da mão-de-obra qualificada necessária para promover o desenvolvimento econômico nos países-membros. Na aplicação desse critério, o Banco dá atenção principal à educação média geral, à educação técnica e treinamento vocacional e à formação de professores. Em casos excepcionais, outros tipos de projeto educacional poderiam ser considerados.

O Banco não só exige que o projeto educacional seja da mais alta prioridade, como busca saber se ele faz parte de um plano global bem balanceado e prático para o desenvolvimento da educação e do treinamento.

De acordo com sua política geral, o Banco/IDA normalmente financia apenas uma parte da despesa de investimento total para o projeto educacional. Esta despesa, via de regra, inclui edifícios, equipamento, mas quando há necessidade de assistência técnica por tempo limitado, no início do projeto, o Banco pode, em alguns casos, considerá-la como parte integrante da despesa de investimento e pode incluí-la no empréstimo ou crédito. Um exemplo disso seria o emprego de professores estrangeiros durante alguns anos, no início de um programa novo, a fim de pôr em funcionamento e providenciar o treinamento de professores locais para o prosseguimento do programa.

A intenção é fazer com que o financiamento do Banco/IDA preencha as lacunas existentes no sistema educacional do país e, normalmente, não se visa a cobrir os custos do aumento normal anual em edifícios e equipamentos necessários à satisfação do crescimento da população escolar.

Preparação de projetos

Entre as questões que o Banco Mundial e a IDA, nas missões de avaliação para todos os tipos de projetos, têm instruções para buscar respostas, são as seguintes:

1. Qual a importância e urgência das necessidades que o projeto deve satisfazer ?
2. É o projeto concebido em termos idôneos e econômicos e capaz de produzir resultados que satisfaçam a essas necessidades a um custo razoável ?

As respostas a essas perguntas requerem um grande conjunto e uma grande variedade de informações, dependendo do tipo de projeto em consideração. A breve lista de controle que é descrita abaixo tem a finalidade de ajudar os países-membros na preparação de projetos educacionais para a avaliação do Banco e da IDA. Ela compreende dois pontos:

- A. Informação geral e fundamental sobre a economia e o sistema educacional e de treinamento do país, que deveria contribuir para dar uma resposta à pergunta nº 1 e que poria o projeto dentro da estrutura do esforço de desenvolvimento do país como um todo.
- B. Informação específica sobre o próprio projeto, para responder à questão nº 2.

A. Informação geral e fundamental

1. O sistema educacional e de treinamento:
- (a) Situação legislativa e estatutária do sistema educacional: autoridades históricas, presentes e planejadas.
 - (b) Níveis das autoridades educacionais relacionadas entre si: (1. Locais 2. Regionais 3. Nacionais 4. Particulares),
 - (c) Estrutura do sistema educacional.
 - (d) Matrículas em todos os tipos de escola, classificadas de acordo com as séries e o sexo; a pirâmide educacional no passado e a planejada, indicando índices de evasão e níveis em que ocorrem. Treinamento de adultos. Número de estudantes educados e treinados no estrangeiro. Mensalidades escolares e bolsas de estudo.
 - (e) Currículos e programas. Línguas de instrução. Sistemas de exame. Duração do ano escolar. Horas de instrução por semana/ano. Disponibilidade em livros didáticos e equipamentos.
 - (f) Supervisão e administração.
 - (g) Planejamento educacional e sua relação com o planejamento global de desenvolvimento.
 - (h) Correlação entre o programa de educação e o programa de mão-de-obra; ligações entre o programa educacional e a indústria e outros empregadores.
 - (i) Número de professores: fontes, vagas, treinamento, aproveitamento, qualificações, salários comparados com a indústria. Índices percentuais estudantes/professores. Aulas ministradas pelos professores em uma semana.
 - (j) Aproveitamento dos resultados das pesquisas educacionais no sistema educacional.
 - (k) Contribuições significativas para o treinamento de mão-de-obra feitas por outros ministérios, indústrias, Forças Armadas, esquemas organizados de aprendizagem, programas de desenvolvimento comunitário, etc.
2. Mão-de-obra: quais os recursos atuais do país em mão-de-obra qualificada? Como se distribui? Em que medida ela é bem aproveitada? Há falta de mão-de-obra? Diferenças salariais nas profissões e tendências recentes nos salários? Uso de mão-de-obra estrangeira de alto nível?
3. Necessidades futuras da mão-de-obra qualificada: por indústria, profissão e região, em relação ao Plano de Desenvolvimento.
4. Produção do sistema educacional e de treinamento planejada para satisfazer às necessidades de mão-de-obra previstas.

5. Plano para o desenvolvimento de equipamentos educacionais e de treinamento e matrículas durante os próximos 4 a 10 anos (correspondendo aos tipos e níveis descritos no item 1 (c) e (k) acima, indicando onde podem ser aplicadas as mudanças propostas na estrutura do sistema). Tal plano deveria projetar ano por ano a expansão do equipamento, as matrículas, o número de professores e componentes administrativos e outros do sistema educacional e de treinamento.
6. Construção, aquisição e manutenção: organização e administração para o desenho, a construção, supervisão e manutenção de prédios escolares nos padrões de uso atuais, lista de equipamentos standard, especificações, dados de custo, etc. Estimativas e procedimentos de contrato, padrões e contrôles.
7. Finanças: necessidades presentes, de passado recente e estimadas, do sistema educacional e de treinamento, correspondendo o máximo possível às categorias e ao desdobramento anual no item 5 acima e indicando:
 - (a) Custos de investimento.
 - (b) Custos correntes.
 - (c) Fontes de verbas presentes e futuras e percentagem dos gastos totais públicos representados pelas despesas públicas para educação e treinamento.
8. Fontes presentes e prospectivas e assistência externa, financeira e técnica, para a educação.

B. Formulação detalhada do projeto proposto

9. Descrição completa dos detalhes educacionais, físicos e financeiros para cada escola e instituição no projeto proposto. (Detalhes uniformes para todas as escolas ou grupos de escolas deverão ser descritos)
 - (a) Detalhes educacionais
 - (i) Programa escolar: objetivos escolares, duração do programa e do ano escolar; número de candidatos e padrão mínimo para o processo de admissão e seleção; horas de aula por semana; currículos; dimensões das salas de aula; métodos de ensino; matérias práticas; exigências para promoção e diplomação; qualificações premiadas; disponibilidades em biblioteca; utilidade e fontes dos livros didáticos e material escolar.
 - (ii) Corpo discente: quantidade de alunos que entram e saem em cada ano escolar e série, de tempo completo, ou períodos menores, nos últimos cinco anos e no ano atual (se num programa em expansão); projeção, ano a ano, durante o desenvolvimento até a conclusão; distinguir alunos externos dos internos, por sexo e proveniência regional, quando possível.
 - (iii) Proveniência dos estudantes: preparação, capacitação para aprender e contrôles para proporcionar tal instrução.
 - (iv) Proveniência dos professores: número, qualificações e capacidade de desenvolvimento.
 - (v) Bases para a distribuição geográfica proposta das escolas.
 - (vi) Administração da escola.

(b) Detalhes físicos

- (i) Localização: critérios para novas escolas.
- (ii) Arquitetura: enumeração das acomodações necessárias, com detalhes que permitam uma estimativa realista do custo; as relações devem basear-se no espaço econômico standard e deveriam conter detalhes como o currículo proposto, horários e métodos de ensino para a análise da capacidade da sala de aula em termos econômicos. Métodos de acesso às áreas e requisitos importantes para as salas de aula deveriam ser apontados, de preferência acompanhados por plantas dos principais itens de acomodação. Segundo: uma breve descrição do local (ou locais), incluindo uma planta da área. Terceiro: descrição geral dos serviços externos sugeridos e volume das obras a serem feitas no local, com bastante detalhe, para permitir uma avaliação realista.
- (iii) Lista do equipamento de ensino a ser comprado (oficinas, laboratórios, gado, equipamento agrícola, livros, etc.).
- (iv) Listas dos móveis a serem adquiridos.

(c) Detalhes financeiros

- (i) Custos anuais correntes, inclusive salários, materiais de ensino e outros custos correntes e de manutenção do prédio e do equipamento.
- (ii) Custos de investimento, inclusive:
 - (a) construção de prédios, incluindo serviços internos. (1)
 - (b) obras in loco e dos serviços externos. (1)
 - (c) preço cobrado pelo desenho da planta, supervisão e outros serviços profissionais.
 - (d) Equipamento de ensino.
 - (e) Móveis.
 - (f) Despesas imprevisíveis.
 - (g) Terreno e preços de compra.
 - (h) Parte em moeda estrangeira utilizada nos índices (a) a (f)
- (iii) Custo de pessoal estrangeiro e do treinamento no estrangeiro do pessoal nacional.
- (iv) Programas de assistência estrangeira, se houver algum.

(d) Execução

- (i) Administração do projeto: organização, pessoal.
- (ii) Desenho das plantas, supervisão da construção, métodos de compra (2) e assinatura de contrato, especificações estandardizadas, procedimentos e controles, especialmente para a escola, se foram diferentes dos dados fornecidos sob o item 6 acima.

(1) Estas estimativas de custos deveriam ser acompanhadas de explicação da medida de custo unitário utilizada na preparação das estimativas e de um esboço das especificações principais às quais se referem a unidade da medida

(2) Informa-se que já foram emitidas "Diretrizes a respeito dos métodos de compra no caso de empréstimos do Banco e créditos da IDA".

(iii) Cronograma (subdividido em meses e anos) para o desenho da planta, a construção e o equipamento da escola, e para pagamentos previstos aos empreiteiros e fornecedores e aos profissionais. O cronograma deveria também indicar outras fases importantes da execução do projeto, tais como o recrutamento de conselheiros no campo da educação, de professores estrangeiros, etc., as atividades legais e administrativas necessárias, aquisição de terrenos, acordos com outras agências externas envolvidas no projeto.

(iv) Procedimentos sugeridos para liberar as verbas necessárias.

14 de março de 1966

ANEXO II

Original inglês
novembro de 1967

Documento UNESCO
ED/WS/43 (1)

MEMORANDUM SOBRE O TRABALHO COOPERATIVO ENTRE A UNESCO, O BANCO MUNDIAL E A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVI- MENTO (INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSO- CIATION, IDA) - COM EMENDAS

A UNESCO e o Banco (*) vêm cooperando há vários anos em bases ad hoc em matérias de interesse comum. Agora que o Banco entra no campo do financiamento de projetos educacionais, muitos dos quais parecem do tipo que entra no campo de responsabilidade da UNESCO, esta cooperação deverá ser intensificada, e afigura-se desejável, tanto para a UNESCO quanto para o Banco, que se estabeleçam, de comum acordo, os princípios básicos que orientem essa cooperação.

Esse sistema de trabalho, estabelecido pelo Diretor-Geral da UNESCO e o Presidente do Banco, é sujeito às aprovações especificadas no parágrafo 7 deste documento, é o seguinte:

1. O Programa Cooperativo

A UNESCO e o Banco trabalharão em conjunto nos seguintes campos:

- (a) Assistência aos países membros das duas organizações, na identificação e preparação dos projetos educacionais que pertençam ao campo de responsabilidade da UNESCO e que, na estrutura de seus objetivos de desenvolvimento econômico e política geral, o Banco tenha interesse em financiar.
- (b) Avaliação dos projetos dos tipos acima descritos.
- (c) Fornecer supervisão da execução e operação dos projetos dos tipos acima (end-use supervision), financiados pelo Banco.
- (d) Preparar a assistência técnica necessária à implementação dos projetos financiados pelo Banco.

A assistência aos governos-membros no planejamento educacional é reconhecida como importante fundamento para programas de investimento a longo prazo, e esta atividade - parte do próprio programa da UNESCO - continuará inteiramente sob a responsabilidade da UNESCO.

2. Distribuição das funções dentro do Programa de Cooperação

- (a) Assistência aos Governos na Identificação e Preparação de Projetos

Foi convencionado que, entre as duas organizações, a UNESCO tem a principal responsabilidade por essa função. O programa de traba-

(1) Tradução não oficial

(*) Todas as referências, neste memorandum, ao Banco, deverão ser compreendidas como significando o Banco e a Associação Internacional de Desenvolvimento.

trabalho neste sentido, quando parte do programa de cooperação, necessita da aprovação do Banco. A pedido da UNESCO, e quando o permitir a disponibilidade de pessoal, o Banco indicará um membro de seu staff como conselheiro de uma missão da UNESCO encarregada desse trabalho.

O Banco enviará periodicamente missões de inquérito geral e outros tipos de missão aos países-membros, cujas funções poderiam incluir a identificação de projetos promissores em vários setores. Por solicitação do Banco, a UNESCO - como parte do programa cooperativo - fornecerá membros do seu staff ou conselheiros para trabalhar como conselheiros destas missões do Banco.

É de responsabilidade da UNESCO o projeto e construção de escolas. O Banco também tem competência para assistir os países-membros no planejamento e outros trabalhos no campo das facilidades físicas em projetos educacionais. Na medida em que a UNESCO proporcionar assistência nesse setor, de concordância com o Banco, o trabalho dos membros do pessoal ou conselheiros da UNESCO será considerado como parte do programa cooperativo.

(b) Avaliação dos projetos

O Banco responsabilizar-se-á pela avaliação dos projetos e tomará decisões de financiamento na base destas avaliações. A UNESCO, todavia, poderá providenciar, por solicitação do Banco, membros do seu staff ou conselheiros para trabalhar como peritos educacionais nas missões de avaliação do Banco. O trabalho destes peritos fará parte do programa cooperativo.

(c) Supervisão na execução (end-use supervision)

O Banco será responsável pela liberação de fundos e pela supervisão da execução da construção das facilidades físicas, da compra de equipamento e pela conservação das facilidades e dos equipamentos pertencentes aos projetos por êle financiados. Para esse fim, responsabilizar-se-á pela re-avaliação, quando necessário, segundo as especificações, ofertas e contratos assinados, para o exame de todos os documentos que se refiram ao pagamento de fundos e por quaisquer inspeções do projeto que se tornarem necessárias. A UNESCO, em casos convencionados com o Banco, tomará a responsabilidade, como parte do programa cooperativo, de verificar, pelas inspeções em campo, pela leitura de relatórios periódicos e de aconselhar o Banco sobre a viabilidade dos objetivos educacionais do projeto e sobre o cumprimento das obrigações assumidas pelo devedor. Os resultados do trabalho da UNESCO na suspensão da execução a respeito dos aspectos educacionais dos projetos financiados pelo Banco serão colocados à disposição do Banco e, em caso de necessidade de representação contra o devedor em assuntos educacionais, a UNESCO e o Banco debaterão como essa reclamação será levada em conta.

(d) Assistência técnica na execução de projetos

Em casos convencionados com o Banco, a UNESCO fará ou providenciará a supervisão necessária da assistência técnica requerida para a completa execução de um projeto financiado pelo Banco.

3. Pessoal

Convencionou-se que o programa cooperativo necessitará de um grupo de pessoas especializadas de alto gabarito dentro do Secretariado da UNESCO, dedicadas exclusiva e continuamente a esse trabalho. O Dire-

tor-Geral da UNESCO formará, portanto, tal grupo (em seguida referido para fins deste Memorandum como "Divisão de Financiamento da Educação") como um grupo identificável dentro do Secretariado da UNESCO. A UNESCO e o Banco acordarão periodicamente quanto ao tamanho apropriado da Divisão de Financiamento da Educação e sobre os tipos e as qualificações das posições que constituirão essa Divisão e o Diretor-Geral da UNESCO consultará o Banco sobre a admissão de pessoal para essa Divisão. A Divisão, embora venha a se dedicar exclusivamente aos trabalhos, a responsabilidade pelo programa cooperativo ficará a cargo do Secretariado da UNESCO e atuará exclusivamente sob a autoridade do Diretor-Geral da UNESCO

A UNESCO e o Banco concordaram em que é desejável empregar membros regulares do pessoal da UNESCO no mais amplo âmbito praticável para os trabalhos no programa cooperativo. No entanto, é reconhecido que, vez por outra, e nomeadamente nas primeiras fases do programa, será necessário empregar membros da UNESCO que não pertencem à Divisão de Financiamento da Educação, para fins do programa cooperativo. Se a UNESCO desejar nomear um conselheiro de fora para servir como conselheiro educacional em missão do Banco, deverá consultar o Banco sobre a pessoa proposta para nomeação.

4. Acôrdos financeiros

- (a) De acôrdo com as qualificações abaixo enumeradas os custos da UNESCO relativo ao trabalho combinado neste programa, inclusive salários, emolumentos e outros benefícios e despesas com viagens da Divisão de Financiamento da Educação, de conselheiros de fora e de outros membros do pessoal da UNESCO que participam deste trabalho, vão ser divididos, até 31/12/66, em partes iguais, pela UNESCO e o Banco, até um montante-limite que será fixado de tempos em tempos por convênio entre as duas organizações.
- (b) As despesas de viagem e diárias de subsistência dos membros da UNESCO e dos conselheiros, enquanto trabalharem como membros de missões de avaliação, de inquéritos gerais, ou outras funções do Banco, serão pagas ou providenciadas pelo Banco.
- (c) A UNESCO pagará os custos gerais invisíveis (inclusive espaço) e custos diretos identificáveis (exceto como foi estabelecido nos sub-parágrafos (d) e (e)), ocasionados pela participação no programa de cooperação.
- (d) O Banco pagará os custos do trabalhos de documentação, reprodução, tradução, executados pela UNESCO em convênio com o Banco.
- (e) O custo da assistência técnica diretamente necessária à execução de programas financiados pelo Banco, inclusive verba para os custos estimados de administração da UNESCO para organizar tal assistência técnica, serão, em casos convencionados com o Banco, pagos com os produtos de financiamento ou custeados de outra forma pelo Banco.
- (f) Para os anos civis de 1965 e 1966, a verba-limite convencional, para fins do sub-parágrafo (a) acima, que deve ser repartida em partes iguais pelas duas organizações, elevar-se-á a US\$ 600,000 para 1965 e US\$ 700,000 para 1966. O Banco cobrirá o excesso de custos até 750,000 dólares em 1965 e 900,000 dólares em 1966. Custos que excedam essa margem de tolerância deverão ter a aprovação prévia do Banco.

- (g) Para o ano civil de 1964 a contribuição da UNESCO no orçamento existente não pode exceder de US\$ 75,000. Conseqüentemente, o teto combinado para 1964, para fins do sub-parágrafo (a) acima, será US\$ 150,000. Os custos da UNESCO que excedam essa verba serão reembolsados pelo Banco, sob a condição de a UNESCO não incorrer ou prometer não incorrer em custos acima de US\$... 300,000 durante o ano de 1964, sem a prévia autorização do Banco.
- (h) O Banco e a UNESCO combinarão os processos de pagamento de fundos do Banco à UNESCO e para a prestação de contas da UNESCO ao Banco a respeito do programa cooperativo.
- (i) Começando com o ano civil de 1967, os custos da UNESCO para o trabalho combinado sob o programa, como foi definido no sub-parágrafo (a), serão divididos na proporção de 25% para a UNESCO e 75% para o Banco, conforme as qualificações enumeradas nos sub-parágrafos (b), (c), (d) e (e).—A verba-limite da participação nos custos para cada biênio da UNESCO será fixada periodicamente, por convênio entre as duas organizações.

5. Relações com outras agências

É suposto que a maior parte dos projetos no setor educacional que são provávelmente considerados pelo Banco para financiamento cairão dentro do campo de responsabilidade da UNESCO. Pode, entretanto, haver casos em que, devido ao tipo do projeto implicado, ou a circunstâncias especiais, seja apropriado e desejável que o Banco entre em contato com outra agência, como por exemplo a OIT ou a FAO ou uma agência nacional, pública ou particular, para executar algumas ou tôdas as funções que a UNESCO normalmente executaria sob êsses convênios de trabalho. Fica estabelecido que, em todos êsses casos, o Banco consultará a UNESCO sobre a ação que pretende realizar. Fica também estabelecido que o Banco não se utilizará de outra agência para fiscalizar o trabalho da UNESCO em matéria educacional de sua competência e coberta pelo programa cooperativo.

6. Alterações e término

Êste Convênio de Trabalho pode ser modificado ou suplementado em qualquer momento pelo acôrdo mútuo entre as duas organizações. Cada organização pode, depois de aviso prévio razoável, terminar o convênio, sob a seguinte condição: se o convênio fôr terminado pelo Banco, êste reembolsará a UNESCO pelas conseqüências financeiras de obrigações resultantes da interrupção do contrato do pessoal admitido para fins deste programa cooperativo. A continuação da responsabilidade da UNESCO sob êste convênio, além de 31 de dezembro de 1964, fica sujeita às decisões da Conferência Geral da UNESCO.

7. Execuções do convênio

Os acordos de trabalho estabelecidos neste Memorandum de Convênio entrarão em vigor assim que aprovados pela Comissão Executiva da UNESCO e pelos Comitês de Governadores do Banco e da IDA e assinados pelo Diretor-Geral da UNESCO e pelo Presidente do Banco e da IDA. Fica previsto que as aprovações necessárias autorizarão o pagamento pelo Banco à UNESCO - a partir de 1º de março de 1964 - das despesas feitas para fins do programa cooperativo, que teriam sido consideradas para pagamento se êsses acôrds de trabalho se tivessem consumado naquela data.

ANEXO III
 U N E S C O
 CONFERENCIA GENERAL
 15ª REUNIÓN - PARIS, 1968

PROYECTO DE PROGRAMA
 Y DE PRESUPUESTO
 PARA 1969 - 1970

Sección 1.44 - FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACION

Programa	1967-1968		1969-1970	Aumento (Disminución) respecto de las cifras revisadas	
	Aprobado	Cifras revisadas		dólares	%
Programa Ordinario	475.000	475.000	600.500	125.500	26

PROYECTO DE RESOLUCIÓN

Proyecto de resolución 1.44*: Se autoriza al Director General a prestar ayuda a los Estados Miembros que lo pidan, a fin de que puedan obtener un financiamiento exterior, para la ejecución de sus proyectos de carácter prioritario de educación; y, a este fin:

- a) a seguir cooperando con el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento y con la Asociación Internacional de Fomento, según lo establecido en el Memorandum de Acuerdo firmado en junio de 1964 y modificado ulteriormente;
- b) a cooperar con el Banco Interamericano de Desarrollo, de conformidad con lo estipulado en el Acuerdo firmado en marzo de 1967;
- c) a establecer una cooperación con el Banco Africano de Desarrollo y el Banco Asiático de Desarrollo;
- d) a facilitar servicios de asesoramiento a los Estados Miembros;
- e) a emprender estudios directamente relacionados con las actividades relativas al financiamiento de la educación.

* Basado en las resoluciones 1.21 y 9.2 aprobadas por la Conferencia General en su 14ª reunión.

PLAN DE TRABAJO

a) Programa de cooperación con el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (IBRF) y la Asociación Internacional de Fomento (AIF)

La Unesco seguirá colaborando con el BIRF y la AIF según lo establecido en el Memorandum de Acuerdo firmado en junio de 1964 y modificado por mutuo consenso en julio de 1967. Este programa está destinado a prestar asistencia a los Estados Miembros en la ejecución de sus planes de desarrollo de la educación, mediante la concesión de empréstitos o de créditos destinados a sufragar los gastos de capital de los proyectos de modernización y de extensión de las enseñanzas secundaria, técnica, comercial y agrícola, y de formación de maestros de las enseñanzas primaria y secundaria.

El total de los empréstitos y créditos para proyectos de educación aprobados por el Banco hasta fines de 1967 ascendió aproximadamente a 150 millones de dólares para 15 países. De ellos, el 69% con destino a la construcción, el 28% a equipo, y el 3% a gastos de personal. Las distintas clases de enseñanza para las que se concedió ayuda financiera del BIRF-AIF se distribuyeron así: 39%, enseñanza general; 31% enseñanza técnica; 19%, enseñanza agrícola; 4%, enseñanza comercial; 7% formación de personal docente.

En los últimos años se han establecido entre la Unesco y el Banco relaciones eficaces de trabajo con un reparto de atribuciones que puede resumirse así: la Unesco se encarga principalmente de prestar ayuda a los Estados Miembros en el planeamiento de la educación (en la determinación de los proyectos aptos para un financiamiento exterior y en preparación de las peticiones de empréstitos y créditos que los países pueden dirigir al Banco; y el Banco se encarga, en cambio, de examinar las peticiones de créditos presentadas por los Estados Miembros, de decidir qué proyectos va a financiar y de gestionar los acuerdos de concesión de créditos. Se invita a menudo a los expertos de la Unesco a formar parte de las misiones que envía el Banco para evaluar proyectos y, por su lado, la Unesco invita a veces a funcionarios del Banco a formar parte de misiones de determinación o de preparación de proyectos. Puede encargarse también a la Unesco de examinar si, en los proyectos financiados por el Banco, se han logrado los objetivos que se perseguían.

De conformidad con la fórmula de distribución de gastos a probada por ambas organizaciones con efectos a partir de 1º de enero de 1967, el Banco sufraga el 75% del costo total de las actividades de cooperación, con las salvedades de los párrafos b), c), d) y e) de la Sección 4 del Memorandum de Acuerdo concertado entre la Unesco y BIRF-AIF; y la Unesco sufraga el 25% restante. Los costos sufragados por la Unesco se cifrarán pues en 450.000 dólares, es decir, en la misma cantidad que en 1967-1968. (Programa Ordinario: 450.000 dólares).

b) Colaboración con el Banco Interamericano de Desarrollo (BID)

En marzo de 1967, la Unesco y el BID firmaron un acuerdo destinado a establecer un programa mixto de desarrollo de la edu

cación en América Latina y más especialmente de desarrollo de la enseñanza técnica y profesional de alto nivel. Según dicho acuerdo, la Unesco prestará asistencia, a petición del BID a los Estados Miembros de la región para determinar y preparar los proyectos aptos para ser financiados por el BID y estudiarán la posibilidad de organizar reuniones y programas de formación. Además, la Unesco presentará al BID los proyectos de los Estados Miembros de ambas organizaciones, que estén apropiados.

En el acuerdo se estipula que en 1967-1968, la participación de la Unesco se limitará a los gastos generales, entre ellos los sueldos del personal de la Unesco asignado a determinados proyectos; y que, en años sucesivos, las condiciones aplicables a cada proyecto se determinarán teniendo en cuenta la experiencia adquirida en los proyectos emprendidos. Sobre esas bases se calcula, que, en 1969-1970, la participación de la Unesco en esta actividad mixta se cifrará en 50.000 dólares distribuidos del modo siguiente: 37.000 dólares para personal y 13.000 dólares para consultores y viajes. (Programa Ordinario: 13.000 dólares).

c) Colaboración con los Bancos de Desarrollo Africano y Asiático

En 1967-1968, se establecieron relaciones de trabajo con los Bancos Regionales de Desarrollo Africano y Asiático. Se tiene el propósito de que, en 1969-1970, la Unesco concierte acuerdos oficiales con ellos.

Los Estados Miembros de las regiones respectivas pueden pedir créditos o empréstitos al Banco correspondiente para el financiamiento del desarrollo de la educación ateniéndose a las normas y principios establecidos por dichas instituciones. Para ayudar a los Estados Miembros en este punto, la Unesco podrá facilitarles, cuando lo pidan, servicios de programación de inversiones en educación.

Se consigna para 1969-1970 un crédito de 20.000 dólares para sufragar esos servicios de programación de inversiones, que podrán utilizar los Estados Miembros sobre todo en la formulación de los proyectos que se propongan someter a dichos Bancos para obtener un empréstito o un crédito con destino al desarrollo de la educación. (Programa Ordinario: 20.000 dólares).

d) Servicios de asesoramiento a los Estados Miembros en materia de financiamiento de la educación.

Los servicios de asesoramiento que la Unesco puede prestar a los Estados Miembros en materia de financiamiento de la educación son de dos clases:

La primera comprende la determinación de los proyectos prioritarios de financiamiento de la educación aptos para ser objeto de inversiones de procedencia exterior. Ello entraña un examen de los sistemas nacionales de educación y de los sectores prioritarios del desarrollo de la educación fijados por los gobiernos teniendo en cuenta los objetivos económicos y sociales sin limitarlo a los criterios formulados por una determinada entidad de ayuda. Con este objeto, la Unesco enviará a los Estados Miembros que lo pidan, misiones de expertos, formadas por tres o cuatro especialistas en educación y un economista, que reunirán los datos necesarios, y cuyas recomen-

daciones se comunicarán a los gobiernos interesados.

La segunda concierne a la prestación de asistencia a los gobiernos para ayudarles a determinar con precisión los proyectos considerados como prioritarios. Los servicios se encomendarán a misiones de expertos compuestas de dos o más especialistas en educación, un economista y un arquitecto especializado en construcciones escolares. Cada proyecto se describirá con sus detalles indicando, el número y superficie de las aulas que especialmente comprenda, las normas aplicadas para fijar las superficies, el equipo y los muebles necesarios y los costos correspondientes. La descripción del proyecto puede comprender también el diseño y volumen de los edificios en relación con los planes de estudio, plantilla de personal y distribución de locales. Contendrán además una justificación detallada del proyecto en función desarrollo educativo y económico, y de su viabilidad.

Se calcula que, para poder facilitar estas dos clases de servicios a los Estados Miembros en 1969-1970 según el presente programa, se necesitará un crédito de 95.000 dólares. (Programa Ordinario: 95.000 dólares).

e) Estudio de los problemas relacionados con el financiamiento de la educación

Se pide a menudo a las misiones de financiamiento de la educación su opinión sobre determinados problemas como los relativos al costo de los planes de estudio, la proporción en que las escuelas grandes son más económicas que las pequeñas, la posibilidad de fijar un tamaño óptimo de escuela para determinados grados o tipos de enseñanza, la conveniencia de vincular un aumento de la remuneración del personal docente con el aumento de la productividad del sistema educativo, la posibilidad de que el costo unitario por alumno se relacione inversamente con las oscilaciones de la proporción alumno-maestro, etc. Los problemas prácticos de esta naturaleza, directamente relacionados con las actividades de ejecución serán estudiados por la Secretaría en cooperación con el Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación. Esos estudios podrán no sólo contribuir a mejorar la eficacia de las misiones de financiamiento de la educación y de los expertos en planeamiento, sino que podrán redundar además en beneficio directo de los Estados Miembros para que tomen decisiones acertadas en materia de financiamiento.

Además, el estudio de problemas concretos como los mencionados y las conclusiones que formule la Conferencia Internacional sobre Planeamiento de la Educación (París, agosto de 1968) llevarán probablemente a formular orientaciones básicas e hipótesis de trabajo aplicables al financiamiento de la educación en los países en vías de desarrollo. Dada la importancia de este asunto se tiene el propósito de organizar, para 1971-1972, una reunión internacional a este respecto. (Programa Ordinario: 22.500 dólares).



M. E. C. - I. N. E. P.
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo
Rio de Janeiro - GB. - Brasil

RELATÓRIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO INEP/MEC

NO

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Araxá, MG, 4-8 de março 1969

por Ralph von Gersdorff

Quando tomei conhecimento da realização, em Araxá, do 1º Congresso Brasileiro dos Bancos de Desenvolvimento, sugeri que o INEP se fizesse representar, pois era uma possibilidade de interessar os Bancos de Desenvolvimento no financiamento de programas e projetos educacionais. Como o Diretor do INEP, Prof. Carlos Correa Mascaro era da mesma opinião, foi autorizada a minha participação no referido Congresso, assim como a da Sr.^{ta} Lúcia Maria Nagasawa, do CEOSE.

2. Escrevi logo a tese "Sugestões para o Financiamento de Programas e Projetos Educacionais no Brasil" que foi reproduzido em 300 exemplares, 200 a pedido do Congresso e 100 para a distribuição pelo INEP.
3. Chegamos a 3 de março, como era exigido pelo Congresso, mas, como até o dia 4 ele ainda não havia começado a funcionar em Comissões técnicas, utilizamos o tempo disponível para traduzir o "Roteiro para a Elaboração de Projetos da Educação Agrícola", parte do livro "Outlines for Projects to be Presented for Financing", editado pelo programa FAO, Banco Mundial, FAO, Roma (texto preliminar), setembro 1967. Conseguimos reproduzir este trabalho, mas só ficou pronto no dia 5 à noite, em 200 exemplares. Apesar de nossa insistência, não foi distribuído a todos os delegados.
4. 4 Comissões foram formadas para discussões técnicas. O assunto "financiamento de projetos educacionais" foi discutido na Comissão D, que também tratou do assunto mais importante da Conferência: fundação da nova Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE).

Coor. de Estudos e Pesquisas Educacionais
10.3.69
Do Prof. Mascaro para que fosse atribuído a Sr. Lúcia Maria Nagasawa a participação no Congresso de Araxá, MG, 4-8 de março 1969.

5. Tivemos grande sorte de o Prof. Benjamin de Moraes, Diretor da COPEG (Rua da Candelária 9, 9ª andar, Rio, Tel. 31-5880, R. 794), ter sido membro da mesa desta Comissão. Ele apresentou sua tese "Financiamento da Educação para o Desenvolvimento Econômico". Nesta tese ele explicou algumas falhas do sistema educacional brasileiro e sugeriu, como também o fiz em minha tese, que alguns novos tipos de obrigações ou debêntures ou letras de educação deveriam ser emitidas para financiar projetos educacionais.
6. Como o Prof. Moraes pode basear-se em sua experiência como Diretor da Carteira de Educação do Banco do Estado da Guanabara e antigo Secretário de Educação da Guanabara, e como tinha papel de relêvo no Congresso, tornou-se para nós um grande aliado no Congresso, ajudando-nos muito na aprovação, por unanimidade do texto seguinte:
7. "O 1º CBBB, considerando a relevância dos trabalhos apresentados sobre a exigência de adequação dos programas educacionais às necessidades do processo de desenvolvimento e às carências do mercado de trabalho, bem como as novas possibilidades abertas para o financiamento de projetos educacionais, recomenda à ABDE e aos BD's em caráter urgente a criação de núcleo ou comissão que estude o apoio a programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento sócio-econômico do país e a análise de formas de captação de recursos para este fim, inclusive de repasses do Fundo Federal da Educação.
- Recomenda ainda aos BD's e à ABDE a necessidade de darem apoio a centros nacionais e regionais de pesquisa tecnológica aplicada."
8. Este texto, como foi sugerido pela Comissão, deveria fazer parte do Relatório Final do Congresso.
9. Sugere-se que o INEP:
- a) estabeleça contacto periódico (por exemplo, de 3 em 3 meses) com os encarregados da formação da ABDE;
 - b) insista, nesses contactos, que se forme, em regime de urgência, uma Comissão para o financiamento de programas e projetos educacionais;

- c) prepare, ao mesmo tempo, diretrizes e roteiros para o financiamento de projetos educacionais nos moldes dos roteiros elaborados pelo Banco Mundial em cooperação com a UNESCO (Anexo I da minha tese) e da FAO (Anexo IV) e das diretrizes da Carteira para a Educação do Banco de Desenvolvimento e Investimento - COPEG S/A, Rio de Janeiro, que foi louvado como exemplo a ser seguido pela UNESCO;
- d) promova um convênio do Comitê para o financiamento de projetos educacionais da ABDE com o Banco Mundial e a UNESCO, por intermédio do BNDE, nos moldes do Convênio Banco Mundial /UNESCO (Anexo II da minha tese).
- e) Um convênio semelhante poderia ser celebrado pela ABDE com o MEC/INEP e o IPEA, Departamento de Recursos Humanos, para assistência técnica àqueles bancos de desenvolvimento que desejarem estabelecer uma Carteira para a Educação, seguindo o exemplo do COPEG.
- f) O INEP poderia planejar um convênio entre a ABDE, o MEC e a Confederação das Indústrias, nos moldes do programa de Cooperação com a Indústria, da FAO, de modo que as indústrias que fornecem material educativo e os bancos de desenvolvimento sejam informados sobre as atividades educacionais ainda na fase de identificação de projetos e façam parte das comissões de estudo.
- g) O INEP poderia elaborar um sistema de contabilidade escolar padronizado, em cooperação com o BNDE, que elabora atualmente um sistema de contabilidade padronizada para a pequena e média indústria em convênio com a Fundação Forde o Massachussetts Institute of Technology (M. I. T.) de Cambridge, Mass., Estados Unidos. Durante o Congresso, tomei contato com o Sr. Hein E. F. Luzny, do M. I. T., após a excelente explanação que fêz do seu trabalho ("Programa SIPEME - Sistema de Informações para Pequena e Média Empresa", BNDE/M. I. T. Sloan School of Management, fevereiro de 1969) no Congresso em vista de uma futura colaboração. Ele prometeu pôr-me em contato com a Fundação Ford para ver se ela se interessaria em financiar um projeto para a standardização da contabilidade dos vários tipos de instituições de educação e de treinamento, a fim de ter facilidades máximas de controle, de cálculo de índices de custo, de rendimento, etc.

10. Outras teses apresentadas e discutidas na Comissão D foram:
- a) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul: "A Capacitação Profissional nos Bancos de Desenvolvimento".
 - b) A. Sidney Siqueira Gomes, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG): "Política de Pessoal em Bancos de Desenvolvimento".
 - c) Álvaro Luiz Mota Pellegrino, BDMG: "Ação dos Bancos de Desenvolvimento no Encaminhamento das Pesquisas Tecnológicas".
 - d) Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP): "Transformação de cursos de Ciências Econômicas em Cursos de Administração de Empresas".

Havia outras teses a respeito de treinamento. De especial interesse foi a dos Senhores F.I. Paulinyi e M. de Moura Castro, BDMG, sobre: "Assistência Técnica - Instrumento de Desenvolvimento", discutida na Comissão B.

11. Um dos representantes do BNDE na Comissão D deu-me um exemplar do "Roteiro para Apresentação de Projetos de Ensino de Nível Médio (Especialização de Técnicos de Nível Médio) e Formação de Engenheiros de Operação", editado pelo Departamento de Operações Especiais do BNDE em maio de 1968. Este Roteiro, assim como as Normas de Operação do FUNTEC e do FUNDEPRO, também pode servir como modelo para os outros bancos de desenvolvimento e sua nova associação (ABDE). Impõe-se, portanto, estreita colaboração do MEC/INEP e da UNESCO com o BNDE.
12. Como já foi criado o novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, centralizando os fundos da União para a educação, o INEP/MEC e o IPEA poderiam estabelecer contacto periódico com este Fundo para estudar as possibilidades de torná-lo um verdadeiro "Banco da Educação" ou "Banco de Talentos" para uma administração eficiente dos fundos, com o objetivo de captar muito mais recursos nacionais e estrangeiros e para efetuar as inversões de maneira a mais eficiente possível segundo o Plano Nacional de Educação.



Ralph von Gersdorff

COPIA.

Paris, em 20 de novembro de 1968.

Prezado Dr. Guido Ivan de Carvalho,

Tenho a satisfação de lhe apresentar o Dr. René Ochs, Chefe da Divisão de Estudos Pedagógicos da UNESCO, que está em visita a vários países da América Latina, com o objetivo de examinar problemas relativos à Documentação Pedagógica.

Rogo facilitar ao eminente visitante a colaboração de que precisar em decorrência da missão que desempenha, especialmente pondo-o em imediato contacto com os nossos companheiros do CBPE.

Agradecendo a atenção, envio-lhe cordial abraço

(Carlos Corrêa Mascaro)

Carlos Corrêa Mascaro
CCM

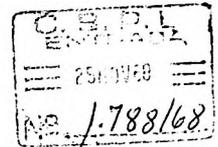
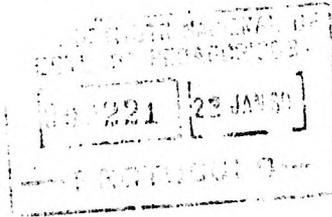


united nations educational, scientific and cultural organization
 organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

place de Fontenoy, Paris-7^e

téléphone : 566-57.57
 câbles : Unesco Paris
 télex : 27 602 Paris

reference : FF/21/2/182



Handwritten notes:
 26. XI. 68
 5 NOV. 1968
 Ao Grejo 1-69
 21-1-69
 OEN

Objet : "Etudes à l'étranger" (dix-huitième édition, 1970-1972)

Monsieur,

Je vous serais reconnaissant de bien vouloir nous aider à recueillir des renseignements destinés à paraître dans la dix-huitième édition de la publication de l'Unesco "Etudes à l'étranger".

Si vous ne connaissez pas encore "Etudes à l'étranger", vous serez je pense intéressé de savoir que la dernière édition contient des informations sur quelque 215.000 bourses offertes par 128 Etats et territoires à des étudiants ou à des spécialistes désireux de faire à l'étranger des études ou de la recherche, ou d'y recevoir une formation professionnelle. La prochaine édition, prévue pour 1969, contiendra des informations sur les bourses offertes pour les années universitaires 1969-1970, 1970-1971 et 1971-1972.

Je vous envoie ci-joint un questionnaire (FF/21/2/1813). Je vous serais obligé de bien vouloir y indiquer toute bourse ou autre forme d'aide financière que vous vous proposez d'offrir, soit à vos ressortissants pour faire des études à l'étranger, soit pour permettre à des personnes de l'étranger de venir étudier ou faire de la recherche dans votre pays.

La prochaine édition comportera, en tant qu'élément nouveau, des renseignements sur les cours internationaux organisés à l'intention des étudiants et des spécialistes venant de l'étranger, que des bourses leur soient offertes ou non. Vous trouverez sous ce pli un questionnaire (FF/21/2/1812) qui vous aidera à nous informer sur tout cours de ce genre que vous vous proposez d'organiser. Afin qu'ils puissent paraître dans la nouvelle édition d'"Etudes à l'étranger", je vous serais très obligé de bien vouloir adresser ces renseignements à l'Office avant le ~~30 novembre 1968~~ 15 JAN. 1968.

Je vous prie d'agréer, Monsieur, l'assurance de ma considération distinguée.

P.J. : FF/21/2/1812
 FF/21/2/1813

Handwritten signature: Julian Behrstock

Julian Behrstock
 Directeur

Office de la libre circulation de l'information
 et des échanges internationaux

Handwritten notes:
 Arrivera
 adde
 21/1/69

Etudes à l'étranger XVIII (1970-1972)

ENQUETE SUR LES COURS INTERNATIONAUX

Nom et adresse de l'organisation :

Nom de la personne chargée de remplir le questionnaire, à laquelle s'adresser pour obtenir des renseignements complémentaires :

(en caractères d'imprimerie)

Le but de ce questionnaire est de recueillir des informations qui paraîtront pour la première fois dans *Etudes à l'étranger*, portant sur les études et les cours de formation internationaux, organisés spécialement à l'intention des étudiants venant des pays autres que ceux où se tiennent les cours, pendant les années académiques 1969-1970, 1970-71 et 1971-72.

1. Titre ou thème du cours :

Lieu :
 (pays) (ville) (institution)

Date du prochain cours :, ou durée :
 (mois) (année)

Le cours est-il donné à intervalles réguliers ? lesquels ?

2. Programme d'études :

Langue(s) dans lesquelles les cours sont donnés :

3. Le cours est-il ouvert aux participants de tous les pays ?

Dans le cas contraire, indiquez à quels pays il est réservé :

Nombre moyen de participants à chaque cours :

4. Niveau d'instruction ou diplômes requis :

Age : Sexe :

Suite au verso

5. Frais (indiquez à quoi ils se rapportent : scolarité, conférences, pension, livres, etc.) :

6. Bourses : Offrez-vous des bourses aux participants au cours ?

Nombre de bourses offertes :

Valeur de chaque bourse :

Les conditions (nationalité, diplômes, etc.) requises pour obtenir ces bourses sont-elles les mêmes que celles décrites aux paragraphes 3 et 4 ? Sinon, veuillez les décrire :

7. Adresse à laquelle envoyer les demandes :

Date limite de réception des demandes :

Signature :

Date :

NOTE : Toute publication existant sur vos cours internationaux que vous voudrez bien envoyer à l'adresse indiquée plus bas nous sera des plus utiles.

A retourner à :

Office de la libre circulation de l'information
et des échanges internationaux
Unesco,
Place de Fontenoy
75 Paris-7e, France.

Des exemplaires supplémentaires de ce questionnaire peuvent être envoyés sur demande.

Etudes à l'étranger, dix-huitième édition, (1970-1972)

ENQUETE SUR LES BOURSES D'ETUDES INTERNATIONALES

Doivent être signalées ci-dessous, en vue de publication dans *Etudes à l'étranger*, toutes les bourses d'études, de recherche, de voyage et autres subventions permettant à des étrangers de venir faire des études dans votre pays, ou bien à des ressortissants de votre pays de se rendre à l'étranger pour y étudier.

Nom de l'organisation (en français) :

Adresse :

Nom de la personne chargée de remplir ce questionnaire, à laquelle s'adresser pour obtenir des renseignements complémentaires :
(en caractères d'imprimerie)

1. *Titre et/ou nature de l'offre* (bourse d'études, de voyage, d'échange, de vacances, de recherche, prêt, etc.) :
.....
Nom du donateur :

Les bourses sont-elles offertes chaque année ? Sinon veuillez indiquer à quelle cadence elles le sont (tous les 2 ans, etc.) :

Nombre de bourses disponibles en 1969 (année universitaire 1969-1970) :

Avez-vous l'intention d'offrir les mêmes bourses en 1970 ? en 1971 ?

Note : L'Unesco est consciente de la difficulté qu'il y a à prévoir le nombre des bourses qu'il sera possible d'attribuer dans l'avenir. Les indications que vous pourrez fournir ici seront considérées comme provisoires et ne constitueront nullement de votre part un engagement. Ce point sera d'ailleurs souligné dans le guide.

2. *Conditions*. Le boursier peut-il étudier n'importe quel sujet ?
Sinon, énumérer les sujets qu'il peut étudier :

Dans quels pays le bénéficiaire peut-il étudier ?

Pays dont les ressortissants peuvent être candidats à la bourse en question :

Quelles qualités personnelles et quels titres universitaires ou professionnels chaque boursier doit-il posséder ?
.....
.....
.....

Age : Sexe :

Le boursier est-il tenu de rendre certains services (a) pendant la durée de sa bourse ?

(b) une fois ses études terminées ? Exposer brièvement en quoi ils consistent :

3. *Valeur.* Quel est le montant de chaque bourse ? (Prière de préciser dans quelle monnaie le montant des bourses est établi) :

Les différents frais énumérés ci-dessous sont-ils couverts *en sus* du montant de la bourse ?

Transport : Frais de scolarité :

Entretien : Livres, etc. :

Autres frais non mentionnés ci-dessus :

4. *Durée.* Pour combien de temps la bourse est-elle octroyée à chaque bénéficiaire ? (Evaluer cette période en mois, années ordinaires, années scolaires, etc.) :

La bourse est-elle renouvelable ? Pour combien de temps :

5. *Demandes.* Adresse à laquelle on peut obtenir des feuilles de candidature et des renseignements (Veuillez indiquer le nom de votre organisation dans la langue du pays) :

Délai pour l'envoi des dossiers relatifs à une candidature :

Signature :

Date :

NOTE : Toute publication décrivant votre programme de bourses que vous voudrez bien envoyer à l'adresse indiquée plus bas nous sera des plus utiles.

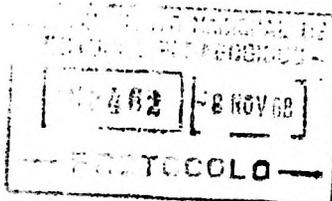
A retourner à :

Office de la libre circulation et
des échanges internationaux
Unesco,
Place de Fontenoy,
75 Paris-7e, France.

Des exemplaires supplémentaires de ce questionnaire peuvent être envoyés sur demande.



INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - I B E C C



IBECC/530

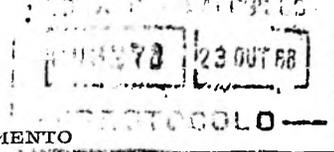
"Questionário sobre o programa e a organização das estatísticas da educação.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura cumprimenta o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e tem a honra de remeter-lhe, em anexo, cópias dos documentos ST/Q/76b) e UNESCO/OIT/ST/Q/76b datados de 29 de outubro último, assim como 10 questionários remetidos pela UNESCO para serem entregues ao Dr. Guido Marques de Carvalho, diretor desse Instituto.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1968.

*Anexo reme h/ly
ao E B P E
8-11-68*

LPF/NS.



PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO

TELEG.: "UNDEVPRO RIO DE JANEIRO"
TELEFONES: 25-9384
25-6969

PRAIA DE BOTAFOGO, 28-95AND.
CAIXA POSTAL 743-2C-00
RIO DE JANEIRO - BRASIL

Nº: 3002
FILE: 3.1.7(D)
3.8.24

22 de outubro de 1968

URGENTE

Especialista em Planejamento Educacional (INEP)
Programa de Assistência Técnica 1967-1968
PIUB/UNESCO

*Carb.
19/10/68*

Senhor Diretor Executivo,

.....
Com a presente tenho a honra de submeter à aprovação do Governo brasileiro a candidatura do Sr. R. C. J. Von Gersdorff (cujo currículo em vitno estou anexando) ao posto de especialista em planejamento educacional, junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em substituição ao Sr. Jacques Torfs.

No caso de sua candidatura ser aprovada, o Sr. Gersdorff poderá assumir imediatamente o referido poste.

Na expectativa de seu pronunciamento, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e consideração.

Eduardo Albortal
Representante Permanente

Ilustríssimo Senhor
Secretário Mário Augusto Santos
M.D. Diretor Executivo
Comissão Nacional de Assistência Técnica
Ministério das Relações Exteriores
Rio de Janeiro

INEP

SUMMARY OF RELEVANT QUALIFICATIONS

Mr. R.C.J. Von Gersdorff (Germany) - born in 1920

Ph. D. in Economics (Insigni cum laude) from Basel University (1955). In addition he followed courses at Trinity College in Dublin (Ireland) and at Lisbon University (Portugal) as well as at Harvard University (U.S.A.). He is a fellow of the African Studies Association, and member of the Society for International Development.

Mr. Von Gersdorff is well acquainted with Brazil and he has already undertaken several missions in that Country on a national and international basis. His first contact with Brazil was in 1959 when he was called by the Economic Information Services Bank of Sao Paulo as Consulting Economist to make calculations for the publication of the balance sheets of the Brazilian banks. After one year's study at Harvard University, where he concentrated on research on the sources of capital formation in Brazil and relationships of the private and public sectors in generating capital, Mr. Von Gersdorff returned to Brazil under contract to the Ferrostaal do Brasil, Comércio e Indústria S.A. as Consulting Economist in charge of the studies of three marketing prospects; a meat packing plant in North West Paraná, Tool Machinery Factory in Sao Paulo and the foundation of an investment company in Rio de Janeiro. In 1965, the Press and Information Office of the Ministry of Labour of the Government of West Germany sent him for a few months to Brazil to lecture on social insurance in West Germany, Brazil and other countries and specially on problems regarding financing of development plans. From October 1965 until September 1966 he worked as Industrial Programmer for the Industrialization Department of the SUDENE, the Economic and Social Development Authority for Northeast Brazil, on behalf of the Organization of American States, Pan American Union. This work involved manpower and educational planning. He collaborated in the elaboration of a programme for the promotion and expansion of small and medium-scale industries, as well as for the expansion of existing professional schools, the establishment of new professional training and research centres, coordination with manpower and educational planning, etc. He also taught, in Portuguese, about industrial and manpower planning including identification of industrial and training projects, selection of projects, elaboration of individual projects, etc.

In 1961, Mr. Von Gersdorff undertook his first assignment for the United Nations Technical Assistance as Economic Development Planning Expert and Economic Adviser to the Government of Barbados, West Indies. In these functions he had to organise and direct the Economic Planning Unit within the Ministry of Finance, advising the Government on all issues of economic policy. In February 1964, he was assigned for one year to the National Institute of Public Administration and Development, Civil Service Board, Government of Lebanon as Senior Economist and Lecturer. As such, he assisted the Institute in training public officials

.../...

in economic planning by giving lectures and conducting seminars on methodologies of plan formation, project evaluation and on implementation of programmes. His courses included agricultural, industrial, educational and manpower planning, statistics for planning financing methods, elaboration of individual projects and business administration in general. Since 1966, Mr. Von Gersdorff has been working for the United Nations Economic Commission for Africa as Regional Adviser on Economic and Social Development Planning. He has also been acting as Head of the Planning and Policies and Economic Surveys Sections and was Director of the Conference of African Planners held in Addis Abeba between 4 and 15 December 1967.

Apart from his experience in Brazil and as an international expert, Mr. Von Gersdorff served as Counselor to private German firms and foreign Governments. Just after graduating he went to India to undertake a study on the possibility of expanding marketing prospects and sales in that country. From August 1956 to December 1958 he undertook research for the Hamburg Archives for World Economy. His research studies concerned mostly the economy of the Portuguese and Spanish territories in Africa, and the economy of Mexico. During the first six months of 1959 he was employed by a private German firm as Economic Adviser and Interpreter to accompany the Director on a business tour in Portugal and Portuguese Africa. In November 1960 he signed a contract with the Government of Portugal as Production, Marketing and Expert Adviser to the Expert Promotion Board. In this function he elaborated a detailed report on "Problems of the Portuguese Shoe Industry and Proposals for their Solution. Possibilities to Promote Shoe Exports". This study included cattle breeding meat packing and tanneries, wholesale, retail and export trade with hides, leather, shoes and other goods in Portugal and Portuguese Africa.

Mr. Von Gersdorff has published numerous articles, reports, surveys and books in English, German and Portuguese, all concerned with economic development planning. Of German mother tongue, he has fluent Portuguese, English, French, Italian and Spanish.

1964/65: United Nations Technical Assistance, New York.
Senior Economist and Lecturer (Economic Planning)

Assigned to the National Institute of Public Administration & Development, Civil Service Board, Government of Lebanon. Assisted the Institute in training public officials in economic planning by giving lectures and conducting seminars on methodologies of plan formulation, project evaluation and on implementation of programmes. My courses included agricultural, industrial, educational and manpower planning, statistics for planning, financing methods, elaboration of individual projects and business administration in general. My lectures were distributed to the students in mimeographed form.

1963/64: International Pipe & Ceramics Corp., International Division, 150 Rutledge Ave., East Orange, N.J., USA.

Asst. Marketing Manager

On the job training in water supply engineering, including irrigation, concrete, PVC & resinbonded fiberglass pipe manufacturing & marketing. As sales projections were unfavourable for 1964 no expansion of the International Division took place as previously planned by the Exec. Vice President, Mr. J. Betts.

1961-63: United Nations Technical Assistance, New York.
Economic Development Planning Expert and Economic Adviser
to the Government of Barbados, West Indies.

Organization and direction of the Economic Planning Unit, Ministry of Finance, advising the Government on all issues of economic policy. Identification of economic opportunities. Proposals for projects to be included in the annual budget. Formulation of proposals to Government, private sector, Development & Tourist Boards on industrial, agricultural, tourist, banking, saving & insurance development. Proposals to Govt. & business in regard to collection, analysis & use of statistics. Elaboration of a Development Bank project. Many suggestions were accepted.

1961: Export Promotion Board, Rua C. Castelo Branco, 2, Lisbon, Portugal.

Industrial, Marketing and Export Adviser

Elaboration of a detailed report on "Problems of the Portuguese Shoe Industry and Proposals for their Solution. Possibilities to Promote Shoe Exports". This study included cattle breeding, meat packing and tanneries, wholesale, retail and export trade with hides, leather, shoes and other leather goods in Portugal and Portuguese Africa.

1960: Ferrostaal do Brasil, Comércio e Indústria, S.A.
Rua do Carmo 27, Rio de Janeiro, Brazil.

Consulting Economist

Three marketing and feasibility studies: 1. Meat packing plant in North-west Paraná. 2. Tool machinery factory in São Paulo. 3. Foundation of an investment company in Rio de Janeiro.

1959/60: Harvard University, Centre for International Affairs, Professor Lincoln Gordon, Cambridge, Mass., USA
Research Associate

Research on the sources of capital formation in Brazil and relationships of the private and public sectors in generating capital there. See publications.

Cont'd

1959: Economic Information Services Banas, São Paulo, Brazil, Consulting Economist

Calculations for the publication of the balance sheets of the Brazilian banks. This report was sold under the title "Behind the Scenes of the Brazilian Banking System".

Fritz Schuster, Schuster-Finish, Ladies Stockings Finishing, Morchfeldstr.37, Mannheim-Neckarau, W.Germany. Economic Adviser and Interpreter

Accompanying the Director of the Firm, Mr. Wolfgang Schuster, on his business tour in Portugal and Portuguese Africa. The results of this tour were very satisfactory.

1956-58: Hamburg Archives for World Economy, Poststr.11, Hamburg, W.Germany. Research Associate, Expert on Developing Countries

Writing very short, concise articles on the economy of the Portuguese and Spanish territories in Africa for the "Encyclopaedia of Countries" edited by the Archives. Report on the Mexican economy for the Ministry of Economic Affairs in Bonn. Field work in Africa, with government and business, in statistical offices, etc. in view of writing a report on the economic problems of Portuguese Africa, with proposals for their solution. Writing the books "Angola" and "Moçambique" for the German Africa Society in Bonn. See publications.

1956: Salesian Technical School, Panjim, Goa, India. Industrial Adviser and Promotor

Organizing the donation and transport of used machines and tools for this school.

1955/56: Fr.Grohe Armaturen, Factory for Sanitary Fittings, Hemer i.W., W.Germany. Market research and sales work in India

After measures taken according to my detailed reports this firm could expand its business in India.

LANGUAGES : Speaking and writing the following languages fluently: German, English, French, Portuguese, Spanish, Italian, Dutch. Fair knowledge of Russian. I began to study Arabic.

ASSOCIATIONS : Fellow, African Studies Association, Columbia University, New York.
Member, Society for International Development, Washington, D.C.
Member, Friedrich List Society, Social Sciences, Freie Strasse, Basel, Switzerland.
Member, American Economic Association, Evanston, Ill., USA.

REFEREES : 1. Dr. Anthony Bottomley, Professor in Economics, Bradford University, Bradford, Yorks., England.
2. Dr. K.K. Apsadu, Deputy Resident Representative, United Nations Development Programme, P.O. Box 9182, Dar-es-Salaam, Tanzania, Africa.
3. Dr. Morris Asimov, Professor of Engineering, Dept. of Engineering, University of California, Los Angeles, California 90024, U.S.A.
4. Dr. Wolfgang Krauel, Vice President, Friedrich List Society, Caixa Postal 163, Campos do Jordão, Estado de São Paulo, Brazil.

5. A. von Lippmann, Social Insurance Expert, Reischach 10, Post Prutting ueber Rosenheim, Bayern, W.Germany.
6. Prof. Dr. Edgar Salin, Professor of Economics at the University of Basel, Hardstr. 110, Basel, Switzerland.
7. Dr. Lothar Richter, International Labour Office, Geneva, Switzerland.

PUBLICATIONS

1. "The Making of Feasibility Studies", in: "International Handbook of Management", New York: McGraw-Hill Book Co., 330 West 42nd Street, 1965.
2. "Saving, Credit & Insurance (incl. social ins.) in Brazil, their Contribution to Economic Development", Barbados, West Indies: Government Printing Office, 1962, 296 pages, bibl., index.
3. "Techniques of Economic Development Planning" (in French), Beirut, Lebanon: National Institute of Public Administration & Development, Civil Service Board, Government of Lebanon, 1964, mimeogr., 150 pages, courses given at the Institute.
4. "Economic Problems of Portuguese Africa" (in German), Bielefeld, West Germany: E. & W. Gieseking, 1962, 360 pages, bibl., index.
5. "Public Finance in Portugal" (in German), same publishers, 1961, 280 pages, bibl.
6. "Measures to Promote Private Saving in Portugal & Portuguese Africa", Ph.D. dissertation, Zuerich, Switzerland: Polygraphischer Verlag A.G., 1958, 280 pages, bibl., index, in German.
7. "Mozambique", Bonn: German Africa Society, 1958, 136 pages, bibl., index.
8. "Angola, Portug. Guinea, S. Tomé & Príncipe, Cape Verde Islands, Spanish Guinea", Bonn: German Africa Society, 1960, 165 pages, bibl., index.
9. Main author: "Mexico, a Way to Economic Development between Government Control and Private Initiative", Hamburg, W. Germany: Verlag Weltarchiv G.m.b.H., 1958, 127 pages, statistical annexe. In German.
10. "Planning and Insurance in Barbados", Barbados, West Indies: Economic Planning Unit, Government Headquarters, mimeogr., 1962.
11. "Planning and Banking in Barbados", same editors, 1962.
12. "Planning and Financial Institutions in Developing Countries with special reference to Barbados", same editors, 1962, 110 pages.
13. "Proposals in regard to the industrial use of sugar and its by-products", same editors, 1963.
14. "Agricultural Planning in Developing Countries", Beirut, Lebanon: National Institute for Public Administration & Development, mimeogr., 1964, French.
15. Co-author: "Behind the Scenes of the Brazilian Banking System", São Paulo: Economic Information Services Banas, 1959, mimeogr., 300 pages.
16. "Problems of the Portuguese Shoe Industry and Proposals for their Solution. Possibilities to Promote Shoe Exports", Lisbon: Export Promotion Board, 1961, 250 pages, type written. Translated into Portuguese.
17. "The Goa Conflict: political, social, economic, historical, religious and other aspects", type written, 300 pages.
18. "Portugal", in: "Encyclopaedia of the Social Sciences", Goettingen, West Germany: Vandenhoeck & Rupprecht, 1963, bibl., tables.
19. "The Economy of Portuguese and Spanish Africa", in: "Encyclopaedia of Countries", Hamburg, W. Germany: Verlag Weltarchiv G.m.b.H., 1957, bibl.
20. "The National Co-operative Bank and the Co-operatives in Brazil", in: "Year Book of Agricultural Co-operation 1961", London: Plunkett Foundation for Co-operative Studies, Oxford: Basil Blackwell, 1961, 20 pages.

Cont'd

21. "Proposals for an Increased Financial and Technical Assistance to Developing Countries", in: "The Indian Journal of Economics", Allahabad, January 1962. In German as contribution to a book on developing countries.
22. "'Colonialism' and Assistance to Developing Countries", in: "Political Studies", Munich: Academy of Political Science, May and June 1960, in German. In Portuguese in: "Brazilian Journal for International Policy", Rio.
23. "Capital Formation by Fiscal Measures in the Portuguese Territories", in: "Public Finance/Finances Publiques", The Hague, no.1, vol.XV, 1960, in French, summary in English.
24. "Public Finance in Portuguese West Africa", in: "Finanzarchiv", Tuebingen, W.Germany, No.3, vol.XX, 1960.
25. "Money, Credit and Saving in Angola", in: "Brazilian Bank Review", no.337, vol.XXIX, Rio-de Janeiro, January 1960.
26. "The Development of the Coffee Economy in Portuguese West Africa", in: "Coffee & Tea Market", Hamburg, W.Germany, May 1960, in German.
27. "The Mining Industry in Angola", in: "Erzmetall" (mining journal), Clausthal-Zellerfeld, W.Germany, 1961, in German.
28. "Endeavour and Achievement of Co-operatives in Mozambique", in: "The Indian Journal of Economics", no.156, Allahabad, July 1959. Also in: "Review of International Co-operation", London: International Co-operative Alliance. In Portuguese in "Arco-Iris", Centre for Co-operative Studies, Rio de Janeiro, Brazil.
29. "Insurance in Portuguese Africa", in: "German Insurance Review", Cologne, September 1959.
30. "Social Insurance in Brazil", same review, July 1960.
31. "Private Insurance in Brazil", same review, Jan.1961, All 3 in German.
32. "Critical Analysis of the Portuguese Economy", in: "Review of Economic and Social Research", Lisbon, 1959, in Portuguese. Also published in Angola and Brazil.
33. "Central Banking Problems in Brazil", in: "Weltwirtschaftliches Archiv", Kiel, W.Germany, no.2, vol.85, 1960, in English.
34. "Financial Problems of Social Insurance in Brazil", in: "Bulletin of the International Social Security Association", Geneva, December 1960, also in German and French edition.
35. "Social Insurance in Mexico", same Bulletin, March 1959. Also in: "German Insurance Review", March 1959.
36. "Brazilian Finance & Credit, Investment & Holding Companies", in: "Inter-American Economic Affairs", no.4, vol.XIV, Washington, D.C., 1961. Also in: "Revista de Economia", Lisbon, no.2-3, vol.XIII, June/Sept.1960.
37. "Agricultural Credit Problems in Brazil", same journals, 1961, and in: "The Indian Journal of Economics", vol.XLI, no.161, October 1960.
38. "The Private Insurance Business in Mexico", in: "German Insurance Review", Cologne, January 1959.
39. "Practical Business Uses of Government Statistics", Barbados, West Indies: Economic Planning Unit, Government Headquarters, 1963, mimeogr. Also in French, edited by the National Institute for Public Administration and Development, Beirut, Lebanon, 1964.
40. "Proposal to Establish an International Placement Service", in "Capital", Calcutta, 13 April 1967, and in "International Development Review", June 1967, Washington, D.C.
41. "Requirements of Civics Education for Economic Development Planning", 1967, not yet published.
42. Various book reviews in economic journals, ^{mainly} in "KYKIUS", Basel, Switzerland. P.T.O.

43. Two Final Reports (mimeogr., 210 and 100 pages) and 16 Quarterly Reports, (type written) to the United Nations Technical Assistance, the Governments of Barbados (in English) and the Lebanon (in French) and the United Nations Economic Commission for Africa.
44. Proposals for Establishing a Development Bank in the British West Indies, Economic Planning Unit, Premier's Office, Govt.H.Q., Barbados, W.I., 1962.
45. Prospects for a Federation of the British Eastern Caribbean Islands, United Nations Technical Assistance, Office of the Reg.Rep., Port-of-Spain, Trinidad, 1963.
46. Feasibility of Establishing a Meat Packing Plant in Northwest-Paraná, Ferrostaal do Brasil S.A., Rua do Carmo 29, Rio de Janeiro, 1960, in German.
47. Feasibility of Establishing a Tool Machinery Plant (planning machines) in the State of S.Paulo, Brazil, same sponsors, 1960, in German.
48. Suggestions for the Establishment of a Service for the Identification and Selection of Agricultural, Mining & Industrial Production Opportunities in Developing Regions, with special reference to the SUDENE, the Development Authority for Northeast-Brazil, Organization of American States & SUDENE, Recife, Documentation Division, Brazil, June 1966.
49. Suggestions for Making a Small- & Medium-Scale Industry Sample Survey in Northeast-Brazil (action plan, statistical and opinion questionnaire), same sponsors, Recife, Brazil, 1966, in Portuguese.
50. Notes on the Aswan Regional Planning Project, U.N. Preparatory Mission on Research & Training for Regional Development, E.C.A., Addis Ababa, Oct. 1966.
51. Notes on the Awash Regional Planning Project (Ethiopia), E.C.A., November 1966.
52. Preliminary Report on a Request by the Government of Tanzania in Regional Planning, Dar-es-Salaam, 26 November 1966, E.C.A., Addis Ababa, mimeoed.
53. Suggestions for Establishing Permanent Basic Data Registries for Systematic Project Identification, internal working paper, ECA, mimeogr., 1967.
54. Suggestions for Establishing Project Identification Services in Africa, Conference of African Planners, Addis Ababa, 4-15 December 1967, ECA document no. E/CN.14/CAP/10.
55. Recommendations on Organization & Methodology for Development Planning in Ethiopia, ECA, Addis Ababa, March 1967.
56. Suggestions for the Elaboration of a Planning & Implementation Operations Manual by the Imp. Ethiopian Government, ECA, Addis Ababa, March 1967.
57. Suggestions to the Imp. Ethiopian Government to Elaborate an Office Services Manual for Planning, Implementation & Control of all Actions in the Public Sector, ECA, April 1967, both manuals: ECA document no. E/CN.14/CAP/25.
58. Development Plan Harmonization in the Framework of West African Economic Co-operation, ECA, Addis Ababa, 1967.
59. Proposals for Inter-regional Agricultural Planning in Africa, Joint ECA/German Foundation Seminar on Problems and Approaches in Planning Agricultural Development, Addis Ababa, 16 Oct.-7 Nov. 1967, ECA/FAO Agriculture Division (E/CN.14/CAP/34).
60. The Feasibility of Socio-Economic Data Collection on the Local & Regional Levels in Africa for Systematic Project Identification, Conference of African Planners, ECA document no. E/CN.14/CAP/24, and in ECA/FAO Agricultural Economics Bulletin, Addis Ababa, No. 9, 1967.
61. Project Identification Services - Proposed Organization & Functions, Conference of African Planners, ECA document no. E/CN.14/CAP/26.
62. Proposals for the Organization of a Ministerial Planning Unit, Conference of African Planners, ECA document no. E/CN.14/CAP/32.
63. Planning Problems as Discussed at the Conference of African Planners, Addis Ababa, 4-15 December 1967.

Conselho de Perito
R. E. J. Von Gersdorff.
anexado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1213

21 outubro de 1968

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Diretor Executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica
Programa de cooperação de Perito da UNESCO

Senhor Diretor Executivo:

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, vários projetos, de cuja execução deverão decorrer incentivos ao desenvolvimento da educação brasileira e a renovação dos métodos e técnicas de administração dos negócios educacionais, estão ligados à cooperação de caráter técnico que o nosso País vem recebendo de organismos internacionais como a UNESCO. Essa cooperação se tem processado por intermédio da permanência, entre nós, de certo número de Peritos especialistas em diferentes áreas dos conhecimentos sociais e pedagógicos, por períodos de variada duração.

Segundo esclarecimentos que tivemos ensejo de levar ao conhecimento dessa digna Comissão, entre os projetos a que acima nos referimos encontra-se o dos Colóquios Estaduais sobre Organização de Sistemas de Ensino - CROSE -, para execução do qual contamos, até data recente, com a participação de dois Peritos: o Economista Jacques Torfs e o Sociólogo Michel Debrun. Tendo findo o prazo de permanência desses dois Peritos no Brasil, propôs esta Diretoria um plano pelo qual se promoveria a substituição do Economista Jacques Torfs por outro especialista na mesma área, e a paz de assegurar sua colaboração ao prosseguimento do programa de Assistência Técnica às Secretarias Estaduais de Educação, ao próprio INEP e a seus Centros de Pesquisas, em estudos relativos a custos de ensino e na formulação de projetos básicos capazes de assegurar maior rentabilidade dos recursos que o País vem aplican

Ilmo. Sr.
Secretário Mario Augusto Santos
DD. Diretor Executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica
Palácio Itamarati

do e dos esforços que os Poderes Públicos vêm realizando no campo da educação nacional.

Para substituir o Economista Jacques Torfs esta Diretoria acaba de receber a comunicação de que se acha disponível, no quadro de Peritos da UNESCO, o Economista R.C.J. Von Gersdorff. Pelo exame de seu "curriculum vitae" verifica-se que a especialização e experiência dêsse Perito circunscreve-se à economia dos negócios industriais, comerciais e bancários, nada revelando sua familiaridade com problemas de economia da educação. É possível, porém, que em virtude da experiência que já possui do Brasil, de seus contatos com a SUDENE, em cuja programação existem inúmeros projetos educacionais, e que com mais ameados encontros com educadores brasileiros, engajados nos projetos do INEP, possa o Perito R.C.J. Von Gersdorff vir a prestar a assistência técnica entre as que mais temos necessidade no momento. Assim, esta Diretoria decide concordar em que seja êle indicado para a permanência entre nós, por um ano, renovável, preenchendo a vaga aberta com o retorno a Paris do Economista Jacques Torfs.

Acha-se, também, em franco desenvolvimento, o projeto de renovação, das nossas estatísticas escolares, com a colaboração do Perito Mlle. Isabelle Deblé, que soube conquistar, desde sua chegada, e ao longo de suas atividades, a confiança no Grupo de Trabalho que tem contado com sua orientação no INEP. Tem ainda o referido Perito sido constantemente solicitado a colaborar com órgãos estaduais de estatística, com o IPEA, por solicitação do Dr. Arlindo Lopes Correa, e com comissões do IBGE, a pedido do seu presidente - Dr. Sebastião Ayres. Tendo-se revelado insuficiente a permanência de seis meses do Perito Mlle. Deblé, vimos solicitar sejam promovidas gestões para a prorrogação dêsse prazo por outro período de igual duração. Para custeio das despesas dessa prorrogação de contrato, poderão ser utilizadas as economias do Projeto de Planejamento Educacional decorrentes do atraso no recrutamento de peritos no biênio 1967/1968.

Cumpr-me, outrossim, levar ao conhecimento dessa Comissão que esta Diretoria concorda com o aproveitamento de parte do saldo dessas mesmas economias para o recrutamento e contrato de um Perito que se ocupará dos aspectos educacionais do Projeto Mundial de Alimentação, em execução no Vale do São Francisco, sob a responsabilidade da Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Quanto à substituição do Sociólogo Michel Debrun, esta Diretoria já sugeriu fôsse solicitado o recrutamento de um Perito

em Métodos e Técnicas de Administração aplicados à Educação. Opina mos, outrossim, (ofícios 534 e 556 de, respectivamente, 2 e 8 de maio do corrente ano) venham a prestar serviços no Brasil, durante seis meses, alguns Peritos nas seguintes áreas:

- a) Escola média e sua reformulação em face dos seus novos objetivos;
- b) Pesquisas Educacionais;
- c) Educação Permanente;
- d) Educação Comparada.

Valho-me ainda do presente para reafirmar a Vossa Senhora o ponto de vista desta Diretoria, já expresso em entendimentos pessoais com o antecessor de Vossa Senhoria, Secretário Luiz Emery Trindade, e com o Embaixador Carlos Chagas, Chefe da Delegação Permanente junto à UNESCO, no sentido de se dividir, a partir de 1969, a dotação reservada para o custeio dos programas de Assistência Técnica da UNESCO, destinando-se metade ao pagamento de Peritos e metade ao estabelecimento de Bôlsas de Viagem, com que deverão ser contemplados candidatos indicados por intermédio do INEP e escolhidos mediante processos objetivos de seleção entre elementos em atividade nos diferentes setores do INEP, dos demais órgãos da administração do Ministério da Educação e Cultura e das Secretarias Estaduais de Educação. A necessidade da capacitação profissional e do aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis, mediante estágios curtos em órgãos de pesquisa, planejamento e administração no estrangeiro cada vez mais se impõe, máximo nesta fase em que o Governo Federal se empenha na implantação da Reforma Administrativa, inspirada nos princípios de racionalização dos métodos de trabalho e na modernização das técnicas administrativas.

Devendo embarcar, dentro dêstes próximos dias, para Paris, como integrante da Delegação Brasileira à Conferência Geral da UNESCO, é meu pensamento expor, com outros pormenores, os pontos de vista que venho defendendo no tocante aos programas de assistência técnica mais indicados para benefício do País, no campo da educação, tendo em conta, entre outras, as recomendações aprovadas no recente Simpósio Interamericano de Administração Escolar, realizada em Brasília, sob o patrocínio da OEA, do INEP e da ANPAE.

Estou reunindo, também, a documentação indispensável ao mais detido exame dos projetos da Faculdade de Educação, mediante o exame do Relatório da Comissão da UNESCO que esteve recentemente no

Brasil e da avaliação do Plano Mestre FISI/UNESCO.

Outra necessidade que desejamos venha a ser devidamente considerada é a do aproveitamento do saldo dos recursos disponíveis para a aquisição de equipamento destinado ao trabalho dos Peritos. Mlle. Deblé está solicitando, com empenho, uma máquina de calcular, cujo fornecimento gostaria fosse promovido pelos fundos existentes.

Solicitando as providências da alçada dessa Comissão, junto ao Representante Residente do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, e agradecendo antecipadamente a atenção que Vossa Senhoria se dignar dispensar ao presente, prevaleço-me do ensejo para apresentar-lhe, Senhor Diretor Executivo, os protestos de minha mais distinguida consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Anexos: Pedido para Projeto e Descrição de Tarefas do Consultor em Educação Primária para o Programa de Alimentação Escolar do Vale de São Francisco.



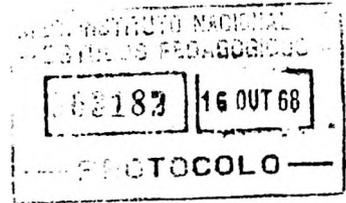
M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB - Brasil

RIO DE JANEIRO, 16 DE OUTUBRO DE 1968



CARO DR. MASCARO:

JUNTO PASSO AS SUAS MÃOS O CURRÍCULO DO PERITO DA UNESCO, INDICADO PARA SUBSTITUIR O SR. TORFS.

COMO VERÁ, TRATA-SE DE PESSOA LARGAMENTE CREDENCIADA, SEM MUITA APROXIMAÇÃO COM O CAMPO EDUCACIONAL. CONSIDERANDO QUE TEM LARGA EXPERIÊNCIA DE BRASIL, CONHECENDO NOSSA LÍNGUA E NOSSAS REALIDADES, PENSO DEVA SER ACEITO.

HÁ TAMBÉM QUE CONSIDERAR A DIFICULDADE DA UNESCO EM OBTER OUTRO PERITO, EXIGINDO ESPAÇO DE TEMPO QUE PERTURBARÁ NOSSOS PLANOS.

ABRAÇOS

do
Frederico

Unesco
Brasil
16/10/68

PMP/HOS

SUMMARY OF RELEVANT QUALIFICATIONS

Mr. R.C.J. Von Gersdorff (Germany) - born in 1920

Ph. D. in Economics (Insigni cum laude) from Basel University (1955). In addition he followed courses at Trinity College in Dublin (Ireland) and at Lisbon University (Portugal) as well as at Harvard University (U.S.A.). He is a fellow of the African Studies Association, and member of the Society for International Development.

Mr. Von Gersdorff is well acquainted with Brazil and he has already undertaken several missions in that Country on a national and international basis. His first contact with Brazil was in 1959 when he was called by the Economic Information Services Banas of São Paulo as Consulting Economist to make calculations for the publication of the balance sheets of the Brazilian banks. After one year's study at Harvard University, where he concentrated on research on the sources of capital formation in Brazil and relationships of the private and public sectors in generating capital, Mr. Von Gersdorff returned to Brazil under contract to the Ferrostaal do Brasil, Comércio e Indústria S.A. as Consulting Economist in charge of the studies of three marketing prospects; a meat packing plant in North West Paraná, Tool Machinery Factory in São Paulo and the foundation of an investment company in Rio de Janeiro. In 1965, the Press and Information Office of the Ministry of Labour of the Government of West Germany sent him for a few months to Brazil to lecture on social insurance in West Germany, Brazil and other countries and specially on problems regarding financing of development plans. From October 1965 until September 1966 he worked as Industrial Programmer for the Industrialization Department of the SUDENE, the Economic and Social Development Authority for Northeast Brazil, on behalf of the Organization of American States, Pan American Union. This work involved manpower and educational planning. He collaborated in the elaboration of a programme for the promotion and expansion of small and medium-scale industries, as well as for the expansion of existing professional schools, the establishment of new professional training and research centres, coordination with manpower and educational planning, etc. He also taught, in Portuguese, about industrial and manpower planning including identification of industrial and training projects, selection of projects, elaboration of individual projects, etc.

In 1961, Mr. Von Gersdorff undertook his first assignment for the United Nations Technical Assistance as Economic Development Planning Expert and Economic Adviser to the Government of Barbados, West Indies. In these functions he had to organise and direct the Economic Planning Unit within the Ministry of Finance, advising the Government on all issues of economic policy. In February 1964, he was assigned for one year to the National Institute of Public Administration and Development, Civil Service Board, Government of Lebanon as Senior Economist and Lecturer. As such, he assisted the Institute in training public officials

.../...

in economic planning by giving lectures and conducting seminars on methodologies of plan formation, project evaluation and on implementation of programmes. His courses included agricultural, industrial, educational and manpower planning, statistics for planning financing methods, elaboration of individual projects and business administration in general. Since 1966, Mr. Von Gersdorff has been working for the United Nations Economic Commission for Africa as Regional Adviser on Economic and Social Development Planning. He has also been acting as Head of the Planning and Policies and Economic Surveys Sections and was Director of the Conference of African Planners held in Addis Abeba between 4 and 15 December 1967.

Apart from his experience in Brazil and as an international expert, Mr. Von Gersdorff served as Counselor to private German firms and foreign Governments. Just after graduating he went to India to undertake a study on the possibility of expanding marketing prospects and sales in that country. From August 1956 to December 1958 he undertook research for the Hamburg Archives for World Economy. His research studies concerned mostly the economy of the Portuguese and Spanish territories in Africa, and the economy of Mexico. During the first six months of 1959 he was employed by a private German firm as Economic Adviser and Interpreter to accompany the Director on a business tour in Portugal and Portuguese Africa. In November 1960 he signed a contract with the Government of Portugal as Production, Marketing and Expert Adviser to the Export Promotion Board. In this function he elaborated a detailed report on "Problems of the Portuguese Shoe Industry and Proposals for their Solution. Possibilities to Promote Shoe Exports". This study included cattle breeding meat packing and tanneries, wholesale, retail and export trade with hides, leather, shoes and other goods in Portugal and Portuguese Africa.

Mr. Von Gersdorff has published numerous articles, reports, surveys and books in English, German and Portuguese, all concerned with economic development planning. Of German mother tongue, he has fluent Portuguese, English, French, Italian and Spanish.

UNESCO
MISSÃO PARA FACULDADES DE EDUCAÇÃO

Professor J. Lauwerys (Inglaterra), do Departamento de Educação Comparada,
Instituto de Educação da Universidade de Londres

Professor R.L. Plancke (Bélgica), Vice Presidente e Administrador da Univer-
sidade de Ghent

Professora Galino (Espanha), Professora de História da Educação na Univer-
sidade de Madrid

Terms of reference

After consultation with Prof. D. Trigueiro and in accordance with your suggestions, the mission should:

- i) acquaint itself with the prevailing "philosophy" on the establishment of a faculty of education within the framework of the University in Brazil;
- ii) Study the situation particularly in the universities of Recife, Brazilia, Rio de Janeiro, Belo Horizonte and possibly Bahia;
- iii) Make observations and formulate recommendations as to the administrative organization and academic structure of the faculties of education in the universities mentioned above with a view to meet the national needs for the training of teachers and educational research.

The main idea is that the mission should be able to contribute substantially to the implementation of a modest yet precise programme for the establishment and development of faculties of education. It would appear that the faculties of education have to cater principally for the training of professors for the first cycle of secondary school teachers and streamline the training of teachers for the second cycle of secondary schools. In addition the faculties should be able to provide for the training of educational administrators, statisticians and planners. The mission may also have to have a look at the simplification of curriculum at these faculties.

TÉRMINOS DE REFERÊNCIA

Após consulta com o Prof. D. Trigueiro, e de acôrdo com as sugestões do Sr., a Missão deveria:

I - Conhecer a "filosofia" preponderante em relação à criação de uma faculdade de Educação, dentro das estruturas da Universidade do Brasil;

II - estudar a situação particular das Universidades de Recife, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e, possivelmente Bahia;

III - tecer observações e apresentar recomendações quanto à organização administrativa e a estrutura acadêmica das faculdades de educação nas Universidades mencionadas acima, tendo-se em vista enfrentar as necessidades nacionais para o treinamento de professores e para a pesquisa educacional.

A idéia principal é que a Missão seja capaz de contribuir substancialmente para a execução de um programa modesto, porém preciso, para a criação e desenvolvimento de faculdades da Educação. Parece que as faculdades de Educação deveriam dedicar-se principalmente ao treinamento de professores universitários que pudessem preparar outros professores para o primeiro ciclo da escola secundária, assim como atualizar o treinamento de professores para o segundo ciclo dessas escolas. Além disso, as faculdades deveriam ser capazes de proporcionar treinamento para administradores, estatísticos e planejadores em Educação. A Missão poderá também considerar a simplificação do currículo nestas faculdades.

MISSÃO DA UNESCO EM MINAS E SÃO PAULO

A Missão da UNESCO que veio ao Brasil contribuir para a execução de um programa de criação e desenvolvimento de faculdades de Educação, iniciará sua visita à São Paulo, segunda-feira, às 9 horas da manhã sendo apresentada ao Reitor da USP.

Após percorrer a Cidade Universitária e almoçar no Centro Regional do INEP, a Missão da UNESCO será recebida pelo Conselho Estadual de Educação.

Visitarão a capital paulista os professores J. Lauwerys, do Departamento de Educação Comparada do Instituto de Educação da Universidade de Londres; R. L. Plancke, Vice-Presidente e Administrador da Universidade de Ghent, Bélgica; Galino, professor de História da Educação na Universidade de Madrid.

Na próxima terça-feira, às 14 horas, os professores do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia se encontrarão com os membros da Missão. Na ocasião, o professor Heládio Antunha fará uma exposição dos planos sobre a reforma da USP e a posição do Departamento de Educação.

A Missão da UNESCO, neste momento em Belo Horizonte, objetiva conhecer a filosofia preponderante em relação à criação de faculdade de Educação, dentro das estruturas da Universidade brasileira, estudando a situação particular das Universidade que visita. ~~Atendendo ao que sugeriu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, os professores visitantes devem, após observações, fazer recomendações quanto à organização administrativa e estrutura acadêmica das faculdades de Educação das Universidades visitadas, tendo em vista enfrentar as necessidades nacionais de treinamento de professores e a pesquisa educacional.~~

A idéia principal é que a Missão seja capaz de contribuir substancialmente para a ~~EXEC~~ execução de um programa modesto, porém preciso, para a criação e desenvolvimento de faculdades de Educação. As faculdades de Educação poderiam dedicar-se principalmente ao treinamento de professores ~~para o primeiro ciclo de escola secundária, assim como atualizar o treinamento de professores para o segundo ciclo dessas escolas. Além disso, as faculdades deveriam ser capazes de proporcionar treinamento para administradores, estatísticos e planejadores em Educação. A Missão poderá também considerar a simplificação do currículo nestas Faculdades.~~

30
23

setembro

68

Prezado Dr. Lawerys

Recebi com satisfação a carta em que se refere com tão simpáticas expressões à sua estada em São Paulo, junto com seus colegas.

Não há razão para agradecimentos, pois o programa cumprido foi o mínimo daquilo que desejaríamos haver-lhe proporcionado.

Terei o máximo prazer em revê-lo, quando de sua nova visita ao nosso país, o que espero se realize brevemente.

Agradecendo ainda pelos votos de sucesso e bons augúrios, cumprimento-o com cordiais saudações.

Carlos Correa Mascaro

Dr. J. Lauwerys
University of London
Institute of Education
Malet Street London - WC1



HOTEL GLORIA
END TELEGLORIAHOTEL
TELEX 3511111
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro 29 August 1968

My dear D Mascaro,

My colleagues and I very much enjoyed our brief stay in Sao Paulo: thank you for making the arrangements and for being so very helpful. Please also convey our greetings and our thanks to Prof. Loerte Ramos de Carvalho.

And it was most kind of you to arrange the excursion to Santos: a beautiful ride and a beautiful city. I hope I shall be able to see it again.

We are much looking forward to meeting you again very soon. And we hope the plans being made in São Paulo will have splendid success.

With many thanks and good wishes
Yours sincerely
Joseph Lauwers.

Ramos & apud
ML

U N E S C O

POSTE D'ASSISTANCE TECHNIQUE

1. Désignation du Poste: Expert en Alphabétisation fonctionnelle des adultes.
2. Lieu d'affectation: Rio de Janeiro (Brésil)(de fréquents déplacements sont à prévoir à São Paulo, Salvador, Recife et dans diverses villes du Nordeste)
3. Origine et attributions:

En 1967, le Gouvernement brésilien a créé le Mouvement brésilien d'alphabétisation (MOBRAL) qui est chargé, au sein du Ministère de l'éducation et de la culture, de la mise en oeuvre du Programme national d'alphabétisation fonctionnelle et d'éducation continue, approuvé par la loi du 15 décembre 1967.

En janvier-février 1968, l'Unesco a organisé, à la demande du Gouvernement brésilien, une mission préliminaire chargée d'étudier les conditions dans lesquelles pourrait être réalisé, avec l'aide du PNUD, un projet pilote d'alphabétisation fonctionnelle des adultes.

A la suite de cette mission, le Ministère de l'éducation et de la culture a demandé les services d'un expert de l'Unesco afin de conseiller le MOBRAL et les autres institutions brésiliennes intéressées sur les problèmes touchant le développement des programmes d'alphabétisation fonctionnelle et la mise au point définitive du Projet pilote.

L'expert sera donc affecté principalement au MOBRAL et conseillera le Gouvernement brésilien sur toutes questions relatives à l'exécution du Programme national d'alphabétisation fonctionnelle, en liaison avec les différents Etats de l'Union et avec les Organisations non gouvernementales intéressées.

L'expert sera notamment chargé d'étudier les conditions de réalisation et d'approfondir les modalités d'exécution du Projet pilote d'alphabétisation fonctionnelle qui pourrait être entrepris dans le cadre du Programme expérimental mondial d'alphabétisation. Il aidera à cet effet les autorités brésiliennes en liaison avec les services et organismes brésiliens compétents (notamment le Ministère extraordinaire de la planification, de la coordination économique, le Ministère de l'éducation et de la culture, le Ministère de la coordination avec les organismes régionaux, le Ministère des relations extérieures, etc.) à élaborer le texte d'une demande qui pourrait être présentée au PNUD/FS.

L'expert apportera sa collaboration aux différentes institutions brésiliennes qui pourraient participer à l'exécution de ce Projet pilote et notamment aux institutions suivantes: SUDENE; Confédération nationale des industries; Service national d'apprentissage industriel (SENAI); Service social des industries (SESI); Secrétariat d'Etat à l'éducation de Salvador; Compagnie hydro-électrique de Boa-Esperança (COBELE); Institut brésilien de réforme agraire (IBRA); Association brésilienne de crédit et d'assistance rurale (ABCAR); Groupe d'irrigation de la Vallée du San Francisco.

*Arguere - a
cele*

4. Titres requis:

- Grade universitaire ou titre équivalent en pédagogie, technologie ou science sociales.
- Bonne connaissance des questions de formation professionnelle
- Expérience des problèmes touchant l'éducation des adultes et l'alphabetisation

5. Connaissances linguistiques:

- Bonne connaissance du portugais ou, à défaut, de l'espagnol
- Connaissance du français ou de l'anglais souhaitable.

6. Durée: un an, à partir de décembre 1968

7. Rémunération internationale:

(nette d'impôt national sur le revenu - payable en partie dans la monnaie du pays où se trouve le foyer ou le lieu d'affectation de l'intéressé)

-Traitement de base par an: l'équivalent de Brut \$ 17,400
Net \$ 13,110

-Ajustement pour affectation (ajustement pour cherté de vie, modifiable sans préavis) à la date actuelle:
l'équivalent en monnaie locale de \$ 2,820
(\$ 1,880 si l'intéressé n'a pas de personnes à charge)

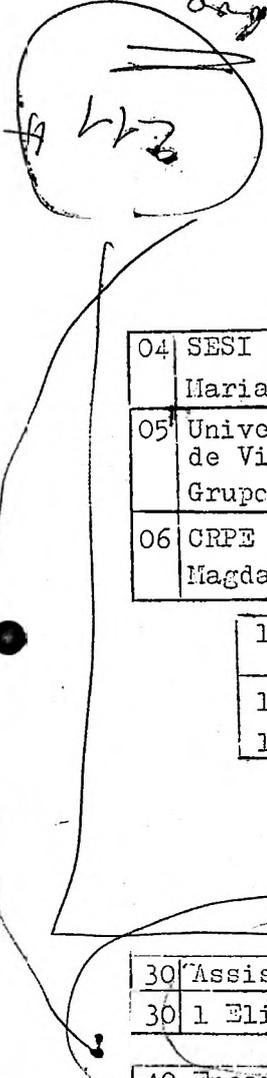
-Allocation de poste (indemnité de non-résident)
l'équivalent en monnaie locale de \$ 1,400
(\$ 1,100 si l'intéressé n'a pas de personnes à charge)

-Allocations pour charges de famille:
conjoint à charge \$ 400
par enfant à charge \$ 300

Les frais de voyage de l'expert et de sa famille (conjoint et enfants de moins de 18 ans) sont à la charge de l'Unesco. L'Unesco contribue en outre aux frais d'installation au lieu d'affectation, aux frais d'éducation des enfants à charge et aux frais médicaux. Lors de la cessation de service, une prime de rapatriement sera versée à l'intéressé.

bro. NCC por
 org. unio

per unio
 ou horas



ORGANOGRAMA DA ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

01/68

01 Direção Formação Coordenação Prof. Talmé 01 1 Prof. Luiz Carlos 0124		02 Conselheiro UNESCO E. Field	03 Conselheiro pedag. Maria Wykrota
04 SESI S.P. Maria Bras	05 Universidade de Vitória Grupo de trabalho	06 CRPE Belo Horizonte Magdala Bacha	
11 Preparação cívica sócio econômica	12 Preparação de docum. técnicos	13 Análise pedag.	
11 1 Eliete 17	12 1 Eng. Chefe de Divisão Ladislav 13	13 1 Eliete 17	13 2 Yara 17
11 2 Maria da Penha *			
20 Preparação de material de ensino		21 C P D	21 1 Chefe de ser- viço - Newton *
20 1 Tânia			
30 Assistência pedagógica nas Oficinas			
30 1 Eliete	30 2 Yara	30 3 Edith	
40 Encargados			
41 Manut. Elétrica José 411	42 Caldeiraria Cláudio 421	43 Solda Juvencel 431	44 Ferraria Odricco 441
412 Estag. SENAI	422 SS	432 SS	442 SS
413 SS	423 SS	433 SS	443 SS
Operários
	16	9	9

Alfabetização funcional é experiência para o continente

Reportagem de **STELIO DIAS**
Foto de **BUARQUE**

Sol-da-solda. Che-pa: Chapa Firme.—no. Torno. Com estas e mais outras palavras como salário, arrabite, apertaria, os senhores Antonio Joaquim, de 54 anos, Claudiano Pontes, de 58 anos e mais outros milhares de empregados da companhia Vale do Rio Doce vão aprender a ler em mil minutos, dentro do próprio local de trabalho e na hora de seus serviços, graças ao Programa de Alfabetização Funcional que a UNESCO, Companhia Vale do Rio Doce e Universidade Federal do Espírito Santo estão implantando, em experiência piloto para os trabalhadores da Vale. Este programa está sendo acompanhado de perto e avaliado com muito zelo pelo Professor E. Fields, engenheiro mecânico, pós-graduado em Economia Aplicada, Consultor do Governo da Costa do Marfim, na África, proposto para o próximo ano como Conselheiro do Governo Brasileiro junto à UNESCO e um dos peritos da Unesco em assuntos de alfabetização.

O MÉTODO

A Alfabetização Funcional é fruto de um trabalho de equipe. Uma equipe ajustada, trabalhando incessantemente há mais de um ano no projeto. Em silêncio, o que é mais importante. Baseado na Estatística do Serviço de Essino da Vale do Rio Doce que foi produto também de outros esforços feitos em Belo Horizonte e em São Paulo, foi levantado, através de entrevista feita diretamente com operários, o universo vocabular de vários grupos em serviço. Deste levantamento, feito pela Pesquisa Pedagógica foi constatada a frequência de sílabas e palavras. Principalmente, as primeiras levada esta pesquisa ao Centro de Processamento de Dados, foi realizado um mapa estatístico com maior ou menor incidência de sílabas ou palavras. De posse desses dados foi então levada a Equipe de Aplicação do Programa de Alfabetização Funcional que iniciou o método propriamente dito.

COMO FUNCIONA

O Programa de Alfabetização Funcional é dado em 30 minutos por dia dentro da própria bancada de trabalho, assim divididos: a) Leitura das instruções permanentes pelo Engenheiro de Serviço ou Estagiário de Serviço; b) discussão do trabalho do dia precedente e do trabalho a ser feito no mesmo dia: 5 minutos; Instruções técnicas e de segurança: 3 minutos; c) Leitura da lição para os analfabetos, com repetição individual a cada operário, tempo previsto para três repetições 5 minutos por operário — os estagiários e os semi-analfabetos participam desse exercício 10 minutos para o conjunto do exercício; Leitura de frases de instrução cívica e socio-econômica e comentário: 10 minutos.

Basicamente o método contém os

tres ingredientes importantes para a formação do operário: leitura técnica que é a referência ao seu serviço, instruções cívicas e socio-econômicas e as lições de alfabetização, portanto do seu próprio universo vocabular.

A EQUIPE DE TRABALHO

A equipe encarregada da implantação desse trabalho está assim constituída. Coordenação Geral — Professor Talmu Luiz Silva, Chefe do Serviço de Essino da Vale e Professor da Faculdade de Filosofia, Pedagogia e Ciências Pedagógicas Professora Maria Penha Carvalho; Pesquisa Estatística — Engenheiro Newton Jorge Newlands; Equipe de Supervisão — Professores Luiz Carlos Messe e Tânia Negriz; Equipe de Aplicação — Professoras Elzete Cecato, Yara Lahrute e Vitória Edith Pires; Chefes das Oficinas de trabalho — Engenheiros Wladislaw Zaslowsky e Anibal Fwald Martins.

A experiência tem demonstrado, segundo o Monsieur E. Fields, perito da UNESCO, que esse trabalho pode alfabetizar milhares de pessoas, de diferentes lugares, diferentes grupos e diferentes trabalhos, desde que tenha a base em um trabalho preparatório de pesquisa realmente bem feito.

Este trabalho está sendo aplicado com a mesma intensidade nas oficinas e Depósitos da Companhia Vale do Rio Doce em Governador Valadares e Itabira, com o mesmo êxito e sucesso sentidos aqui na Oficina de Carros e Vagões, em Itacibá.

RECEITA DE TRABALHO

Monsieur E. Fields, ouvido pela reportagem, dá a receita da aplicação eficiente do método. Primeiramente acha o perito da UNESCO que a aplicação da experiência do Progra-

AG 2

Mória (ES) — Sábado, 23 de novembro de 1968



ma de Alfabetização Funcional na Vale foi revestido de inteiro interesse, para isso, é necessário como ingrediente base, uma boa equipe de trabalho, bem coordenada e motivada. Um levantamento da frequência de sílabas e palavras bem feitas, acompanhadas de uma aplicação eficiente e, finalmente, uma avaliação cuidadosa de cada ficha individual do operário.

O problema do analfabetismo é grave e o assunto, afirmou M. E. Fields, é uma das grandes preocupações da UNESCO e este programa procura também atingir o semi-analfabeto, problema tão grave quanto o primeiro.

Aqui mesmo no Estado, segundo estatísticas já levantadas pelo Ministério da Educação, em cada mil crianças matriculadas na primeira série primária apenas 70 conseguem chegar à quinta série do mesmo nível. Este quadro não é diferente do resto do Brasil. Em São Paulo, por exemplo, que absorve grande contingente de mão de obra, em cada mil matriculados na primeira série primária apenas 90 chegam à quinta série.

Este programa — concluiu Monsieur Fields — tem que merecer o apoio de todos quantos se sentir fazem para o problema.

Proc. C. B. P. E. - 1467/68



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

<p>Solicitando candidatos para preenchimento do posto vago de Especialista de Programas (publicações pedagógicas).</p>	<p>DISTRIBUIÇÃO</p> <p>Sup - 17.9.68</p>
--	--

C. B. P. E.

2.699/INEP

U N E S C O

DESCRIPTION DE POSTE

Désignation du poste : Spécialiste du programme (publications pédagogiques)
Numéro du poste : ED-70
Cadre et classe : Cadre organique (P-3)
Affectation : Division de l'information et des études pédagogiques,
Département de l'avancement de l'éducation,
Secteur de l'éducation

Attributions :

Sous l'autorité du Chef de la Division et du Chef de la Section, le titulaire devra :

1. Aider à la planification et à la mise au point rédactionnelle des publications de la Division, notamment de l'Education dans le monde et du Guide international de la documentation pédagogique ;
2. Assurer la révision et la mise au point rédactionnelle des analyses pédagogiques communiquées par les Etats membres aux fins d'utilisation dans le cadre du programme commun d'analyse ;
3. Aider à planifier les travaux des groupes de consultants et d'experts qui sont nécessaires à l'exécution du programme ;
4. S'acquitter de toute autre tâche que le Chef de la Division pourra lui confier.

Titres et expérience requis :

- a. Grade universitaire ou titre équivalent ;
- b. Expérience professionnelle de la planification, de l'élaboration et de la mise au point rédactionnelle de publications pédagogiques ;
- c. L'expérience de la documentation et de l'analyse pédagogiques serait souhaitable ;
- d. Anglais ou français, comme langue maternelle, et bonne connaissance pratique de l'autre langue ; la connaissance de langues supplémentaires serait souhaitable.

Traitement et indemnités :

A son entrée en fonctions, le titulaire du poste en question sera placé dans la classe P-3, à laquelle correspond un traitement annuel brut équivalant à 11.270 dollars des Etats-Unis, ce qui, après déduction au titre de la contribution du personnel, représente un traitement annuel net équivalant à 8.889 dollars, payable pour la majeure partie en francs français, et auquel s'ajoutent les indemnités réglementaires. Cette rémunération est normalement exonérée de tout impôt direct. Si elle est frappée d'un impôt sur le revenu, cet impôt sera remboursé à l'intéressé conformément aux dispositions du Statut et du Règlement intérieur du personnel.

Date limite : 14 novembre 1968.

Adresser les candidatures à la Division du recrutement, Bureau du personnel, Unesco, place de Fontenoy, Paris 7e, France.

Prière de rappeler la référence : ED-70.



INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

1467/68

IBECC/457	5 SET 68
— PROTOCOLO —	

IBECC/457

Pôsto vago
na UNESCO.

*Do Z/E P
para fazer processo
17.9.68
Jul P*

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura cumprimenta o Instituto de Estudos Pedagógicos e tem a honra de informá-lo de que a UNESCO desejaria receber candidaturas brasileiras para o preenchimento do posto vago de Especialista de Programas (publicações pedagógicas) da Divisão de Informações e de Estudos Pedagógicos.

1/1

2. O IBECC pede ao Instituto dar amplo conhecimento do pedido da UNESCO aos interessados e consultá-los se deseja apresentar candidatos para o posto mencionado.

3. O prazo de encerramento para recebimento das candidaturas, no Brasil, é 30 de outubro, tendo em vista que o prazo para recebimento das mesmas, em Paris, encerra-se a 14 de novembro do corrente ano.

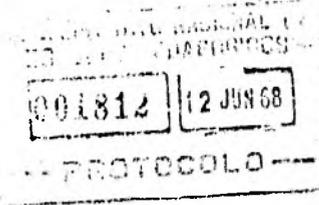
Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1968

AR

AOR/MGP

POUR INFORMATION

c.c. Flexa Ribeiro
Deleon
Valderrama
Jimenez EDA
Debrun
Toris



ED/5262

24 Mai 1968

Chère Mademoiselle,

Je vous remercie très vivement de votre lettre du 18 avril que je trouve au retour d'une mission que je viens d'effectuer en Guinée et au Mali. Je vous écris en français car il m'est difficile de rédiger en langue portugaise et j'ai la certitude que vous n'aurez pas de difficulté à me lire.

J'étais très content d'apprendre que vous aviez eu l'occasion de visiter le Centre de formation professionnelle installé à Sao Paulo Afonso avec l'aide de l'Électricité de France ainsi que le Centre d'alphabétisation et de formation professionnelle qui fonctionne auprès du SERAI à Salvador.

Je suis également très heureux que vous ayez l'intention de visiter Victoria et de vous familiariser ainsi directement avec la méthodologie de la micro-expérience entreprise conjointement par l'Unesco et la Compagnie du Vale do Rio Doce. De même, il m'a été particulièrement agréable d'apprendre, qu'à la suite de nos conversations à Sao Paulo, le SERAI et le SESI ont décidé, conjointement avec le Ministre de l'Éducation et de la Culture et avec le Département du Travail de l'Etat de Sao Paulo, de réaliser sans attendre la mise en oeuvre du projet-pilote d'alphabétisation fonctionnelle dont nous nous sommes entretenus. Une expérience d'alphabétisation et de perfectionnement des maçons travaillant dans le secteur de la construction civile. Je serais naturellement très heureux de toutes les informations que vous voudrez bien me communiquer sur les résultats de cette expérience.

...

Mademoiselle Maria Braz
Directora da Divisao de
Eduçao Fundamentais
Servico Social da Industria
Departamento Regional de
Sao Paulo

La candidature de votre collaborateur au stage d'études sur l'éducation des adultes qui doit se tenir au Danemark dans le courant de l'été prochain a été reçue et j'espère qu'elle pourra être acceptée malgré le nombre très limité des bourses disponibles.

Le texte du projet-pilote d'alphabetisation fonctionnelle élaboré à la suite de la mission que M. Samak et moi-même avons effectuée au Brésil en janvier-février 1968 devrait être communiqué au Gouvernement brésilien dans les semaines qui viennent. Un expert de l'Unesco devrait être nommé en juin ou juillet prochain pour étudier les problèmes soulevés par la mise en oeuvre de ce projet avant son approbation éventuelle par le Programme des Nations Unies pour le Développement qui pourrait intervenir en principe en janvier 1969. Cet expert, dont je vous communiquerai le nom dès qu'il aura été approuvé par le Gouvernement brésilien, ne manquera pas naturellement de se mettre en rapport avec le Professeur Pasquale et avec vous, dans les jours qui suivront son arrivée au Brésil.

En vous remerciant à nouveau de l'intérêt que vous portez à cette affaire et en espérant que ce projet pourra se réaliser dans un avenir proche, je vous prie de croire, Chère Mademoiselle, à l'assurance de mes sentiments les meilleurs.

P. Henquet



ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACION
LA CIENCIA Y LA CULTURA

OFICINA REGIONAL DE EDUCACION

DIRECCION: AV. PROVIDENCIA 871
CASILLA 10994
SANTIAGO DE CHILE
CARTEL: UNAZIONE - DRESCO
TELEFONOS: 442941 - 2
552761

RNF: B.379.582

3 de mayo de 1968

Estimado amigo:

Mucho le agradezco el envío de su informe final al cargo
Paraguay a que Ud. ejerciera por más de 5 años con gran dedicación
y eficacia.

A partir del próximo 6 de mayo y durante unas 3 semanas, el Sr.
Angel Diego Márquez, realizará su primera misión en el Paraguay para
cooperar en la organización del Instituto Superior de Educación. Me
es grato anunciarle que en la próxima semana de mayo y en fecha que el
Sr. Márquez le precisará desde asunción, el Experto itinerante seguirá
al Brasil donde tendrá oportunidad de discutir con Ud. los primeros
pasos de su labor allí. Por otra parte, y en conexión con la represen-
tante del Unicef visitará Sao Paulo para los detalles del Plan de Ope-
raciones del Curso de Ciencias.

Aprovecho esta oportunidad para saludar a Ud. y su familia,
seguro de que estarán Ud., ya debidamente ambientados.

Cordialmente,

Luz Vieira Mendes
Jefe de la
Oficina Regional de Educación
de la Unesco para América Latina.

Sr. J.M. Plena Sala
Experto de la Unesco
a/c Sr. John M. Howe
Jefe, Misión de la Unesco
Cajita Postal 3872-20-00
RIO DE JANEIRO,
BRASIL

*As CRPE de S. Paulo
para informar en que consiste
o plano de operações do curso
de Ciências*

*27
5
68*

[Handwritten signature]

*Arquivado
5/6/68
[Signature]*

*Arquivado - M
[Signature]*

DESCRIÇÃO DE TAREFAS

Data: 2.5.68

Título do Pôsto: Especialista em economia da educação.

Duração: Dois anos (1969-1970) renováveis por igual período.

Data de início da missão: Continuação do programa de 1967-68.

Local de trabalho: Rio de Janeiro, GB - Sede do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Tarefas: Colaborar com o INEP nos programas de assistência técnica aos Estados, e sob a sua coordenação, na melhoria dos sistemas de planejamento. As atividades desse perito, através do referido organismo e de sua coordenação, incluirão:

- a) cooperar para a melhoria das técnicas de planejamento educacional em âmbito federal e estadual, incluindo a organização de unidades responsáveis pelo planejamento;
- b) participar de colóquios e outras atividades destinadas ao treinamento de especialistas em planejamento educacional e administração;
- c) colaborar com os serviços do Ministério do Planejamento que se ocupam das atividades educacionais;
- d) participar de estudos e pesquisas relacionados com a expansão e diversificação educacional, as necessidades de mão de obra especializada; com o financiamento e a produtividade da educação, e as prioridades no investimento educacional;
- e) elaborar texto com os resultados de seus estudos e pesquisas, destinados a prolongar os efeitos da assistência técnica.

Qualificação: Doutorado em Educação ou Economia, com bom conhecimento de ambas as disciplinas. Capacidade de realizar ou dirigir estudos relacionados com a economia da educação. Se possível, conhecimento dos problemas educacionais da América Latina.

Línguas: Conhecimento de Português, se possível, senão, de preferência Espanhol, ou Francês e Inglês.

DESCRIÇÃO DE TAREFAS

DATA: 2/5/1968

Título do Pôsto: Especialista em ensino profissional

Duração: Dois anos - 1969-1970

Data de início da missão: Continuação do programa de 1967-68.

Local de Trabalho: Rio de Janeiro, GB - Sede do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Tarefas: Colaborar com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos na execução de programas de Assistência Técnica aos Estados, através da Coordenação dos Colóquios Estaduais sobre Organização dos Sistemas Educacionais na reformulação do ensino profissional, no nível médio.

As atividades desse perito incluirão:

- a) participar de estudos e pesquisas, no âmbito do MEC; sobre a reestruturação do ensino técnico das várias modalidades e níveis, com o objetivo de ajustá-lo às necessidades sociais e econômicas do país;
- b) colaborar na implantação de novos modelos de ensino médio e profissional
- c) colaborar com organismos para-estatais ou privados que tenham responsabilidades nesse setor, visando, inclusive, integrar, complementarmente, a ação deles à política desenvolvida pelo governo;
- d) cooperar em pesquisas que visem à introdução dos métodos da educação permanente, tendo em vista beneficiar os que não estão incluídos no sistema educacional convencional, e promover a reciclagem no campo profissional.

Qualificação: Doutorado em Educação; especialista em en

profissional com experiência prática e conhecimento, se possível, dos sistemas educacionais de diferentes países.

Línguas:

Conhecimento de Português, se possível, se não, de preferência, Espanhol, ou Francês e Inglês.

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

endereço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 46-5096
telégrafo : UNESCO RIO DE JANEIRO

BMS/BRA/3996

22 de Abril de 1968

Ilustríssimo Senhor
Dr. Carlos Corrêa Mascaro
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro - GB.

Conforme comunicação dirigida, em 28 de dezembro de 1967, pelo Diretor Geral da UNESCO ao Ministério das Relações Exteriores, cuja cópia anexamos à presente, deverá realizar-se em Paris de 6 a 14 de agosto de 1968, uma Conferência Internacional sobre Planejamento da Educação, com a finalidade de proporcionar uma apreciação de medidas, problemas e tendências atuais do planejamento da educação, o que facilitará aos países em vários graus de desenvolvimento a formulação de seus planos próprios.

Afim de fornecer as informações básicas necessárias para a preparação do documento de trabalho da Conferência, solicitou o Diretor Geral aos Estados Membros respostas a um questionário relativo ao planejamento da Educação em seus respectivos países.

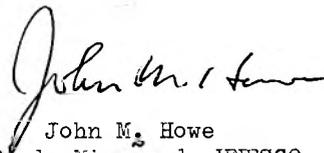
Depois da Conferência Internacional, deverá reunir-se em Paris dos dias 16 a 20 de agosto, o grupo de trabalho de peritos da UNESCO que se ocupam de planejamento e administração. Organizado pelo Departamento de Planejamento e Financiamento da Educação, esta reunião anual de peritos tem trazido grandes benefícios aos projetos em andamento. Como lembrará Vossa Senhoria, os senhores Michel Debrun e Jacques Torfs compareceram à reunião deste grupo de trabalho em novembro de 1967.

1. Anexar e responder a correspondência com os peritos nas vistas.
2. mostrar minuta para assinatura, a Paulo.
23/4
4/66
[Signature]

Vimos pela presente sollicitar a concordância de Vossa Senhoria para a participação dos Senhores Debrun e Torfs na Conferência Internacional e no Grupo de Trabalho, que se realizarão de 6 a 20 de agosto de 1968. Desejam os referidos peritos aproveitar a viagem para tomar férias e assim o Senhor Debrun se ausentaria aproximadamente a partir de fins de junho e o Senhor Torfs, de meados de julho, e ambos até fins de agosto.

Naturalmente, antes de partir, estudarão os peritos com o Professor Durmeval Trigueiro a maneira de sua ausência não prejudicar o bom andamento dos CEOSE e das atividades desempenhadas com relação aos mesmos.

Antecipamos agradecimentos por uma resposta na brevidade possível, renovando, na oportunidade protestos de nossa alta estima e consideração.



John M. Howe
Chefe da Missão da UNESCO
no Brasil

cc: Prof. Durmeval Trigueiro
Sr. Debrun
Sr. Torfs

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

endereço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 46-5096
telégrafo : UNESCO RIO DE JANEIRO

BMS/BRA/3964

Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1968

Ilustríssimo Senhor
Dr. Carlos Corrêa Mascaro
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro - GB.

Continuando nossas conversações sobre os projetos a serem enquadrados no Programa de Assistência Técnica 1969/1972, encaminhamos a Vossa Senhoria em anexo as seguintes sugestões com relação ao Projeto de Educação Primária e Normal, projeto conjunto MEC/FISI/UNESCO.

1. Minuta do Projeto que prevê, em princípio:
um perito para o biênio 69-70, isto é, por dois anos. Posteriormente, poderá ser estudada a sua continuação.
2. Descrição de Tarefas para o perito.

Lembramos outrossim que o II Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal no Brasil, atualmente em vigor, já prevê a sua duração até 31 de Dezembro de 1969.

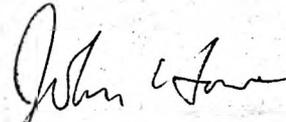
Repetimos a seguir, a título de esclarecimento, alguns pontos essenciais relativos ao Programa de Assistência Técnica 1969-1972, ora em estudo.

1. Terão impreterivelmente de ser estudados e selecionados até 3 de Maio de 1968 os projetos de Assistência Técnica chamados "de continuação", isto é, que já se encontram em execução em 1968.
2. Os projetos poderão ser aprovados não só para o biênio 69-70, mas também para o 71-72, caso isso se justifique, e as verbas correspondentes serão desde já reservadas para os dois biênios.
3. Os projetos novos de Assistência Técnica só serão estudados depois da aprovação dos projetos "em continuação" e de acordo com a verba que sobrar.
4. Serão escolhidos projetos das Nações Unidas e suas Entidades Especializadas, de acordo apenas com a validade dos mesmos e dentro da verba disponível, que é de 800,000 dólares para cada um dos anos de 1969 a 1972.

Respondido pelo ofício n° 535 de 2/5/1968
St. Kueh

5. Afim de auxiliar os Governos, e no desempenho de suas habituais funções, prepararam as Nações Unidas e suas Entidades Especializadas sugestões relativas aos projetos que poderao ser enquadrados no Programa de Assistência Técnica 1969-72. Encontram-se seus escritórios no Brasil à disposição das entidades responsáveis por projetos para auxiliar na preparação da documentação definitiva a ser apresentada à Comissão Nacional de Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores.
6. Projetos, mesmo depois de aprovados oficialmente pela Comissão Nacional de Assistência Técnica, não constituem documentos de compromisso inalterável, nem no que se refere ao conjunto, nem quanto às partes. Alterações quanto à duração do projeto, bem como relativas às tarefas dos peritos, poderao ser solicitadas, quando necessário, à Comissão Nacional de Assistência Técnica.

Permanecemos ao inteiro dispor de Vossa Senhoria para informações adicionais que vierem a ser necessárias, renovando, na oportunidade, protestos de alta estima e consideração



John M. Howe
Chefe da Missão da UNESCO
no Brasil

PEDIDO PARA PROJETO

PAÍS:	TÍTULO: Treinamento do Magistério	ENTIDADE:
BRASIL	Consultor em Educação Pri- mária (FISI/UNESCO)	UNESCO
	NUMERO: 755-63/64	

A. Objetivos principais

Provavelmente o problema geral de maior importância no ensino primário no Brasil é a falta de professores treinados, supervisores e outro pessoal docente. Mais de quatro milhões de crianças em idade de ensino primário não frequentam escolas e aproximadamente a metade dos professores em exercício são leigos, isto é, não são formados por escolas normais. Grande número de professores "leigos" não completaram a escola primária. O Ministério da Educação e Cultura complementa os esforços dos Estados mediante cursos especiais intensivos para o treinamento de professores "leigos", diretores de escolas, inspetores e outro pessoal docente. Dentro de um Plano Mestre de Operações, sendo que o atual estará em vigor até Dezembro de 1969, o FISI (Fundo Internacional de Socorro à Infância) e a UNESCO têm colaborado com o Ministério da Educação e Cultura na execução desse programa, mediante a provisão de fundos para bolsas de estudos e assistência com relação à organização dos cursos e outros problemas encontrados no aperfeiçoamento do magistério do ensino primário.

B. Auxílio solicitado

O ministério da Educação e Cultura solicita a continuação dos serviços de um perito para assistir na organização de programas especiais de treinamento do magistério do ensino primário, para os quais o FISI fornece auxílio financeiro, e com relação a medidas para a melhoria do ensino primário no Brasil, conforme assinalado no Plano de Operações.

O perito deverá também colaborar na manutenção de coordenação com outros projetos do Ministério da Educação nos quais a UNESCO participa, especialmente o de planejamento educacional e o projeto conjunto da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e Programa Mundial de Alimentação, no Vale do São Francisco.

C. Contrapartida do govêrno

Conforme previsto no Plano Mestre de Operações, o Ministério da Educação e Cultura continuará a providenciar as facilidades que vem fornecendo, incluindo escritório, serviços de secretaria e transporte para viagens aficiais dentro do país.

D. Futuro do projeto

Tanto o Ministério da Educação e Cultura como as organizações internacionais que dele participam, tem esperança que o projeto continue, provavelmente com algumas modificações, por alguns anos após o término do presente Plano Mestre de Operações em fins de 1969.

Afim de estudar a forma de continuação do Projeto, já está incluída no presente pedido a continuação dos serviços do perito durante o ano de 1970.

Pedido do Governo do Brasil

DESCRIÇÃO DE TAREFAS

DATA:

Título do Posto: Consultor em treinamento do ensino primário
(Projeto MEC/FISI/UNESCO)

Duração: Dois anos (1969-1970); possível continuação
depois

Data de início da missão: Continuação do programa de 1967-68

Local de trabalho: Rio de Janeiro, com viagens periódicas para
visitar centros de treinamento em diversos
Estados.

Tarefas: Sob a chefia do Diretor do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e
Cultura e em colaboração com a Coordenadora bra-
sileira do projeto, o perito deverá assistir na
organização dos programas especiais de treinamen-
to para o magistério do ensino primário, para os
quais auxílio financeiro é fornecido pelo FISI e
com relação a outras medidas para a melhoria desse
treinamento.
O perito deverá também colaborar na coordenação
com outros projetos do Ministério da Educação nos
quais a UNESCO participa, especialmente o de pla-
nejamento educacional e o projeto conjunto da Cam-
panha Nacional de Alimentação Escolar e Programa
Mundial de Alimentação, no Vale do São Francisco.

"O Plano Mestre de Operações para um Projeto de
Educação Primária e Normal no Brasil", firmado con-
juntamente pelo Ministério da Educação e Cultura, o
FISI e a UNESCO, fornece maiores detalhes sobre os
objetivos do projeto e as tarefas do perito.

Qualificações: Título universitário adiantado em Educação, conhe-
cimento profundo e experiência no treinamento de
Professores primários e dos problemas de escolas
rurais.

Línguas: Conhecimento de português, se possível, senão de preferência Espanhol, ou Francês e Inglês.

Informações básicas: Provavelmente o problema geral de maior importância no ensino primário no Brasil é a falta de professores treinados, supervisores e outro pessoal docente. Mais de quatro milhões de crianças em idade de ensino primário não frequentam escolas e aproximadamente a metade dos professores em exercício são leigos, isto é, não são formados por escolas normais. Grande número de professores "leigos" não completaram a escola primária. O Ministério da Educação e Cultura complementa os esforços dos Estados mediante cursos especiais intensivos para o treinamento de professores "leigos", diretores de escolas, inspetores e outro pessoal docente. Dentro de um Plano Mestre de Operações, sendo que o atual estará em vigor até Dezembro de 1969, o FISI (Fundo Internacional de Socorro à Infância) e a UNESCO têm colaborado com o Ministério da Educação e Cultura na execução desse programa, mediante a provisão de fundos para bolsas de estudos e assistência com relação à organização dos cursos e outros problemas encontrados no aperfeiçoamento do magistério do ensino primário.

af 535

2 maio de 1968

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

Envia cópia de expediente

Senhor Chefe da Missão:

Tenho a satisfação de agradecer a Vossa Senhoria a carta de 8 de abril sobre a cooperação de Peritos da UNESCO ligados à Assistência Técnica de Desenvolvimento das Nações Unidas, dentro de projetos educacionais do Governo brasileiro.

Em resposta, cumpre-me passar às mãos de Vossa Senhoria cópia do expediente que sobre o assunto acabo de encaminhar ao Secretário Luiz Emery Trindade, Diretor Executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores.

Nesse documento Vossa Senhoria encontrará as especificações relativas ao número e qualificações de Peritos julgados necessários ao prosseguimento dos programas de responsabilidade do INEP, à natureza das tarefas de cada um, à duração da permanência no Brasil.

Ao mesmo tempo estamos solicitando a atenção da referida Comissão Nacional para os assuntos que, a nosso ver, devem ser considerados nas gestões pertinentes junto à UNESCO, visando a assegurar melhores condições de êxito à colaboração que o Brasil vem recebendo da UNESCO, à luz de experiência do INEP na execução dos projetos a cargo da Coordenação do CBOSE e da Coordenação de Cursos responsável pela implementação do Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os protestos de minha distinguida consideração.

Ilmo. Sr.
Dr. John Howe
DD. Chefe da Missão da
Unesco no Brasil

Carlos Correa Mascaro
Diretor

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

endereço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 46-5096
telégrafo : UNESCO RIO DE JANEIRO
EMIS/ERA/3963

Aguiar
8 de abril de 1968

Ilustríssimo Senhor
Dr. Carlos Corrêa Mascaro
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro - GB.

Venho à presença de Vossa Senhoria afim de fornecer algumas informações para servirem de base às conversações relativas ao Projeto de Planejamento Educacional, objeto de colaboração INEP/UNESCO já ha vários anos.

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, trata-se de um projeto financiado pela Assistência Técnica do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, organismo encarregado da administração da Assistência Técnica das Nações Unidas e todas as suas Entidades Especializadas. Os projetos da Assistência Técnica vem sendo enquadrados em programas bienais, estando no momento em execução o biênio 67-68 e em fase de estudo o biênio 69-70, que terá de ser preparado para a aprovação da Comissão Nacional de Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores antes de 3 de maio de 1968.

No que se refere ao programa de Assistência Técnica em estudo foram introduzidas as seguintes modificações, com relação aos programas anteriores.

1. Terão impreterivelmente de ser estudados e selecionados até 3 de maio de 1968 os projetos de Assistência Técnica chamados "de continuação", isto é, que já se encontram em execução em 1968
2. Os projetos poderão ser aprovados não só para o biênio 69-70, mas também para o biênio 71-72, caso isso se justifique, e as verbas correspondentes serão desde já reservadas para os dois biênios
3. Os projetos novos de Assistência Técnica só serão estudados depois da aprovação dos projetos "em continuação" e de acordo com a verba que sobrar

4. Serão escolhidos projetos das Nações Unidas e suas Entidades Especializadas, de acordo apenas com a validade dos mesmos e dentro da verba disponível, que é de 600,000 dólares para cada um dos anos de 1969 a 1972.

A fim de auxiliar os Governos, e no desempenho de suas habituais funções, prepararam as Nações Unidas e suas Entidades Especializadas sugestões relativas aos projetos que poderão ser enquadrados no Programa de Assistência Técnica 1969-1972. Nesse sentido encaminhamos a Vossa Senhoria em anexo as seguintes sugestões.

1. Minuta para o Projeto de Planejamento Educacional, prevendo, em princípio:

- a. Dois peritos, por quatro anos cada um, de 1969 a 1972, sendo um especialista em economia da educação e o outro em administração da educação
- b. Quatro peritos a curto prazo (6 meses cada, respectivamente um por ano de 1969 a 1972), nas seguintes especialidades:

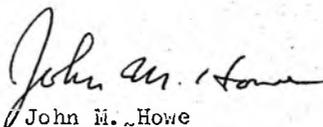
estatística
audio visuais
educação superior
?

2. Minutas para a Descrição de Tarefas dos peritos

Gostaria sobretudo de esclarecer que o Projeto, mesmo depois de aprovado oficialmente pela Comissão Nacional de Assistência Técnica, não constitui documento de compromisso inalterável, nem no que se refere ao conjunto nem quanto às partes. Caso for julgado conveniente no futuro alguma alteração com referência ao prazo do Projeto esta poderá ser comunicada à Comissão Nacional de Assistência Técnica e as verbas assim liberadas ficarão à disposição de outros projetos. Alterações poderão também ser realizadas na Descrição de Tarefas dos peritos à medida que surgirem novas e imprevistas necessidades.

Estamos inteiramente à disposição para a preparação, em inglês, da documentação definitiva, do Projeto de Planejamento Educacional, cuja apresentação imediata à Comissão Nacional de Assistência Técnica se torna indispensável, para que possa figurar entre os projetos que serão aprovados dentro do prazo estabelecido de 3 de maio de 1968.

Aqui ao dispor para informações adicionais que vierem a ser necessárias, renovo a Vossa Senhoria na oportunidade o testemunho de meu alto apreço.



John M. Howe
Chefe de Missão da UNESCO
no Brasil

Pedido do Governo do Brasil

DESCRIÇÃO DE TAREFAS

DATA:

Título do Posto: Consultor em Planejamento Educacional

Duração: Quatro anos (1969-72)

Data de início da missão: Continuação do programa de 1967-68

Local de trabalho: Rio de Janeiro, com viagens periódicas aos Estados

Tarefas: Colaborar com o organismo do Ministério da Educação e Cultura responsável pelo planejamento da educação e a assistência técnica aos Estados, em coordenação com outros peritos do grupo, na melhoria de sistemas de planejamento.

As atividades dêste perito incluirão:

- a) assistência na organização e melhoria da administração do planejamento;
- b) assistência no desenvolvimento de métodos e atividades para o treinamento de especialistas necessários ao planejamento e à administração da educação;
- c) participação em estudos relacionados às prioridades no investimento educacional.

Qualificações: Título Universitário em Educação ou em Ciências Sociais. Experiência com problemas e métodos do Planejamento educacional e com a integração dos mesmos nos planos nacionais. Se possível, conhecimento dos problemas educacionais da América Latina.

Línguas: Conhecimento de português, se possível, senão, de preferência, Espanhol, ou Francês e Inglês.

Informações básicas: No Brasil, cabe aos 22 Estados a responsabilidade principal pela educação primária e secundária. A atuação do Ministério da Educação e Cultura é de caráter suplementar e inclui a provisão de fundos adicionais e assistência técnica às Secretarias de Educação estaduais.

O planejamento educacional pressupõe assim a colaboração entre os Estados, o Ministério da Educação e Cultura e o Conselho Federal de Educação, organismo encarregado de examinar e aprovar planos educacionais. Pressupõe também, uma certa colaboração com o Ministério do Planejamento, que estabelece as metas do governo e integra os planos educacionais aos dos outros setores.

Sendo muito variável o desenvolvimento administrativo dos Estados e sua capacidade de planejamento das atividades educacionais, torna-se a ajuda técnica do Ministério de importância capital na melhoria do planejamento estadual para sua integração num plano nacional coordenado. O objetivo principal do auxílio a ser prestado pela UNESCO é colaborar com o Ministério da Educação e Cultura na realização dessa função.



united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

place de Fontenoy, Paris-7^e

téléphone : 566-57.57
cables : Unesco Paris
telex : 27 602 Paris

référence : COM/ST/843/5

2 February 1968

Dear Mr. Mascaro,

Thank you for your letter of 18 January concerning Miss Deblé's candidature for a six months post in educational statistics.

We have now received the official approval of the Brazilian authorities and have written to Miss Deblé suggesting a starting date in April or May as you proposed.

The starting date of the mission will be made known to you as soon as it is definite and, in the meantime, many thanks for your help.

Yours sincerely,

L. Goldstone, Chief,
Division of Statistics on Education,
Office of Statistics,
Communication Sector

Handwritten notes:
A. ... 196389
A. ...
A. ...
C. J. G.

Mr. C.C. Mascaro,
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos,
Ministério da Educação e Cultura,
RIO DE JANEIRO.
(Brazil)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1967



Dona Vilma
INEP

Com os cumprimentos

Atendendo à solicitação telefônica, segue em anexo um folheto sobre os Cursos do CREFAL. Para o Curso Regular de 1968 já foram escolhidos os candidatos

No que se refere à Convenção contra Discriminação em Educação, que data de 1960, não encontrei uma cópia, apenas encontrei referências à mesma.

Com data de abril de 1966, a seção

MISSÃO DA UNESCO NO BRASIL

de documentação do CBPE preparou
uma resposta a um questionário da
UNESCO relativo à aplicação da
recomendação contra a discriminação
no domínio do ensino

Um abraço,

Antônia



DCInt/DAI/2340/642.6(04)

003824 1002167

Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino.

O Departamento Cultural e de Informações do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e tem a honra de informá-lo de que Israel depositou, a 13 de setembro do corrente ano, junto à UNESCO, o instrumento de ratificação relativo ao protocolo constitutivo de uma Comissão de conciliação e de bons ofícios, encarregada de procurar a solução dos conflitos ocorridos entre os Estados contratantes da Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do Ensino. A 25 do mesmo mês o Senegal depositou junto à mencionada Organização o instrumento de ratificação relativo à Convenção em apreço.

2. O Departamento informa outrossim o Instituto de que o Presidente do Senado Federal promulgou, em Brasília, a 15 de novembro próximo passado, decreto aprovando a aludida Convenção.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1967

1. Multiplicar em 10 Termos
2. Ar. e Agri.
C. F. Oliveira

Arquivar
10.5.68

CANDIDATOS DA UNESCO AO CURSO DO CREFAL

IBBA - Brasília

HUGO SILVEIRA HERÉDIA

CRUTAC - Rio Grande do Norte

VANILDA PAIVA CHAVE

INDA - Campinas

ONDINA BORDIN



Professor Mascaro

Com os cumprimentos

Em anexo, cópia da comunicação enviada pelo Escritório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas com referência ao Posto de Estatística Educacional.

Quanto à comunicação relativa aos candidatos oferecidos para o posto ocupado pelo Prof. Marquez, enviaremos ao Senhor uma cópia logo que nos chegar às mãos.

MISSÃO DA UNESCO NO BRASIL

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



endereço: Rua Wenceslau Braz, 71
telefone: 46-5096
telegrafo: UNESCO RIO DE JANEIRO
BMS/BRA/3786

organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

28 de Novembro de 1967

Ilustríssimo Senhor
Dr. Carlos Corrêa Mascaro,
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro, Guanabara

Em aditamento a nossa carta de 16 do corrente, que tratou, entre outros assuntos, do recrutamento do perito em estatística, solicitado pelo INEP e previsto no Programa de Assistência Técnica durante seis meses em 1968, vimos, pela presente, transmitir a Vossa Senhoria, em anexo, informações sôbre quatro candidatos sugeridos pela UNESCO, que serão propostos ao Govêrno brasileiro, em comunicação oficial do Es critório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas à Comissão Nacional de Assistência Técnica.

A UNESCO está solicitando ao Govêrno a escolha de dois candidatos na ordem de preferência, bem como a aprovação da Descrição de Tarefas.

Quando em Paris, poderá Vossa Senhoria tratar dêste assunto com o Senhor L. Goldstone, Divisão de Estatísticas da Educação do Bureau de Estatísticas.

Aproveitamos esta oportunidade para desejar a Vossa Senhoria uma boa e proveitosa viagem, cujos resultados no que se refere aos programas conjuntos INEP/UNESCO aguardamos com muito interêsse.

Com os cumprimentos muito cordiais de

*Angela de
C. de*

John M. Howe
John M. Howe,
Chefe da Missão da UNESCO
no Brasil.

1. Miss I. Débré (France). Born 1924. A highly experienced educational statistician, who has carried out many surveys on behalf of Unesco and the French Government in the fields of education and manpower planning and will be available April 1968. (She has excellent Spanish).
2. Miss E. Grassau (Chile). Born 1921. She is a senior experienced educational statistician being both a professor of educational statistics at the University of Chile since 1947 and Director of its Research Institute for the last ten years. She will be available for six months as early in 1968 as required.
3. Miss M.M. da Gama Santos (Portugal). Born 1934. A very able statistician, who has been working for a number of years with the Educational Planning Department of the Portuguese Ministry of Education. ~~She has, also, been working in co-operation with the OECD.- study on secondary education in the Mediterranean Region.~~ This has given her considerable experience of data outside her own country. She has fluent Portuguese, of course, and in addition speaks fair Spanish. (She is available as from 1 February, 1968).
4. Mr. N. Toledo Toledo (Spain). Born 1930. He has had extensive experience in the Spanish National Institute of Statistics with particular reference to educational statistics and planning. He has, also, specialized in econometric problems in economic planning. He is available for six months as soon as required.

URGENTE

1158
3.1.7/8
3.8.2

6 de dezembro de 1967

Estatística Educacional - INEP
PAEB - UNESCO programa para 1967-1968

*
Senhor Diretor Executivo,

Com a presente, tenho a honra de apresentar à aprovação do Governo brasileiro, a descrição de tarefas para o posto de estatístico educacional, incluído por seis vezes em 1968 no programa de assistência técnica para 1967-1968.

A UNESCO está atualmente submetendo os nomes dos quatro candidatos abaixo mencionados para preencher o referido posto, e muito apreciaria se o Governo brasileiro indicasse dois nomes de sua escolha, na ordem de preferência:

- 1 - Senhora L. Doble (França). Nasceu em 1924. Possui larga experiência no campo da estatística educacional, e já se encarregou de vários levantamentos estatísticos para a UNESCO e o Governo francês no campo da educação e do planejamento da mão de obra. A Srta. Doble, que estaria disponível a assumir o cargo em abril de 1968 fala um excelente espanhol.
- 2 - Senhora E. Grassau (Chile). Nasceu em 1921. Estatístico educacional de alto nível. Professora de estatística educacional na Universidade do Chile desde 1947 e Diretora de seu Instituto de Pesquisas há dez anos. Estaria disponível a assumir o cargo em 1968 tão cedo quanto desejado pelo Governo brasileiro.

Ilustríssimo Senhor
Sec. Ina Esmy Trindade
DE. Diretor Executivo Substituto
Comissão Nacional de Assistência Técnica
Ministério das Relações Exteriores
Rio de Janeiro

3 - Senhora M. M. da Costa Santos (Portugal). Nascida em 1934. Estatística de grande capacidade. Tem trabalhado há alguns anos com o Departamento de Planeamento Educativo do Ministério da Educação de Portugal. A Senhora Costa Santos também vem colaborando no estudo sobre educação secundária da região mediterrânea que está sendo realizado em colaboração com a Organização Europeia para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD). A Senhora Costa Santos que fala português e espanhol, estaria disponível a partir de 1 de fevereiro de 1968.

4 - Senhor E. Toledo (Espanha). Nascido em 1930. No Instituto Nacional de Estatística da Espanha, adquiriu grande experiência, particularmente no campo da estatística educacional e do planejamento. Especializou-se sobretudo em problemas econométricos de planejamento econômico. Estaria disponível por seis meses tão logo seus serviços sejam solicitados.

Na expectativa de receber de Vossa Senhoria a decisão do Governo brasileiro sobre a descrição de tarefas inclusa e sobre as candidaturas submetidas, aproveito o ensejo para reiterar-lhe os meus protestos de estima e consideração.

Edwardo Albertal
Representante Permanente

cc: Sr. Mascaro - INEP
Sr. John Howe



Em 29 de dezembro de 1967

CNAT/DOA/2389/650.01(04)

PNUD-UNESCO. Estatística
Educativa. Programa pa
ra 1967/1968. INEP.

000031

Senhor Diretor,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, descrição de tarefas relativa ao posto de Estatístico Educacional, incluído por seis meses em 1968 no Programa de Assistência Técnica para 1967/1968.

1/1

2. Com referência ao assunto, muito agradeceria um pronunciamento de Vossa Senhoria sobre a descrição em apêndice, bem como a indicação de dois nomes, na ordem de preferência, entre os candidatos abaixo mencionados, para preencher o referido posto, a fim de que a Comissão Nacional de Assistência Técnica deste Ministério possa submeter oficialmente o pedido em questão à Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO):

- 1 - Senhorita I. Deblé (França). Nascida em 1924. Possui larga experiência no campo da estatística educacional, e já se encarregou de vários levantamentos estatísticos para a UNESCO e o Governo francês, no cam-

Ao Senhor Carlos Corrêa Mascaro,

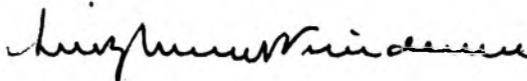
Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

DA/MRG

campo da educação e do planejamento da mão de obra. A Srta. Deblé, que estaria disponível a assumir o cargo em abril de 1968, fala um excelente espanhol.

- 2 - Senhorita E. Grassau (Chile). Nascida em 1921. Estatístico educacional de alto nível. Professora de estatística educacional na Universidade do Chile, desde 1947, e Diretora de seu Instituto de Pesquisas há dez anos. Estaria disponível a assumir o cargo em 1968, tão cedo quanto desejado pelo Governo brasileiro.
- 3- Senhorita M.M. da Gama Santos (Portugal). Nascida em 1934. Estatístico de grande capacidade. Vem trabalhando, há alguns anos, com o Departamento de Planejamento Educacional do Ministério da Educação de Portugal. A Senhorita Gama Santos também vem colaborando no estudo sobre educação secundária da região mediterrânea que está sendo realizado em colaboração com a Organização Européia para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD). A Senhorita Gama Santos que fala português e espanhol estaria disponível a partir de 1 de fevereiro de 1968.
- 4- Senhor N. Toledo (ESPANHA). Nascido em 1930. No Instituto Nacional de Estatística da Espanha, adquiriu grande experiência, particularmente no campo da estatística educacional e do planejamento. Especializou-se, outrossim, em problemas econométricos do planejamento econômico. Estaria disponível por seis meses tão logo seus serviços sejam solicitados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha perfeita estima e consideração.



(Luiz Emery Trindade)
Diretor Executivo, substituto,
da Comissão Nacional de Assistência Técnica

November 1967

UNESCO

Country: Brazil

Requesting Institution: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP),
from the Ministry of Education.

Post and Title: Expert in Educational Statistics

Durations: 6 (six) months

Date required: January, 1968

Duty Station: Rio de Janeiro. Occasional travel to other cities.

Duties: Working in collaboration with the two UNESCO experts in Educational Planning, and with the Central Group (MNC) for providing technical assistance to the States in Educational Planning and organization of which the experts are a part, the expert is expected to provide advice and intensive practical training to educational officials and technicians in relation to the principal organizational and procedural problems of educational statistics in Brazil. These include: the improvement of the present arrangements for taking the educational census, and conversion into a permanent system of collecting, classifying, and publishing statistical information; sampling techniques, the use of electronic computers in census and statistical work; the projection of school populations based on demographic data, etc.

Qualifications: A high-level expert in Educational Statistics, having some years of experience in dealing with the practical problems in this field in developing countries. Thorough familiarity with the use of modern data-processing equipment, good knowledge of the statistical requirements for Educational Planning, and of educational census problems. He should have experience of lecturing and training groups of specialists.

Languages: Knowledge of Portuguese, if possible; otherwise, fluent Spanish highly desirable. Lacking either of these, English or French.

Background Information:

1. Department of Ministry etc., to which expert will be assigned.
The expert will be attached, administratively, to the "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" in the Ministério da Educação e Cultura. He will work with the Central Group, which has been formed in the Ministry to provide technical assistance

to the States in educational problems, especially in planning and organization. The group includes personnel, also, from the Secretariat-General of the Ministry, and from the Ministry of Planning. He will, also, assist the Educational Statistics Service of the Ministry.

- ii. Officer to whom expert is to report, i.e., Secretary of Ministry, Head of Department, etc.
Director of "Instituto Nacional de Estudios Pedagógicos"
- iii. Officer who will be expert's counterpart.
Although a qualified officer will be assigned as counterpart, this expert is expected to provide intensive, practical training for a number of technicians concerned with statistics and planning.
- iv. Brief description of functions of department of which assigned.
INEP and its six Regional Centres
Educational research and study, technical assistance to the States and development of primary education.
Statistics Service of Education and Culture
Statistical surveys of the activities of the Ministry of Education and of material concerning educational and cultural policy.
- v. Any other international staff assigned to department currently or in recent years, or expected to be assigned in related fields.
As mentioned above, two UNESCO experts in Education and Planning are currently assigned to INEP.

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 20.000
20.000

RIO DE JANEIRO



endereço: Rua Wenceslau Braz, 71
telefone: 46-2066
telegráfico: UNESCO RIO DE JANEIRO
BRAS/3787

organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

Luiz Inacio

11 de Novembro de 1967

*Arguino - 48
cede*

Ilustríssimo Senhor
Dr. Carlos José da Mota, Mascaro,
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro, Guanabara

Tendo em vista a saliente viagem de Vossa Senhoria a Paris, visto, pela presente, lhe transmitir informação telegráfica recém recebida da Síde, sendo que a documentação oficial será, na forma do costume, transmitida ao Gov. e Brasileiro pelo Escritório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e por intermédio da Comissão Nacional de Assistência Técnica.

O Diretor Geral da UNESCO, levando em consideração vários fatores de ordem regional, resolveu transferir o Professor Angel Diego Marquez, perito que colabora com o projeto MEC/INEP/FISI/UNESCO para um sêto em Santiago do Chile. A dita cessã transferência ainda não foi fixada, mas a UNESCO enviará, em breve, para aprovação do Gov. brasileiro, nomes e atribuições de candidatos que poderão substituir o Professor Marquez.

Notaria ainda de informar, que a partida do Professor Marquez, que tem de venturosa, não eliminarã a possibilidade de visitas ocasionais, visto, o sêto que ocupará é atualmente de "Perito Itinerante" de supervisão e organização escolar, e parte do seu tempo será dedicado à realização de certas missões solicitadas pelos vários países latino-americanos.

Em Paris, poderá Vossa Senhoria tratar dõste assunto com o Senhor José Eliat Gimeno, Chefe da Divisão América Latina do Departamento de Educação.

Com protestos de elevada estima e distinta consideração,
sã, subscrevamo-nos

De Vossa Senhoria,

John W. Rose,
Chefe da Missão da UNESCO
no Brasil.

CALLI. CHILE 860
TEL. 4.3514
APARTADO POSTAL 1111
CARLES: UNDEVPRO

ASUNCION



United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture
Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

MISION DE ASISTENCIA TECNICA EN EL PARAGUAY

Ref. Personal.

008048 847267

12 de diciembre de 1967

Estimado Profesor Corrêa Mascaro:

Tuve el placer de conocerle en el Seminario sobre Formación Docente celebrado en Santiago de Chile, y por sus bondades me atrevo a distraer su atención para informarle lo que sigue:

1.- Según me comunica el Sr. Lema, de la Secretaría de Unesco en París, próximamente va a ser presentada mi candidatura para el puesto que dejará vacante el común amigo, Sr. Angel Diego Márquez, quien pasará a las funciones de experto itinerante de la Oficina Regional.

2.- Estoy asesorando un proyecto análogo al de ustedes y tengo experiencia, voluntad y me gustaría trabajar en el Brasil.

- 3.- Adjunto le acompaño:
- . "Curriculum Vitae".
 - . Programas y temarios de los cursos realizados últimamente.
 - . Informe del Paraguay. Seminario sobre Formación del Personal Docente.
 - . El desarrollo Educativo del Paraguay.

4.- Agradeceré de usted todo su apoyo y colaboración en la seguridad de que sabré corresponderle.

5.- Ahora estoy practicando en lengua portuguesa en la Misión Cultural Brasileña.

Con o rogo de que saude á Professora, Sra. Estella da Cunha Santos, quem lembro com especial agrado, saludolhe muy afectuosamente e lhe desejo um feliz Natal.

M. Plana Sala
-J. M. Plana Sala
Experto Principal

Señor Profesor
Carlos Correa Mascaro
Director, Instituto Nacional
de Estudios Pedagógicos
Rua da Imprensa 16 - 10
RIO DE JANEIRO

Señor, o candidato apresenta um curriculum vitae que parece satisfazer plenamente.

*Responde
A Dpto. de Estudos
3. 1. 68
e.g.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1968

PROYECTO DE MEJORAMIENTO EDUCATIVO PARA EL DESARROLLO (PROMED)

Ministerio de Educación - Unicef - Unesco

CURRICULUM VITAE

Nombre: José María Plana Sala
Naturaleza: Barcelona (España).
Edad: 57 años
Estado: Casado

Estudios: Egresado en Pedagogía. Facultad de Filosofía
y Letras.
Licenciado en Derecho y Ciencias Sociales.

Especialización:

Planes y Programas. Formación Docente. Pro-
ducción de materiales didácticos.

Experiencia:

1962/1967 PARAGUAY

Experto Principal UNESCO

Coordinador Supporting Service. Programas y Ma-
teriales didácticos. Asesor Proyecto UNESCO -
UNICEF. Mejoramiento Docente.

1957/62 BOLIVIA

Experto Coordinador Proyecto Regional Andino
UNESCO/OIT (Supporting Service). Preparación
materiales didácticos. Planeamiento Proyecto
Piloto Alfabetización. Formación de maestros
y supervisores rurales.

1950/57 ANDORRA

Jefe de Misión. Orientación escuelas y centros
rurales. Promoción cultural. Entrenamiento de
maestros.

PROYECTO DE MEJORAMIENTO EDUCATIVO PARA EL DESARROLLO (PROMED)

Ministerio de Educación - Unicef - Unesco

1947/1950 ESPAÑA

Inspector Enseñanza Primaria zona de 200 maestros.
Jefe de Alfabetización, orientación y control.

1940/1947 BARCELONA

Director Grupo escolar experimental

1932/1940

Profesor escuelas primarias
Misiones pedagógicas.

Total: 35 años de servicios en el campo de la educación.

Becas: Bureau International d'Education, Genève, Suiza.
Musée Pédagogique, París.
Viaje estudios Norte de Africa (Maroc, Algerie,
Tunisie). Enseñanza Rural.

Idiomas: Español y francés, bien.
Portugués e inglés, regular.

Obras Publicadas:

Manuales de orientación didáctica

Boletines de Educación

Cartillas y guías didácticas para la educación de
adultos.

Técnicas de administración y Supervisión escolar.

++++

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

endereço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 46-5096
telégrafo : UNESCO RIO DE JANEIRO
BMS/BRA/3750

003638 10 NOV 67

BRASIL

16 de Novembro de 1967

Ilustríssimo Senhor
Professor Carlos Corrêa Mascaro,
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro, Guanabara

Em aditamento a nossa util e recente conversa,
venho, pela presente, confirmar a seguir, algumas das questões abor-
dadas.

Assinalou-se que, conforme solicitado pelo INEP,
na ocasião, foi incluído no Programa de Assistência Técnica para
1967/68 um perito em estatística educacional, a cujo recrutamento
poderia-se agora proceder. A Descrição de Tarefas original, pre-
parada e apresentada oficialmente na época da aprovação do Progra-
ma em questão, foram feitas algumas pequenas revisões, como poderá
Vossa Senhoria verificar pela cópia anexa, para especificar que o
perito deveria colaborar com os CEOSE e o novo grupo central dedi-
cado ao planejamento. Essa Descrição de Tarefas já foi devidamen-
te encaminhada à UNESCO para que possa encontrar candidatos e sub-
metê-los à aprovação do Governo Brasileiro.

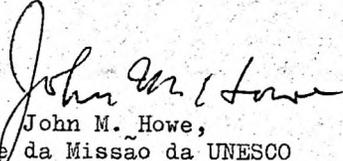
Concordou-se que as economias acumuladas por ter
ficado vago, a partir de junho de 1967, um dos três postos previs-
tos no Programa de Assistência Técnica 1967/68 para o INEP (Plane-
jamento Educacional), poderiam ser utilizadas para recrutar por qua-
tro a seis meses um especialista em métodos e equipamento para ad-
ministração educacional, e encontrará Vossa Senhoria, em anexo, um
Projeto para a Descrição de Tarefas (Job Description) referente ao
mesmo, preparado levando em consideração as conversas mantidas pelo
Senhor Torfs com Vossa Senhoria e o Professor Durmeval Trigueiro.
Essa Descrição de Tarefas, acrescida das sugestões que Vossa Senho-
ria tiver a acrescentar, deverá ser enviada em cinco vias ao Secre-
tário Luiz Emery Tindade, Diretor Substituto da Comissão Nacional de
Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores. A Comissão

Urgente
As Prof Durmeval Trigueiro
01. XI. 67
C. J. Torfs

deverá ser solicitada o encaminhamento da Descrição de Tarefas ao Senhor Eduardo Albertal, Representante Residente do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Para que o perito em questão possa iniciar suas funções na data prevista, torna-se necessário formalizar com urgência este pedido. Acrescenta-se também a necessidade de destinar com urgência a utilização de economias do Programa de Assistência Técnica, transferíveis, por decisão da Comissão Nacional de Assistência Técnica, a outros projetos.

Finalmente, falou-se, com muita pena, sobre a provável transferência do Senhor Torfs em fins de 1967 para assumir um cargo de âmbito regional em Santiago. Já transmiti ao Senhor Ricardo Diez Hochleitner, Diretor do Departamento de Planejamento da Educação da UNESCO, o desejo de Vossa Senhoria de que seja encontrado para o Senhor Jacques Torfs um substituto com as mesmas qualificações e experiência. Talvez seja possível encontrar tal pessoa entre os assistentes diretos do Senhor Diez Hochleitner e acredito que Vossa Senhoria terá oportunidade de falar sobre este assunto pessoalmente durante sua próxima estadia em Paris.

Continuo inteiramente ao dispor de Vossa Senhoria para informações adicionais que vierem a ser necessárias sobre estas questões, renovando, na oportunidade, o testemunho de meu alto apreço.


John M. Howe,
Chefe da Missão da UNESCO
no Brasil.

JOB DESCRIPTION

Country: Brazil

Requesting Institution: "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" (INEP), Ministry of Education and Culture.

Post and Title: Expert in methods and equipment for educational administration.

Duration: Four to six months.

Date required: As early as possible in 1968.

Duty Station: Rio de Janeiro. Occasional travel to other cities.

Duties: Working in collaboration with the two UNESCO experts in Educational Planning, and with the Central Group of the MEC, which is providing technical assistance to the States (of which the two above experts are a part), the expert is to provide advice and intensive, practical training to educational officials and technicians on the improvement of administrative procedures, including the use of modern equipment, at the Federal, State, and municipal administrative levels. He is expected to show, specifically, how routine administrative operations may be eliminated or handled more efficiently through use of new techniques, including the use of electronic data-control equipment (which already exists in a number of States) for systematic information on personnel, buildings, and equipment, and for projections of quantitative data.

Qualifications: He should be^a thoroughly experienced specialist in methods and organization of work, and use of modern equipment, in educational administration at municipal and higher levels. Experience should include modernization and adaptation of methods and procedures in less-developed countries, if possible, in Latin America.

Languages: Knowledge of Portuguese, if possible; otherwise, fluent Spanish desirable; lacking either, English or French.

Background Information:

- i. Department of Ministry etc., to which expert will be assigned.
The expert will be attached, administratively, to the "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" in the Ministry of Education and Culture. He will work with the Central Group, which has been formed in the Ministry to provide technical assistance

to the States in problems of educational planning and organization. The group includes personnel, also, from the Ministry of Planning.

- ii. Officer to whom expert is to report, i.e., Secretary of Ministry, Head of Department, etc. Director of "Instituto Nacional de Estudios Pedagógicos".
- iii. Officer who will be expert's counterpart. Although a qualified officer will be assigned as counterpart, this expert is expected to provide intensive, practical training for a number of administrators and specialists.
- iv. Brief description of functions of department of which assigned.
INEP and its six Regional Centres
Educational research and study, technical assistance to the States and development of primary education.
- v. Any other international staff assigned to department currently or in recent years, or expected to be assigned in related fields.
As mentioned above, two UNESCO experts in Educational Planning are currently assigned to INEP, and an expert in educational statistics is being requested.

JOB DESCRIPTION

Country: Brazil

Requesting Institutions: "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" (INEP), Ministry of Education and Culture.

Post and Title: Expert in methods and equipment for educational administration.

Duration: Four to six months.

Date required: As early as possible in 1968.

Duty Station: Rio de Janeiro. Occasional travel to other cities.

Duties: Working in collaboration with the two UNESCO experts in Educational Planning, and with the Central Group of the MEC, which is providing technical assistance to the States (of which the two above experts are a part), the expert is to provide advice and intensive, practical training to educational officials and technicians on the improvement of administrative procedures, including the use of modern equipment, at the Federal, State, and municipal administrative levels. He is expected to show, specifically, how routine administrative operations may be eliminated or handled more efficiently through use of new techniques, including the use of electronic data-control equipment (which already exists in a number of States) for systematic information on personnel, buildings, and equipment, and for projections of quantitative data.

Qualifications: He should be a thoroughly experienced specialist in methods and organization of work, and use of modern equipment, in educational administration at municipal and higher levels. Experience should include modernization and adaptation of methods and procedures in less-developed countries, if possible, in Latin America.

Languages: Knowledge of Portuguese, if possible; otherwise, fluent Spanish desirable; lacking either, English or French.

Background Information:

1. Department of Ministry etc., to which expert will be assigned. The expert will be attached, administratively, to the "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" in the Ministry of Education and Culture. He will work with the Central Group, which has been formed in the Ministry to provide technical assistance

to the States in problems of educational planning and organization. The group includes personnel, also, from the Ministry of Planning.

- ii. Officer to whom expert is to report, i.e., Secretary of Ministry, Head of Department, etc. Director of "Instituto Nacional de Estudios Pedagógicos".
- iii. Officer who will be expert's counterpart. Although a qualified officer will be assigned as counterpart, this expert is expected to provide intensive, practical training for a number of administrators and specialists.
- iv. Brief description of functions of department of which assigned.
INEP and its six Regional Centres
Educational research and study, technical assistance to the States and development of primary education.
- v. Any other international staff assigned to department currently or in recent years, or expected to be assigned in related fields.
As mentioned above, two UNESCO experts in Educational Planning are currently assigned to INEP, and an expert in educational statistics is being requested.

PROBLEMAS DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

A. INTRODUÇÃO

Podemos assim resumir o diagnóstico e as recomendações que a maioria dos educadores faz, geralmente, quando analisa as condições do professorado primário:

(1) A baixa qualidade do ensino se deve ao número insuficiente de normalistas e ao número crescente de "leigos" no ensino primário.

(2) O país não dispõe de recursos financeiros para modificar esta situação.

(3) É também difícil modificar os outros fatores de ordem cultural e social que promovem a proliferação dos "leigos".

(4) Dêsse modo, uma das medidas mais importantes que pode adotar para melhorar o nível qualitativo do professorado é aumentar o número de escolas normais e treinar os leigos.

Demonstraremos, adiante, que parte deste diagnóstico é errado, porque:

(a) A produção anual de normalistas é suficiente para satisfazer as necessidades. Dentro de poucos anos, será excessiva.

(b) Se adotar algumas medidas fundamentais de reorganização do sistema escolar e reorientar a utilização das verbas disponíveis, o país terá os recursos de que necessita para eliminar completamente o problema dos leigos e utilizar normalistas em todas as escolas primárias.

(c) O baixo nível qualitativo do ensino primário não se deve apenas à existência dos leigos. Existem muitas outras razões, e uma delas é que o treinamento das normalistas também é deficiente.

Em consequência deverão ser modificadas a orientação e a ênfase das medidas a serem adotadas para elevar os níveis qualitativos e quantitativos do professorado:

*Gravado?
p. 10 / 50!*

*Caldo de...
uma foto*

*foto. "It's a piece of cake"
fórmula*

(1) Deve-se ter como objetivo principal a introdução de normalistas em tôdas as escolas primárias. Isto implica a adoção de reformas profundas nos sistemas técnico-pedagógicos, administrativos e financeiros da educação e, por isso, deve ser considerado um objetivo a longo prazo.

(2) Simultâneamente, deve-se melhorar os níveis qualitativos do professorado normalista, setor no qual poder-se-á obter resultados mais rápidos.

(3) Num período de transição, o aperfeiçoamento do professorado normalista deve ser acompanhado pelo melhoramento dos níveis qualitativos dos leigos.

(4) Os instrumentos para a realização desses objetivos serão:

- (a) O planejamento integral, em nível estadual e nacional.
- (b) Uma assistência técnica integrada, capaz de implantar novas idéias pedagógicas e financeiras.
- (c) A criação de "Departamentos do Magistério" em tôdas as Secretarias de Educação, para se encarregarem da implantação das reformas técnico-pedagógicas necessárias.
- (d) A intervenção do INEP, que deverá ser reorganizado a fim de desenvolver a metodologia e as técnicas que poderão ser aproveitadas pelos departamentos do Magistério.

B. DISTRIBUIÇÃO DO PROFESSORADO

A tabela, a seguir, descreve a distribuição, por categoria, do professorado primário:

TABELA I

CORPO DOCENTE DO BRASIL

<u>ANOS</u>	<u>TOTAL</u>	<u>RURAL</u>	<u>NORMALISTAS</u>	<u>LEIGOS</u>
1963	302.191	104.471	171.528	131.000
1964	336.906	114.646	189.560	148.000
1965	351.446	118.379	207.380	144.086

Notar-se-á que, em 1965, era de 40% a percentagem dos leigos. Entre 1963 e 1964, assim como nos anos anteriores, a taxa de aumento dos leigos foi de 13% anuais. Somente se observa uma modificação desta tendência entre 1964 e 1965. É muito provável, porém, que a melhoria indicada tenha sido virtual e se de va a estatísticas incompletas.

C. DISPONIBILIDADES DE NORMALISTAS

Não há escassez de normalistas. Além do fato de os es toques de normalistas disponíveis não estarem sendo aproveitados no ensino, é muito alta a produção atual de normalistas. As pro jeções que podem ser feitas para o futuro indicam que será ainda bem mais alta entre 1968 e 1970.

A tabela II indica que, em 1965/66, a produção de nor malistas foi, provavelmente, o dôbro da produção de 1963/63. Em 1969 dobrará outra vez, para alcançar cifra superior a 83.000 graduados de nível colegial por ano.

A tabela III indica que, nestas circunstâncias, a pro dução de normalistas de nível colegial previsível para o período 1965/69 atenderá perfeitamente à demanda de professôres, e que, ademais, a grande maioria de leigos poderá ser eliminada, ou subs tituída por normalistas de nível colegial.

Nem se deve contemplar a possibilidade de aumentar, in tensificar ou desenvolver a produção de "normalistas de "nível ginásial", um híbrido entre o leigo e o normalista verdadeiro, que não tem as qualidades de adaptação do primeiro, nem as inte lectuais do segundo.

D. DISPONIBILIDADES DE RECURSOS

A introdução generalizada de normalistas em tôdas as séries primárias e a adoção simultânea de novos programas teria seguramente oefeito de diminuir consideravelmente a repetência.

Supondo-se que os seguintes melhoramentos qualitativos tivessem sido introduzidos no sistema educacional em 1965,

- (1) baixar a taxa de repetência de 36% para 10% da ma trícula total,
- (2) baixar a taxa de deserção (nº de conclusões da 4ª série, em % das novas matrículas da 1ª série, qua tro anos antes) de 60% para 30%,

a matrícula geral, em 1965, teria sido de 7.500.000 alunos.

*Novamente o Brasil
como de antes com
um nível muito*

*nas 4 matrículas
novos espaços
dos de espaços.
Com cálculo
nessa taxa seria
incluída e repetência*

TABELA II

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO ANUAL DE NORMALISTAS DE NÍVEL COLEGIAL

MATRÍCULA DAS ESCOLAS NORMAIS INÍCIO DO ANO		PRODUÇÃO DE NORMALISTAS DE NÍVEL COLEGIAL 4 ANOS DEPOIS		RENDIMENTO EFETIVO OU PROVÁVEL (2) EM %
<u>Anos</u>	<u>Total</u>	<u>Anos</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
1959	80.000	1962	22.223	27.5
1960	88.800	1963	25.806	29.0
1961	97.900	1964	30.883	31.0
1962	111.400	1965	33.000	(30.0)
1963	139.321	1966	41.700	(30.0)
1964	175.384	1967	52.600	(30.0)
1965	220.275	1968	66.000	(30.0)
1966	277.000 ⁽¹⁾	1969	83.000	(30.0)

(1) Extrapolado: o crescimento da matrícula entre 1962 e 1965 foi de 26% ao ano!

(2) Cifras estimadas em parênteses: supõe-se que os rendimentos obtidos em 1964 sejam mantidos.

TABELA III

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DE UM ADEQUADO APROVEITAMENTO
DAS NORMALISTAS DE NÍVEL COLEGIAL
(UNIÃO)

ANOS	PRODUÇÃO DE NORMALISTAS NÍVEL COLEGIAL	AUMENTO DA DEMANDA DE PROFESSORES PARA LELO AO AUMENTO DA MATRÍCULA (1)	SURPLUS DE NORMALISTAS	ESTOQUE DE LEIGOS MENOS SURPLUS (2)
1965	33.000	20.000	13.000	131.000
1966	41.700	21.200	20.500	110.500
1967	52.600	22.470	30.130	80.370
1968	66.000	23.818	42.182	38.188
1969	83.000	25.000	57.753	(-)

(1) Hum professor por 30 alunos

Matrícula início ano 1965 - União : 10.000.000 - Taxa de crescimento
0.06 por ano

(2) Supõe-se que, de acordo com as estatísticas da SEEC, havia 144.086
leigos no início do ano de 1965.

*Supõe-se que o professor em
distância seja muito Estado
e professor jovem*

Êsses alunos assim se distribuiriam:

	<u>Taxa de</u> <u>Frequência</u>	<u>Matrícula Nova</u>
Primeira série	100	2.000.000
Segunda série	90	1.800.000
Terceira série	80	1.600.000
Quarta série	70	1.400.000
	TOTAL	6.800.000
	mais 10% de repetentes	680.000
	MATRÍCULA GERAL	7.480.000

Um número de 250.000 normalistas teria sido suficiente para educar êsses alunos. Se tivessem tido salários de NCr\$.. 150,00 por mês, ou NCr\$ 1.800,00 por ano, o salário total do professorado teria sido de NCr\$ 450.000.000,00.

Esta cifra é provavelmente igual ao total dos salários pagos a todos os professores, no mesmo ano de 1965:

Supondo-se que nesse ano as normalistas tivessem ganho NCr\$ 140,00 por mês, e os leigos NCr\$ 70,00 mensais, os salários totais do professorado primário teriam sido de:

	<u>Número</u>	<u>Salário/ano/NCr\$</u>	<u>TOTAL</u>
Normalistas	207.000	1.680,00	348.000.000,00
Leigos	144.000	840,00	121.000.000,00
	TOTAL GERAL		469.000.000,00

Assim é que o "problema financeiro" é totalmente artificial. Existem todos os recursos necessários para se pagar bem todas as normalistas necessárias para educar durante um número maior de anos, um maior número de alunos que o atual (nas condições atuais, o número de alunos é virtual: mais de 3.000.000 deles são repetentes).

*nos Estados
mais nos
autonomia em
salários.
Mas do lado
dele não
sabemos.*

Precisamente porque não se utiliza um pessoal qualificado, temos mais repetentes e uma demanda conseqüentemente maior de professores. Como se precisa utilizar 351.000 professores, em lugar dos 250.000 que são verdadeiramente necessários, os salários são mais baixos do que deveriam ser, o que promove a introdução dos leigos e a criação de uma matrícula maior de repetentes.

Notar-se-á que, caso necessário, seria possível mobilizar uma grande quantidade de recursos financeiros adicionais, para pagar bem às normalistas. Sem falar das despesas inúteis que o MEC está fazendo, ou da inutilidade de grande parte dos programas de construção escolar financiados pelo Fundo Nacional de Ensino Primário, é evidente que as Secretarias de Educação da maioria dos Estados utilizam mal seus recursos, e os invertem em subsídios inúteis às escolas particulares, despesas administrativas exageradas, remunerações não justificadas a normalistas "em comissão", etc.

*casas
escola-
mente?*

*non sempre todos os rjan tem
fora, em unidades de fomento*

E. LEIGOS

Ouve-se, com freqüência, o argumento de que é quase impossível diminuir o número de leigos porque as normalistas não aceitariam trabalhar nas zonas rurais, em condições muito difíceis, só suportadas pelo pessoal local, que pode morar na casa de parentes ou amigos.

Isto é em parte verdade e as estatísticas o confirmam. Para todo o Brasil o número de leigos é superior ao número de professores "rurais", o que aparentemente implica que quase todos, senão todos, os professores rurais são leigos.

Não parece totalmente impossível remediar esta situação.

Menciona-se, com freqüência, que se poderia atrair para as escolas rurais as normalistas, com melhores salários, melhores condições de vida (o que pode implicar a construção de casas para as professoras, ao lado de cada escola rural) e também uma estabilidade maior de emprêgo (o que poderia ser obtido através da adoção de "estatutos" do professorado).

Parece-nos duvidoso que a adoção dessas medidas possa solucionar completamente este problema: levando-se em conta a mentalidade e as atitudes da população em algumas zonas rurais, a

importação de mulheres independentes e solitárias, de nível cultural e intelectual consideravelmente superior ao promédio local seria, nestas zonas, uma iniciativa arriscada e infecunda.

Em nossa opinião, o problema dos leigos não poderá ser definitivamente resolvido, sem a criação de um professorado masculino bem treinado e disciplinado.

As vantagens da criação de tal grupo seriam consideráveis: em muitos países do mundo, o professor primário masculino torna-se rapidamente num líder intelectual e moral das populações isoladas, às quais pode prestar inestimáveis serviços.

Deve-se, também, mencionar que a proliferação dos leigos é, frequentemente, uma técnica conveniente para os políticos que desejam ganhar a simpatia das autoridades locais, ou apresentar estatísticas educacionais impressionantes, com um mínimo de despesas.

Em alguns Estados há, também, um aumento considerável do número de leigos, por razões de economia: o treinamento dos leigos é pago pela União.

F. NOVOS OBJETIVOS E INSTRUMENTOS DE IMPLANTAÇÃO

Para solucionar os problemas principais do professorado primário, é preciso que se criem os instrumentos técnicos e administrativos indispensáveis para:

- (a) Promover uma modificação da política dos Estados a respeito dos salários dos professores.
- (b) Promover a elaboração dos "Estatutos do Magistério" que proporcionarão aos professores tôdas as garantias necessárias.
- (c) Organizar o treinamento e a reciclagem de todos os professores - leigos ou normalistas.
- (d) Rever a estrutura do ensino normal.
- (e) Organizar a masculinização do professorado primário.
- (f) Melhorar as condições de vida dos professores rurais.

Os instrumentos através dos quais êsses objetivos seriam alcançados, são:

Com o recrutamento de Normalistas no ensino primário a 18 6 seria suficiente?

Sempre foi assim

*Como?
O Decreto de 67 do Brasil
Título de 398001 de 1966*

Com o recrutamento de professores?

(1) Uma assessoria técnica contínua, que deveria ser dada através do "Grupo Central de Assistência Técnica" (CEOSE-IPEA-SG), o qual deverá assessorar também os Estados na adoção das medidas indispensáveis à realização desses objetivos.

(2) Um sistema bem estruturado e integrado de planejamento educacional nos níveis nacional e estadual.

É evidente que só se obterá uma reestruturação da matrícula (pela eliminação da repetência) e a eliminação das despesas inúteis e, conseqüentemente o aumento dos níveis salariais das normalistas, através de um esforço contínuo dos planejadores estaduais, assessorados, quando necessário, pelo Grupo Central de Assistência Técnica.

Para que as atividades de planejamento em nível estadual possam ter conseqüências práticas, devem ser apoiadas pela União. A maneira mais efetiva de obter este resultado será a de condicionar a distribuição da verba federal à apresentação, pelos Estados, de planos científicos completos e totalmente integrados nos orçamentos oficiais.

Através do planejamento e dos planos, poder-se-á, também, assegurar a construção de apartamentos para os professores. As pessoas mais qualificadas para promover a elaboração dos "Estatutos do Magistério", a serem, depois, apresentados à Assembléia Legislativa, são ainda os assessores de planejamento.

(3) Organizações técnico-pedagógicas em tôdas as Secretarias de Educação dos Estados, que se ocuparão de tôdas as modalidades de formação e aperfeiçoamento do magistério primário.

Daremos a essas organizações o nome de Divisão ou de Departamento de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, com as seguintes funções:

(a) Assegurar o treinamento sistemático de todos os leigos aproveitáveis, dando particular ênfase aos que possuem curso ginásial completo.

(b) Assegurar a reciclagem de normalistas.

(c) Reformar as escolas normais, de acôrdo com as seguintes normas:

1. Não mais criar escolas normais.
2. Transformar as escolas normais de nível ginásial em escolas ginásiais comuns pluricurriculares.
3. Rever o currículo das escolas normais de nível colegial. A grande maioria das classes deveria seguir

um programa de "tronco comum". 20%, ou no máximo, 25% das aulas seriam dedicadas à especialização técnico-pedagógica.

4. A prazo mais longo, as professoras formadas nas escolas normais de nível colegial deverão matricular-se na primeira série das Faculdades de Educação, para completar sua formação técnico-pedagógica.

Nestas condições, para formar professores normalistas, seria suficiente utilizar estudantes que terminaram o ginásio, ou, uma ou duas séries colegiais, e dar-lhes um ou dois anos adicionais de treinamento nas escolas normais do novo estilo (ou, a longo prazo, nas escolas normais colegiais e nas Faculdades de Educação).

(d) Controlar parte da política de distribuição de bolsas.

Não se pode esquecer que a maioria das escolas normais de nível ginásial são gratuitas.

Se se eliminarem as escolas normais ginásiais ou se sua estrutura for modificada, será sempre indispensável assegurar que as escolas normais de nível colegial possam dispor de um suficiente número de candidatos.

O "departamento" ou a "divisão do Magistério" deverá desenvolver uma política de bolsas muito bem calculada, com 4 ou 5 anos de antecipação.

(e) Promover a masculinização do professorado primário rural.

Temos visto que são poucas as esperanças de solucionar o problema dos leigos, sem uma política de masculinização progressiva do professorado normal rural.

Para se obter este resultado, além das medidas de ordem geral (bolsas, salários, apartamentos), mencionadas anteriormente, devem ser tomadas as seguintes medidas específicas:

1ª - Uma vez que a reorganização das escolas normais permitirá o aumento da capacidade das escolas normais existentes, pela redução progressiva do número de séries, poder-se-ia pensar em criar escolas normais exclusivamente masculinas, com internatos.

2ª - A implantação de um novo sistema de professores normalistas homens não terá sucesso se não for controlado e orientado.

Devido à complexidade dêste programa, recomendar-se-á que seja experimentado, em escala reduzida, num Estado que tenha um bom nível administrativo e pedagógico, tal como Santa Catarina, Paraná ou Rio Grande do Sul.

(4) A intervenção do INEP. O INEP deveria, nesta estrutura, desenvolver novos programas para o treinamento intensivo dos leigos, para a reciclagem das normalistas, para a reorganização das escolas normais, a masculinização do magistério rural, e estudar e propor estatutos do magistério.

Não deveria tratar de implantar diretamente os programas sugeridos. Dirigir-se-ia aos organismos de planejamento e aos "departamentos do magistério" das Secretarias de Educação dos Estados, através do Grupo Central de Assistência Técnica, do qual deveriam fazer parte peritos do INEP.

A implantação e realização das reformas em nível executivo devem ser deixadas a cargo dos instrumentos administrativos e técnico-pedagógicos dos próprios Estados.

O INEP deveria, fundamentalmente, manter-se em nível normativo.



Professor Mascaro

Com os cumprimentos

Trata-se de uma bolsa oferecida pelo Instituto Latinoamericano de Planejamento que enviou na última semana o Sr. Dino Carelli ao Rio para fazer a seleção de candidatos .

Os dois candidatos apresentados já haviam há tempos enviado para cá um pedido de bolsa para algum curso de planejamento da educação.

Durante a estadia do Sr. Carelli tentamos marcar uma entrevista,

não tendo sido possível por causa
do feriado de 7 de setembro

Antonietta

12 de setembro, 1967

BMS/BRA/3619

John M. Howe, Chefe da Missão da UNESCO no Brasil, cumprimenta a Comissão Nacional de Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores e tem a honra de submeter a sua aprovação as seguintes candidaturas para o Curso de Planejamento da Educação, oferecido e financiado pelo Instituto Latinoamericano de Planejamento Econômico e Social, de Santiago do Chile, entre 2 de outubro e 8 de dezembro de 1967:

Professor Osvaldo Ferreira de Mello,
Apresentado pelo Reitor da Universidade
para o Desenvolvimento do Estado de
Santa Catarina,

Professor José Carmollo Braz de Carvalho,
Apresentado pelo Reitor da Pontifícia U-
niversidade Católica do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 8 de Setembro de 1967



John M. Howe,
Chefe da Missão da UNESCO
no Brasil.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO REITOR
Rua Marquês de I. Vitória, 109 - Rio de Janeiro

PR - 297/67

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1967.

Ilmo. Sr.

DINO CARRELLI

DD. Perito da UNESCO

a/c Missão da UNESCO no Brasil

DESTA

Pelo presente ofício, atestamos a V.S. o interesse que, como Reitor, desta Pontifícia Universidade Católica, temos no aperfeiçoamento técnico e científico do Professor JOSÉ CARMELO BRAZ DE CARVALHO.

O Professor JOSÉ CARMELO, além de lecionar disciplinas de Economia e Sociologia da Educação, coordena nossos Cursos de Pós-Graduação em Psicologia e em Pedagogia, onde um dos setores visa formar educadores em planejamento do ensino.

Dada a possibilidade de, graças a bolsas de estudos da UNESCO, o Prof. JOSÉ CARMELO desenvolver sua especialização neste setor, permitimo-nos recomendá-lo a V.S. no sentido de se lhe permitido frequentar o Curso de Planejamento da Educação, no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social em Santiago do Chile, no período de 2 de outubro a 8 de dezembro p.f.

Agradecendo a atenção de V.S., subscrevero-nos.

Atenciosamente,

Fel. Inácio Dias de Moura, S.J.

- Reitor -

INEP
cc: CNAT



Estado de Santa Catarina

Fundação Educacional de Santa Catarina

Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

-- UDESC --

Of. n.º 432/67

Florianópolis, 23/08 /1967

Exmo. Sr.

Dr. John Howe

Missão da UNESCO

Caixa Postal 3872 - 2000

Guanabara

Excelentíssimo Senhor:

Tenho a honra de encaminhar-lhe o pedido de bolsa apresentado pelo Professor Osvaldo Ferreira de Melo, Diretor da Faculdade de Educação órgão desta Universidade, com referência a um curso de capacitação em planejamento educacional, a realizar-se em Santiago, a partir do dia 1º de outubro.

Esta Universidade tem interesse na especialização do referido Professor que tem, em Santa Catarina, importantes encargos ligados ao planejamento da Educação.

Aproveito o ensejo para apresentar-lhe protestos de elevada estima e consideração.

OSVALDO FERREIRA DE MELO

Reitor

INEP
cc: CNAT

Belo Horizonte, 28 de agosto de 1967

Senhor representante da UNESCO

Cordiais Saudações.

Eu, Antonio Plinio Mascarenhas, Bacharel em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), desejando me especializar no campo das Ciências Humanas, venho solicitar deste Orgão uma bolsa de estudos para a Faculdade de Psicologia da Universidade Livre de Bruxelas durante os anos de 67/68 e 68/69.

Outrossim, declaro que trabalhei no Instituto Superior de Educação Rural do Estado de Minas Gerais (Laboratório de Psicologia Eduardo Claparède) sob a direção da professora Helena Antipoff. Ainda sob sua orientação, participei do último Congresso Inter-Americano de Psicologia, que se realizou no Rio de Janeiro (1959), onde apresentei um trabalho sobre o estudo da personalidade do adolescente (-Teste MM).

No primeiro ano de Faculdade, fui indicado como representante (tesista) dos estudantes da U.M.G. no Primeiro Congresso Nacional de Estudantes de Filosofia, tendo em vista que minha tese "O Mono-

pólio do "Estudo pelo Estado" foi classificada em primeiro lugar no concurso realizado entre os estudantes daquela Faculdade.

Após ser promovido para o segundo ano da Faculdade, fui designado pelo docente da cátedra de Psicologia Educacional, professor Pedro Parafita de Bessa, para "Monitor" do Curso de Pedagogia.

Como estudante do 3º ano da Faculdade de Filosofia, trabalhei no Departamento de Psicologia do Banco da Lavoura, sob a orientação dos professores Rui Flores e Célio Garcia, doutores pela Sorbone.

Em julho de 1966, participei, como observador, do Congresso Internacional de Psicologia realizado em Moscou.

Esperando que meu pedido seja devidamente considerado, antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente.


Antonio Flínio Mascarenhas

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

endereço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 46-5096
telégrafo: UNESCO RIO DE JANEIRO
BRS, BRA/3577

002615 24 1967

PROTÓCOLO

Az prive de

21 de Agosto, 1967

Senhor Diretor,

Encontrará Vossa Senhoria, em anexo, cópia de carta recebida do COMESCAL relativa às informações que desejava esse organismo receber sobre experiências realizadas no Brasil quanto à aplicação das técnicas da prefabricação em construções escolares.

Estamos solicitando ao Professor Angel Márquez que entre em contato com Vossa Senhoria sobre o assunto, a fim de obter dos serviços competentes a documentação desejada pelo COMESCAL.

Antecipando agradecimentos pela atenção dispensada, renovamos na oportunidade os protestos de alta estima e distinta consideração com que nos subscrevemos,

De Vossa Senhoria

John M. Howe
John M. Howe,
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil.

*1. Acumular o papel
2. Comunicar que o fôlego está
promovendo nos mineiros contos
3. Afinal que - Diretoria terá o
mais para ser tratado no agosto
com Prof*

Ilustríssimo Senhor
Professor Carlos Corrêa Mascaro,
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura - 10º andar
Rio de Janeiro, Guanabara.



CENTRO REGIONAL DE CONSTRUCCIONES ESCOLARES PARA AMÉRICA LATINA

AUDITORIO NACIONAL
MEXICO S. D. F.

TEL. { 26-95-41 29-76-48
48-39-68 29-95-18 EXT. 49 A 49

APARTADO POSTAL 41-518
MEXICO 18. D. F.

PRO. 01.07/01.03.02/67-1801.
JV/mnh.

México, D. F., 9 de agosto de 1967.

Estimado Sr. Howe:

El Centro Regional de Construcciones Escolares para América Latina, está elaborando un proyecto relativo a la aplicación de las técnicas de la prefabricación en el diseño de los edificios escolares. Con objeto de conocer las experiencias de Brasil en este campo, nos estamos dirigiendo a usted para solicitarle se sirva recabar de las autoridades nacionales:

- I) las publicaciones, documentos, informes, etc., que se refieren al área indicada;
- II) nombre, dirección y responsable de las dependencias u organismos que estén realizando trabajos relativos a la prefabricación en la construcción de edificios educativos.

Le rogaría que tan pronto como obtenga los documentos, datos e informes especiales, los remita a este Centro.

Agradeciendo de antemano la atención que se sirva dar a la presente aprovecho la oportunidad para reiterar a usted las seguridades de mi más distinguida consideración,

Gonzalo Abad Grisalva
Director

Señor John Howe,
Missão da UNESCO no Brasil,
Caixa postal 3872
zc - 00, Rfo de Janeiro, BRASIL.



Professor Mascaro

Com os cumprimentos

Teria a correspondência anexa já lhe
chegado às mãos?

Tomamos a liberdade de enviar também
em anexo cópia de carta do Professor
Pasquale em que menciona o "Convênio"

Parece que o mesmo forneceria justa-
mente a colaboração ao Grupo de
Construções Escolares, que o Senhor
desejava.

Antonietta

MISSÃO DA UNESCO NO BRASIL

46-5096



CENTRO REGIONAL DE CONSTRUCCIONES ESCOLARES PARA AMÉRICA LATINA

AUDITORIO NACIONAL

MEXICO 5, D. F.

TELS. { 30-96-41 80-06-16
40-38-68 80-90-10 EXT. 40 A 49

APARTADO POSTAL 41 518

MEXICO 10, D. F.

CT.04.03/01.03.01/67-1776
ETD/mte

México D.F., 10 de agosto de 1967

Estimado señor Director:

Mucho agradezco el envío que tuvo la gentileza de hacerme de la copia del Decreto de creación del Grupo Nacional de Desarrollo de las Construcciones Escolares de Brasil.

Ha sido motivo de profunda satisfacción para nosotros la formación de dicho Grupo, que viene a sumarse a los que ya han sido constituidos en Argentina, Perú, Chile, Ecuador, Colombia, Panamá, Costa Rica, Honduras, El Salvador y México y que sin duda alguna habrá de cumplir una importante labor en el campo de las construcciones escolares de su país.

Juzgamos altamente conveniente la firma de un Convenio de Colaboración entre CONESCAL y el Ministerio de Educación y Cultura de Brasil o la autoridad nacional apropiada, relativo al funcionamiento del Grupo Brasileño, porque permitirá determinar con precisión la asesoría técnica que CONESCAL podrá prestarle, para elaborar y ejecutar con mayor facilidad su plan de trabajo, tanto en el período de organización como en el desarrollo de sus proyectos, además de permitir señalar con claridad los compromisos del Grupo en el campo de sus actividades específicas. Asimismo, estableceré los contactos permanentes entre el Grupo y este Centro que harán posible la mutua y provechosa colaboración.

A ese fin, se ha elaborado un proyecto de Colaboración, del cual tengo el gusto de adjuntarle dos copias, con ruego de que se sirva estudiarlo y formularme las observaciones y sugerencias que estime necesarias. Entre tanto, mucho le agradeceré la atención de gestionar, ante las respectivas autoridades educacionales, la aprobación del mencionado Convenio, de las cuales estamos en la mejor disposición de considerar las observaciones y sugerencias que formulen al proyecto en referencia.

Prof. Carlos Correa Mascaro
Director de Instituto Nacional de Estudios Pedagógicos
Ministerio de Educación e Cultura
Río de Janeiro, Brasil.

c.c. Sr. John M. Howe
Chef de Missão da UNESCO do Brasil.

CENTRO REGIONAL DE CONSTRUCCIONES ESCOLARES PARA AMERICA LATINA

AUDITORIO NACIONAL

MEXICO S. D. F.

TELS. { 30-96-41 80-96-46
40-38-68 80-90-10 EXT. 40 A 49

APARTADO POSTAL 41518

MEXICO 10, D. F.

2.

Consideramos que un Convenio de Colaboración como el que proponemos será de vital importancia para el pleno logro de los objetivos que han inspirado el Gobierno brasileño en la constitución del Grupo Nacional de Desarrollo de las Construcciones Escolares del Brasil. Si el Ministro de Educación y Cultura estuviese en disposición de firmar el Convenio en referencia, le agradeceré solicitar a las correspondientes autoridades el señalamiento de la fecha más apropiada para tal acto, permitiéndome sugerir la última semana de octubre del presente año, en que podrá viajar a su país para suscribir el mencionado documento.

Agustándole de antemano su fina atención, hago propicia esta grata oportunidad para expresar a usted el sentimiento de mi elevada consideración.

Gonzalo Abad Grijalva,
Director.

agosto de 1967

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Chefe da Missão da Unesco no Brasil

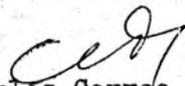
Resposta à consulta feita pelo CONESCAL, através da
UNESCO no Brasil

Senhor Chefe da Missão:

Recebi, enviada por V.Sª, cópia da carta do CONESCAL contendo pedido de informações sobre experiências realizadas no Brasil quanto à publicação das técnicas da préfabricação em construções escolares, a que posso adiantar que o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares está promovendo seus primeiros contatos com empresas nacionais.

Terá, outrossim, esta Diretoria o maior prazer em tratar do assunto com o Professor Angel Márquez, a quem forneceremos os dados desejados pelo CONESCAL.

Renovo nesta oportunidade meus protestos de distinta consideração.


Carlos Correa Mascaro
Diretor

Ilmo. Sr.

Dr. John M. Howe

DD. Chefe da Missão da Unesco no Brasil

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

endereço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 46-5096
telégrafo: UNESCO RIO DE JANEIRO

BMS/BRA/3506

001942 / 28 JUN 67

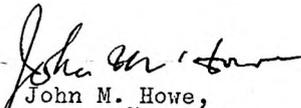
---PROTOCOLO---

23 de Junho de 1967

Ilustríssimo Senhor
Dr. Carlos Corrêa Mascaro,
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro, Guanabara.

Venho pela presente participar a Vossa Senhoria que, ao me ausentar do Brasil durante seis semanas de férias nos Estados Unidos, solicitei ao Senhor Michel Debrun, de supervisionar o expediente da Missão da Unesco no Brasil, na medida em que permitirem suas funções junto aos Colóquios Estaduais para a Organização de Sistemas de Educação.

Sem mais, renovo a Vossa Senhoria na oportunidade os protestos de minha alta estima e consideração.


John M. Howe,
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil.

cc: Professor Durmeval Trigueiro

*acomodado e
27.6.67*

Junho de 1967

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Chefe da Missão da Unesco no Brasil
comunicação de viagem (agradece)

Senhor Chefe da Missão:

Ciente de que V.Sª se ausenta do País para um merecido período de férias, desejo agradecer a atenção com que nos distingue informando-nos a respeito da viagem e da investidura / provisória do Sr. Michel Debrun no cargo que V.Sª ocupa, a fim de substituí-lo em suas funções.

Almejo a V.Sª uma estada bastante proveitosa e repouso em sua Pátria e faço votos por um breve e feliz regresso, para que possamos continuar a contar com sua valiosa colaboração.

Atenciosas saudações

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Ilmo. Sr.
John M. Howe
DD. Chefe da Missão da Unesco no Brasil

DÉLÉGATION DU BRÉSIL
PRÈS L'UNESCO

001732 14 JUN 67
— PROTOCOLO —

Paris, em 2 de junho de 1967

Ilmo. Sr.
Professor Carlos Correa Mascara
Ministerio da Educaçao e Cultura
Instituto Nacional de Estudos
Pedagogicos.
RIO DE JANEIRO

Após acusar recebimento da amável carta de
Vossa Senhoria de 19 de maio corrente, apresso-me em agra-
decer-lhe o apoio dado à missão do Professor Déléon e as
providências relativas à lista de educadores e peritos bra-
sileiros e à escola do Padre Galéa.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe
os protestos de minha elevada estima e consideração.

Carlos Chagas
Embaixador
Delegado Permanente do Brasil
junto a UNESCO

Arquivo - R

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

endereço: Rua Wenceslau Braz, 71
telefone: 46-5096
telégrafo: UNESCO RIO DE JANEIRO
BMS/BRA/3396

8 de Maio de 1967

Senhor Diretor,

Venho, pela presente, participar a Vossa Senhoria que, pelas razões que havíamos já tido oportunidade de ventilar, deverá o Professor Pierre Furter deixar o Brasil durante o mês de maio corrente.

Assim sendo, quer nos parecer que seria de maior importância examinar, na brevidade possível, o assunto relativo a sua substituição. Estando os GROSE já em pleno estado de realização e como deverão constituir a principal tarefa dos três especialistas da UNESCO ainda por algum tempo, acredito que Vossa Senhoria desejará manter um equilíbrio parecido com o que já existe no qual o Professor Furter constitui o único elemento com treino e experiência primordialmente pedagógicos.

... Encaminhamos, em anexo, o roteiro para a "Descrição de Tarefas" do perito desejado, que deverá ser eventualmente endereçado por intermédio do Diretor Executivo da "Comissão Nacional de Assistência Técnica" do Ministério das Relações Exteriores, ao Senhor Eduardo Albertal, Representante Residente do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Permaneço ao inteiro dispôr de Vossa Senhoria para quaisquer informações que vierem a ser desejadas sôbre este assunto.

Com protestos de alta estima e distinta consideração, subscrevo-me

De Vossa Senhoria

John M. Howe,
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil.

Handwritten notes:
Anexo
Aprender-se
CML

Ilustríssimo Senhor
Professor Carlos de Corrêa Mascaro,
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro, Guanabara.

JOB DESCRIPTION DATA SHEET. DESCRICÃO DE TAREFAS

1. Questionário a ser preenchido, em 3 vias, para cada perito solicitado.
 2. Pedem-se os mais completos detalhes, para facilitar o recrutamento.
 3. Sempre que possível, preencher o questionário em inglês, para evitar demora resultante de tradução.
 1. Country. País:
 2. Requesting Ministry, institution, etc. Ministério, entidade etc, de onde se originou o pedido:
 3. Post Title, Specific, exact professional field and level desired; i.e., top level, senior, intermediate, or junior. Título do Posto. Especificar exatamente o campo profissional e o nível desejado, isto é, nível máximo, senior, intermediário ou junior:
 4. Duration. Duração:
 5. Date Required. Data de início da missão:
 6. Duty Station. Indicate if frequent travel away from established duty station is anticipated. Local de trabalho. Indicar se frequentes viagens para fora do local de trabalho são previstas:
 7. Duties. The expert is expected to -- Tarefas. Espera-se que o perito -- (Dar uma descrição detalhada das tarefas).
-
2. Qualifications. Specify academic and professional experience deemed essential for the candidates. Qualificações. Especificar a experiência acadêmica e profissional considerada imprescindível para os candidatos.

Languages. Indicate official working language of the country and foreign language(s) readily understood by officials. Idiomas. Indicar o idioma oficial de trabalho do país e o(s) idioma(s) os estrangeiros facilmente compreendidos pelos funcionários:

10. Background information. Informações básicas.

A) Department of Ministry etc. to which expert will be assigned. Departamento do Ministério etc. junto ao qual o perito será lhará:

B) Officer to whom expert is to report, i.e. Secretary of Ministry, Head of Department, etc. Funcionário ao qual o perito se verá apresentar-se, isto é, Secretário do Ministro, Chefe do Departamento, etc.

C) Officer(s) who will be expert's counterpart. Indicate titles only, no names. Funcionário(s) que trabalhará com o perito. Indicar somente o título, sem nomear.

D) Brief description of functions of Department to which assigned. Please attach organizational chart of Department, if available. Breve descrição das funções do Departamento, para o qual o perito será designado. Anexar um organograma do Departamento, se possível.

E) Any other international staff assigned to Department currently or in recent years, or expected to be assigned in related fields. Qualquer outro pessoal internacional designado para o Departamento atualmente ou em anos anteriores, ou a ser designado para trabalhos correlatos.

F) If assignment is a continuation of work done previously by another expert, describe briefly the scope of the previous incumbent and work accomplished by him. Se a missão for em continuação de trabalho executado por outro perito, descrever brevemente o objetivo da missão do perito anterior, bem como o serviço efetuado pelo mesmo.

G) Any related projects under bilateral or extra-United Nations auspices which are currently being, or have been carried out. Indicar todos os projetos relacionados ao pedido, executados com assistência bilateral, ou não das Nações Unidas, executados ou em execução.

*Prof. Sujeitos
ce J. J. J.*

BMS/BRA/3386

19 de Abril de 1967

Ilustríssimo Senhor
Professor José Carmelo B. de Carvalho,
Coordenador de Curso
Faculdade de Filosofia
Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225
Rio de Janeiro, Guanabara.

Acuso o recebimento do ofício de Vossa Senhoria de
21 de março passado, solicitando a colaboração do Professor
Michel Debrun no estudo da metodologia do planejamento educacio
nal.

Teria prazer em permitir a colaboração pedida do
Professor Debrun, desde que venha a ser possível sem prejuízo
dos compromissos já assumidos, especialmente com relação a suas
funções junto ao "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos".

Aproveito esta oportunidade para apresentar a Vossa
Senhoria nossas mais

Cordiais Saudações.

John H. Howe,
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil.

cc.: Professor Carlos Mascaro, ✓
Professor Michel Debrun.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FILOSOFIA

Rua Marquês de São Vicente, 175 - 20.000 - Lei 0-000 - 1.11 - Rio de Janeiro

Of. FF.CM. 63/67

Rio de Janeiro, 31 de março de 1967.

Ilmo. Sr.
John Howe
D.D. Chefe da Missão da UNESCO
Caixa Postal - 3872
NESTA

A Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no intuito de aperfeiçoar os quadros superiores nacionais, vem organizando um Curso de Pós-Graduação em Pedagogia, nos setores de Planejamento Educacional e de Psicopedagogia.

No setor de Planejamento Educacional, uma disciplina básica é a de "MÉTODOS E TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL". Para ministrar esta disciplina, temos solicitado a colaboração de vários técnicos e especialistas no assunto.

Cientes de que a UNESCO, vem desenvolvendo uma profícua atividade no planejamento da educação, permitimo-nos recorrer à Equipe da UNESCO no Brasil, na pessoa do Ilmo. Sr. Prof. MICHEL DEBRUM.

Rogamos pois a V.S. que nos permita solicitar a valiosa colaboração do Prof. MICHEL DEBRUM, no estudo da metodologia de planejamento educacional.

Em princípio, prevemos a colaboração do ilustre professor e técnico, a partir do dia 24 de maio/p.f., quando em aproximadamente quinze (15) horas de aula nos analisaria as diversas metodologias empregadas atualmente para planejar em educação.

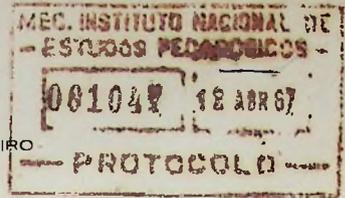
Antecipadamente agradecemos a atenção que V.S. venha a dispensar à presente solicitação.

Valemo-nos da oportunidade para renovar nossos protestos da mais elevada consideração.

Atenciosamente,

Prof. JOSE CARMELO B. DE CARVALHO
- Coordenador do Curso -

691



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FILOSOFIA
Rua Marquês de São Vicente, 225 - ZC-20 - Tel. 47-6030 - R. 17 - Rio de Janeiro

Of. FF.CM. 64/67

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1967.

Ilmo. Sr. Diretor
Dr. Carlos Mascaro
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Rua Voluntários da Pátria, 107
NESTA

Pelo presente ofício, vimos submeter à esclarecida apreciação de V.S. nossa solicitação à Equipe da UNESCO, que colabora com o INEP.

Conforme cópia anexa, tencionamos valer-nos da colaboração do Prof. Michel Debrum ao nosso Curso de Pós-Graduação em Pedagogia (setor de Planejamento Educacional).

Dado que o referido professor e técnico, como membro da UNESCO, encontra-se vinculado ao INEP, muito estimariamos que V.S., na qualidade de Diretor deste órgão, nos comunicasse o seu acôrdo a tal convite.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a V.S. nossos cumprimentos pela profícua atividade que vem desenvolvendo à testa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Agradecendo a atenção de V. S., renovamos nossos protestos da mais elevada consideração e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Coord. Curso de Pós-graduação em Pedagogia
Carvalho
12/4
67

Carvalho
JOSE CARMELO BRAZ DE CARVALHO
- Coordenador do Curso -

Como o programa a se desenvolver pelo Prof. Debrum não colidi com o trabalho do CEJNE, nada a opor. Volto ao Diretor do INEP em 20/04/67



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FILOSOFIA

Rua Marquês de São Vicente, 925 - ZC-20 - Tel. 47-6030 - R. 17 - Rio de Janeiro

Of. FF.CM. 63/67

Rio de Janeiro, 31 de março de 1967.

Ilmo. Sr.
John Howe
D.D. Chefe da Missão da UNESCO
Caixa Postal - 3872
NESTA

A Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no intuito de aperfeiçoar os quadros superiores nacionais, vem organizando um Curso de Pós-Graduação em Pedagogia, nos setores de Planejamento Educacional e de Psicopedagogia.

No setor de Planejamento Educacional, uma disciplina básica é a de "MÉTODOS E TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL". Para ministrar esta disciplina, solicitamos a colaboração de vários docentes e especialistas no assunto.

Cientes de que a UNESCO, vem desenvolvendo uma profícua atividade no planejamento da educação, permitimo-nos recorrer à Equipe da UNESCO no Brasil, na pessoa do Sr. Prof. MICHEL DEBESM.

Rogamos pois a V.S. que nos permita solicitar a valiosa colaboração do Prof. MICHEL DEBESM, na área da metodologia de planejamento educacional.

Em proporcão, previamos a participação do ilustre professor e técnico, a partir do dia 15 de maio, quando, em aproximadamente quinze (15) horas de aula, serão as diversas metodologias empregadas atualmente para o planejamento em educação.

Antecipadamente agradecemos a V.S. que V.S. venha a dispensar à presente solicitação.

Valeremos da oportunidade para registrar nossos protestos da mais elevada consideração.

Atenciosamente,

Arnaldo Blarello
Prof. JOSE CARLOS BLARELLO
- Coordenador do Curso -

julho de 1967

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Pedagogia (setor
de Planejamento Educacional)
: Colaboração do perito da UNESCO

Senhor Coordenador:

Dando atendimento à solicitação contida no ofi-
cio FF. CM. 64/67, de 4-4-1967, no sentido de conseguir a
colaboração do Prof. Michel Debrun para o Curso de que V.Sa.
é Coordenador, apraz-me comunicar-lhe que esta Diretoria na
da tem a opôr a que o ilustre Perito da UNESCO preste a so-
licitada colaboração.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar-lhe
minhas atenciosas saudações.

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Ilmo. Sr.
Prof. José Carmelo Braz de Carvalho
DD. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Pedagogia
(Setor de Planejamento Educacional)
Faculdade de Filosofia - Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro
Rua Marquez de São Vicente, 225
Rio de Janeiro - GB



united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

place de Fontenoy, Paris-7^e

téléphone : 566-57.57, 705-97.49, 705-99.48
câbles : Unesco Paris
telex : 27 602 Paris

référence : ED/701/7

11 avril 1967

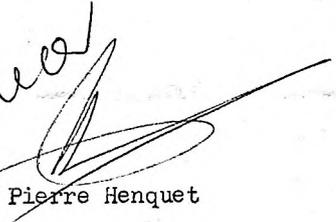
Cher Monsieur,

Je suis désolé de vous avoir manqué lorsque vous êtes passé à Paris à la fin du mois de février. J'ai trouvé l'enregistrement que vous aviez eu la gentillesse de me laisser et que j'ai été particulièrement heureux d'entendre ; il fait honneur au Ministère de l'Education et de la Culture qui a pris l'initiative de le graver et de le diffuser.

Comme le Professeur Périclès a peut-être eu l'occasion de vous le dire j'espère me rendre au Brésil dans les mois qui viennent (peut-être en juin) pour participer à une mission de préparation d'un projet-pilote d'alphabétisation fonctionnelle dans la région du Nordeste qui pourrait être entrepris conjointement avec la Sudene et la Direction de l'enseignement industriel du M.E.C. Inutile de vous dire que je me réjouis de cette perspective de revoir le Brésil et d'y retrouver mes amis au premier rang desquels vous savez que je vous compte.

En vous remerciant à nouveau, je vous prie de croire, cher ami, à l'assurance de mes sentiments les meilleurs.

Monsieur Carlos Correa Mascaro
Diretor do Instituto Nacional
de Estudos Pedagogicos


Pierre Henquet

1) A Carlos e Agripino
2) Agripino
WH

Ilmo. Sr.
Pierre Henquet
Place de Fontenoy
PARIS - FRANÇA

Monsieur Pierre Henquet:

Senti-me sensibilizado com sua amabilíssima carta, portadora de tão simpáticas expressões de amizade.

Agradou-me especialmente a notícia, já antes transmitida pelo Dr. Pórciles, de que o teremos no Brasil num dos próximos meses, para cumprir uma relevante Missão da UNESCO.

Ficarei satisfeito com essa oportunidade de revê-lo e espero poder mais uma vez demonstrar-lhe minha imutável e alta consideração.

Carlos Correa Mascaro

Arguição de
Unesco

BMS/BRA/3337

30 de Março de 1967

Ilustríssima Senhora
Dona Maria de Lourdes Palma Delgado
22, Av. Weber
Genève, Suíça

Em resposta à carta de Vossa Senhoria de 11 de março corrente, cumpre-me informar que trabalham atualmente junto ao "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" do Ministério da Educação e Cultura três peritos da UNESCO ligados ao campo do Planejamento da Educação. Esses peritos recrutados pelo Bureau de Pessoal da UNESCO em Paris foram aceitos pelo Governo Brasileiro para desempenhar determinadas tarefas.

Estou enviando cópia de nossa correspondência ao Professor Carlos Corrêa Mascaro, Diretor do "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos", para que possa entrar diretamente em contato com Vossa Senhoria, se assim decidir.

Aqui ao dispor, apresento, na oportunidade, minhas
mais

Cordiais Saudações.

John M. Howe,
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil.

cc: Prof. Carlos Corrêa Mascaro. ✓

*Indagar D. Antonieta qual
solicitação de interesse.
5.4.67
C. J. B.*

*1) Acionar o gabinete e
anunciar a mudança*

*2) [Redacted] Ao CBPE
12.4.67
C. J. B.*

Genebra, 11 de Junho 1957

Senhoras
Das Voluntárias de Serviço - # 107
Genebra
Rio de Janeiro - BRASIL

Exmos. Senhores :

Tendo tomado conhecimento de que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem necessidade de pessoal com boa formação pedagógica, permito-me propor a vossa candidatura para o cargo de pedagoga.

Dado que sou licenciada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e diplomada em Pedagogia Comparada, pela Universidade de Genebra, como V.Exas podem verificar pelo "curriculum vitae" aqui junto, parece reunir as condições necessárias para desempenhar o cargo a que se propõem.

Devo ainda acrescentar que domino o francês como a minha própria língua materna.

Atendendo a que me encontro em Suíça, onde tenho tido um contacto prático constante com as mais modernas concepções pedagógicas, gostaria de saber quais as possibilidades reais de trabalho que a minha formação profissional me poderá garantir dentro dos quadros do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Agradecendo, desde já, uma resposta com a brevidade possível, subscrevo-me respeitosamente.

Maria de Lourdes Felas Delgado

(Maria de Lourdes Felas Delgado)
22, Av. Weber - Genève - Suíça

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

abril de 1967

Director do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil
Peritos da UNESCO

Senhor Chefe da Missão:

Recebi cópia da carta-resposta enviada por V.Sª à Professora MARIA DE LOURDES PAIVA DULCADO.

Com referência ao assunto, devo adiantar que não encontramos facilidade para a admissão do pessoal, em razão de múltiplos embaraços legais.

Entretanto, dado que recebemos a solicitação através de V.Sª, aguardaremos o comparecimento da Prof. Maria de Lourdes ao INEP, a fim de entrevistar-se com a Profª Lúcia Marques Pinheiro, Coordenadora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério.

Apresento a V.Sª minhas cordiais saudações.

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Ilmo. Sr.
Dr. John H. Howe
DD. Chefe da Missão da UNESCO no Brasil
N o s t a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1966

18-Mars 1966.

Cher Monsieur,

Je vous fais parvenir ci-dessous le texte de l'alinéa d qu'il convient d'insérer au point 5 (Programme de développement des Nations Unies) partie A (Assistance Technique) de l'Aide-Mémoire relatif à la coopération entre le Brésil et l'Unesco qui vous a été adressé en même temps que les rapports manuscrits du Dr. Aliseshiah, à la suite de sa visite officielle au Brésil.

d) Planification de l'éducation

L'équipe de planification de l'éducation (trois experts) recrutée par l'Unesco et mise à la disposition du Ministère de l'éducation et de la culture (INEP) en vue de participer à la réalisation de Colloques régionaux sur l'organisation de l'Éducation (CROSE) pendant une période de 30 mois (10 mois au titre du PEAT 1966, 20 mois au titre du Programme 1967-1968) sera renforcée par un quatrième expert (recruté pendant 6 mois au titre du Fonds d'urgence de l'Assistance technique en 1966) qui devra être un éducateur détaché auprès de L'EPBA afin de participer à l'élaboration de la partie du Plan décennal relative à l'éducation.

En vous remerciant vivement à l'avance, je vous prie d'agréer, cher Monsieur, l'assurance de mes sentiments distingués.

Pierre Henquet
Chef de Mission de l'Unesco
au Brésil

M. Michael Wolfert
Exécutif Office of the Director General
Unesco
Place de Fontenoy
Paris 7^e

A cooperação técnica estrangeira nos planos educacionais do Brasil

1. O exame aprofundado dos modelos em que afinal se fixou essa cooperação, assim como a experiência do seu funcionamento até aqui, levam à constatação de erros graves - de perspectiva e de método - que devem ser urgentemente sanados. Pois a persistência desses erros, tanto impede a colocação adequada - e, pois, a solução - de nossos problemas educacionais, quanto - o que é pior - firma precedentes difíceis de serem erradicados.

2. Que é que está acontecendo? criam-se comissões mistas de técnicos brasileiros e estrangeiros, segundo um modelo de organização paritária. Essa idéia de paridade, ou não tem sentido nenhum, ou tem sentido demais. Por que tal proporção, tal simetria? Tudo indica que o objetivo é fixar responsabilidades e prerrogativas iguais no trabalho de diagnosticar a situação educacional brasileira, e de elaborar o projeto educacional brasileiro. Se assim é, estamos diante de grave distorção para a qual o Governo deve ser alertado. Eis as razões do nosso reparo:

a) O projeto brasileiro - em educação e em tudo o mais - só pode provir duma visão brasileira, a que outras poderão enriquecer, mas nunca partilhar em termos de parceria.

b) O próprio diagnóstico, embora se baseando no factual, envolve juízos de valor e critérios de apreciação que só os que possuem, como sua, a cultura nacional, são capazes de formular.

c) Em cima dessas razões teóricas, destaca-se uma razão prática irrecusável: a existência de pessoas, no Brasil, do nível das mais competentes que possam vir de fora, sem terem de aprender o Brasil - precàriamente - para, depois, começarem a tomar posição nos seus problemas.

3. Ora, o Governo brasileiro, sem ter realizado com os melhores especialistas brasileiros em educação, esse esforço de identificação dos problemas e de elaboração de um projeto global, convoca técnicos estrangeiros para o fazerem, em igualdade de condições com os técnicos brasileiros. Contudo, o Governo brasileiro não deve ceder a ninguém a prerrogativa da autonomia na fixação de suas opções, mesmo no plano estritamente doutrinário; toda ação técnica estrangeira só pode inserir-se nesse esforço em segundo nível, o do assessoramento. A mencionada prerroga-

tiva é decorrência da autonomia nacional, nela se incluindo solidariamente o aspecto político e o aspecto cultural, ou seja, as decisões que ao Governo cabe tomar, à base da visão que ele próprio elabora. Nada que signifique alienar essa visão, transferir a qualquer outra instância a responsabilidade de formulá-la, poderá convir ao Brasil, mesmo do ponto de vista técnico. Não faltam ao Governo brasileiro as condições reais para exercer a sua autonomia nos dois planos, do contrário estaria configurado um status colonial. Entretanto, o que está ocorrendo é a adoção de um método flagrantemente em desacordo com esses postulados essenciais a que não pode ser indiferente o Estado brasileiro. Os termos dos acordos firmados com organismos internacionais colocam os técnicos estrangeiros em posição de partilhar responsabilidades que não lhes podem ser atribuídas. É um erro sociológico, um erro político, um erro cultural.

4. Os ressaibos colonialistas desse método não são daqueles que aparecerão depois, sem que ninguém tivesse antes podido suspeitá-los. Nada disso acontecerá por acaso: esses efeitos são pressentidos e procurados por esses mesmos técnicos e pelas agências a que estão vinculados. Tenho provas inequívocas de que, embora subterraneamente, se desenvolve entre a UNESCO e os americanos uma disputa pela hegemonia cultural no Brasil. O que a ambos encoraja é o instrumento oferecido, por desprevenimento, pelo próprio Governo brasileiro ao propiciar-lhes uma participação inadequada em nossa política educacional.

5. O problema se resume, a meu vêr, em marcar claramente a posição dos técnicos estrangeiros, como assessores, destinados a colaborar num projeto brasileiro, cada qual no campo de sua especialidade, cabendo aos órgãos do nosso Governo fixar o projeto geral e a contribuição, dentro deste, de cada um daqueles técnicos. Para tal fim, cada comissão mista deveria ter um coordenador brasileiro, representante das intenções do Governo, traduzidas no projeto, com a prerrogativa e o encargo de distribuir as tarefas entre os técnicos brasileiros e estrangeiros, e de ordená-las segundo um esquema orgânico.

6. Dentro dessas diretrizes, fica estabelecida a hierarquia necessária, eliminando-se a injustificável paridade. Na qualidade de assessores, os técnicos estrangeiros podem ser mais numerosos, ou menos numerosos que os brasileiros, pouco importa. O que conta é o nível e

a modalidade das atribuições. Aliás, a paridade, além de inconveniente pelas razões que enunciei, também o é por outras, de ordem prática. Fica o Governo brasileiro obrigado a dispor do mesmo número de técnicos nacionais que os que são oferecidos pelas agências internacionais ou estrangeiras, nas mesmas condições de trabalho. Com isso, se estabelece uma simetria fetichista, sem justificativa racional, da qual resulta a impossibilidade de serem utilizados os grandes especialistas brasileiros em cada campo, dentro das disponibilidades de tempo que possa cada qual oferecer. Não parece, tudo isso, um a priori irrazoável - ou, insisto, muito razoável para fins de hegemonia, segundo os quais a estrutura da comissão teria objetivos mais de dominação (ou de influência) que de serviço?

7. Outro erro: constitui-se uma comissão para um ~~trabalho~~ plano global (toda a problemática educacional brasileira) que deverá desdobrar-se durante longo período. A reflexão que tenho feito sobre esse assunto, ajudada pela minha experiência com o grupo INEP-UNESCO, mostra nessa fórmula os seguintes inconvenientes:

a) Não há por que convocar peritos estrangeiros para estudarem todos os problemas educacionais brasileiros. Muitos já estão suficientemente esclarecidos, e para outros tantos, abundam os especialistas capazes entre nós. O resultado desse sistema é o desperdício de tempo e de recursos.

b) Ocorre que, normalmente, a vastidão dessa perspectiva global transcende a competência da maioria dos peritos, por causa de sua especialização - o que é particularmente verdadeiro em relação aos americanos.

c) Acontece, ainda, a hipótese de não possuírem, os técnicos importados, as qualificações que justifiquem a sua convocação, sobretudo no confronto com os técnicos brasileiros.

Em face dessas observações, não seria mais prático que se adotasse um sistema flexível e objetivo de assessoramento estrangeiro, mobilizado apenas em matéria que ultrapasse a nossa experiência (ex.: a economia da educação); e que os peritos estrangeiros aqui demorassem apenas o tempo necessário - pouco ou muito - à realização dos objetivos nitidamente definidos num projeto específico? Com isso, substituir-se-ia o plano global por uma série de projetos determinados, cuja articulação dependeria dum Coordenador, ou dum grupo de coordenadores, evitando-se o tempo

ocioso dêsses peritos, ou a sua inadequada utilização em tarefas suscetíveis de serem realizadas com mais eficiência por técnicos brasileiros.

8. Outro dado colhido nas minhas observações: a desenvoltura com que agem no Brasil alguns daqueles peritos no seu afã de hege-
monia cultural. Tenho verificado que os da UNESCO (projeto CROSE), vin-
do para o Brasil em decorrência de convênio com o INEP, no qual se con
figuram as suas tarefas, desde que aqui desembarcam, se põem a serviço
- concomitantemente com aquelas tarefas, - de outras que eles próprios
determinam, destinadas a ampliar-lhes a influência e o prestígio nos vá-
rios setores educativos e culturais do país - não só na esfera federal,
quanto nos Estados. Tal fato representa abuso evidente. Credenciados por
agência estrangeira, e por ela remunerados para determinados objeti-
vos, formalmente declarados ^{no} instrumento de sua designação; aceitos pelo
Govêrno brasileiro em função dêsses objetivos, não lhes é permitido a-
tribuírem-se novas tarefas, usando as facilidades abertas por aquelas
credenciais, e sem qualquer aprovação, ou mesmo audiência, dos órgãos go-
vernamentais brasileiros. Assim é que obtêm convites de Secretários de
Educação, autoridades universitárias, etc., para realizar conferências,
estudos e programas de aconselhamento (algumas vezes em matéria estra-
nha à sua competência) que não se incluem nas finalidades do acôrdo de
que são executores. Os convênios passam a funcionar como "cavalo de Troia"
para a política de influência.

Acredito que a solução comporta os seguintes pontos:

a) As tarefas dos peritos devem ficar definidas clara e taxati-
vamente na instrumento do acôrdo.

b) Novas tarefas só poderão ser-lhes confiadas mediante concor-
dância prévia e formal das autoridades responsáveis pela sua missão no
Brasil, às quais devem dirigir-se os que venham a pleitear a colaboração
daqueles peritos.

c) Quando houver disponibilidade de tempo que possa ser utili-
zada em favor dos Estados ou de outros órgãos educacionais porventura ex-
cluídos do acôrdo, caberá aos órgãos do MEC, aos quais os peritos estejam
vinculados, estabelecer normas para tal colaboração (por exemplo, sondar
[as entidades interessadas,] préviamente, sobre as suas necessidades, na
área de competência dos peritos, ^A fixar prioridades, de acôrdo com a im-
portância de cada demanda, e o tempo disponível, etc.). Só assim, se evi-

tará a dispersão e a improvisação com que/esterilizam os serviços "avulsos" oferecidos, por exemplo, por peritos da UNESCO nas suas incursões por conta própria em outras áreas de atividades, que não as de sua alçada. Pois a minha impressão sincera é a de que um certo anarquismo já começa a rondar essas atividades, levando as autoridades brasileiras a não saberem o que fazer com os seus desevoltos convidados estrangeiros. Há um problema de autoridade a regular. Um problema de disciplina. De comando. E de eficiência.

9. Outro ponto fundamental: não são os estudos e pesquisas que vão dinamizar a administração, mas é o dinamismo da administração que dá sentido e eficácia aos estudos. O trabalho dessas comissões deveria ser precedido, ou acompanhado, do esforço do MEC no sentido de criar as condições psicológicas, políticas e administrativas que a renovação educacional reclama. Os caminhos da reforma, antes de mais nada, devem assentar na disposição de fazê-la por parte dos sistemas estaduais, das Universidades e Escolas, além de outras entidades responsáveis; na articulação de um diálogo profundo entre o MEC e as demais instâncias e órgãos de ensino, aclarando as questões que condicionam a própria reforma. Em relação ao ensino superior, por exemplo, ainda não se firmou o consenso sobre a autonomia ou planejamento - nem quanto ao conceito, nem quanto aos métodos. Que adiantam os estudos técnicos, sem estarem resolvidas essas preliminares? Os estudos, no caso, não podem desenvolver-se numa linha de gabinete, mas numa linha de ação: no contacto com os problemas, e sob a liderança dos órgãos do Governo, ao qual incumbe palpar as resistências, a cada passo, no instante mesmo em que se elaboram as idéias. Do contrário, engendrar-se-ão estas, umas às outras, tranquilamente, e, ao cabo, encontrarão a realidade fechada à sua influência.

Os estudos sobre a política nacional de educação deverão ser inspirados e dirigidos pelos órgãos do Governo, como instrumentos de uma política determinada. Deixar os técnicos entregues à sua própria elaboração, na suposição de recolher, depois, de seu esforço, proposições válidas, tecnicamente puras, ideais, constitui mera ilusão: o divórcio entre a especulação dos técnicos e as intenções dos administradores jamais será sanado. Nem em educação, nem em economia, nem em qualquer campo das ciências sociais, há um saber puro, uma ciência neutra: todas estão impregnadas da nota pragmática e normativa, que flui da vontade nacional, expressa pelos seus órgãos responsáveis e orientada numa direção definida.

Ora, no método de trabalho dessas comissões, observo as seguintes falhas:

a) Pensá-se em reformular a política educacional, através de estudos realizados por comissões técnicas, sem se criarem as condições, o "clima", os comprometimentos prévios de todos os responsáveis pela execução da reforma com os propósitos que ela deve traduzir. Deixá-los agora marginalizados e indiferentes, e esperar contar depois com a sua efetiva colaboração, é um paradoxo - ou uma utopia.

b) A administração comete a tarefa aos técnicos e aguarda os resultados; ora, essa tarefa é prioritariamente da própria administração, a qual apenas utilizará os técnicos, fixando-lhes diretrizes e intenções normativas, em vez de simplesmente oferecer o apoio de sua autoridade, para endossar, a posteriori, as conclusões a que tiverem chegado. A técnica é uma praxis; os técnicos podem sugerir muitos caminhos, mas o único caminho que convém cabe ao Governo escolhê-lo e defini-lo .



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS PROTOCOLO

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - G.B. - Brasil

003524 - 265238

Nº 251

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1966

Para: Dr. Carlos Corrêa Mascaro
DD. Diretor do INEP

De: Jacques Torfs, Perito da UNESCO

Assunto: Programa de viagem

Prezado Dr. Mascaro,

Peço-lhe autorizar o seguinte programa de viagem, que atende ao desejo de responder aos convites de várias autoridades educacionais e à oportunidade de definir as características dos CROSE, nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

O roteiro, aprovado pelo Dr. Dumerval Trigueiro é o seguinte:

5, 6 e 7 de dezembro - São Paulo: para terminar os trabalhos da Comissão de Reorganização Administrativa e apresentar o programa dos CROSE.

8 e 9 de dezembro - Belo Horizonte: seminário sobre estatísticas e amostragem no Centro Regional de Pesquisas Educacionais em Belo Horizonte.

12, 13 e 14 de dezembro - Curitiba: para participar dos trabalhos de planejamento da educação e explicar a natureza dos CROSE.

15 e 16 de dezembro - Florianópolis: para participar dos trabalhos de cadastro e explicar a natureza dos CROSE.

Tenho as passagens necessárias para a primeira semana (Rio- São Paulo - Belo Horizonte - Rio). Poderei, provavelmente, obter, da parte das autoridades de Santa Catarina, o reembolso de minha viagem Curitiba-Florianópolis-Curitiba.

Agradecer-lhe-ia facilitar-me as passagens de ida e volta, Rio-Curitiba.

Cordialmente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs

*Procedimento
5. x 11.66
E. G. P.*



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 03 - Botafogo
Rio de Janeiro - GB. - Brasil

003525 - 2 DEZ 66

PROTÓCOLO

Nº 252

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1966

786

Para: Dr. Carlos Corrêa Mascaro
DD. Diretor do INEP

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Viagem a Mato-Grosso, Rondônia e Acre

Prezado Sr.:

Arquivo

Convidade oficialmente pelo Ilmo. Secretário de Educação do Mato Grosso, Sr. Wilson Rodrigues, a visitar os estabelecimentos de ensino superior do Estado, e a sugerir eventualmente uma orientação aos trabalhos que lá se desenvolvem (notadamente no tocante à estruturação da Faculdade de Educação), queria aproveitar o ensejo para, de acordo com a Comissão INEP-UNESCO, expor o projeto dos CROSE às autoridades educacionais dos Estados de Mato Grosso e Acre, e do território de Rondônia.

A viagem, que se iniciaria entre o 9 e o 12 do mês de dezembro, seria aproximadamente de 12 dias. O percurso é: Rio-Campo Grande-^{Quilá}~~Campo~~ ~~de~~ Porto Velho-Rio Branco-Corumbá-Rio.

Solicito de V. Excia as providências para que me seja mandada, logo que possível, a passagem correspondente a êsse percurso.

Sem mais, subscrevo-me atenciosamente,

M. Debrun

Michel Debrun
Grupo INEP-UNESCO

*Providencia - Al.
5. XII. 66
[Handwritten signature]*

Informe JB

Aragem de competição

Nem há dúvida de que anda certo o Governo, quando expõe a indústria nacional ao que o Sr. Roberto Campos gosta de qualificar de "aragem de competição". Superprotegidas, no passado recente, as empresas nacionais, salvo as exceções a toda regra, esqueceram-se de buscar novos métodos, racionalizar-se.

Há entretanto casos em que a "aragem de competição" se transforma num verdadeiro vendaval. No que se refere a torres metálicas galvanizadas, por exemplo, fabricadas no Brasil por empresas como a SBE (Belo Horizonte), a SAD (São Paulo) e a Companhia Industrial Santa Matilde (Três Rios, Estado do Rio), por exemplo. Não há meio de competir, porque o aço brasileiro custa entre 40 e 50 por cento mais que o importado. Uma torre metálica galvanizada produzida no Brasil parte de um aço de 40 a 50 por cento mais caro.

fazer um negócio da China. Diante do fato, o juiz decidiu anular a hasta pública, por considerar vil o preço aferido. Eis, portanto, que desmobilizar "não é mole não".

...

Agora, uma nota curiosa: o Cel. Gérson de Pina, famoso personagem de IPMs, pertence ao clube de credores da Pneu Brasil, pleiteando ser indenizado em 20 milhões de cruzeiros.

É que durante certo período o controle da indústria foi parar em suas mãos, além de outro militar, e ele se julga prejudicado pelos empresários.

Original

Dizem os jornais que está em Paris, integrando a Delegação do Brasil à reunião da UNESCO, o Sr. Carlos Correia Mascaro, Diretor do INEP.

Na verdade, o Diretor do INEP não foi. Mais: não foi porque pediu ao Ministro da Educação que o dispensasse, por ter neste momento tarefas que não permitem o seu afastamento do órgão que dirige.

CRAM diplomará 200 novos administradores para luta contra apatia municipal

José Carlos Rocha

Recife (Sucursal) — O Centro Regional de Administração Municipal (CRAM) vai diplomar, em dezembro próximo, a primeira turma de 200 administradores municipais que inaugurarão, em 54 cidades nordestinas, a luta contra a paralisia administrativa das Prefeituras e o seu alheamento e frieza em relação ao esforço desenvolvimentista da região.

Cêrca de 1 200 do total de 1 500 municípios nordestinos ainda terão que adquirir sua primeira máquina de somar do tipo Facit, para saber quanto ganha a Prefeitura, mas nos próximos dois anos o CRAM preparará 1 200 administradores municipais para introduzir nas Prefeituras as primeiras técnicas da administração moderna.

FIGURAS ABSTRATAS

Desde que a SUDENE foi instalada, há seis anos, verificou-se que, à falta de uma reforma, a administração pública como vem sendo feita, no Brasil, numa rotina de empirismo, serve mais para atrapalhar do que para ajudar o esforço do desenvolvimento. Ainda hoje, as unidades básicas do planejamento administrativo — os municípios — são figuras relativamente abstratas, cujas forças se esgotam por si mesmas: não têm dinheiro porque não têm programação; não têm programação porque não têm pessoal administrativo, e não têm pessoal administrativo porque não têm dinheiro.

Para romper esse círculo vicioso no Nordeste surgiu o CRAM, fruto de convênio assinado no ano passado entre a Universidade Federal de Pernambuco, a SUDENE e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A Universidade e a SUDENE entraram com técnicos e a SUDENE e a USAID com recursos de Cr\$ 1 bilhão.

SITUAÇÃO

A própria organização do primeiro curso de 520 horas de aulas, para formar a primeira turma de 200 administradores municipais, continuou advertindo o CRAM sobre a situação administrativa das prefeituras nordestinas, cujo levantamento foi a primeira atividade do Centro, depois de instalado no Recife. Os candidatos foram avisados de que receberiam uma bolsa mensal de Cr\$ 200 mil durante o trimestre de estudos e muitos prefeitos, que ganham até Cr\$ 50 mil em seus municípios, queriam vir aprender administração em Pernambuco, para ganhar a bolsa.

Técnicos do CRAM percorreram os principais municípios nordestinos, de acordo com suas possibilidades de desenvolvimento nos próximos anos, escolhendo os candidatos através de palestras que serviram para indicar o nível escolar e a aptidão de cada um. No final, muitas prefeituras deixaram de enviar seus representantes, mas outras, sabedoras da notícia, escreveram ao Centro e colocaram seus candidatos, obtendo-se a representação de 54 municípios, inclusive o Território de Fernando Noronha, que enviou quatro sargentos.

Depois de iniciado o curso, Paulo Pacheco Neto passou apenas 15 dias recebendo aulas, na Escola de Administração Pública da Universidade Federal de Pernambuco: a Prefeitura onde ele trabalha, em Arcoverde, uma das 10 maiores cidades do Estado, havia paralisado praticamente, porque Paulo Pacheco é o Secretário que faz tudo em Arcoverde: o orçamento, as cobranças, indica os investimentos, faz a escrituração e outras coisas. Como Arcoverde, outras prefeituras não puderam dispensar por três meses os seus Secretários.

MUDANÇA

O CRAM pretendeu atacar, em primeiro lugar, os principais, os marasmos administrativos das prefeituras nordestinas, 20% das quais não devem ter ainda máquinas de escrever, e organizou três cursos: de Administração, de Contabilidade e de Secretariado. Assim, segundo acredita, será possível causar impacto dentro do atual sistema de rotina, de modo a que as prefeituras despertem e assumam o papel de liderança que lhes cabe dentro das comunidades do interior, com pessoal preparado para elaborar a programação administrativa e para conseguir dinheiro. Os 200 novos administradores levarão uma técnica pelo menos capaz de forçar a mudança dos hábitos administrativos, nos menores e nos mais adiantados municípios da região.

DOIS EXEMPLOS

Guadalupe, no Piauí, é um dos menores municípios repre-

sentados no CRAM. A Cidade tem cerca de 1 200 habitantes, 700 eleitores, incluindo os *fantasmas*, uma renda de Cr\$ 2 milhões por ano e um prefeito — o homem que faz tudo ou não faz nada — e que mal tem o curso primário. O prédio da Prefeitura aloja também a Delegacia, o Serviço de Estatística do IBGE, o Juizado, o cartório, etc., e os funcionários ganham entre Cr\$ 15 mil e 30 mil, enquanto o Prefeito recebe perto de Cr\$ 50 mil. A última administração realizou apenas uma obra: uma garagem na Prefeitura para o carro do titular.

O representante de Guadalupe, Francisco Martins Pinto, é um estudante de 23 anos que faz no CRAM o curso de Administração Financeira e será o responsável pelo levantamento e organização dos recursos do município, inovando com um pequeno orçamento e substituindo a "escrita" por uma tesouraria mirim, de modo a dar à Prefeitura uma vida concreta, para atuação como instrumento dos interesses da comunidade no setor público.

Também os grandes municípios (apenas a Prefeitura de Natal já realizou reforma administrativa no Nordeste) se beneficiarão. Campina Grande, a maior cidade e o maior empório comercial do interior nordestino (120 mil habitantes, quatro Faculdades, inclusive Engenharia), não tem cadastro fiscal. Mais de três mil edifícios não estão registrados para a cobrança do Imposto Predial, a principal receita do Município, e cerca de 20% dos valores registrados estão com as taxas atrasadas em mais de 20 anos, enquanto o atual sistema de cobrança é deficiente.

O Diretor-Geral do CRAM, Prof. Alvaro Luís de Sousa, acredita que é preciso conhecer a situação do Nordeste atual para saber a importância dos cursos do Centro: "O difícil, hoje, não é conseguir dinheiro. Os recursos aparecerão quando surgir a técnica necessária. Exemplo disso é o próprio CRAM. Nós oferecemos um salário de Cr\$ 800 mil e quase não arranjamos os funcionários, mas agora conseguimos sempre o necessário para manter o Centro. Eu pergunto como é que uma Prefeitura do interior vai poder pleitear recursos da SUDENE, BID, do Governo do seu Estado ou da USAID se ela não tem máquina de escrever para fazer um ofício? E como vai cumprir programas se não sabe arrecadar nem administrar seus recursos?"

O primeiro curso do CRAM está custando Cr\$ 120 milhões só em bolsas e o Prof. Alvaro de Sousa acha que o preço é alto, mas crê que está buscando a única solução viável no momento. O ideal, acredita, seria, além disso, conscientizar ao mesmo tempo as populações do interior para exigir administrações dinâmicas dos seus prefeitos e colaborar com eles, mais isso demora mais e é ainda mais caro.

— Por enquanto, acrescentou, a medida é fazer das prefeituras de todas as cidades órgãos vivos e capazes de aproveitar a nova realidade que o Nordeste está atravessando. Na medida do possível, elas se esforçarão para também promover o desenvolvimento — como já o fazem a Prefeitura de Maceió, em Alagoas, a de Petrolina, em Pernambuco, e várias outras. Os 200 rapazes e moças que estão aqui, representando cidades grandes e pequenas de todo o Nordeste, da Bahia ao Maranhão, têm demonstrado o melhor interesse possível. E dentro de três anos nós teremos 1 200 novos administradores na região.

Fraga nega que técnicos americanos colaborariam na reforma universitária

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Clementino Fraga Filho, disse ao JB que, ao contrário do que foi noticiado por alguns jornais, o planejamento da Reforma Universitária vem sendo feito por especialistas brasileiros, dando como inexatas as informações de que nela tomariam parte alguns técnicos norte-americanos.

A respeito da presença no Brasil dos Professores Frank Tiller e Oscar Wiegand, da Universidade texana de Houston, o Reitor da UFRJ declarou que eles aqui estão apenas para manter os entendimentos finais com o MEC, sobre um convênio de US\$ 75 mil firmado há um ano, "nada tendo isso a ver com a reforma das universidades brasileiras".

SURPRESA

As notícias de que os professores norte-americanos estariam no Brasil para estudar a reforma brasileira pegou os universitários cariocas de surpresa, principalmente os que fazem parte de órgãos estudantis cuja posição é contrária ao Governo federal. Para esses, a simples presença de especialistas estrangeiros junto à equipe que estuda a Reforma Universitária foi classificada como "uma intromissão em assuntos estritamente ligados a brasileiros e que só por eles devem ser resolvidos".

As mesmas notícias surpreenderam o Professor Clementino Fraga Filho que assegurou ser a ajuda técnica estrangeira

às universidades brasileiras como um fator indispensável ao seu bom desenvolvimento "mas trata-se de uma etapa posterior, em áreas determinadas e que nada tem a ver com a futura Reforma Universitária".

— É preciso que se deixe bem claro — frisou — que o convênio de US\$ 75 mil, firmado entre o MEC e USAID há um ano atrás, é da área exclusiva do Ministério da Educação, essencialmente técnico e ainda não foi pôsto em execução. Posso adiantar — concluiu — que as bases técnicas e legais da Reforma Universitária já estão em seus preparativos finais, estando o seu término previsto para muito mais breve do que se possa imaginar.

AGORA TAMBÉM

NITE

Avenida Getúlio Vargas, 411

PROFESSOR CRITICA O MEC-USAID

Falando sobre o recente acordo firmado pelo MEC e a USAID para reformar o ensino universitário brasileiro, o professor Alberto Luís Coimbra, coordenador dos programas Pós-Graduados de Engenharia da UB, declarou que não seria necessária a vinda de técnicos americanos ao Brasil para estudos de reestruturação de nosso sistema, visto terem os professores brasileiros, ciência do que precisa o ensino universitário no País. "O que é preciso, isto sim, é aumentar o salário do professor universitário, para que ele possa se dedicar inteiramente à Universidade."

O coordenador deixou claro seu temor de que, por falta de meios para se pagar à altura, os cinco técnicos brasileiros que formarão na Comissão, junto com os americanos, venha a se utilizar pessoal burocrático sem experiência no ensino universitário, já que são mais acessíveis, ao Tesouro. No caso, a participação dos americanos — "que devem ser bons técnicos — iria influir com um trabalho fora de nossa realidade atual, visto não terem um assessoramento brasileiro capaz e experiente de nossas condições que são bem diversas das dos Estados Unidos".

SALÁRIOS

Segundo o professor Alberto Coimbra, o acordo não seria necessário visto ser conhecido pelos professores e pelas Universidades brasileiras, qual o melhor sistema e qual suas necessidades. Segundo ele, "todos nós que já viajamos pelo exterior, já estamos cansados de saber qual o melhor sistema de educação universitária". No entanto, acrescentou, o que é preciso, primeiramente, é aumentar o salário dos professores universitários para que eles, juntamente com os pesquisadores, possam se dedicar inteiramente à vida da Universidade". É preciso que, pelo menos os novos professores, passem a ganhar um salário melhor para assim dedicarem todo seu tempo na Universidade, sem se preocupar com atividades extra-universitárias para poderem se sustentar. "Não adianta, pois, fazer uma reforma — no papel muito bonita, — com todas as exigências modernas que todos nós já conhecemos e sabemos, quais são, se não se poderá contar com a peça indispensável, que é o professor dedicado e entregue à sua verdadeira profissão."

IDEALISMO

Prosseguindo disse que "aqui no Brasil, nós professores trabalhamos por idealismo, todos achando que ser professor é uma honra". "No entanto, honra não enche barriga de ninguém e por isso nossos mestres ficam na Universidade o tempo necessário para darem sua aula, retirando-se logo em seguida para outras atividades que lhe permitem viver dignamente, o que não conseguiriam somente com o salário da Universidade." Segundo ele, o que acontece é que o professor ficando pouco tempo na sua escola, perde sua condição de líder que passa para os estudantes que passam a fazer o que bem entendem na Universidade".

Sobre o acordo nos moldes que foi feito, declarou que achou suas finalidades do modo em que estão expressa no documento, muito vagas e gerais, acrescentando que tem muitos planos no Brasil, para reformas desse tipo, inclusive o Plano Kafuri que não foi utilizado pelo MEC. Acha no entanto que não seriam necessários técnicos estrangeiros para a elaboração de um estudo como este, visto termos no Brasil, entidades como a Fundação Getúlio Vargas que vive somente disso, e que deveria ter sido encarregada do assunto, já que está mais atualizada com os problemas nacionais, além de senti-los na sua própria nacionalidade.



Professor Luís Coimbra não a

VOTAÇÃO VITÓRIA

SALVADOR (Correspondente) — Após fazer um levantamento completo das apurações em todo o Estado o sr. Vieira de Melo admitiu, ontem, que dificilmente o sr. Aloísio de Carvalho Filho conseguirá, com os votos que vier a somar nos cem municípios que ainda restam concluir a contagem de votos, diferença a seu favor no interior para contrabalançar a contundente derrota sofrida em Salvador. Os dirigentes do MDB baiano estão propensos a considerar definitiva a vitória do sr. Vieira de Melo que venceu em Salvador com a frente de 49.625 votos, conforme boletim oficial distribuído ontem pelo TRE.

SITUAÇÃO

A situação no interior até à tarde de ontem, restando ainda serem conhecidos os resultados de cem municípios era a seguinte: Aloísio de Carvalho Filho — 182.367; Vieira de Melo — 162.705. Calcula-se que nesses municípios, que representam pouco mais de 200 mil votos, a percentagem de votos nulos e em branco seja superior a 30% o que é considerado um dado negativo para o candidato da ARENA, já que a tendência observada é a de ser mantida a diferença no interior em favor do sr. Aloísio de Carvalho Filho em torno de 20 mil votos,

quando
lo tem
Salvador

R

O MD
ao TRE
ra Salva
de tropas
nas — ca
de 200 —
que estão
de antes
providenci
aprovada
ARENA; te
nistas dec
medida se
não só p'
apressame
como, tam
que a revel
tes do part
governador
das autorid
nal Regio
grupos locais
por questões
fraudar as u

Aqui també
tram os dep
Piva e Herm
cipe, os dois d
derais mais
Salvador, e q
sessorando o
Melo nas pro
lacionadas com
dos dados das

PLATAFA

NITERÓI (Sucu
sra. Júlia Vae
bruch, eleita de
deral pelo MDB

MARTINS CONSC

O jornalista Márcio Moreira Alves, analisando os resultados eleitorais, disse que a esquerda independente teve 50 mil votos na Guanabara, a radical anulou 52 mil votos e o Partido Comunista "um contingente inferior ao de Dercy Gonçalves", sendo que a maior vitória da Oposição foi a eleição de Mário Martins para o Senado.

Na sua opinião os dois deputados federais mais votados, e hora da legenda oposicionista, "não têm qualquer conteúdo ideológico, enquanto a maioria dos candidatos eleitos para a Assembléia Legislativa deverá ser formada pelos velhos políticos tradicionais".

FIXAÇÃO

Em relação às eleições proporcionais, o sr. Márcio Moreira Alves encontra "a mesma fixação em Oposição" por parte do eleitorado, mas sem mensagem ideológica, pois "os candidatos mais votados, srs. Chagas Freitas e Rubens Medina, não têm nenhum conteúdo ideológico e tiveram votação enorme por disporem de meios de comunicação com a massa, fixando seus nomes dentro da legenda da Oposição." Segundo o novo deputado Federal, a esquerda independente elegeu dois deputados Federais, ele e Her-

mano Alves, e
duais, Fabiano
Alberto Rajão, e
esquerda radical
ponsável pela an
pelo menos 52 m
o Partido Comu
conseguiu mais
votos para seus
o que "representa
tingente eleitoral
ao de Dercy Gonç

HUMILDAI

O novo deputado
queles resultados
provação de que
segulmos transmitir
letariado teses que
tencialmente aceitar
grande entusiasmo, l
presentarem suas
de ir a reivindicaç
justiça social". Por
zão, entende que
lectuais de esquerda
que tirar uma lição
mildade das eleições
e curar fazer um trabalh
divulgação sistemático
suas idéias, através do
tuto com setores operá
a fim de que o povo
repita, em próximas
ções, uma votação certa
homens errados".

Nas eleições estaduais,
ra Márcio Moreira Al
repetiu-se a mesma sit
ção da Federal, "sendo e
tos nomes fixados" com
pequeno índice de renc
ção. Analisando os 40 e
tos pelo MDB, conclui
"apenas de 10 a 15 são
presentantes firmes de u
Oposição nacionalista e
posta a correr os riscos
enfrentar a ditadura nu
luta pela redemocrati

29 de novembro, 1966

Ao Ilustríssimo Senhor
Dr. Gerson Britto Mello Bosen
Digníssimo Secretário de Estado da Educação
Belo Horizonte, M.G.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de responder ao prezado ofício de V.Sa. No. 673/66, de 10 do corrente, endereçado ao Sr. Alvin S. Lackey, cabendo-me informar que a assistência da USAID/Brasil ao setor do ensino primário encaminha-se através de uma comissão mista brasileiro-norte-americana diretamente subordinada ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura.

Esta comissão, recentemente instalada, acha-se na fase inicial de seus trabalhos. Dentro em breve V.Sa. deverá receber um ofício do INEP expondo seus objetivos, planos e modo de atuação, nos quais, creio, deverá enquadrar-se a solicitação contida no ofício em referência.

Tomo a liberdade de sugerir a V.Sa. dirigir-se diretamente ao Dr. Carlos Corrêa Mascaro, Diretor do INEP, que poderá prestar maiores esclarecimentos.

Agradecendo os termos de seu ofício, aproveito a oportunidade para apresentar minhas

Cordiais Saudações,

Momroe D. Cohen,
Chefe do Setor do Ensino Primário
Recursos Humanos - USAID/ Brasil

MDC:gg

cc: Dr. Carlos L. Mascara - INEP

November 29, 1966

Rough Translation

Dr. Gerson Britto Mello Boson
Secretario de Estado da Educaçao
Belo Horizonte, M.G.

Dear Secretary:

I have the honor to reply to your welcome letter No. 673/66, dated November 10, addressed to Mr. Alvin S. Lackey.

USAID/Brazil assistance in the field of elementary education is channeled through a joint Brazilian-American committee directly under the "Instituto Nacional de Estudos Pedagogicos", Ministry of Education and Culture.

This committee, recently installed, is presently beginning its activities. You should be receiving shortly a letter from INEP explaining its objectives, plans and way of acting in which, I believe, your request should fit.

I take the liberty to suggest you to write directly to Dr. Carlos Corrêa Mascaro, Director of INEP, who could give you more information.

Thanking you for your letter, I remain

Cordially,

Monroe D. Cohen
Development Officer
Elementary Education

MDC:gg

Esperamos também no estrangeiro

BMS/BRA/3133

17 de Novembro de 1966

Senhor Diretor Executivo,

Escrevo a Vossa Senhoria a presente em confirmação de nossa recente conversa sobre os três postos de peritos da UNESCO em Planejamento da Educação (MEC/INEP) que fazem parte do programa em curso (1966) e cuja continuação durante o biênio 1967-68 foi oficialmente requisitada pelo governo brasileiro.

Como sabe Vossa Senhoria, esses três postos estão ocupados atualmente pelos Senhores Debrun, Furter e Torfs. Baseado em conversas informais com o Professor Carlos Corrêa Mascaro, Diretor do INEP, tenho o prazer de participar a Vossa Senhoria que minha Organização está providenciando a continuação dos serviços dos Senhores Debrun e Torfs em dois desses postos durante todo o ano de 1967 e, pelo menos, o primeiro trimestre de 1968.

O período em que continuarão os serviços do Senhor Furter, ainda é objeto de alguma dúvida, por causa de motivos pessoais e de família. Entretanto, para o presente, estamos providenciando a sua continuação durante aproximadamente a primeira metade de 1967, o que assegurará a sua participação na preparação e na implementação dos Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas de Educação, nos quais se concentrará o trabalho dos três peritos pelo menos durante os próximos seis ou sete meses.

Esperando que esses arranjos mereçam a aprovação de Vossa Senhoria, colho o ensejo para renovar os meus protestos de estima e consideração.

John M. Howe,
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil

Ilustríssima Senhora
Dona Marina de Barros e Vasconcellos
M.D. Diretor Executivo da Comissão Nacional
de Assistência Técnica
Ministério das Relações Exteriores
Palácio do Itamaraty
Rio de Janeiro, Guanabara.

cc.: Professor Carlos de Corrêa Mascaro, ✓
Senhor E. Albertal.

A. Cort. Dumesnil Briffron
27.11.66
C. de Barros



Belo Horizonte, 10 de novembro de 1966.

Ofício nº _____

RECEBIDO		CONTROLE Nº 77	
H.R.O. de 21/11/66			
DATA	ASSINATURA	TIPO	NR.

Senhor Chefe:

Por sugestão do Ilustre Aided Cultural junto ao Consulado Americano em Belo Horizonte, dirijo-me a Vossa Escritório, com o objetivo de solicitar a exame da possibilidade de ajuda à educação em Minas Gerais, principalmente o ensino primário, quer no campo de assistência técnica, quer na assistência de material didático.

Aguardando a consideração por este pedido, / por certo, merecerá dessa Escritório, apresento-lhe atenciosas saudações.

Gerson Brito Nello Bosa
Secretário de Estado da Educação

Ao Excelentíssimo Senhor
Donker Alvie S. Lackey
Digníssimo Chefe Adjunto do Secretário de Recursos Humanos-USAID
CAPITAL

Chefe da Delegação

1. Prof. Raymundo Moniz de Aragão

Delegados

2. Carlos Chagas
3. Temístocles Cavalcante
4. Luiz Antonio da Gama e Silva
5. Abgar Renault
6. Pericles Madureira de Pinho

Delegados Suplentes

7. Prof. José Barreto Filho
8. Maria de Lourdes De Vicenzi
9. Pe. Laércio Dias de Moura
10. Prof. Otto Bier
11. Prof. Mascaro

Secretário Geral

12. Scarabôto

Conselheiro

13. Prof. Renato Almeida

Assessores

14. Tarcisio M. Radilha
15. Newton Veloso Cordeiro
16. Guilherme Figueiredo
17. René Haguenaue
18. Francisco Soares Neto
19. Eloisa Vilhena de Araujo

UNESCO

Arquivo - 12

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

Endereço : Rua Wenceslau Braz, 71
Telefones : 46-5096
Telégrafo : UNESCO RIO DE JANEIRO
BMS/BRA/3059

10 de Outubro de 1966

Senhor Diretor,

Depois de nossa simpática e útil conversa de Segunda-Feira passada, escrevo a Vossa Senhoria para acrescentar algumas observações sobre o assunto.

Na Quinta-feira seguinte encontrei-me com nossos três peritos, Senhores Debrun, Furter e Torfs para relatar nossa conversa. Nessa ocasião falaram-me eles sobre a reunião mantida com Vossa Senhoria e o Professor Durmeval Trigueiro e mencionaram que outra reunião havia sido programada para Quarta-Feira, 12 de outubro, às 8:30. Tendo Vossa Senhoria dito que minha presença em uma das reuniões iniciais seria desejável, terei muito prazer em comparecer a essa reunião, se isto fôr considerado apropriado.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para apresentar algumas observações sobre a situação pessoal e o papel dos três peritos, do ponto de vista da UNESCO. Parece-me útil apresentar estas observações por escrito, e em português, língua de trabalho que ainda não domino, apesar de já termos abordado alguns itens em nossa conversa.

Em primeiro lugar, creio que convém lembrar que peritos da UNESCO, trabalhando em países que não são os seus, desempenham forçosamente apenas o papel de colaboradores, não podendo pois ocupar num organismo governamental, a posição de um brasileiro. Desde o início do Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas, tem-se observado o princípio que os peritos estrangeiros não podem aceitar responsabilidades administrativas ou executivas junto ao governo que assistem. Traduzido para a prática, significa que não podem dar ordens ou instruções a funcionários brasileiros.

Ilustríssimo Senhor
Professor Carlos Corrêa Mascaro
M.D. Diretor do INEP
Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro, Guanabara

Em contrapartida, não seriam também considerados como funcionários subordinados a organismos governamentais, sua função sendo de ser útil de todas as maneiras numa relação de colaboração e cooperação com funcionários em todos os níveis.

Em segundo lugar, seria útil apontar que cada um dos peritos em questão traz ao Brasil um "background" diferente, podendo contribuir com maior vantagem em determinados campos.

- O Senhor Michel Debrun, com longo treino e experiência pedagógicos, interessa-se particularmente pela organização e os métodos da educação superior, as relações entre educação secundária e superior e a organização e o papel das futuras faculdades de educação.
- O Senhor Pierre Furter, também com amplo passado pedagógico, tem se dedicado especialmente à educação de adultos, assim como à alfabetização em geral, e a problemas relativos ao planejamento e métodos de atividades da juventude.
- O Senhor Jacques Torfs, com amplo treino e experiência em economia e planejamento, estaria preparado para contribuir mais em áreas tais como planejamento quantitativo e administrativo, estatísticas, questões de mão de obra e outras relacionadas à educação técnica. Realizou também trabalhos especializados no campo da televisão educativa.

Assim sendo, espera a UNESCO que os serviços de cada um desses especialistas possam ser utilizados da forma mais extensa que vier a ser possível, afim de dar o máximo de contribuição ao trabalho complexo e a longo prazo da melhoria da educação no Brasil - tarefa que naturalmente é sempre e inteiramente da responsabilidade dos organismos brasileiros interessados.

Como tivemos a oportunidade de registrar durante nossa conversa, todos os elementos interessados concordam que o trabalho de auxiliar na preparação e na realização dos Colóquios Regionais sobre a Organização da Educação (CROSE), cujo início está programado para fevereiro ou março vindouro, deverá ser prioritário entre as atividades dos três peritos da UNESCO. Por outro lado, acredito que todos também concordarão que a contribuição específica a ser dada por cada um dos três peritos aos Colóquios, não parece ser de natureza a ocupá-los totalmente, pelo menos nos próximos dois ou três meses.

Cada um desses peritos vem se dedicando a ocupações variadas no Rio de Janeiro e fora, geralmente a pedido de organismos educacionais. Acredito que todos esses trabalhos têm sido úteis e que praticamente todos foram também de natureza a contribuir para o aumento do conhecimento e da compreensão dos peritos no que se refere à educação no Brasil, o que reverterá em benefício de um aumento e

estrutura < campo / condições de trabalho
poder

gêneros
5
2000/1/1

1964

contratados
setor

de um aprofundamento de sua contribuição aos Colóquios. Entretanto, seria talvez difícil determinar exatamente, para o caso particular de cada visita ou trabalho, até que ponto estaria relacionado aos futuros Colóquios.

Por êsse motivo, para evitar malentendidos sobre o variado trabalho do grupo da UNESCO, parece ser da maior importância a elaboração de um plano de trabalho, conjuntamente pelo Professor Durmeval Trigueiro, Coordenador dos Colóquios, e pelos três peritos da UNESCO, plano que seria o mais concreto possível sobre o trabalho específico a ser realizado por cada um, com datas e prazos para contribuições escritas e outras.

*atribuído
col da
atividades
varias*

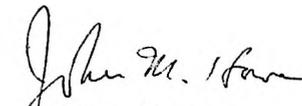
Abordando finalmente questões de organização e procedimento, recebemos com satisfação, a informação da nomeação do Professor Durmeval Trigueiro como coordenador dos GROSE. Compreendemos que essa responsabilidade acarretará muito trabalho, especialmente na obtenção da colaboração ativa de elementos estaduais. Afim de facilitar a coordenação com o Grupo da UNESCO, resolveu-se designar o Senhor Michel Debrun como responsável para assuntos relacionados diretamente aos GROSE, que se encarregará da comunicação aos outros dois de informações tais como, horários de reuniões, etc. verificando a conveniência de ambas as partes.

Como os três peritos, colocados à disposição do INEP, terão outras atividades não diretamente relacionadas aos Colóquios, creio que deveriam, no que se refere as mesmas, dirigir-se a Vossa Senhoria ao solicitar aprovação e arranjos de viagem, enviando cópia da correspondência ao Professor Durmeval Trigueiro.

*por
intermediário*

Prolonguei-me um pouco, na preocupação de esclarecer todos os pontos e assegurar a continuação da boa colaboração estabelecida entre o MEC-INEP e a UNESCO.

Aquí ao dispôr, aguardo com muito prazer oportunidades futuras de contatos com Vossa Senhoria e com o Professor Durmeval Trigueiro, renovando, no ensêjo, os protestos de minha alta estima e consideração.


John M. Howe,
Chefe da Missão da Unesco
no Brasil



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntária da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - B - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 207

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1966

MEMORANDUM

PARA: Dr. Carlos Correa Mascaro,
DD. Diretor do INEP

De: Jacques Torfs

Senhor Diretor,

Tenho a honra de enviar em anexo, as especificações do meu cargo estabelecidas pela UNESCO.

Como o Senhor poderá verificar, minhas atividades atuais cor respondem exatamente a essas especificações, como segue:

a) no referente à ligação com os serviços do Ministério do Planejamento, estou colaborando com o Dr. Arlindo Lopes Corrêa do EPEA, onde trabalho dois dias por semana;

b) previu-se que eu assessoraria sobre as técnicas de preparação e execução dos planos educacionais, em função da estrutura federal e dos estados.

Em consequência, estou trabalhando com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e com FUNDEPAR no Paraná, sobre todos os aspectos administrativos, econômicos e técnicos dos referidos planos;

c) participo da organização e da execução dos "CROSE";

d 1.) com o Departamento do Ensino Técnico do Ministério da Educação e Cultura, no Rio e em Brasília, com o SENAI e com o EPEA, estou estudando as necessidades da economia brasileira em mão-de-obra e técnicos;

d 2.) estou preparando um programa de assessoramento do pessoal do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Belo Horizonte, com o qual adiantarei também um projeto de estudo da produtividade da educação, e em particular, dos repetentes;

d 3.) minha missão inclui a identificação dos setores prioritários, nos quais uma assistência financeira ou técnica poderia ser pedida a organizações internacionais, interessadas no desenvolvimento da educação.

Dentro d'êste quadro, estou estudando especialmente o potencial oferecido pela TV educativa e os sistemas do ensino industrial.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.

Jacques Torfs
JACQUES TORFS

BRAZED 17
REV. 1
23 mars 1966

U N E S C O

POSTE D'ASSISTANCE TECHNIQUE

1. Désignation du poste: Expert en planification de l'éducation (liée à l'économie de l'éducation).
2. Lieu d'affectation: Rio de Janeiro
3. Origine et attributions:

L'Unesco est associée, depuis plusieurs années, dans le cadre de l'Institut national d'études pédagogiques (INEP), du Centre national de recherches pédagogiques (CBPE) de Rio de Janeiro et des Centres régionaux de recherches pédagogiques (CBPE) qui en dépendent (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo), à l'élaboration et à la réalisation de programmes de recherches et de formation pédagogiques. CBPE

Dans ce cadre institutionnel et en fonction des objectifs de développement et d'amélioration qualitative de l'enseignement définis dans la loi des "Directrices e Bases" de l'éducation nationale du 20 décembre 1961, des experts de l'Unesco participent aux travaux de recherches entrepris par l'INEP, le CBPE et prennent part à l'organisation de cours, séminaires, cycles de formation et de perfectionnement destinés à différentes catégories de cadre supérieurs et moyens de l'éducation (inspecteurs de l'enseignement, directeurs et professeurs d'écoles normales, chercheurs, planificateurs et administrateurs de l'éducation, superviseurs, spécialistes de méthodes audio-visuelles, etc.).

Pour compléter ces travaux en ce qui touche les problèmes de l'économie de l'éducation, les autorités du Brésil ont demandé à l'Unesco de leur fournir les services d'un expert qui travaillera en collaboration avec le groupe de spécialistes de l'Unesco qui sont placés à la disposition de l'INEP. Sous la responsabilité administrative de la chef de la mission de l'Unesco ses attributions seront les suivantes:

- a) Travailler comme membre du groupe des experts de l'Unesco dans la domaine de la planification de l'éducation et, particulièrement, assurer la liaison avec les services du Ministère du Plan chargés de la programmation sectorielle de l'éducation dans le plan national d'investissement.

- b) Conseiller sur les techniques de préparation et d'exécution des plans de l'éducation en fonction de la structure fédérale et des Etats; sur la nécessité d'organiser des départements ou services de planification de l'éducation.
- c) Participer à l'organisation et à l'exécution des séminaires destinés à perfectionner les spécialistes de l'éducation en matière de planification et d'administration de l'enseignement.
- d) Participer à la mise au point d'études sur les besoins de l'économie en cadres professionnels et techniques, sur la productivité et sur le financement de l'éducation et, d'une façon générale, sur les priorités d'investissement en matière de l'éducation. A cet égard, l'expert aidera à identifier les domaines prioritaires dans lesquels une aide pourrait être demandée aux organisations internationales intéressées au développement de l'éducation.

4. Titres requis:

Doctorat en pédagogie ou en sciences économiques avec dans l'un ou l'autre cas une connaissance des méthodes et du contenu de l'autre discipline, ou diplômes équivalents. Aptitude à entreprendre, conseiller ou diriger des études en économie de l'éducation et connaissance des problèmes de l'éducation en Amérique latine.

- 5. Connaissances linguistiques: FRANÇAIS ou ANGLAIS; la connaissance de l'espagnol ou du portugais constitue un avantage.
- 6. Durée: 12 mois, renouvelable.
- 7. Grade: P/4



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - G.B. - Brasil

Nº 206

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1966

MEMORANDUM

PARA: Dr. Carlos Correa Mascaro
DD. Diretor do INEP

DE: Jacques Torfs

Senhor Diretor,

Tenho a honra de enviar em anexo, meu projeto da utilização do meu tempo de serviço, que levarei a cabo em outubro de 1966, se o Senhor estiver de acôrdo.

As várias tarefas que executarei nêsses lugares, são as seguintes:

Em São Paulo

1) Apresentarei à Comissão de Reestruturação da Secretaria de São Paulo, os seguintes estudos:

AP - Objetivos da Educação.

AK - Meios para realizar os objetivos educacionais.

AS₁ - Área da Ação Administrativa da Secretaria de Educação.

AS₂ - Organograma atual e desejável da Secretaria.

2) Assistir as reuniões da Comissão

3) Discutir com especialistas, a ótima utilização, para fins de contrôle administrativo, preparação orçamentária e planejamento educacional, do equipamento Conjunto Gamma 30 Bull com U.C. de 20.000 posições, leitor e Impressora de que dispõe CELEPAR no Paraná. Estuda-se o modo de utilizar um Conjunto semelhante para resolver os maiores problemas administrativos das Secretarias de Educação de São Paulo.

Em Belo Horizonte

- 1) Em resposta a um convite do Ilmo. Prof. Abgar Renault, Diretor do CRPE de São Paulo, farei algumas conferências ao pessoal técnico do Centro, sobre técnicas e métodos estatísticos, e de amostragem.
- 2) Esta exposição teórica estará acompanhada da preparação de dois projetos de investigações práticas, sobre os seguintes temas:
 - A) Estudo dos Repetentes - por séries, em zonas urbanas e rurais.
 - B) Estudo da "Depreciação" dos Normalistas.
- 3) Com o Prof. Abgar Renault discutirei, mais adiante, o projeto de organização de um Centro de Estudo de Instrução Programada e as relações deste projeto com a organização de um Instituto Brasileiro de Planejamento Educacional.

Em Florianópolis

- 1) Estudarei os andamentos do Plano Estadual de Educação.
- 2) Comentarei com o Secretário de Educação, alguns aspectos do novo programa de formação de Supervisores e leigos que será realizado no Estado.

Em Curitiba

- 1) Prestarei assistência técnica que pode ser necessária para o desenvolvimento do estudo global dos aspectos quantitativos do problema de Educação, por FUNDEPAR - e, em particular, estudarei as possibilidades de utilizar o sistema eletrônico de processamento e controle de informação de CELEPAR, para modernizar os sistemas administrativos contábeis e estatísticos da Secretaria de Educação.
- 2) Comentarei com o Secretário de Educação e o pessoal do Centro Estadual de Pesquisas Educacionais, alguns aspectos do novo programa de formação de Supervisores e leigos.
- 3) À convite do Secretário de Educação estudarei a necessidade e conveniência de estender uma ajuda técnica mais ampla aos trabalhos de planejamento educacional realizados pelo estado.

Passagens

Agradeceria suas providências no sentido de obter passagens aéreas de ida e volta, entre Rio - São Paulo e Rio - Belo Horizonte, sem data marcada.

Quanto à viagem Rio - Florianópolis - Rio, tenho a intenção de realizá-la por automóvel de minha propriedade.

Rogo-lhe a fineza de me indicar quais as providências a serem tomadas para o reembolso das despesas correspondentes a essa e outras viagens por automóvel particular.

Atenciosamente,



Jacques Torfs
Perito da Unesco

ANEXO 1

JACQUES TORFS - UTILIZAÇÃO DO TEMPO - Outubro 1966

2 ^a Feira	3	Rio-São Paulo
3 ^a Feira	4	São Paulo-Rio
4 ^a Feira	5	Rio
5 ^a Feira	6	Rio
6 ^a Feira	7	Rio
<u>Sábado</u>	8	Rio
<u>DOMINGO</u>	9	Rio-Belo Horizonte
2 ^a Feira	10	Belo Horizonte
3 ^a Feira	11	Belo Horizonte
4 ^a Feira	12	Belo Horizonte-Rio
5 ^a Feira	13	Rio
6 ^a Feira	14	Rio
<u>Sábado</u>	15	Rio-São Paulo
<u>DOMINGO</u>	16	São Paulo-Florianópolis
2 ^a Feira	17	Florianópolis
3 ^a Feira	18	Florianópolis-Curitiba
4 ^a Feira	19	Curitiba
5 ^a Feira	20	Curitiba
6 ^a Feira	21	Curitiba
<u>Sábado</u>	22	Curitiba-São Paulo
<u>DOMINGO</u>	23	São Paulo
2 ^a Feira	24	São Paulo
3 ^a Feira	25	São Paulo-Rio
4 ^a Feira	26	Rio
5 ^a Feira	27	Rio
6 ^a Feira	28	Rio
<u>Sábado</u>	29	Rio
<u>DOMINGO</u>	30	Rio
2 ^a Feira	31	Rio



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - G.B. - Brasil

Nº 200

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1966

PARA: Dr. Carlos Correa Mascaro,
DD. Diretor do INEP

DE: Michel Debrun

Senhor Diretor,

Conforme combinamos, mando-lhe minha descrição de cargo, tal como foi conceituada pela Divisão de Planejamento da UNESCO. O Senhor poderá conferir com o original francês, em anexo.

As atribuições previstas são as seguintes:

a) trabalhar como membro do grupo dos peritos em planejamento da UNESCO; em particular, assegurar a ligação com os serviços do Ministério da Educação e Cultura, notadamente com o INEP.

b) aconselhar sobre as condições de estabelecimento ou de reforço das estruturas administrativas.

c) encarregar-se, no que diz respeito ao grupo dos peritos da UNESCO, da preparação dos métodos e meios próprios a garantir a formação e o aperfeiçoamento dos especialistas indispensáveis em matéria de planejamento e administração da educação; em particular, o perito será responsável, do lado UNESCO, da organização dos seminários regionais destinados a esses especialistas.

d) em conexão com o perito da UNESCO encarregado dos problemas de financiamento da educação, identificar os domínios prioritários para o desenvolvimento da educação no Brasil.

Evidencia-se, a partir dessa descrição:

a) que a UNESCO, muito embora dê grande ênfase aos CROSE, não considera que a minha missão se esgota na preparação e na execução deles.

b) que, no que tange à organização dos GROSE, a UNESCO incumbiu-me de especial responsabilidade, considerando-me como o coordenador do grupo de peritos colocado à disposição do INEP.

Saliento que, entre as tarefas não incuídas nos GROSE - apesar de elas poderem trazer para eles uma importante contribuição direta ou indireta - dou particular realce ao planejamento do ensino superior. É nessa perspectiva que foram realizadas as duas últimas missões das quais a UNESCO encarregou-me, nas Universidades da Bahia e de Belo Horizonte.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.



MICHEL DEBRUN

U N E S C OPOSTE D'ASSISTANCE TECHNIQUE

1. Désignation du poste: Expert en planification de l'éducation.
2. Lieu d'affectation: Rio de Janeiro
3. Origine et attributions:

L'Institut national d'études pédagogiques (INEP) est chargé, au sein du Ministère de l'éducation et de la culture, d'entreprendre les recherches et études de base, compte tenu notamment des résultats du premier Recensement scolaire effectué en 1965, destinées à faciliter l'élaboration et la mise en oeuvre de plans et programmes de développement dans le secteur de l'éducation et s'intégrant dans les perspectives définies dans le Programme d'action économique de Gouvernement brésilien pour 1964-1966.

Les autorités du Brésil ont demandé à l'Unesco les services d'un expert en planification de l'éducation qui sera mis à la disposition de l'INEP; sous la responsabilité administrative du chef de la mission de l'Unesco, ses attributions seront les suivantes:

- a) Travailler comme membre du groupe des experts de l'Unesco dans le domaine de la planification et, particulièrement, assurer la liaison avec les services du Ministère de l'éducation, et notamment avec l'INEP.
- b) Conseiller sur les conditions d'établissement ou de renforcement de structures administratives.
- c) Se charger, en ce qui concerne le groupe des experts de l'Unesco, de la préparation des méthodes et moyens propres à assurer la formation et le perfectionnement des spécialistes indispensables en matière de planification et d'administration de l'éducation; en particulier, l'expert sera responsable, en ce qui concerne l'Unesco, de l'organisation des séminaires régionaux destinés à ces spécialistes.
- d) En liaison avec l'expert de l'Unesco chargé des problèmes de financement de l'éducation, identifier les domaines prioritaires pour le développement de l'éducation au Brésil.

4. Titres requis: Titre universitaire en pédagogie ou dans une discipline des sciences sociales. Expérience des problèmes et des méthodes de la planification de l'éducation et de l'intégration des programmes de développement de l'éducation dans la planification globale acquise de préférence dans différents pays. Connaissance des problèmes de l'éducation en Amérique latine.
5. Connaissances linguistiques: FRANÇAIS ou ANGLAIS; la connaissance de l'espagnol ou du portugais constitue un avantage.
6. Durée: 12 mois, renouvelable.
7. Grade: P/4

No 187

Rio de Janeiro, le 21 septembre 1966

à: Mr. John Hews, Chef de Mission
de l'UNESCO au Brésil

de: Michel Debrun, du groupe de
Planification Educationnelle

concerne: La future faculté d'éducation de Belo Horizonte

Prof. D. F. F. F. F.
cel

J'ai participé, lors de mes deux séjours à Belo Horizonte (le premier dans le cadre de la semaine d'éducation, le second avec les experts de l'UNESCO, MM. Kuenen, Lauwerys et Lussier), à plusieurs réunions de la Commission chargée d'établir le projet de la future faculté d'éducation. J'ai discuté longuement, en particulier, avec le professeur Emanuel Brandão Fentes, qui dirige le département de didactique et pédagogie, et avec Dona Magda Soares, qui dirige le Collège Universitaire. Ils m'ont demandé de revenir à Belo Horizonte, pour une collaboration plus étroite. Certaines de mes suggestions paraissent avoir été retenues:

a) intégration du collège d'application, rénové et devenu sur tout collège d'expérimentation, à la nouvelle unité universitaire.

b) intégration du CECIMI (voir rapport Bahia: le problème du CECIMI est analogue à celui du CECIBA).

c) double recrutement des professeurs de "ginásio", d'une part par ascension des éléments les plus doués de l'école normale primaire modèle de la future faculté, d'autre part par reclassement des éléments les moins doués destinés au professorat secondaire (et qui aurent séjourné deux à trois ans dans les instituts centraux avant d'entrer à la faculté d'éducation). Nous avons étudié, le professeur Lauwerys et moi, les mécanismes juridiques et pédagogiques susceptibles d'assurer l'essence entre ces deux catégories.

d) nécessité de prévoir, dans le corps enseignant de la faculté d'éducation, un important pourcentage de scientifiques, afin que

la nouvelle unité ne soit pas d'emblée, classée - et disqualifiée - comme, "littéraire". Le ministre m'a assuré qu'il étudierait tout spécialement le problème posé par la rémunération de ces professeurs, qui doivent être arrachés simultanément à l'enseignement scientifique et à l'industrie privée.

e) nécessité d'établir une connexion étroite entre l'enseignement des différentes matières et l'enseignement de cet enseignement, afin d'éviter, en ce qui concerne le second, le formalisme et le ritualisme si fréquent au Brésil.

Michel Debrun
Groupe de Planification
de l'Éducation au Brésil

cc: Dr. Carlos C. Mascare - Directeur de INEP ✓
Prof. Durmeval Trigueiro - C.F.E.
Debrun/Furter/Terfs
Arq.

C R O S EDiretrizes para o funcionamento de Comissão
INEP-UNESCO, e da sua Coordenação

- 1 - Os objetivos do CROSE serão definidos pelo INEP, em documento especial. *esta reunião será realizada em parte da reunião de trabalho com a comissão*
- 2 - As tarefas implicadas na realização dos CROSE serão distribuídas pelo seu Coordenador entre os membros da Comissão INEP-UNESCO, e outras personalidades destacadas no campo educacional. *Plenário dos membros*
- 3 - Constituem atribuições fundamentais dos membros da Comissão INEP-UNESCO:
- a) Reunir a documentação básica, referente às áreas a seu cargo, selecionando os elementos mais importantes, do ponto de vista do nível e da atualidade, e organizando-os da maneira mais adequada à sua utilização. A documentação aqui mencionada abrange estatística, bibliografia, pesquisas e levantamentos educacionais e sociológicos, além de outros elementos. *Administrativa, econômica,*
 - b) Com essa documentação e com os subsídios por eles próprios elaborados, prover os temas gerais dos Colóquios e, eventualmente, colaborar com os conferencistas estrangeiros à Comissão.
 - c) Encarregar-se de conferências sobre os temas que lhes forem distribuídos pela Coordenação, ou por ela aprovados.

A fixação dos temas e a sua distribuição pelos membros da Comissão, na parte que a esta couber, serão objeto de estudo e discussão no respectivo plenário.

4 - São atribuições do Coordenador dos CROSE:

- a) De acordo com as diretrizes do Diretor do INEP, orientar e superintender a execução do Projeto, junto à Comissão INEP-UNESCO e aos outros especialistas que dele vierem a participar. Tal supervisão inclui os seguintes encargos:

ouvido, sempre que julgar necessário, a responsável pelo grupo de estudos da comissão.

- I) distribuir pelos membros de Comissão INEP-UNESCO as tarefas mencionadas no item 3;
- II) propor ao Diretor do INEP os nomes dos conferencistas es tranhos à Comissão;
- III) presidir as reuniões plenárias da Comissão, preparando a respectiva pauta de trabalhos;
- IV) superintender os serviços administrativos da Comissão, a serem executados por uma Secretaria Geral.

b) Responder oficialmente pela Comissão.

5 - O Plenário da Comissão, que constituirá um órgão de estudo, de debate e de consulta, reunir-se-á, ^{seleto momento} normalmente, duas vezes por semana para:

- a) debater os temas em estudo, bem como os textos de conferências já redigidos pelos membros da Comissão (sem prejuízo de sua liberdade intelectual);
- b) estabelecer planos de trabalho;
- c) avaliar os trabalhos em execução.

6 - A Secretaria Geral, subordinada diretamente ao Coordenador, terá a responsabilidade dos serviços de protocolo, arquivo, comunicações, contabilidade, mecanografia, além de outros serviços gerais da Comissão.

7 - Dentro das linhas traçadas no item 3, será observado o seguinte programa de atividades:

- a) Antes dos C R O S E, os membros da Comissão estabelecerão contatos com as autoridades estaduais, dentro do plano estabelecido pela Coordenação, visando motivá-las, esclarecê-las quanto aos objetivos dos Colóquios, e orientá-las quanto aos dados que deverão preparar.
- b) Durante os C R O S E, a coordenação técnica dos trabalhos caberá, em ordem de prioridade, ao Diretor do INEP, ao Coordenador da Comissão, ou a um membro da Comissão designado pelo Diretor do INEP.
- c) Depois dos C R O S E, a Comissão de ocupará de:
 - I) promover a avaliação do seu funcionamento e dos seus resultados imediatos;
 - II) elaborar o relatório geral, com a documentação selecionada.

§ §

1. A Lei de Diretrizes e Bases constitui, apesar de suas deficiências, o mais realista dos estatutos educacionais já outorgados ao país. É por isso mesmo, o mais viável, e o mais apto a combinar as aspirações que expressa com as condições reais do Brasil. A integração dos ideais na realidade como instrumento fertilizador, e não como utopia estéril, confere à Lei uma objetividade dinâmica capaz de impulsionar o desenvolvimento da educação brasileira. Nisso, a nova sistemática se distingue das que a precederam, resultantes de formulações abstratas elaboradas pela burocracia, ao arrepio dos condicionamentos e possibilidades inscritas na experiência.

2. Mas a Lei de Diretrizes e Bases é menos um código de prescrições casuísticas que uma carta de princípios suficientemente nítidos, mas também flexíveis, para abrigarem a diversidade das situações e de experiências dentro duma organização saudavelmente pluralística.

Ela não fez tudo, nem pretendeu fazê-lo; não é o fim, mas o princípio, ou seja, a instauração de um processo criador, que, como tal, terá de brotar dos vários campos da experiência educacional. Não há mais um órgão de fazer leis, divorciado dos setores que fazem educação: sob a égide de uma lei mais inspiradora, que limitadora, a práxis em que cada instituição, ou cada Estado, se vêem engajados é que vai delineando as suas estruturas e o seu comportamento. Reconhecemos que a filosofia, aqui definida, só incompletamente chegou a expressar-se na lei, sem que, todavia, as incongruências ou falhas sufoquem a sua inspiração e as suas virtualidades.

3. Está portanto em processo a nova organização educacional, com as transformações que reclama. Não se implantou uma arquitetura legal acabada: autorizou-se o fieri sob o impulso da iniciativa e dos progressos da experiência por parte das Administrações estaduais e municipais, das Universidades e escolas, em suma, de todas as instituições interessadas em educação.

*Sugestão que contribua para
enriquecê-lo
educar o seu conteúdo*

Ocorre, todavia, que essa filosofia liberadora surpreendeu os Estados e as instituições despreparadas para utilizá-la. Forçados ao longo regime da docilidade, que lhes retirava a iniciativa intelectual e a responsabilidade de analisar e resolver seus próprios problemas, tornaram-se, muitas delas, vítimas da estagnação, desprovidas, por isso mesmo, do cabedal de informações e idéias, e dos quadros técnicos indispensáveis ao cumprimento das tarefas que lhes foram transferidas.

4. Impõe-se, destarte, que os Estados se ponham, rapidamente, em nível com o grau de responsabilidade que a lei lhes conferiu, e procurem, diligentemente atingir as condições necessárias à realização duma política criadoramente autônoma. Se não, permanecerão, por inércia, dependentes do Ministério da Educação, ou deixarão tudo como dantes, perdendo a chance de renovar o velho estilo burocrático, formalista e esterilizante.

5. É claro que a autonomia dos Estados e das outras instituições educacionais não exclui o Ministério na formulação e na execução de uma política nacional de educação. De resto, só o Governo federal poderá promovê-la, por lhe ser exclusiva a autoridade de definir alguns objetivos comuns, transcendentés das particularidades regionais, e que devem consubstanciar-se nos Planos nacionais de educação primária, média e superior. Não se trata apenas dum imperativo sociológico de exprimir a solidariedade de tôdas as partes na unidade dinâmica do todo, e de propiciar, pela ação estimuladora do Poder público e pela mobilização integrada dos recursos humanos e materiais, a aceleração do nosso progresso social, econômico e cultural. Trata-se, igualmente, dum postulado da Lei de Diretrizes e Bases que atribuiu ao Ministério da Educação e Cultura a responsabilidade de formular os referidos Planos, à base dos recursos federais destinados à educação. Ressaltam daí duas linhas de ação: uma, configuradora da iniciativa própria do Ministério da Educação e Cultura na distribuição dos recursos federais; outra, definidora de sua atuação cooperativa, junto a outras esferas do poder público ou da iniciativa privada. Numa e noutra perspectiva, terá o Ministério de proceder

a uma substancial revisão de seus métodos de ação, trocando o estilo autoritário pelo diálogo. Os Planos, ainda que baseados nos recursos federais, deverão recobrir iniciativas que em larga escala se devem reconhecer à liberdade dos Estados, ou de instituições autônomas, como são as Universidades. Por isso mesmo terão de ser construídos por meio de mútua conscrição e interação em tôdas as fases de sua elaboração e execução. Quanto às iniciativas da competência dos Poderes autônomos, a ação do Ministério da Educação e Cultura se exercerá, primordialmente, sob a forma de estímulo e de assistência técnica.

6. Importa delinear claramente a nova posição do Ministério da Educação e Cultura e a inversão de sentido de sua atuação. Presumem alguns, equivocadamente, o seu esvaziamento, desde o momento em que se deslocaram do centro para a periferia as responsabilidades da política educacional. Se é verdade que fugiram dos órgãos centrais para os Estados atribuições primárias de ação, também deve partir daquelas para êstes um constante fluxo de cooperação técnica e financeira, e no caso desta última, sob a caução de diretrizes que ao Governo federal cabe diligenciar para que sejam aceitas pelos Estados. O Poder federal se vai despojando em boa hora de considerável soma de encargos administrativos, mas não do dever de participar, em novo estilo, e solidariamente, da política educacional descentralizada. Persiste, pois, com outra perspectiva, a função irradiadora do Ministério da Educação e Cultura : menos normativa que supletiva, não mais como órgão da lei, prolongada de sua eficácia impositiva e coatora, mas como órgão de cooperação. Não se exerce mais o poder de polícia, e sim a ação política. Substitui-se o juridicismo burocrático pelo espírito de empreendimento. A Lei não outorgou ao Ministério da Educação e Cultura autoridade para comandar uma casualística formal mas para mobilizar instrumentos de ação. E nisso consiste sua inovação revolucionária.

Por outro lado, força é admitir que parte da autoridade do Ministério repousa na lei, enquanto esta lhe assegura, para determinados fins, direitos exclusivos de ação normativa. Mas outra parte está na depen

dência da capacidade real, em termos de competência intelectual e técnica, revelada pelos executores de sua política.

O que a Lei de Diretrizes e Bases introduziu em nossa sistemática educacional, foi o imperativo da competência pessoal dos administradores e dos técnicos, de um lado, e do outro, a necessidade do diálogo que, a partir dela, se instaurou entre os órgãos centrais e os periféricos. Não só porque o laço hierárquico se flexibilizou em estilo de cooperação, como também porque tais relações não ficam prefixadas na lei escrita, mas se deverão articular dinamicamente na base dos fatos em sua contínua fluidez e mutação. As características do novo regime se configuram pela sua mobilidade, pela variedade das soluções e pelos vínculos vivos e pessoais que devem presidir a programação. Tínhamos, antes, a política estática, baseada no domínio da lei uniformizadora e imutável: as normas eram estabelecidas unilateralmente pelas autoridades da cúpula que, a partir daí, passavam a ignorar a confrontação delas com as situações concretas, e as reações entre outras.

Foi, destarte, removido o autoritarismo abstrato e instituído o diálogo em torno dos problemas reais; substituída a disciplina mecânica pela interação ordenada. Tivemos, afinal, o triunfo do realismo, antepondo-se a realidade à norma, o movimento à fixidez, os conteúdos situacionais às generalidades da lei, o dinamismo pessoal à impessoalidade cartorial. Acabou o tout fait; a ação do Administrador e do técnico se afirma, aqui e agora, em cada emergência do permanente devenir da realidade social e educacional.

7. Duas conseqüências fundamentais resultam dessa transformação: a primeira é que só se realizará a política instituída na Lei, se houver, de um e outro lado - no centro e na periferia - líderes e técnicos suficientemente lúcidas e adestradas para o diálogo; a segunda, é que a autoridade do Ministério da Educação tende a afirmar-se, crescentemente, mais intelectual e técnica que burocrática. O burocratismo foi, realmente, varrido pela Lei de Diretrizes e Bases.

E É afortunadamente, pois uma das origens da crise educacional brasileira estava na visão burocrática que eliminava ou escamoteava o conteúdo dos problemas, de tal modo que a escola e a realidade nacional passaram a ignorar-se como duas ordens incomunicáveis.

Não reside, mais, a força do Ministério da Educação e Cultura na imperatividade de seus editos, mas na excelência de seus conselhos. E, se é verdadeira a constatação de que as soluções educacionais não podem esgotar-se nas diligências burocráticas, segue-se igualmente que o estudo e a gestão dos assuntos educacionais não pode ser atribuição apenas de burocratas ou de "técnicos", mas, sobretudo, de uma elite cultural capaz de dar conteúdo real à educação.

Para ser realista, é preciso ter a inteligência adequada da realidade, pois, tanto foi nociva a ignorância dos fatos, na fase cartorial, quanto o seria agora que se faz o jogo da verdade, o despreparo para identificá-los e, quanto possível, conduzi-los. O realismo em que foi lançado o Ministério da Educação reclama uma mobilização de energias muito maior que dantes, pois se trata, neste momento, da verdadeira eficiência: a que se impõe, democraticamente, pelo vigor de sua lucidez, e pelo de sua presença.

A outra razão em que se baseia a autoridade do Ministério da Educação e Cultura, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, consiste na necessidade de ser formulada uma política nacional. Mantida, sempre, a preliminar da integração dialética, tal autoridade não se constitui, superpondo-se a dos Administradores de outras áreas, mas pela capacidade de definir objetivos gerais à sua política, e de ajustar, a êles, os programas específicos dos Estados e das instituições autônomas.

8. Tais são os postulados em que assenta o plano dos Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas de Educação. Trata-se de preparar as condições, mediante as quais possam a Lei de Diretrizes e Bases e a sua filosofia traduzir-se em uma política concreta. Em perfeita coerência com os pressupostos do presente documento, pretende-se, 1ª - instituir a pesquisa e a informação como bases da ação técnica e administrativa; 2ª - realizar tôdas os estudos que se fizerem necessárias ao

completo levantamento de nossa situação educacional e à fixação de objetivos e programas reclamados pelo desenvolvimento nacional; 3º - convocar, com êesses objetivos, a experiência das personalidades altamente competentes; 4º - propiciar os meios adequados para a troca de experiências e de idéias entre órgãos federais e órgãos estaduais ou instituições autônomas, e para a completa apropriação, por parte das autoridades administrativas e das equipes técnicas, das informações a serem oferecidas. O resultado final colimado será a comunicação vertical e horizontal entre autoridades e entre técnicos, combinadamente, com base no conhecimento adequado dos objetivos e dos fatos sobre os quais deve inserir-se a ação educacional.

9. O programa dos CROSE, exposto sumariamente noutra parte dêste documento, reflete, de modo coerente, a filosofia que o inspire. Parte-se da idéia de uma unidade construída democraticamente, sobre a diversidade. Pretende-se reconhecer a nossa múltipla realidade sócio-cultural e educacional, consagrar a originalidade das experiências estaduais, além de outras fora do controle federal, e alcançar a unidade da política nacional da educação através das diferenças complementarmente articuladas. Em vez de primitiva uniformidade empobrecida, cabe ao Governo Federal, na perspectiva do LDB, construir outra unidade: o nosso esquema se inspira, destarte, no pluralismo convergente que integra num esforço comum o ensino público e o ensino privado, a ação federal e a dos Estados, Municípios e Instituições Autônomas.

Procura-se, ademais, identificar a peculiaridade de cada nível do ensino e da política que lhe corresponda.

O instrumento dessa integração flexível será o plano LDB. Cabe-lhe continuar a ação diversificada das várias esferas do poder e nisso se afirmará a sua eficácia na administração; mas também, e sobretudo fundir a doutrina com a experiência - e aí ressalta a sua importância como instrumento da política educacional. As idéias e os fatos andaram quase sempre separados em nosso programa de educação, aquêles continuaram a ser declamados, inutilmente, e estes a ser relegados ao velho e opaco empirismo. Entre ambos, um intervalo que impedia a comunicação fertilizadora: das idéias, para emprestar-lhes objetividade, dos fatos, para dar-lhes sentido e vitalidade.

10. A iniciativa do INEP ao propor a instituição dos CROSE está justificada pelas suas atribuições legais. Com efeito, o INEP é um órgão de pesquisa, documentação e informação, a serviço da política educacional do Governo em todas as áreas e níveis.

Reconhecemos, entretanto, que o vulto e a importância das tarefas aqui previstas transcendem, de muito, as limitações da capacidade operacional do INEP com os seus quadros próprios e os seus mecanismos de rotina.

Por essa razão achamos imprescindível a criação duma comissão de especialistas de alto nível, com um triplice objetivo: realizar pesquisas e estudos que devam figurar na agenda dos CROSE: organizar uma documentação básica sobre problemas educacionais, a ser oferecida às autoridades e aos técnicos que vierem a participar dos referidos colóquios; assessorar os serviços técnicos e administrativos dos Estados, na linha de objetivos fixados neste documento.

Dos mencionados especialistas três são brasileiros e três da UNESCO. Além da Comissão, deverão participar dos trabalhos dos CROSES outras figuras destacadas do pensamento educacional brasileiro.

Este questionário se destina a um estudo da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre as condições econômicas dos professores primários da América Latina. Pedimos a sua colaboração, fornecendo o que solicitamos a seguir. Não assine, se preferir.

1. O município em que leciono é
Em que Estado fica esse município?
2. Responda sim ou não
 2. É professor estadual, isto é, recebe do Estado?
 3. É professor municipal, isto é, recebe do município?
 4. É casado?
 5. Tem filhos?
 6. Se tiver, diga quantos
 7. Marque com uma cruz o curso de nível mais alto que realizou
 - a) Primário incompleto
 - b) Primário completo
 - c) Secundário incompleto
 - d) Secundário completo
- Diga que cursos mais realizou:
 - e) Curso do PAMP
 - f) Outros cursos (diga)?
8. Ano em que começou a lecionar em escola primária
9. Número de anos de serviço que já tem como professor
Quantos no ensino particular? Quantos no estadual?
Quantos no municipal?
10. Qual o último mês em que recebeu vencimentos?
11. Quanto recebe por mês se não faltar?
12. Você sofre descontos no seu ordenado? Para que? Para Instituto de Previdência?
13. Quantas horas tem obrigação de trabalhar, por dia?
14. Há dias da semana em que não trabalha na escola? Quais?
15. Há dias em que trabalha menor número de horas? Qual ou quais?

16. Qual o seu horário este ano?
17. Qual o período de férias de meio e fim de ano?
18. Você tem direito a salário nos 12 meses do ano?
19. Você trabalha além do horário? Nesse caso, rece algum pagamento extraordinário?
20. No caso de receber:
Em que base: por hora? por nova turma?
21. Quanto recebe a mais por mês nesse trabalho extraordinário?
22. Qual o salário do professor em seu município (ou no seu Estado, se fôr professor estadual) no ano em que começa a trabalhar?
23. Passa, depois, a ter salário maiores? O que influi para essa melhoria de salário é o tempo de serviço? Nesse caso, de quanto em quanto tempo há aumento? O que influi é o merecimento? Nesse caso quem mede esse merecimento? Como se decide quem tem maior merecimento: pela percentagem de promoção dos alunos? por cursos realizados? como são escolhidos os que terão aumento?
24. Quais os salários que pode ter o professor em seu município à medida que vai progredindo? com quanto inicia? quanto recebe quando há o primeiro aumento? quanto, no 2º aumento e até o máximo que pode ganhar.
25. Qual esse salário máximo a que pode atingir? Após quanto tempo de serviço pode recebê-lo?
26. Você recebe algum outro auxílio, além do salário?
27. Recebe ajuda especial por causa da localização de sua escola?
de quanto?
28. Recebe auxílio-família, de acordo com o número de filhos? de quanto é esse auxílio?
29. Tem direito a casa? a transporte?
30. Tem abatimento em alguma coisa por ser professor?
31. Recebe outros auxílios? quais?
32. Quanto gasta mensalmente de seu salário
com casa?
com alimentação?
com vestuário?

com outras despesas? quais são essas despesas?

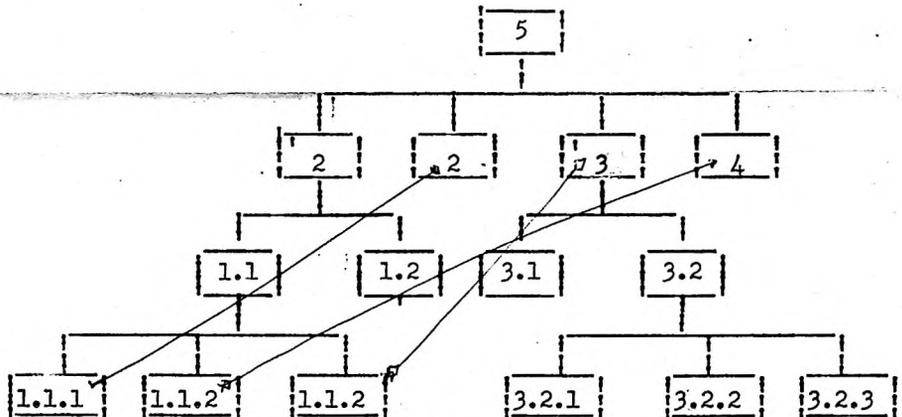
33. Como vive você?
numa casa; sozinha?
em pensão, ou hotel?
em quarto alugado em casa de família?
34. Mantém-se com seu salário ou recebe ajuda de sua família?
No caso de receber ajuda, isso ocorre sempre? ou quando há
alguma despesa especial?
35. Vive com sua família?
36. Quem contribui, além de você, para as despesas de sua casa?
Seu pai? marido? irmãos?
37. Que profissões exerce cada uma dessas pessoas que ajudam a
manter a casa?
38. A quantos alunos leciona na escola?
39. A quantas turmas? De que anos escolares (1º ano? 2º? 3º?
4º? 5º?)
40. Você realiza outros trabalhos além de ensinar? Quais?
Inclua trabalhos caseiros, aulas particulares e qualquer em-
pregos que tenha.
41. Que diversões há em seu município?
42. De quais você participa?
43. De quais você não participa, embora gostasse de fazê-lo?
44. Quando você precisa de médico ou casa de saúde, tem direito
de ir a algum Instituto? Se têm, aproveita esse direito?
Não, porque tem médico particular?
45. E se precisa de dentista quem atende - dentista particular?
dentista do Instituto?
46. Você contaria com médico e dentista de Instituto de Previ-
dência ou Assistência Social, se quisesse? Ou ela não exig
tem perto de onde trabalha?

COMENTÁRIOS A RESPEITO DO DOCUMENTO AS-2

J. Torfs / UNESCO / INEP.

- I. Inicialmente segue uma rápida análise de alguns trechos do trabalho onde se denota um número razoável de impropriedades e incorreções de natureza lingüística e técnica.
- A. "Aparentemente não existe nenhuma uniformidade organizacional ou conceitual".- Não existe mesmo, e não é aparente mas salta à evidência.
- B. "... a Secretaria não está organizada para incrementar a Lei de Diretrizes e Bases".- Se o Autor pretendeu referir-se a aplicação da Lei (não seria incremento) - é bom lembrar que poucos são os dispositivos auto-aplicáveis, ficando a maioria na dependência das decisões dos Conselhos de Educação.
- C. "... não dispõe de nenhum organismo específico para intervir no setor do ensino superior ..." "... funcionar de acôrdo com as normas fixadas pela LDB"..." - Segundo a legislação não compete à Secretaria intervir no Ensino Superior, porisso não deve mesmo dispôr desse organismo que seria inoperante. De outro lado, a LDB não fixa normas de funcionamento das Secretarias. Estabelece, isto sim, explicita ou tacitamente, a competência do Sistema Estadual do Ensino, no qual a Secretaria é o órgão administrativo.
- D. "... não dispõe de nenhum organismo específico ... para elaborar um plano educacional ..." - Não é verdade. Existe o Grupo de Planejamento Setorial. A crítica procederia se se dirigisse à anomalia do órgão.
- E. "Não parece difícil encontrar uma solução racional para êsses problemas". Não concordamos com isso, pois sempre fomos de opinião que a reforma da Secretaria envolve problemas tecnicamente bastante complexos, e, politicamente, delicadíssimos. Tecnicamente, implicaria uma gama de procedimentos e métodos administrativos e Politicamente, compreenderia problemas de material e de pessoal, às vezes, com menções fora do alcance do administrador.
- F. "Para resolver a presente situação, necessitar-se-ia, somente, implantar dois grupos de reformas, ..." e segue o que o Autor entende por a quêle somente dois grupos de reformas, abrangendo um número tal de tarefas que praticamente abarcam quase tôdas atividades de uma complexa reforma.
- G. "Deficiência do Organograma - Parece-nos que o Autor quer referir-se às falhas ou deficiências da estrutura administrativa da Secretaria de Educação.

- H. "Existe uma grande quantidade de departamentos com vida independente", "Atividades são totalmente desligadas de qualquer plano geral de trabalho", e outras críticas que apresenta, são intercaladas pela frase "Examinando as causas mais de perto, notar-se-á que parte do caos é mais aparente que real ..." (!)
- I. "Reorganização do Organograma" e o estabelecimento de "uma hierarquia nas organizações e administrativas" (sic)-Na realidade, o Autor propõe uma reorganização estrutural. Somos de opinião que a estrutura administrativa deverá estar condicionada à competência ou funções que o órgão exercerá. Mais precisamente, à natureza e ao volume das funções.
- J. "... Hierarquia nas organizações ..." - O Autor propõe também uma nomenclatura para os órgãos e suas subdivisões. Embora seja um problema que deva ser considerado, é secundário, pois depende da definição que se dá aos termos, resultado de uma convenção pessoal do organizador.
- L. Páginas 5 a 10 do AS-2 - (interpretação) O esquema proposto acarretará não só uma duplicidade de órgãos como uma duplicidade de subordinação, que nem sempre poderá ser satisfatoriamente solucionada. Além disso, não é esse o esquema mais lógico e racional.



Obs. - No esquema proposto, não existem as substituições assinaladas (→).

II. Concluindo, queremos opinar sobre o trabalho que pretende ser uma análise da estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e apresentação de uma solução racional para os problemas existentes.

Como análise, num alinhavado de itens trata incompletamente dos sobejamente conhecidos males da Secretaria. Como "solução racional" propõe dois grupos de reformas, o que na realidade implicaria em mudanças ponderáveis na estrutura e no funcionamento da Secretaria da Educação.

João Gualberto de Carvalho Menezes
 João Gualberto de Carvalho Menezes

SAO PAULO, 31 de outubro de 1966.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A estrutura administrativa da Secretaria da Educação foi, em grande parte, concebida para resolver os problemas de um pequeno Estado, que utiliza técnicas pedagógicas tradicionais, com o objetivo principal de erradicar o analfabetismo e formar alguns profissionais e líderes intelectuais.

O atual problema da educação no Estado de São Paulo é muito diferente dos que poderia resolver dentro de sua estrutura: o Estado é um dos maiores em população total e população escolar no continente americano. A educação ampliou consideravelmente seus objetivos, propondo-se como meta a criação de condições que permitam a realização dos planos econômicos e sociais da União e do Estado.

Finalmente, as técnicas pedagógicas evoluíram consideravelmente até incluir a utilização permanente dos meios mais modernos, como a televisão, a instrução programada e os recursos audiovisuais, que impõem uma modificação total da metodologia a ser empregada pelo professorado.

O projeto de lei que aqui se apresenta é concebido para adequar a estrutura administrativa às exigências das novas normas educacionais, eliminando simultaneamente alguns dos defeitos e ineficiências mais típicas das instituições de estilo tradicional, tais como a deficiência das informações quantitativas e a lentidão de todos os processos administrativos.

Os princípios norteadores aos quais deverão se subordinar a ação administrativa dos órgãos que integram a Secretaria e o seu funcionamento serão os seguintes:

I - Planejamento setorial a longo, médio e curto prazo, que abrangerá não só as atividades do sistema educacional do Estado, como também aquelas cuja execução venha a ser confiada pela União ou resulte de convênios com os Municípios, ou organizações privadas, entrosando-o com o Plano Nacional de Educação, de maneira a unir esforços para o atendimento de objetivos comuns e dar melhor aplicação aos recursos recolhidos da coletividade.

II - Coordenação Geral e Regional, utilizada como um dos elementos indispensáveis à execução do Planejamento, para proporcionar ação conjugada à Secretaria, e exercida no estudo de assuntos ligados a outros órgãos ou, ainda, no âmbito da Secretaria.

III - Descentralização executiva das atividades da Secretaria, exercida permanente e continuamente, reservando-se as funções de planejamento, direção superior, supervisão, coordenação e controle, a fixação de programas, princípios e critérios, aos órgãos de assessoramento e entregando-se aos órgãos da estrutura executiva o cumprimento dos programas e formalização de atos de rotina administrativa, bem como assegurando às autoridades responsáveis por atividades-fim o grau admissível de comando das atividades-meio que interfiram em sua área de ação.

IV - Delegação de competência pelas autoridades de todo os níveis utilizada de forma mais ampla, como instrumento para se alcançar a descentralização das atividades administrativas.

V - Racionalização dos serviços da Secretaria visando, entre outros objetivos, a simplificação de contatos dos órgãos entre si e destes com o público, de forma a se assegurar decisão pronta, execução rápida e redução de custos operativos.

VI - Controle de todas as atividades da administração de ensino, para contrabalançar a descentralização das tarefas executivas, e acompanhar a execução dos programas, verificar a qualidade dos serviços e seu custo operacional e fiscalizar a utilização e boa guarda dos dinheiros, bens e valores pertencentes ou de responsabilidades do Estado, utilizando-se para tanto técnicas e instrumentos modernos e adequados, que deverão ser institucionizados.

Extensão do controle governamental aos estabelecimentos de ensino de todos níveis, municipais e particulares, e também aos Institutos do Ensino Superior.

VII - (Leis e regulamentos) Profissionalização, aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema de mérito, do pessoal do ensino e do servidor público ligado a educação.

VIII - Constituição de quadros qualificados através de recrutamento, formação e aperfeiçoamento de administradores e técnicos para a garantia da qualidade, produtividade e continuidade da ação administrativa em consonância com critérios éticos especialmente estabelecido.

IX - Participação ampla da comunidade nos assuntos de educação, convocando-se elementos representativos das atividades educacionais, econômica e sociais no Estado e no País, para participar de órgãos ou comissões, decisórias ou de aconselhamento e para colaborar mais estreitamente com os esforços governamentais.

Na aplicação dêstes princípios norteadores da ação administrativa prevalecerá o interesse de servir econômica e eficientemente a coletividade, buscando sua colaboração efetiva para com os órgãos ou entidades da Administração Estadual e visando ao bem estar social e ao progresso do País e do Estado.

A educação será considerada como um investimento, e não como despesa de funcionamento: a administração pública deve ser um organismo econômico-financeiro que arrecada, investe e deve colher resultados.

Algumas implicações da aplicação dêsses princípios norteadores merecem ser destacados em breves comentários.

1 - PLANEJAMENTO

O planejamento é um processo que permite a realização dos objetivos e metas fixados pela coletividade.

As metas e objetivos de um plano educacional estadual se estabelecerão em função das metas gerais do plano econômico social e cultural da Nação, do Plano de Educação Nacional, dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado, e de objetivos intrínsecos do sistema educacional estadual e levará em conta as previsões das necessidades de mão-de-obra e profissionais; os objetivos de melhoramento social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O plano educacional estadual descreverá os meios de realização dêsses objetivos, ou seja, a política educacional estadual e as medidas administrativas, econômicas, financeiras, pedagógicas que deverão ser mobilizadas durante um período definido, para assegurar a realização total ou parcial dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas serão detalhadas geograficamente e funcionalmente, e constituirão o plano de trabalho da Secretaria, ficando seus órgãos executivos encarregados de cumprí-lo dentro dos prazos previstos.

Este planejamento, para ser válido, deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar tôdas as formas e níveis de ensino e assegurar uma harmonia na utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária, sem planejar a média e superior. As medidas tomadas deverão ser coerentes e compatíveis com as demais atividades e possibilidades administrativas, financeiras e econômicas do Estado.

O plano educacional em suas linhas gerais será estabelecido por um período de vinte anos, prazo durante o qual pode efetuar-se a forma-

ção completa do cidadão, desde a escola pré-primária até os últimos anos da universidade.

O plano apresentará uma forma mais especificamente detalhada para um período de cinco anos, prazo durante o qual as perspectivas da evolução econômica e financeira e a orientação geral do Estado podem ser previstas com uma precisão maior.

Os planos de 5/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de uma duração igual. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968-1972-1987, e em 1968 o plano 1969-1973-1988.

O primeiro ano de cada plano de 5/20 anos definirá em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte.

A realização dos planos deve ser supervisionada e controlada de maneira contínua. Os órgãos administrativos apropriados para assegurá-los são as assessorias, cuja criação é proposta.

2 - ASSESSORES

A criação de um corpo de assessores é especificamente prevista para que a Secretaria possa dispor de uma liderança de alto nível técnico e, tanto quanto possível, desligada de toda influência política e partidária. A administração da Educação no Estado de São Paulo engloba as atividades de um verdadeiro exército de mais de 70 000 pessoas. Tal como uma organização industrial de igual dimensão deve ser orientada e controlada por um grupo de líderes de qualidades excepcionais. Deve ser evidente que, na administração pública como na empresa privada, são reservados para uma pessoa altamente qualificada e muito bem remunerada.

Além disso, as Assessorias devem ser dotadas de toda a flexibilidade, ajustável às necessidades e amplitude dos programas de trabalho de sua responsabilidade, dispor de instrumentos técnicos que lhes permitam atender a projetos, missões e incumbências e deverão manter, no âmbito da Secretaria e fora dêle, os contatos e entendimentos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

3 - POLÍTICA ADMINISTRATIVA RELATIVA A PESSOAL

Na procura de um alto grau de eficiência, a Política de Administração de Pessoal da Secretaria de Educação deverá ser reformulada, com o objetivo de imprimir aos serviços produtividade e eficiência. Visando este

mesmo fim, deverão ser tomadas, entre outras, as seguintes providências:

a) redistribuição do pessoal, cujas tarefas ou funções tenham sido liberadas ou extintas em consequência da racionalização dos serviços ou da utilização de instrumentos modernos, com a finalidade de se transferir a mão-de-obra ociosa para setores da Secretaria carentes de pessoal;

b) retreinamento que se tornará necessário para a redistribuição de mão-de-obra.

4 - ENTIDADE DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Neste projeto, atribui-se uma grande importância à introdução de dois novos instrumentos de trabalho, que são o Centro de Treinamento, para assegurar o treinamento, retreinamento e aperfeiçoamento do pessoal administrativo e técnico, em caráter obrigatório, e um Centro de Cadastro, Contrôlo e Processamento de Dados que, paulatinamente, se encarregará da maior parte das tarefas rotineiras de contrôlo de pessoal e a elaboração de estatísticas, utilizando computadores eletrônicos, reduzindo assim consideravelmente as possibilidades de atrasos, erros e níveis de despesas administrativas.

5 - IMPLANTAÇÃO DA REFORMA

A implantação das reformas propostas não poderá ser imediata, dado os obstáculos psicológicos e meramente físicos que deverão ser superados. As disposições transitórias deste projeto de lei em consequência, prevêem a criação, por um período de dois anos, de um coordenador especialmente encarregado da sua implantação e de uma verba especial para financiar as despesas dela decorrentes.

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA

NORMAS PROPOSTAS PELA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS
EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO; EXPO-
SIÇÃO DE MOTIVOS E PROJETOS DE REGULAMENTO

DOCUMENTO Nº AV.
PROVISÓRIO
JACQUES TORFS
UNESCO - BRASIL
Novembro 10.1966

A. Introdução:

A Lei sobre a reestruturação da Secretaria de Educação de São Paulo criara as estruturas e outorga as autorizações necessárias para que a Secretaria possa, em colaboração com o Conselho de Educação, definir uma política educacional, e traduzir esta política na realidade operacional.

Esta lei deverá ser completada rapidamente por uma série de regulamentos que definirão em todos os detalhes, as atribuições dos órgãos e pessoas que integraram na nova Secretaria.

Idealmente os princípios norteadores dessas regulamentações deveriam ser definidos por um grupo dos Assessores da Secretaria, trabalhando conjuntamente com o Conselho Estadual de Educação.

Porém o projeto de lei não poderá ser feito se não tiver sido baseado sobre uma hipótese "ex ante" do possível conteúdo de alguns desses princípios.

Em seguida apresentar-se-á, acompanhado com sua exposição de motivos, o modelo de regulamento sobre meios e sistemas educacionais que orientam a estrutura do projeto da lei sobre reestruturação administrativa.

B. Sugestões sobre soluções estruturais:

I - Pré-Primário:

- 1) Por razões sociais e também para facilitar a integração dos meninos dos grupos sócio-econômico "débeis" no sistema de ensino primário, convém introduzir o Ensino Pré-Primário gratuito em grande escala, pelo menos, nas zonas urbanas. O financiamento deste sistema de ensino poderia ser parcialmente assegurada pela indústria privada, que poderia sufragar os custos dos edifícios e do equipamento. Os professores e diretores poderiam ser pagos pelo Estado.

II - Primário:

- 1) Repetentes: Existe provavelmente um total de 25% de repetentes na Escola Primária. No primeiro ano da Escola existe cerca de 50% de repetentes.

De acordo com a projeção das estatísticas oficiais, a matrícula geral do Primário foi de 2.000.000 alunos em 1966. Isto então quer dizer na realidade, que deste total haviam 500.000 repetentes e que somente estavam se escolarizando 1.500.000 alunos. Esta situação representava ao Estado, uma perda de 30 bilhões de cruzeiros/ano. Tal desgaste é parcialmente evitável.

Para eliminar em grande parte, o problema dos repetentes, dever-se-ia:

- a) Intensificar os programas de treinamento do professorado normal, dos inspetores e dos supervisores e os programas de reciclagem dos professores em exercício.
- b) Reformar os programas escolares.
- c) Introduzir novos meios, em particular, a TELEVISÃO EDUCATIVA (T.T.V.), que permitem melhorar a qualidade do ensino.
- d) Reduzir a densidade de ocupação das classes, particularmente no primeiro ano primário.
- e) Transferir as professoras com maior experiência e qualificação no primeiro ano primário.
- f) Construir novas escolas urbanas, dando-lhes a mais alta prioridade na eliminação das situações nas quais devem dar-se mais de 2 turnos por classe.
- g) Melhorar os prédios e os equipamentos das escolas instaladas em setores de baixo nível econômico-social.
- h) Eliminar as escolas rurais de uma sala.

2) Deserção

A deserção não pode ser calculada precisamente, porque não se conhece o número dos repetentes. Estimar-se-á que mais de 50% dos alunos que entram no primeiro ano primário, não concluem a quarta série. Dêste total 10 a 15% são eliminados por causas naturais. A "deserção artificial" então é de 35 a 40% das novas matrículas.

- a) Este problema - em parte - tem as mesmas causas e conseqüentemente os mesmos remédios - que o dos repetentes.
- b) A deserção é também uma resultante das condições sanitárias e econômicas gerais: é evidente que este aspecto não pode ser solucionado por meio de um plano educativo: releva da política sócio-econômica geral do Estado e da União.
- c) Finalmente a deserção pode ser atribuída em parte, a uma má localização das escolas. A solução do problema encontrar-se-á numa estratégia rigorosa e planificada da implantação.

3) Matrícula tardia

A matrícula tardia também reflete as condições sócio-econômicas e pouco se presta a uma ação específica da parte dos educadores.

4) Falta de Vagas

A curto prazo o problema da falta de Vagas será consideravelmente aliviado se se reduzir o número dos repetentes. A longo prazo, a população escolar, livre dos repetentes, inevitavelmente continuará aumentando em ritmo acelerado. Aparentemente a produção atual das escolas normais é suficiente para atender ao provável pedido de professores.

O problema por resolver é o da construção e equipamentos de escolas que deve ser realizado de acôrdo com um plano a longo prazo integrado com os demais planos educacionais e econômicos.

5) Articulação dos Ensinos Primários e Médios.

- a) É pedagógicamente e socialmente desejável, e economicamente factível, nos Estados mais privilegiados da União, e no Estado de São Paulo em particular, assegurar em tôda a população, um mínimo de 8 anos de estudos.

A adoção de tal sistema permitiria resolver definitivamente as contradições e dificuldades criadas pela co-existência dos quintos e sextos anos da escola primária e dos dois primeiros anos do ciclo ginásial.

- b) Recomenda-se ter dois ciclos: um de quatro anos que corresponde a atual escola primária, um segundo que corresponde ao atual ciclo ginásial.
- c) A promoção deverá ser automática entre os dois ciclos, para todos os alunos aprovados no quarto ano primário.
- d) É desejável ter um programa unitário para todos os alunos durante 8 anos de ensino básico. Algumas opções técnicas poderiam ser dadas, de acôrdo com as características das regiões onde se encontram as escolas. Essas classes, porém, deveriam ser dadas adicionalmente ao curriculum básico.
- e) O ensino deveria ser obrigatório durante os 8 anos, algumas exceções podendo ser previstas durante um breve período de transição e organização.

6) Escolas rurais

As escolas rurais deveriam ter, praticamente os mesmos programas, critérios, normas que as escolas urbanas.

A adoção de outras soluções (com 6 anos de ensino primário nas zonas rurais por exemplo) não parece desejável: institucionalizaria um tipo de discriminação contra a juventude rural que, nessas circunstâncias não teria o mesmo acesso aos mais altos níveis educativos do que a juventude urbana.

Esta solução é injusta, também é contra-producente no ponto de vista sócio-econômico: Existe, e existirá durante muitos anos uma superpopulação notória nas regiões rurais.

Agora mesmo este excesso está migrando até os centros urbanos, e este movimento é muito desejável.

As circunstâncias urbanas são as únicas nas quais poderia ser, a longo prazo, possível assegurar empregos e um nível de vida satisfatório nas massas rurais excedentárias.

Porém, a introdução em grande escala, de populações rurais desorientadas, pode provocar traumatismos sociais e políticos consideráveis nos centros urbanos e dificultar muito sua integração nos emprêgos, indústrias ou terciários que oferecem as cidades.

Para evitar essas dificuldades, que podem ter conseqüências trágicas, precisa dar - um treinamento - uma educação muito completa, e de orientação "urbana" à população rural.

III - Ensino Médio

1) Tronco Comum

A introdução das reformas descritas anteriormente, modificaria completamente a definição das diferenças existentes tradicionalmente entre o ensino primário e o ensino médio. Na realidade, desapareceria a separação tradicional dos sistemas: a separação não ficaria entre o "nível" primário e o "nível" médio, mas entre uma instrução básica de 8 anos, e uma formação profissional de 3 ou mais anos (1).

2) Formação Profissional

"Tudo hoje se reforma, se faz, se discute, como se todos os alunos do ensino médio só pensassem em ingressar no ensino superior. Não só esta distorção ideológica não corresponde aos fatos, mas deturpa os ramos técnicos médios da sua função, fazendo deles "ramos" baratos da escola secundária" (1).

Recomenda-se:

a) Orientar a formação profissional até 3 etapas.

- 1) Ensino Colegial
- 2) Formação ligada às empresas (SENAI, SENAC).
- 3) Ensino dos adultos por ETV, RTV e correspondência.

b) Prever 2 tipos de Ensino Colegial.

- 1) Secundário, de 4 anos com a última série "PROPEDEUTICA" (Pre Universitária).
- 2) Técnico, de 3 anos, com a última série "CONCLUSIVA" (Para formar técnicos de nível médio que depois da 3ª Colegial Con -

1) Pierre FURTER, Perspectivas e Tarefas na Educação Brasileira. U.F.M.G. - Belo Horizonte, 1966.

clusiva poderão entrar nas escolas técnicas post-colegiais).

c) Introduzir critérios mais e mais rigorosos na seleção dos alunos:

Nas séries de formação profissional, os critérios de eliminação devem tornar-se mais e mais difíceis, e nenhum diploma deveria ser concedido sem que os alunos tenham completado com êxito, o número de anos de ensino e os exames apropriados.

IV - Superior

1) Vestibular

O sistema de exames de acesso às Universidades (vestibulares), não é necessariamente inútil ou errado "em si", porém sua organização e manejo atuais são muito inadequados porque:

(i) Não existe uma norma clara e rígida sobre o conteúdo dos exames de acesso: na realidade, as normas são fixadas arbitrariamente cada ano, e sua severidade reflete a opinião dos líderes universitários sobre o número de "VAGAS".

(ii) As técnicas de cálculo das VAGAS são totalmente subjetivas. Na realidade, são fixadas geralmente num nível muito aquém da capacidade real dos sistemas de ensino.

Recomenda-se então:

(a) Deverão ser suprimidos os exames vestibulares para todos os alunos que passarem com êxito os exames do 4º ano propedêutico do colégio. O conteúdo dos referidos exames, estará de acordo com as autoridades universitárias.

(b) Somente haverá exame vestibular para os alunos que não possuam o diploma de Colégio. O conteúdo dos referidos exames será aprovado pelo Governo.

(c) O sistema de cálculo das vagas será combinado entre as autoridades universitárias e o Governo, e permitirá, e considerará:

(1) As disponibilidades objetivas de espaço físico;

(2) as disponibilidades em equipamento e professores;

(3) a demanda provável para talentos profissionais de várias categorias.

(d) Se o número de alunos que possuem diplomas válidos para entrar numa Faculdade ou Escola técnica de nível superior excede o número de vagas, uma preferência será dada aos estudantes com as qualificações mais altas.

2) Primeiro Ciclo Superior

Um país em estado de rápido desenvolvimento como o Brasil, ne-

cessita uma grande quantidade de técnicos de nível intermediário: especialistas em engenharia, minérios, administração, e também educação que tenham bons conhecimentos teóricos e práticos de suas disciplinas e matérias, sem necessariamente dominar todos os seus aspectos mais abstratos e científicos.

Parece perfeitamente possível formar esses técnicos em dois ou três anos de ensino

Recomenda-se a este respeito:

(a) organizar os estudos universitários de tal maneira, que para cada uma das matérias mais importantes, os alunos tenham opção de terminar um "Ciclo técnico", e graduar-se depois de dois ou três anos de universidade, ou de completar o ciclo técnico, e iniciar em seguida o ciclo de formação post-graduada, que os levará aos mais altos graus acadêmicos.

(b) a operação do ciclo técnico, dentro da organização das Universidades, poderia ser paralela às das escolas Post-Colegiais de especialização técnica.

3) Ubicacão das Escolas Normais e Normais Universitárias

Dentro deste esquema, as características das escolas normais, e do treinamento do professorado, tenderiam a modificar-se substancialmente.

(a) Os professores do ciclo primário poderiam formar-se através de estudos médios colegiais, e mais um ano de treinamento profissional intensivo.

(b) Os professores do ciclo colegial formar-se-iam através de estudos médios colegiais, e mais o ciclo universitário técnico - em Faculdades de Educação.

(c) Os professores de ensino superior formar-se-iam através do ciclo técnico, e do ciclo post-graduado, dos estudos universitários, em Faculdades de Ensino.

(d) Os professores do ciclo ginásial poderiam formar-se através de estudos médios secundários, mais dois anos nas novas "Faculdades de Educação".

C. Projeto de regulamentoSobre a organização do ensino no Estado:1 - Pré-Primário:

O Estado deverá organizar, paulatinamente, o ensino pré-primário nos centros urbanos, em colaboração com as autoridades municipais e as indústrias particulares.

Deverá constar do orçamento-programa uma verba destinada a este tipo de ensino, visando a expansão da rede.

2 - Primário:

- a) o ensino primário será gratuito e de 4 anos de duração, em todo o Estado.
- b) o curso primário será ministrado em 4 horas de ensino, no mínimo, diariamente.
- c) a densidade máxima de ocupação das salas será de 30 alunos por sala, no primeiro ano e 35 nos anos seguintes.
- d) o calendário escolar será adaptado às regiões econômicas, considerando fatores locais, tais como época de colheita. Nessa ocasião haverá férias escolares.
- e) o ensino primário terá um programa comum, único.

3 - Ensino Médio:

- a) o ensino médio, de primeiro ciclo, de 4 anos de duração, será gratuito e obrigatório, na zona urbana, e na zona rural, gratuito e obrigatório, os dois primeiros anos do primeiro ciclo, e gratuito, os dois últimos anos do primeiro ciclo.
- b) o curso médio terá um programa único, obrigatório, com opções técnicas que levem em consideração a região onde se encontra o estabelecimento, e os diferentes ramos de ensino.
- c) Os professores de ensino médio deverão ter grau universitário ou diploma equivalente.
- d) o ano letivo será de 200 dias, com 24 horas semanais, no curso diurno e 200 dias, com 20 horas semanais, no curso noturno.

- e) todos os programas devem ser cumpridos integralmente.
- f) na organização do ensino secundário de segundo ciclo, deverá ser considerada a organização do quarto ano como preparatório para o ensino superior, com a diversificação que se fizer necessária.
- g) o diploma de segundo ciclo secundário oficial e de escolas particulares fiscalizadas pelo Estado (fiscalização completa de programas e exames) - e condição suficiente para ingressar nos colégios, faculdades e institutos universitários.
- h) o diploma de segundo ciclo, especializado, será condição suficiente para o ingresso nas escolas técnicas post-colégiais, (nas mesmas condições que na letra anterior).
- i) os diplomas de curso secundário, com os mesmos direitos, poderão ser fornecidos às pessoas que se submeterem a exames realizados pelo Estado, sobre os programas correspondentes.

4 - Ensino Superior:

- a) Além das faculdades tradicionais, o Estado poderá autorizar a criação de faculdades de educação; de institutos universitários e de escolas técnicas pós-colegiais.
- i) as faculdades de educação prepararão e outorgarão os diplomas de professores de ensino ginásial, em cursos de dois anos de ensino colegial, em cursos de 4 anos, e de ensino universitário, em cursos de cinco anos de duração.
- ii) os institutos universitários especializados serão organizados para ministrar um ensino superior, em cada ramo científico importante, e serão utilizados por alunos de várias faculdades, evitando sua compartilhação.
- iii) os colégios universitários darão dois anos de estudos de tipo geral e um diploma apropriado a alunos que desejem completar seus estudos colegiais sem fazer opção definitiva sobre uma especialização ulterior.
- iv) os colégios técnicos pós-graduados ministrarão cursos de três anos de duração, fornecendo diplomas de ensino superior, com direito ao exercício de algumas profissões, regulamentado em lei.

PORQUÊ PROFESSORES ?

Aspectos pedagógicos da formação do professor

Dr. Pierre Furter

Perito da UNESCO⁺

1. O fato que a minha exposição passou do terceiro dia da Semana da Educação de Belo Horizonte ao primeiro, tem, como muitos acontecimentos, várias explicações possíveis. Uma, contingente, é que o Prof. Michel Debrun não poderá vir antes da quarta feira. A segunda é que numa Semana de Educação o primeiro lugar pertence ao educador. Esta segunda razão não só é superficial e pretenciosa, como falaciosa. É urgente ao contrário convencer o educador que ele deve ouvir os especialistas das outras disciplinas para melhor situar a sua tarefa. A terceira razão, e ao meu ver a única válida, é que numa Semana da Educação dedicada à formação do corpo docente, é necessário se perguntar se afinal, o professor ainda é importante, central e necessário para o progresso de uma educação adequada aos problemas e às necessidades do tempo presente. Antes de refletir aos custos da formação do corpo docente (Dr. Jacques Torfs), às situações sociológicas nas quais os professores atuam (Prof. Michel Debrun), aos problemas que cada nível coloca: primário (Prof. Dr. Angel Marques), médio (Prof.ª Eulina de Carvalho) e superior (Cons. Dumerval Trigueiro), não deveríamos nos perguntar se ainda tem sentido de falar em professores ?

A pergunta: PORQUÊ PROFESSORES podemos responder de três maneiras diferentes:

- 1.1 Olhando para o passado, isto é para a história da educação;
- 1.2 Analisando as necessidades actuais levando em conta em particular a introdução de novas técnicas didáticas;
- 1.3 -Refletindo sobre o papel antropológico do professor.

Vamos brevemente (porque o estudo sistemático destes três itens nos levaria ao menos a três conferências distintas⁺⁺) expôr o que nos parece o essencial de cada uma destas perspectivas.

2. Acho imprescindível uma retrospectiva histórica - ainda que estoja esquemática -

⁺Nota: Este sumário, como a exposição, engaja só a responsabilidade do autor. Não exprime forçosamente os pontos de vista das instituições para as quais o autor está trabalhando.

⁺⁺Nota: O presente esboço faz parte de uma obra em preparo, intitulada: EDUCAÇÃO E MUDANÇA, fundamentos filosóficos do planejamento educacional.

porque nem sempre houve professores; nem sempre tiveram o mesmo papel numa sociedade dada.

Existiram - e existem ainda hoje - sociedades em que a divisão do trabalho não implica, como muitas vezes, ao pensa, a ausência de uma educação organizada. Neste caso a educação é sumamente coletiva, impessoal, não especializada (1)⁺⁺⁺

No entanto para nós que pretendemos pertencer ao "mundo ocidental", êste caso-limite não nos interessa imediatamente. Praticamente desde os Gregos, existe um corpo docente em cada sociedade, cuja história nos interessa ainda hoje, por ter profunda influência sobre as nossas concepções - implícitas e explícitas - do professor. Devemos conhecer criticamente êste passado para saber que imagens, mitos e ideologias estão ainda hoje nos influenciando.

Para ir logo ao essencial distinguiremos cinco situações paradigmáticas, isto é, exemplares.

2.1 Na sociedade grego-romana, domina a dupla: mestre e pedagogo (2). O mestre - Sócrates por exemplo - representa o sábio perfeito que desperta pelo "amor pedagógico", numa elite selecionadíssima "Os discípulos" (Assim Alcibiades), a inteligência autêntica que leva a sabedoria. Mas ao lado do mestre e dos discípulos, existe uma sombra: o pedagogo, encarregado da educação cotidiana, do cuidado das crianças. Ora, êste pedagogo é um escravo. A educação perfeita para os escolhidos, opõe-se a tarefa miserável dum subhomem, dum homem comprado para educar.

2.2 Na sociedade medieval, outra dupla (3). Dum lado o erudito - o monge beneditino por exemplo - a quem devemos uma verdadeira salvação da cultura antiga e que já representa em plena Idade Média o primeiro esboço do humanista. Por causa do esforço erudito das ordens, a expressão "trevas da Idade Média" não exprime a realidade medieval. Por outro lado, existe também dentro da Igreja (e muito cedo), o catequista (o "Didactos") cuja função não é tanto cultural e humanista, como ideológica. Tem como função essencial de endoctrinar a nova geração de crentes na Verdade única, intangível e dogmática, fixada uma vez por todas pelos Doutores da Igreja. Se a Idade Média nos oferece já o embrião de que será o humanismo renascentista, está também dominado pelo futuro Inquisitor e pela odiada escolástica.

2.3 Na sociedade clássica do antigo Regime (4), a situação torna-se já mais complicada. Começam a surgir estratos sociais que implicam dada um numa forma específica de formação. Primeiro, dominando, o preceptor - nova versão aristocrática do "mentor" da Antiguidade - que tem normalmente ao seu cargo um só aluno, seja o futuro rei, seja o futuro chefe do clã aristocrático. Depois, já em margem, o humanista que aos poucos transforma-se seja em escritor, seja em professor de co-

+++

.. Nota: As referências bibliográficas, reduzidas ao mínimo, encontram-se ao fim deste trabalho.

légios particulares de alto nível intelectual. Tem a responsabilidade da formação dos funcionários - futura burguesia - que constituem a ~~madura~~ maturidade do Regime. A estes dois modelos altamente valorizados, opõe-se o escândalo da "escola do povo" dominada pela férula ou palmatória, pela pobreza do corpo docente, pelo obscurantismo clerical. No antigo Regime, a dissociação entre a formação das elites e a deformação do povo chega a ser quase total.

2.4 Com o advento da burguesia, em particular depois da Revolução francesa e a sua progressiva afirmação no Século das Luzes (XVIII) e no Século do Progresso (XIX), temos de novo uma polarização que em certos países perdura até hoje (5). De um lado, temos o professor do ensino médio e superior, herdeiro dos Jesuitas, que tem a responsabilidade específica de formar elites em que o espírito empresarial do futuro capitalismo possa plenamente se desenvolver. Por outro lado temos a surpreendente afirmação maciça do professor primário - o "instituteur" (6) - que vai se dedicar corpo e alma à educação popular como se fosse investido de uma missão histórica. Ao passo que o corpo docente médio é altamente depolitizado, conformista e muitas vezes completamente integrado no sistema vigente, o corpo docente primário teve um papel em que a visão política era intimamente associada à atividade profissional. Será pela sua ação que o clericalismo receberá um golpe definitivo, que o reformismo progressista irá penetrando até nas aldeias mais longínquas da nação. Assim por exemplo para o Suíço Pestalozzi: condenado à morte pelo seu liberalismo, cidadão de honra da Revolução francesa, mas progressivamente modelo de um paternalismo pedagógico comovente. Não é para passar, se ao começo do nosso século, só a minoria do corpo docente primário entra no socialismo radical, a maioria sendo definitivamente pacifista, reformista e submetida à autoridade do Estado.

2.5 Hoje em dia, vejo algo de totalmente novo. Ao passo que nas situações anteriores temos sempre uma dicotomia entre uma educação perfeita mas reservada a uma casta e uma educação popular, outorgada ao povo desprezado, o século XX está dominado pela idéia - e pela tendência - de uma educação democrática, única, nacional. Cada educador pretende hoje receber, qual que seja o nível aonde ele vai praticar, uma formação autêntica, completa e válida cientificamente. A formidável expansão do ensino no mundo de hoje, não é só quantitativa, mas tende a ser cada vez mais uma intensificação da qualidade que torna a educação realmente dinâmica dentro de um desenvolvimento nacional acelerado (7). Portanto hoje não basta formar professores em quantidade, em massa (o que aliás na realidade se traduz sobretudo pela nomeação em massa de professores "leigos" !), mas de repensar radicalmente a formação pedagógica para qualquer membro da educação nacional. O que isto implica concretamente em despesas, em reformas de estrutura, em reformulação pedagógica, os meus colegas dir-lhes-ão nos próximos dias.

3. Mas não será tudo isto o passado? Não será tudo isto uma visão antiquada do problema? As análises anteriores nos demonstraram que o papel do educador muda profundamente com as necessidades de uma sociedade, em relação ao progresso tecnológico e científico. Ora bem, não podemos imaginar que hoje o problema esteja muito mais / simples: as novas técnicas de ensino eliminam pura e simplesmente o corpo docente. Vejamos dois casos.

3.1 A introdução dos meios de comunicação de massa, em particular os meios audio-visuais não eliminam completamente este mediador imperfeito—por ser humano—que é o professor? Não é possível ~~imaginar~~ imaginar que entre o aparelho receptor e a turma, o educador esteja simplesmente inútil? As experiências nos mostram o contrário. Primeiro é necessário ter equipes pedagógicas sempre mais qualificadas e maiores para elaborar os programas, assim difundidos. Segundo, os meios de comunicação de massas só têm uma eficácia quando a recepção for organizada pedagogicamente. Na realidade o que muda, não é o educador, mas o seu tipo de relacionamento com a sua turma. Antes tendia quase naturalmente para o diálogo, isto é um "face a face" Hoje introduz-se uma relação triangular, complexa e difícil mas muito rica de desenvolvimentos. (8)

3.2 A introdução de máquinas de aprender não seria ainda mais radical? Aqui realmente o professor é inútil. O aluno pode realmente aprender sem ter a necessidade dum terceiro ao seu lado. Mas também não devemos simplificar. Primeiro as experiências não são sempre conclusivas. Portanto devemos estudar ainda este novo tipo de didática. Depois, o fato novo não é surgimento de "máquinas", mas a idéia que está atrás desta técnica, isto é: o ensino programado (9). Ora, todos os autores concordam sobre o fato que a dificuldade maior é a elaboração de um programa de ensino funcional e eficaz. Aqui também o que muda não é o educador, mas a sua função. Talvez que amanhã o educador não será mais quem ensina, mas quem prepara uma situação formativa. Alias não será esta última definição, a definição mesma dum bom educador?

4. Os dois exemplos que vimos rapidamente agora nos demonstram que o papel do educador está na realidade sofrendo uma mudança profunda. Existe hoje um duplo processo de profissionalização e de especialização que faz que a função docente se diversifica sempre mais (10). Ora esta diversificação não contradiz a nossa conclusão anterior segundo a qual a função docente sempre mais tende a ser única? Na realidade não vejo contradição nenhuma, mas uma dialética. Se dum lado qualquer educador, qual que seja a sua função, o seu nível, a sua especialização, tem direito a uma formação completa, no entanto dentro desta mesma formação comum, deve existir a possibilidade de uma especialização. É por isso que hoje estou convencido que a fórmula do futuro é a Faculdade de Educação formando todos os educadores, mas tendo dentro da sua estrutura, várias carreiras possíveis (11).

5. Depois de ter lembrado umas razões históricas e atuais que explicam a permanência

de um corpo docente, devemos ainda nos perguntar se o professor não existe porque uma verdadeira educação exige a sua existência, isto é: a sua presença além. Ao menos três fatos são sugestivos:

5.1 Como o caso do pedagogo (foi grande desconhecido da cultura antiga) já o indicava, a criança sobretudo, mas também o Jovem, necessita de cuidado dos adultos. A prontidão da geração anterior é só uma possibilidade de desenvolvimento que vai depender das condições que os adultos vão criar a volta d'êles. Senão - como o mostra o caso das "crianças selvagens" (12) -, a criança, promessa de homem, poderá voltar a ser um animalzinho.

5.2 Mas o cuidado não é suficiente. É a dupla de educação antiga nos lembra que ainda é necessário um mestre isto é, a presença de um adulto notável que obna a nova geração a ir além de si mesma, transcendendo até às suas próprias possibilidades, criando novas. A sociedade não só necessita de uma nova geração integrada e conformada à sua situação vigente, deve ainda dar à nova geração o poder e a possibilidade de mudá-la se for necessário. É assim que o momento importante na educação não é o primeiro encontro entre o aluno e o adulto, mas talvez, paradoxalmente, o momento em que a ação educativa acaba, para permitir ao aluno ~~de~~ ir além do professor.

5.3 Esta dupla relação de atenção cuidadosa e de distanciamento provocador constitui o nó da comunicação pedagógica. A final a educação antes de ser uma troca de idéias, de técnicas ou de jeitos, de ser a formação de uma geração prefabricada, é um encontro entre duas gerações - encontro que pode ser altamente conflitivo - mas que é vital para o progresso de uma sociedade (13).

Estas exigências fundamentais da educação fazem que o educador deva ser um ser altamente disponível. O que implica claro uma sólida formação de base, mas também uma possibilidade de perpétua renovação humana e profissional. Def o cansaço e a tentação da rotina que ameaçam sempre este profissional. Portanto, é necessário não só uma formação comum e diversificada numa Faculdade de Educação, mas ainda prever formas "de uma educação permanente", dos próprios educadores (14). Karl Marx não dizia que "o próprio educador deve ser educado" ?

6. Para concluir, e para bem sublinhar até que ponto estamos convencidos do aspecto problemático da nossa exposição, gostaríamos recorrer certas afirmações centrais sob a forma de perguntas:

6.1 Que imagem histórica de "professor" têm mais influência sobre Você ? Quais são as consequências sobre :

a - a sua escolha vocacional ?

b - a sua formação profissional ?

c - o seu projeto de vida ?

- 6.2 Qual seria a imagem mais adequada à situação brasileira de hoje ?
- 6.3 Quais são as especialidades necessárias e possíveis que devem ser oferecidas a um educador brasileiro ?
- 6.4 Como conciliar a unidade e a diversificação das especialidades numa suposta Faculdade de Educação ?
- 6.5 Quais são as consequências diretas, concretas e didáticas da introdução de uma situação triangular pelos meios de comunicação de massa ?
- 6.6 Como imaginar e organizar uma "educação permanente" para o corpo docente ?
- 6.7 Como conciliar a função integradora e doutrinária do educador com a liberdade de um encontro do homem para homem com os seus alunos ?

Rio, em agosto de 1966.

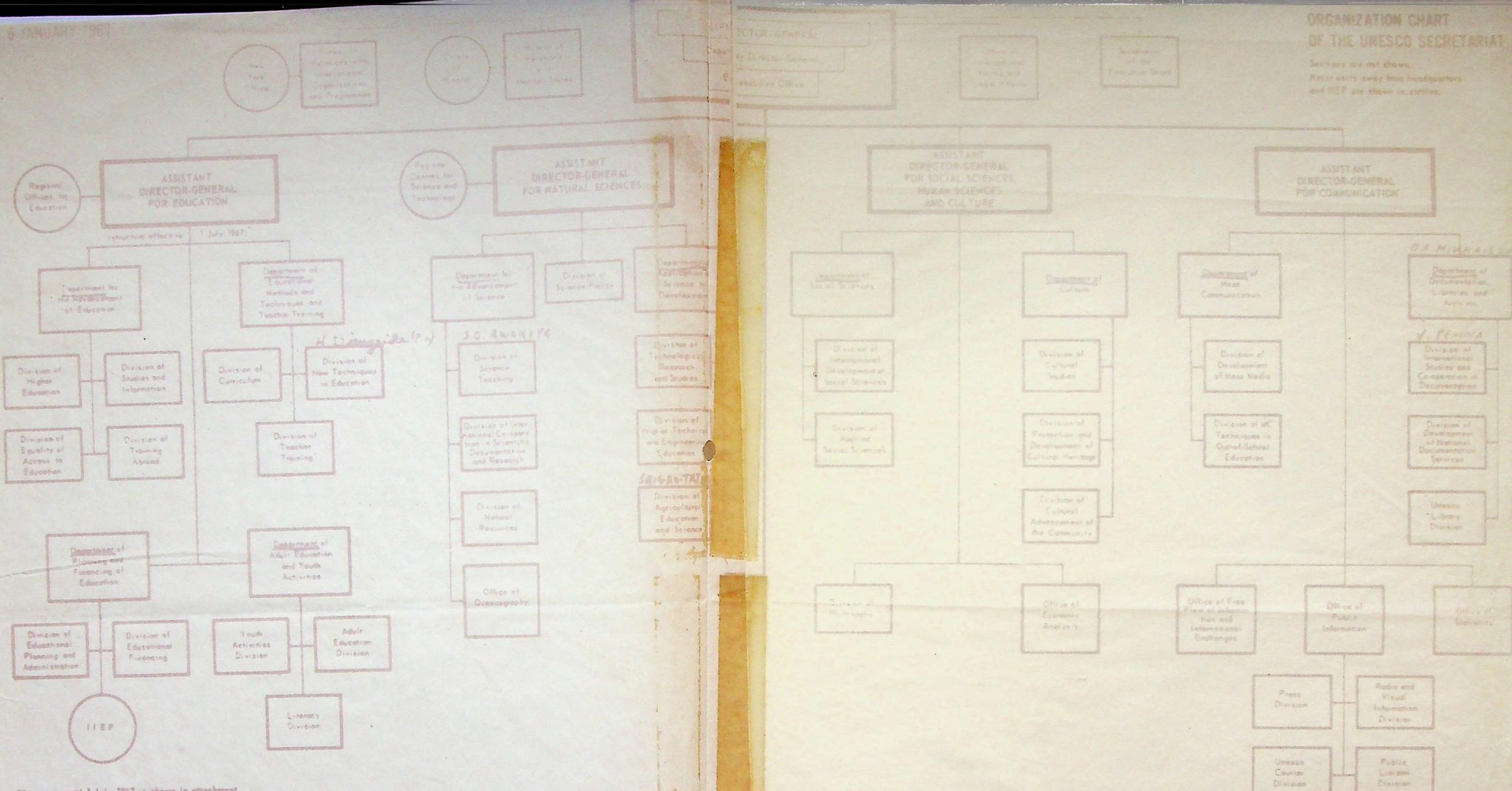
Bibliografia citada

1. Ver por exemplo de F. Fernandes: Aspectos da educação na sociedade Tupinambá, VIII Internationale Abhandlungen I, 1964, pp. 79-96.
2. H.I. Harroust: História da educação na América Latina, tradução brasileira, Hordor, São Paulo, 1966.
3. J. LeGoff: Les intellectuels au Moyen-âge, Ed. du Seuil, Paris, 1956.
4. B. Groethuyson: Calvin de l'esprit bourgeois en France, volume I: Eglise et la Bourgeoisie, Collinard, Paris, 1927.
5. A. Seizemir: Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio, 1962/86, pp. 59-79.
6. G. Dauvout: Les institutions, Ed. du Seuil, Paris, 1957.
7. Ver o relatório da Conferência dos Ministros de Educação e de Planejamento de Buenos Aires, UNESCO, 1966.
8. H.R. Gaudier: La télévisión et l'enseignement, UNESCO, Paris, 1961/63.
9. La Cybernétique et les enseignans, no. 37 de revista Europe, Paris, 1965/433-4.
10. I.L. Kandol: Hacia una profesión docente, UNESCO, Santiago, 1962.
11. A. Marques: Um projeto de Faculdade de Educação, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (no prelo).
12. L. Malrous: Les enfants savants, mythe et réalité, suivi de "Victor de l'Avoyron" par Jean Itard, Collection 10/18, Paris, 1964.
13. P. Fuster: La vie morale de l'adolescent, Bases d'une pédagogie, Belinckaux et Niestlé, Buchstetel, 1965.
14. No. especial de Enseñanza primaria, UNESCO, Santiago, 1965/25.

6 JANUARY 1967

ORGANIZATION CHART OF THE UNESCO SECRETARIAT

Sections are not shown. Rear cells away from headquarters and IIEP are shown in circles.



*Structure until 1 July 1967 is shown in attachment.

10 Departments

Handwritten notes:
General
Director
1/10

Assistant Director-General for Administration

